

DEZEMBRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

- 1.1 Um programa esquecido na dança das cadeiras 1
- 1.2 Crescimento da economia eleva criação de empregos 2

2 MICROFINANÇAS

- 2.1 Banco de crédito apoia camponeses 4
- 2.2 Programa de empreendedorismo na comunidade está a ser efectivado 4
- 2.3 Camponeses não conseguem pagar empréstimos 5
- 2.4 Camponeses pagam créditos referentes à campanha agrícola 6
- 2.5 Programa de microcrédito beneficia empreendedores 6
- 2.6 Camponeses reembolsam crédito 7
- 2.7 Camponeses já reembolsaram mais de 2 milhões USD 7
- 2.8 Crédito atinge 67 milhões de dólares 8
- 2.9 Camponeses receberam crédito agrícola de campanha 9
- 2.10 Centenas de camponeses recebem crédito bancária 9

3 MERCADO INFORMAL

- 3.1 Euforiai \ natalina em evidencia 10
- 3.2 Agentes informais asseguram escoamento de produtos no país 10
- 3.3 Malianos presos por venda de produtos expirados 11
- 3.4 Mercados informais proliferem no Luena 11
- 3.5 Corridas às compras 12
- 3.6 Carlos Lopes narra em livro a acção dos táxis 12
- 3.7 Chineses intesificam venda ambulante em Luanda 13
- 3.8 Montagem ganha terreno 13
- 3.9 Produtos do campo aguardam por compradores 14
- 3.10 População espanca "batuqueiro" até a morte 15
- 3.11 Vendedoras são violadas nos mercados 16
- 3.12 Ambulantes apagam validade de produtos 16
- 3.13 Demolição dos Kwanzas 17
- 3.14 Os homens das lagoas pescadores artesanais lutam contra os jacarés 17
- 3.15 Candongueiros são os principais causadores do caos no trânsito
automóvel em Luanda 18
- 3.16 Programa "Táxi Jovem" arranca no próximo ano 19
- 3.17 Venda ambulante preocupa governador 19
- 3.18 Novo mercado municipal aberto na vila da Humpata 19
- 3.19 Subida de preços preocupa consumidores enquanto Inadec
incentiva denúncias 20
- 3.20 Agricultura familiar abastece mercado informal 21
- 3.21 Kupapatas sem documentos estão proibidos de circular 22
- 3.22 Executivo anuncia início de programa destinado
à formalização da economia 22
- 3.23 Economia informal será legalizada em 2012 22

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Como advogar o processo na concepção do orçamento	24
4.2	Dívida geral de Angola está orçada em 31,4 milhões de dólares	24
4.3	Dívida geral de Angola está orçada em 31,4 milhões de dólares	25
4.4	Angola deve mesmo 31,4 biliões de dólares?	25
4.5	O representante fiscal no futuro ordenamento jurídico	27
4.6	País é o mais corrupto da Lusofonia	28
4.7	Angola deve mesmo 31,4 biliões de dólares?	28
4.8	Parlamento vota OGE para 2012	30
4.9	Orçamento Geral do Estado é votado hoje	30
4.10	Orçamento Geral do Estado é votado hoje	31
4.11	Parlamento exige clareza no Orçamento Geral do Estado	31
4.12	Parlamento exige clareza no Orçamento Geral do Estado	32
4.13	Deputados pedem aumento de investimentos	32
4.14	Diversificação das fontes para aumentar as receitas	33
4.15	Assembleia pede aumento de verbas para o OGE 2012	34
4.16	Executivo acelera a amortização da dívida	34
4.17	“É impossível desenvolver o país com esta estrutura orçamental”	35
4.18	“Fundo soberano é uma questão de transparência”	37
4.19	“É impossível desenvolver o país com esta estrutura orçamental”	38
4.20	Repartição fiscal com o aumento de receitas	40
4.21	Executivo define regras de execução	41
4.22	Executivo define regras de execução	42
4.23	Evasão fiscal considerada elevada	42
4.24	Executivo define regras de execução	43
4.25	FMI quer saber onde estão 32 biliões de dólares	43
4.26	Chefe de Estado promulga lei do OGE	44
4.27	Instituição financeira apoia o Executivo na promoção da transparência nas contas	45
4.28	Instituição financeira apoia o Executivo na promoção da transparência nas contas	45
4.29	Fiscalização das contas	46
4.30	Conselho de Ministro aborda novo ano fiscal	47
4.31	Fiscalização das contas	49
4.32	O Orçamento Geral do Estado	50
4.33	O Orçamento Geral do Estado	51
4.34	Instituição promete melhorar fiscalização	53
4.35	TC condena gestores públicos	53
4.37	Governador de Cabinda pretende mais contribuintes	54
4.38	Governador de Cabinda pretende mais contribuintes	54

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	CACS nos Municípios de intervenção em Luanda	55
5.2	Condição socio-económica das mulheres e raparigas	55
5.3	Proposta da lei das Associações Privadas proíbe criação de agremiações armadas	57
5.4	Um programa esquecido na dança das cadeiras	58
5.5	A nova Luanda precisa de ser divulgada para ser compreendida	60
5.6	José Tavares garante gestão participativa	60

5.7	José Tavares instala-se no Largo da Ingombota	61
5.8	Luanda já tem o seu presidente do Conselho Administrativo	62
5.9	Parlamento aprova regulamento das administrações locais do Estado	63
5.10	Municípios e bairros de Luanda transformados em distritos urbanos	63
5.11	Municípios e bairros de Luanda transformados em distritos urbanos	65
5.12	Mega município: solução ou problema?	67
5.13	Presidente convoca o Conselho da República	68
5.14	Presidente convoca o Conselho da República	68
5.15	Administrações com orçamento	69
5.16	Bornito de Sousa ultrapassado pelo PR	69
5.17	Eleições autárquicas: (re) actualização do registo”versus”censo populacional	70
5.18	Ordenamento do território	71
5.19	Eleições autárquicas em 2014	72
5.20	Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras	72

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Novas centralidade da cidade do Sumbe	74
6.2	Crédito bonificado à habitação tem como tecto 42 salários mínimos da função pública	74
6.3	Salvar Luanda com novas centralidades	76
6.4	Obras mal”mal paradas”no”bem morar»	77
6.5	«As obras baixaram de ritmo devido ao deficit financeiro»	77
6.6	Rei Pelé	78
6.7	Imobiliário necessita de financiamentos	79
6.8	Panguilacom nova urbanização	79
6.9	Milhares de pessoas vivem nos bairros do Zango	80
6.10	Alienação fiduciária é tema de seminário	81
6.11	Complexo habitacional nos arredores da cidade	81
6.12	Executivo prepara diploma sobre o crédito à habitação	82
6.13	Parceiros assinaram o contrato	82
6.14	“Luanda é uma metropole do futuro	83
6.15	Caixa de Segurança Social anuncia construção de casas	83
6.16	Inauguradas casas sociais da juventude	83
6.18	Nova centralidade transforma Vila do Dundo em cidade	84
6.19	Imoluanda factura 50 milhões USD em vendas e abre perspectivas para novos investimentos imobiliários	85
6.20	Financiamento bonificado barrado a famílias com rendimentos acima dos 3600 USD	86
6.21	Executivo expande relação com sector imobiliário	86
6.22	Casas do bairro da juventude ficam concluídas já em Abril 87	
6.23	Novas cidades erguidas nos arredores do Lubango	87
6.24	Lançadas fundações para novos edifícios	87
6.25	Imobiliário quer ser a intermédia na negociação de crédito à habitação	88
6.26	Governo provincial entrega habitações sociais	88
6.27	Governador garante casas para população	89
6.28	Só termo de entrega	89
6.29	Um na sem título preocupa ex-moradores da Cuco	89
6.30	Novos planos urbanísticos apresentados ao governo	91
6.31	Outros problemas	91
6.32	BIC aposta no imobiliário e garante sucesso.	92
6.33	Casa própria para os jovens	92

6.34	Novas centralidades em Angola são construídas no mês de Janeiro	93
6.35	Da política à construção com uma mão cheia de casas	93
6.36	Assumiremos as nossas eventuais falhas	94
6.37	Lesados de "«Bom Morar»" apresentam queixa à PGR	95
6.38	Executivo ergue projectos estruturantes para garantir acesso ao sector imobiliário	95
6.39	Banco do Brasil quer reforçar crédito	96

7 TERRA

7.1	Reserva fundiária do Estado preparada para construção	98
7.2	Travar a construção clandestina	99
7.3	O negócio da chuva	99
7.4	Uma retrospectiva visando a urgente requalificação	100
7.5	Terrenos estão livres de engenhos	101
7.6	Silêncio das autoridades	101
7.7	Virgílio de Fontes Pereira passa "perna" ao funcionário	102
7.8	Ravinas podem desalojar 1.050 famílias em Cacuaco	103
7.9	Falta de água, luz e saneamento básico lideram a lista de problemas do bairro	104
7.10	Reassentamento das populações	104
7.11	Governador de Luanda prometeu acções para acabar com venda ilegal de terrenos	105

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Trabalhadores da EPAL e direcção de costa viradas	106
8.2	A lâmpada fundiu em casa de "Manela"	106
8.3	ELISAL tem menos de um mês para pagar a dívida às operadoras de lixo	107
8.4	Números desencontrados no lixo do GPL	108
8.5	ELISAL recebeu total das dotações	109
8.6	Luanda à beira de um ataque de nervos	109
8.7	PR "desliga" ministra da energia e águas	111
8.8	Sistema de tratamento em fase de apreciação	111
8.9	EPAL aposta em novas tecnologias para melhorar resultados financeiros	111
8.10	Água para todos e energia a meio gás	112
8.11	Cortes de energia derrubam Ministra	113
8.12	João Borges no cargo em "momento difícil"	113
8.13	Corte de energia irrita luandenses	114
8.14	Lixo vai "engolir" o bairro das pedrinhas	115
8.15	Ex-deputados garimpam água	115
8.16	Desperdício prejudica consumidores	116
8.17	EDEL e EPAL borrifam-se sobre os moradores	117
8.18	EPAL aposta em novas tecnologias para melhorar resultados financeiros	117
8.19	Lubango precisa de meios para a recolha de lixo	118
8.20	Consumo de água potável reduz doenças na comuna	119
8.21	Mais água potável para a população da Chibia	119
8.22	Abastecimento de água está reforçado	120
8.23	Aumento salarial e condições de trabalho agitam águas	121
8.24	Kangamba "«fura»" grave na EPAL	121
8.25	Acesso da população a água é prioridade	122
8.26	Trabalhadores exigem saída do PCA	123
8.27	Cidade do Lubango amplia rede de água	123
8.29	Gestão integrada de bacias hidrográficas	124

8.30	Como elas vivem sem luz	126
8.31	Greve abraça empresa de lixo	127
8.32	Terminada greve na Elisal	128
8.33	Comuna de Galangue com mais água potável	129
8.34	Lixo deixado ao longo da via férrea preocupa o governo de Bento Bento	129
8.35	Mobilizados mais meios	129
8.36	Novos procedimentos na limpeza de Luanda	130
8.37	Voluntários retiram lixo acumulado na linha-ferrea	130
8.38	Governo passa a controlar à distância o trabalho das operadoras de limpeza	131
8.39	Contas falsas na EPAL?	131
8.40	Voluntários removem as lixeiras depositadas na linha do Comboio	132
8.41	Programa de Água para todos beneficia milhares de pessoas	133

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Violência doméstica em Luanda	134
9.2	A barbárie que mexe ainda com Benguela	134
9.3	População clama por segurança	135
9.4	Índice de delinquência aumenta	136
9.5	São Paulo continua a registar roubos à luz do dia	137
9.6	Polícia retira 684 marginais das ruas de Lunda	139
9.7	Delinquentes fustigam munícipes de Luanda	139
9.9	MIFAMU e Assembleia Nacional com balanços positivos	141
9.10	Parceiros sociais chamados a contribuir na divulgação da lei contra a violência	142
9.11	O crime em Angola	142
9.12	Bairro da Lixeira ou Havemos de Voltar?	144
9.13	Comandante da polícia flagrado a trabalhar com marginais	145

10 AMBIENTE

10.1	Chuvas desalojam famílias	146
10.2	Chuva condiciona funcionamento da barragem	146
10.3	Cidadão português acusado de fazer exploração ilegal de inertes no Bengo	148
10.4	Chuvas causam prejuízos	148
10.5	Destruição dos mangais prejudica o ambiente	149
10.6	Deslocação de pessoas destroem o ambiente	150
10.7	Sumbe teme novo surto de cólera	150
10.8	Ecologistas fazem propostas para exploração do petróleo	151
10.9	Empresas de exploração de inertes devem preservar o meio ambiente	152
10.10	Fortes chuvas provocam mortes e feridos	152

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Um programa esquecido na dança das cadeiras

Novo Jornal
02 de Dezembro de 2011

Em julho de 1993, é submetido à aprovação do Governo angolano um ambicioso programa para promover a "redução urgente do alto índice de mortalidade" que se verificava na província.

O programa "Vamos salvar Luanda" continha as linhas mestras de actuação para solucionar os problemas "mais graves e mais prementes" da capital do país. E tinha por base o pressuposto de era feito, não para uma cidade de "existência estabilizada" e de "vida normalizada", mas para uma urbe em estado de emergência.

"Para Luanda há que estabelecer um Plano de Salvação, o que quer dizer elaborar um projecto de acções de emergência, de último recurso, para tentar (e nalguns casos nem isso será possível) impedir colapsos fatais numa infinidade de áreas funcionais da cidade", lia-se.

Apesar de conscientes do estado de gravidade em que Luanda se encontrava, há quase duas décadas, e do diagnóstico feito em 1993, que foi acompanhado de um plano de actividades devidamente orçamentado, as autoridades nacionais e provinciais não conseguiram impedir situações de colapso na capital.

A queda do edifício que albergava os serviços da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), em 2008, as cheias que todos os anos provocam vítimas mortais e danos pessoais avultados, a sinistralidade rodoviária, apesar das novas vias que rasgam a cidade, e alguns surtos de raiva e cólera, anos depois, mantêm o plano actual e aconselham a um reavivar da memória.

Restituir a dignidade

O programa "Salvar Luanda"; como consta no documento, "significa, em primeira instância, salvar vidas e conferir-lhes um conteúdo de dignidade, uma essência mais humanizada que suavize o choque tremendo, as pressões insuportáveis a que se encontram submetidas".

As acções previstas têm todas um sentido, uma direcção comum:

"Criar condições técnicas e materiais que permitam o desenvolvimento posterior dos projectos de alcance social que conduzam à finalidade principal do nosso trabalho", sublinham os autores do trabalho. "É preciso, numa vez por todas, romper com o trágico passado (que ainda é presente) que vai devorando, de forma inexorável e feroz, os fundamentos da nossa existência", frisa o

documento concluindo que "Salvar Luanda é também, e por isso, resgatar a esperança e construir o futuro".

Consciente da fase difícil em que Luanda se encontrava - "tudo será feito, nesta fase de resgate, com o coração nas mãos, em permanente sobressalto, à espera que, a qualquer momento, o pior aconteça" - a superação dos problemas implicava a mobilização de "todos os meios, todas as vontades, todos os recursos" e a "consciência permanente dos perigos" que existiam

Salvar Luanda implicava, segundo os seus promotores, "adoptar uma atitude inflexível e firme" para todos "aqueles que ainda não compreenderam a dramática situação" em que a capital se encontrava, "aqueles que persistem em manter os olhos fechados perante o quadro desesperante que se apresenta e para "aqueles que teimam em manter ou levantar barreiras à correcção dos erros cometidos". Tanto mais que "Salvar Luanda não é um projecto demagógico e muito menos pode ser interpretado como uma campanha política", mas sim "um programa de trabalho", que tem de "respeitar e fazer respeitar as normas fundamentais da lógica, do bom senso, da organização e da legalidade".

Erros de administração

Para além de identificar os problemas estruturais e apontar caminhos, o plano assinalava questões de ordem administrativa que eram "uma demonstração típica dos erros de administração que foram sendo cometidos" e que urgia "corrigir e reparar com urgência. O plano referia-se, em concreto, à "dívidas que o Governo da Pronúncia foi contraíndo ao longo dos anos e que não liquidou", assinalando que "não é concebível, nem existem razões que o justifiquem, a existência de dívidas em organismos que têm a sua actividade orçamentada". A "falta de clareza e segurança nas operações financeiras, provocadas pela inaceitável forma como se processam (ou não se processam) os pagamentos" justificava a esta "crítica situação", bem como a "desorganização interna dos serviços do Governo Provincial (onde não aparecem os contratos, onde não existe qualquer espécie de acompanhamento e controlo dos compromissos).

O resultado desta situação era claro e bem identificado: "os empreendimentos vão agravados com o valor sempre crescente das penalizações originadas pela falta de pagamento, as obras param e muitas vezes ficam esquecidos e abandonadas, degradando-se lenta e irreversivelmente, os prejuízos provocados por essas paralisações vão atingindo sornas astronómicas, passados anos, volta-se a investir nos mesmos projectos, repetindo-se as mesmas situações, até se entrar num círculo vicioso que tem devorado avultados recursos sem produzir quaisquer resultados positivos, nem melhores, antes piorando, a prestação dos serviços sociais como era objectivado pela realização dos investimentos".

O documento submetido ao governo apresentava, para evitar o avolumar da dívida, um conjunto de medidas, donde sobressai a institucionalização da prestação de contas”de maneira permanente e através dos mecanismos mais indicados”.

Além disso, instituíam-se”sistemas de inspecções frequentes e severas”~ para as quais se proponha a criação de vários órgãos essenciais:

O Tribunal de Contas, a Inspeção Judicial e a Inspeção da Administração Pública e criação do Supremo Tribunal Administrativo; Inspeção Económica, Inspeção Prisional e Penitenciária, Inspeção Superior do Ensino, Inspeção dos Serviços de Portos e Aeroportos. Propunha-se ainda a revisão das penas aplicadas por transgressões ao Código de Estradas e a criação de um tribunal para julgamento de transgressões administrativas.

Repor a legajidade e a autoridade

Tornar possível a implementação deste”Plano de Salvação de Luanda”implica, corno”primeira e grande tarefa a realizar a reposição urgente da legalidade e da autoridade”no âmbito da jurisdição da Província de Luanda.

“O Governo da Pronúncia e a população têm de abandonar as práticas correntes de desrespeito pelas leis, pelos regulamentos e pelas normas de convivência social”.

Para travar a”anarquia vigente”o”cidadão não pode, simplesmente, fazer o que lhe apetece”e o”governo não pode, por seu turno, tolerar esse comportamento, fazer vista grossa às contravenções, permitir a indisciplina colectiva, pactuar com o desacato generalizado”.

. Para pôr cobro a esse estado de coisas, o plano previa a adopção de um”programa de trabalho”em quatro frentes: de ordem organizativa, de ordem administrativa, de ordem estratégica e de ordem operativa.

No primeiro caso, o documento propunha”organizar os serviços do Governo da Província e dotá-los de real e eficaz capacidade de trabalho, organizar e implantar os serviços de Administração Civil, organizar e implementar OS sistemas de participação e representatividade da população na vida da cidade e junto. das estruturas municipais e estabelecer sistemas fluentes de comunicação com a população”.

Entre as medidas de ordem administrativa constam, recolher, compilar e metodizar toda a legislação, regulamentação e documentação normativa da vida da cidade e a sua posterio divulgação por forma a contribuir para a educação cívica da população, recuperar e reorganizar os arquivos, cadastros, registos e outra documentação fundamental para a correcta planificação e gestão dos serviços, fixar normas idóneas e seguras para a movimentação das verbas consignadas ao GPL e consignar”racional e organizadamente os recursos financeiros existentes,

bem como os meios materiais e humanos”.

Acções de emergência

De ordem estratégica, o plano previa o estabelecimento de políticas a seguir nas diferentes áreas de trabalho e a criação de condições para a elaboração de um Plano de Trabalho de estabilização da situação de Luanda.

“Travar a degradação geral dos sistemas de infra-estruturas da cidade e procurar reabilitá-los”era o ponto único nas medidas de ordem operativa, onde estava identificada a”falta de transportes”como”o problema mais grave com que se debate toda a área administrativa”.

“Basta dizer-se que nem o Governador da Província, nem os Vice-governadores recém nomeados possuem as viaturas oficiais que deveriam ser-lhes distribuídas”. Situação que se”repete”em”todas as áreas funcionais”do GPL, o que tornava”imperioso incluir no Plano de Emergência os meios de transporte indispensáveis”.

Para colmatar o problema estava incluído no plano de necessidades a aquisição de 98 viaturas, num montante global de três milhões de dólares norte-americanos, entre as quais se incluíam 31 veículos do tipo turismo, 37 todo o terreno, cinco mini-autocarro, uma pá carregadora e cinco motorizadas.”Infelizmente é este o quadro da situação em que nos encontramos: enquanto pelo mundo fora se fazem planos de desenvolvimento e se estudam estratégias de alta sofisticação, nós temos que nos ater a acções de emergência, sem a mínima possibilidade de planificar mais longe que o trabalho do dia-a-dia concluía os actores do documento

1.2 Crescimento da economia eleva criação de empregos

Jornal de Angola

14 de Dezembro de 2011

Angola registou meio milhão de postos de trabalho nos últimos três anos nos mais variados ramos de actividade, disse ontem o director nacional de Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

Leonel Bemardo disse que no total foram criados 576.290 postos de trabalho nos sectores público e privado, nos últimos três anos. A agricultura foi o sector que mais empregou, com 185.474, seguindo-se o comércio e o urbanismo e construção.

“O sector do comércio tem absorvido muitas pessoas que antes se dedicavam à actividade no mercado informal”, disse Leonel Bemardo, durante o encontro sobre”Dados Numéricos do Mercado de Emprego no país”, realizado na Escola Nacional de Administração (ENAD).

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, anunciou a entrada em funcionamento, a partir do primeiro trimestre do próximo ano, de novos centros de empreendedorismo e de serviços de emprego em todo o país, que se vão juntar às unidades existentes.

Pitra Neto reconheceu que a expansão dos centros de emprego ainda é muito diminuta. “temos que intensificar cada vez mais a capacidade operacional dos centros de emprego no país”, disse o ministro, que sublinhou o trabalho dos técnicos directamente envolvidos na tarefa. Ministro Pitra Neto falou dos programas de tratamento de dados numéricos do mercado de emprego.

O ministro afirmou, no discurso de abertura do encontro, que o programa do Executivo tem metas ambiciosas sobre o mercado de emprego no país. “É nossa responsabilidade fazer balanço periódico sobre a geração de emprego na economia e nos serviços públicos”, disse Pitra Neto.

O ministro da Administração pública emprego e Segurança social pediu igualmente a capacitação e motivação dos quadros para se ter um retrato fiel da geração de emprego nos sectores da economia, com realce para a agro-pecuária, indústria, construção civil, pesca e transportes.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Banco de crédito apoia camponeses

Jornal de Angola
02 de Dezembro de 2011

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) disponibilizou aos camponeses e cooperativas de agricultores da província do Huambo cerca de 41 milhões de kwanzas, em valores que serviram para o fomento da actividade agrícola na região do Planalto Central.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do BCI, Filomeno Ceitas, que avançou estes números ao *Jornal de Angola* à margem da realização de um seminário sobre crédito agrícola e investimentos promovido por aquela instituição bancária na cidade do Huambo, o banco prevê desembolsar em 2012 cerca de 84 milhões de kwanzas em créditos.

O montante destina-se a apoiar pequenos e médios agricultores da província, números que juntados aos créditos já existentes vão perfazer um total de 125 milhões de kwanzas concedidos por aquele banco comercial. De acordo com Filomeno Ceita, o montante que vai ser disponibilizado abrange um universo de 476 camponeses a nível da região do planalto central.

“O nosso banco já estabeleceu parcerias com o governo da província do Huambo, no sentido de assegurar que os resultados deste investimento, assim como o trabalho dos próprios produtores, sejam melhor acompanhados, não só do ponto de vista financeiro, mas também em termos de resultados”, disse.

O objectivo do programa, segundo Filomeno Ceita, é o de aumentar a oferta de produtos do campo para as populações e ajudar o Governo no seu programa de combate à fome e a erradicação da pobreza em todo o espaço nacional.

2.2 Programa de empreendedorismo na comunidade está a ser efectivado

Semanário Factual
De 03 a 10 de Dezembro de 2011

A informação foi dada a conhecer durante a cerimónia de encerramento dos nove meses de formação profissional no centro polivalente da Ingombota.

Segundo o director Nacional do INEFOP, os jovens

formados nas mais diversas áreas vão beneficiar de uma formação em empreendedorismo, no sentido de estarem dotados de conhecimento, para gerir os seus próprios negócios.

Os formandos vão, ao mesmo tempo, obter crédito num valor que vai dos mil a cinco mil dólares que prevê um período de três meses sem reembolso nem do capital, nem juros, sendo o pagamento feito a partir do quarto mês.

Leonel de Carvalho falou que, com estas ferramentas disponíveis, os formandos poderão iniciar um pequeno negócio.

O representante do MAPESS informou o objectivo do programa ser potencializar os jovens com ferramentas básicas, para que possam tornar-se futuros empregadores. O director referiu o programa que está a ser levado a cabo pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS), em parceria com alguns bancos comerciais.

O director da incubadora de emprego do MAPESS, Jacinto Ferreira, fez saber ao *Factual* que o programa de empreendedorismo na comunidade, além de acções de capacitação na área de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios, também prevê a afectação de pequenos créditos de forma bonificada.

Jacinto Ferreira referiu estes pequenos créditos serem concedidos, para que os formandos possam dar sequência à formação profissional, à competência de gestão empresarial e à concessão de alguns quites individuais e oficinais.

Beneficiários terão créditos até cinco mil dólares

A fonte indicou que a concessão de crédito obedece a critérios. Na modalidade individual, é atribuído o valor mínimo até aos mil dólares, enquanto, no carácter associativo, o valor chega até aos cinco mil dólares.

Quanto ao critério de análise, os créditos são efectuados mediante a robustez da empresa, a importância estratégica do negócio para a comunidade, o número de postos de trabalhos que a empresa poderá gerar, entre outros, critérios para se chegar ao valor máximo.

Jacinto Ferreira revelou, igualmente, que “o valor da taxa de juros é a mais baixa do mercado, com 1.67 por cento ao ano, e o empreendedor tem 12 meses para fazer o reembolso do valor”.

Jacinto Ferreira afirmou que não são os beneficiários a irem aos bancos, mas sim os bancos a irem ao encontro das comunidades. Este programa envolverá as administrações municipais que facilitarão a localização dos municípios, no sentido de se verificar a implementação dos projectos apresentados.

O representante do MAPESS deu a conhecer que, desde a implementação do programa de empreendedorismo na comunidade, em Agosto de 2008, já foi atingido um universo de 11 províncias, com um número aproximado de quatro mil beneficiários directos e cerca de 11 mil e 350 beneficiários indirectos, que não explicou.

A província de Luanda beneficiou de um programa específico, devido à densidade demográfica que regista. Segundo o director da incubadora de emprego do MAPESS, desde Agosto do ano em curso, foram realizados programas do género nos nove municípios da província de Luanda, em que foram beneficiados directamente cerca de mil e 387 jovens.

O director nacional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Leonel de Carvalho, falou sobre a perspectiva do seu pelouro para o ano de formação 2012, em que deu maior relevância à formação dos formadores, com o objectivo de se ter uma qualidade séria da formação profissional.

O pelouro está a fazer a avaliação das condições técnicas dos centros a nível do País, com o intuito de se dar o arranque do ano formativo em Março de 2012, quando se prevêem mais de 36 mil jovens a inscrever-se para a formação.

Leonel de Carvalho considerou que o grande desafio do INEFOP é procurar adaptar, ao máximo, a formação à realidade do mercado.

2.3 Camponeses não conseguem pagar empréstimos

Semanario angolense
03 de Dezembro de 2011

O retorno do crédito que tem sido concedido pelos bancos com vista ao desenvolvimento da agricultura no país mostrou virtualmente um certo ressentimento diante dos percalços representados pela inadimplência de muitos agricultores que se haviam beneficiado dos empréstimos.

Embora sempre conjecturados pelas instituições bancárias no próprio âmbito de qualquer gestão financeira, ainda mais em tratando-se de um sector cujo sucesso das colheitas está sujeito a uma série de factores ambientais, os "furos" no cumprimento do pagamento do "kilapi" por parte dos camponeses, no entanto, não são já alarmantes.

O Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, ao apresentar em Luanda, na semana passada, os dados correspondentes a Novembro, assumiu que os agricul-

tores têm dificuldades em reembolsar o dinheiro dentro do prazo estabelecido, que é de dez meses.

Por causa dessas vicissitudes, as instituições credoras têm procurado negociar as dívidas, estabelecendo um prolongamento das datas de liquidação dos débitos. Nesse quadro, uma das medidas adoptadas é a do pagamento parcelado dos empréstimos, quando o devedor não dispõe do valor para o pronto pagamento.

De acordo com José dos Santos Bento, um dos técnicos do referido Comité de Coordenação, somente dez por cento dos contratos, ora vencidos, foram cumpridos. O valor destes vencimentos contratuais é de mais de dois biliões de kwanzas. Proporcionalmente, mais de 200 milhões de kwanzas foi o valor retomado pelos beneficiários ao Crédito Agrícola de Campanha 2011.

No apuramento do reembolso, por províncias, de acordo com as informações então passadas à imprensa pela equipa de técnicos inserida nessa política de crédito ao fomento da agricultura, 51,20 por cento é a parte paga pelos devedores do Huambo e 33,92 por cento a parte dos camponeses do Namibe.

Todavia, as províncias que mais receberam créditos nesse sector são o Huambo, Benguela, Bié, Kuando-Kubango, Kwanza Sul, Uíge e Moxico.

A concessão desses empréstimos tem sido materializada através de vários bancos, num acordo feito com o BNA, e o montante para o efeito é de 150- milhões de dólares. Destes, 30 milhões estão destinados ao apoio do escoamento de produtos agrícolas.

Transtornos

No entanto, sendo justamente esta uma das principais makas com a qual os agricultores se deparam, o escoamento dos frutos do campo em direcção aos principais mercados consumidores, que são as grandes cidades, apesar de contar com o suporte de uma parcela do crédito agrícola, revela-se estar ainda muito longe do satisfatório.

As notícias de produtos colhidos e que, à espera de transporte, se deterioram pelas fazendas afora, já não são mais novidades propriamente ditas. A falta de uma política consistente da logística necessária para pô-los aos dispor dos compradores faz-se sentir e revela o desperdício. Mas essa logística, sendo uma solução, não está só, nem se leva a cabo isoladamente.

As maiores queixas e o facto que mais pesa contra o escoamento de bens agrícolas têm a ver com o mau estado das estradas. Não se pode negar o processo em curso da melhoria das principais vias, embora moroso. Mas, em grande parte das terras cultivadas, ainda não há um acesso minimamente digno pelas vias rodoviárias.

Essa pode ser uma das razões na base do pouco investimento de agentes formais neste importante viés da economia. O escoamento sistemático dos produtos não tem sido suficientemente atractivo para os operadores formais. Por isso é que esse processo até agora é assegurado, maioritariamente, por uma rede de agentes informais.

Sabe-se também que já está no prelo um quinhão de projectos de aproveitamento dos excedentes de produção do campo, por meio da reactivação da indústria transformadora. A médio e longo prazos, iniciativas dessa índole, estatais e/ou privadas, vão tornar-se uma realidade. •

2.4 Camponeses pagam créditos referentes à campanha agrícola

Jornal de Angola
04 de Dezembro de 2011

Camponeses da província da Huíla reembolsaram mais de 200 milhões de kwanzas que adquiriram em crédito aos bancos comerciais, no âmbito do Programa Crédito Agrícola de Campanha, em curso desde o ano passado para facilitar a actividade dos pequenos e médios produtores agro-pecuários e de pesca artesanal.

A informação está expressa no relatório da "Comissão Técnica de Acompanhamento ao Comité de Coordenação do Crédito Agrícola" divulgado ontem, onde se referem 376 contratos vencidos, com um capital estimado em 2,033 mil milhões de kwanzas.

Do montante reembolsado, 194,777 milhões de kwanzas entraram para os cofres do Banco de Poupança e Crédito (BPC), 9,3 milhões para o Banco Africano de Investimentos-Micro Finanças e 222.300 para o Banco de Comércio e Indústria (BCI), enquanto o Banco Sol ainda não recebeu qualquer reembolso.

Sobre os contratos vencidos, o BPC tem um total de 1,36 mil milhões de kwanzas para 188 contratos, o banco Sol 535 milhões para 16 contratos, o BAI 123,426 milhões para 22 contratos e o BCI 1,757 milhões para 50 contratos.

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, Pedro Canga, garantiu que foram já concedidos 47 milhões de dólares em crédito a 24 mil camponeses de 17 províncias do país para fomentar a actividade agrícola. Pedro Canga afirmou que o Executivo disponibilizou, ao todo, 350 milhões de dólares para o crédito agrícola, sendo 150 milhões dirigidos ao Crédito de Campanha.

O ministro disse que a concessão do crédito é da responsabilidade dos bancos comerciais.

Uma das condições para o camponês ter acesso ao crédito é, informou o ministro, ser agricultor residente no local da concessão do crédito e dedicar-se em concreto à actividade agro-pecuária. Pedro Canga garantiu que existem "comités locais de pilotagem" onde os candidatos ao crédito devem submeter as propostas para serem analisadas. Estes comités são compostos por administradores municipais, autoridades tradicionais e técnicos do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas garantiu que as taxas de juro do crédito são de 2 I por cento, mas o beneficiário paga apenas 5,0 por cento do valor do crédito, cabendo ao Estado o pagamento dos restantes 16 por cento e a garantia do crédito.

2.5 Programa de microcrédito beneficia empreendedores

Jornal de Angola
05 de Dezembro de 2011

O programa de microcrédito Amigo Sol concedeu esta sexta-feira, em Luanda, empréstimos a mais de 300 jovens dos 18 aos 35 anos.

A concessão do crédito Amigo Sol persegue como objectivo o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento nas comunidades. A concessão do crédito está inserida no programa do Executivo sobre "Empreendedorismo na Comunidade", que está a ser organizado pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS), em parceria com o Banco Sol, e já beneficiou mais de 3000 jovens em todo o país.

O director da Incubadora de empresas do Mapess, Jacinto Domingos, em declarações à imprensa, no final da actividade, referiu que o objectivo reside em capacitar os jovens com várias profissões para a sua inserção no mercado de trabalho. O responsável afirmou que a sua instituição tem ministrado acções dirigidas para artes e ofícios, através dos quais os jovens podem desempenhar actividades remuneratórias, tanto no sector da economia, quanto na realização de negócios de forma individual.

Jacinto Domingos referiu que o Ministério tem incentivado a criação de micro, pequenas e médias empresas, de forma estruturada, com a capacitação empresarial e a entrega de materiais. "O programa tem como objectivo dotar os beneficiários de ferramentas para que possam

oferecer, a nível das comunidades onde vivem, serviços como serralharia, carpintaria, cantineiro e corte e costura. O projecto Amigo Sol teve início em Maio deste ano e já beneficiou, em Luanda, mais de 1.500 jovens

2.6 Camponeses reembolsam crédito

Jornal de Angola
06 de Dezembro de 2011

Mais de 200 milhões de kwanzas foi o valor reembolsado pelos camponeses ao Crédito Agrícola de Campanha 2011, de acordo com os dados estatísticos referentes ao mês de Novembro, apresentados ontem, em Luanda, pelo Comité de Coordenação do Crédito Agrícola.

O técnico de acompanhamento do Crédito Agrícola de Campanha, José dos Santos Bento, precisou que foram apenas repostos 10 por cento dos contratos vencidos, cujo montante ascende a, mais de dois mil milhões de kwanzas.

José dos Santos Bento informou que o volume de créditos concedidos atingiu mais 6,5 mil milhões de Kwanzas, beneficiou 35.146 pequenos camponeses de 75 municípios em 17 províncias, à excepção da província da Lunda-Norte.

A ausência da província da Lunda-Norte do crédito agrícola foi atribuída à falta de mobilização dos camponeses, ao prazo de reembolso que influenciou alguns camponeses e à inexistência de alguns bancos operadores na província. “Essa é uma das condições para que os camponeses possam receber o Crédito Agrícola de Campanha”, explicou José Bento.

No total, o compromisso de crédito assumido pelos quatro bancos (BPC, Banco Sol, Banco Micro-finanças e BCI) é de 150 milhões de dólares, 30 milhões dos quais são reservados à concessão de créditos de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas.

A equipa técnica reconhece haver dificuldades por parte dos camponeses em reembolsar o dinheiro dentro do prazo estabelecido de 10 meses, razão pela qual os bancos comerciais estão a negociar com os beneficiários o prolongamento do tempo de reembolso, em função do caso de cada camponês. A negociação, segundo José dos Santos Bento, vai no sentido de o camponês em dívida e que não tem capacidade de reembolsar o valor de uma só vez, poder fazê-lo por prestações, para diminuir a dívida que tem com o banco. As províncias do Huambo e Namibe são as que mais reembolsaram, com 51,20 por cento e 33,92 por cento, respectivamente, da amortização. As de Benguela, Bié, Kuando-Kubango, Kwanza-Sul, Moxico, Uíge e Huambo lideram a lista das províncias que mais créditos receberam.

2.7 Camponeses já reembolsaram mais de 2 milhões USD

Jornal Expansão
09 de Dezembro de 2011

Os bancos operadores do crédito comprometeram-se em 2010, perante o Executivo, a conceder, numa primeira fase, crédito, aos pequenos camponeses equivalente a 63,5 milhões USD. Porém, o último balanço apresentado, nesta semana, pela Comissão Técnica do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola de Campanha aponta que, para a primeira etapa, o compromisso atingiu a taxa de 106,39%, com especial relevo para o BPC, que ultrapassou a primeira meta prevista em cerca de 50%.

De acordo com o coordenador técnico da campanha, José Bento, numa primeira fase, o BPC previa disponibilizar um volume de crédito de 30 milhões USD, mas, até ao último balanço, concedeu já 44 milhões USD.

José Bento referiu que, no total, o compromisso de crédito assumido pelos quatro bancos (BPC, BMF, BCI e Banco Sol) é de 120 milhões USD, a que se somam os 30 milhões USD reservados para concessão de créditos de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas dos beneficiários, perfazendo assim 150 milhões USD em crédito agrícola de campanha, que o Executivo apoia com bonificação da taxa de juros de 16%.

Das 18 províncias do País, a Lunda-Norte é, até ao momento, a única que não beneficiou deste crédito. Questionado sobre as razões deste quadro, o coordenador do Comité Técnico de Acompanhamento da Campanha relacionou a ausência dos bancos operadores naquela província à não criação ainda dos comités-piloto como sendo a razão que está na base do atraso. Entretanto, prometeu que brevemente aquela província do Leste vai beneficiar do crédito.

Fase de reembolso verifica constrangimentos

Uma vez que o período de reembolso dos créditos concedidos é de 10 meses, neste momento existem 367 contratos vencidos, ou seja, em fase de reembolso. Entretanto, segundo José Bento, este prazo de reembolso regista constrangimento que tem que ver com o problema das chuvas e a morosidade que, alguns casos, se verificou da parte dos fornecedores em fazer chegar os insumos agrícolas.

Entretanto, dados recolhidos junto dos quatro bancos operadores apontam que, até ao momento, o capital reembolsado é apenas de cerca de 204 299 583 Kz (mais de 22 milhões USD), o que corresponde a 10,5%.

A Comissão Técnica de Acompanhamento do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola espera que a grande maioria dos beneficiários reembolse aos bancos o capital emprestado, tornando deste modo possível a renovação da linha de crédito.

De salientar que o crédito de campanha é regido por decreto executivo conjunto, que aprova o regulamento do crédito agrícola, de 350 milhões USD, destinados a facilitar o acesso ao empréstimo a pequenos e médios produtores e associações camponesas.

O montante máximo a ser concedido por camponês será o equivalente em kwanzas a 5 mil USD. O crédito, segundo José Bento, é desembolsado em insumos agrícolas e não em dinheiro, sendo que o pagamento é feito pelo banco directamente ao fornecedor. A taxa de reembolso do crédito agrícola de campanha é de 21 %, grande parte desta, segundo explicações do coordenador do Comité de Acompanhamento do Crédito Agrícola, é coberta pelo Estado (16%), cabendo ao camponês pagar os 5%, no prazo de 10 meses.

Crédito de investimento

O crédito agrícola de investimento, outra componente de crédito agrícola destinado a pequenos e médios produtores agrícolas (que não estão abrangidos no crédito de campanha), tem já disponível, nos bancos comerciais, 40 milhões USD, segundo informações prestadas, nesta segunda-feira, pelo director de políticas de financiamentos do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), João Cunha

O valor global para este crédito, de acordo com o representante do BDA, são 200 milhões USD, e cada projecto a ser financiado não poderá ultrapassar os 500 mil USD. O crédito de investimento tem um prazo de reembolso de oito anos, com um período de carência de até três anos, dependendo do montante do projecto, e uma taxa anual de 6,7%. João Cunha informou que cada um dos quatro bancos tem disponíveis 10 milhões USD, e alguns já começaram a disponibilizar as verbas, de acordo com os projectos que receberem a nível das províncias.

2.8 Crédito atinge 67 milhões de dólares

Semanário Factual

De 10 a 17 de Dezembro de 2011

O volume de crédito agrícola de campanha concedido passou de 47, milhões de dólares em Agosto último para 67,5 milhões em Novembro, enquanto o número de camponeses beneficiados cresceu de cerca de 24 mil para mais de 35 mil.

Também houve crescimento da abrangência territorial! do crédito agrícola de campanha que cobre, actualmente, 75 municípios em 17 províncias, contra a cobertura de 68 municípios até Agosto. O volume total de crédito ronda os 150 milhões de dólares, dos quais 30 milhões se destinam à concessão de crédito bonificado de apoio à distribuição dos produtos agrícolas.

No balanço apresentado, esta semana, pela Comissão Técnica do Crédito, adianta-se que o Banco de Poupança e Crédito (BPC ultrapassou já em cerca de 50 por cento o compromisso anual, fixado em 30 milhões de dólares, o que, segundo a Comissão, corresponde a uma taxa de crescimento de mais de 100 por cento para a primeira fase.

O coordenador da Comissão destacou que o compromisso de crédito assumido pelos Bancos Sol BCI, BAI Micro-finanças e BPC, é de 120 milhões de dólares, a que se somam os 30 milhões reservados para a concessão de créditos de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas, produzidos pelos beneficiados do crédito.

Quanto ao reembolso do crédito, fez saber que já existem 367 contratos vencidos, com créditos que têm agora de ser reembolsados, num volume total de dois mil milhões de Kwanzas, e o prazo de uma parte do crédito está a ser renegociado com os bancos operadores.

Citado pela ANGOP, José Bento afirmou que as perspectivas para a campanha agrícola 2011/2012, quanto ao valor a disponibilizar e famílias camponesas a serem beneficiadas, são boas, visto haver dinheiro disponível nos bancos operadores, ao mesmo tempo em que os primeiros beneficiários já começam por repor o crédito recebido.

O forte de volume de crédito de campanha, associado ao crédito de investimento, avaliado em 200 milhões de dólares, fazem parte da linha de crédito de 350 milhões de dólares aberta pelo Executivo, que visa reanimar a produção agrícola e melhorar a distribuição dos produtos agrícolas.

Salienta-se que a entrada em circulação dos tram portes ferroviários que liga Luanda a Malange e os caminhos-de-ferro de Benguela poderão ajudar a melhorar os escoamentos dos produtos que chegam, normalmente, caros aos centros de consumo ou, muitas vezes, se deterioravam por falta de escoamento.

A combinação entre o aumento dos investimentos no sector agrícola e a redução de alguns constrangimentos logísticos pode acirrar o crescimento do sector agrícola. Destaca-se que, de acordo com os dados apresentados em Agosto pelo coordenador da Comissão Técnica de Acompanhamento do Crédito Agrícola, José Bento, o BPC liderava, em termos absolutos, disponibilizando um volume de crédito superior a 25 milhões de dólares, enquanto o Banco SOL já havia realizado 92 por cento do compromisso assumido.

Salienta-se que os próximos meses se mostrarão decisivos para a avaliação do processo, tanto pelas negociações de reembolso quanto pelos resultados da produção agrícola.

2.9 Camponeses receberam crédito agrícola de campanha

Jornal de Angola

27 de Dezembro de 2011

Um total de 57 pequenos agricultores do Moxico recebeu em 2011 Crédito Agrícola de Campanha, num valor de 389,59 milhões de kwanzas, segundo um informe síntese da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O documento refere que dos contemplados constam também 22 associações de camponeses, somando 1.761 famílias beneficiadas, e 11 associações aguardam pela assinatura dos contratos com os bancos de Poupança e Crédito (BPC) e de Comércio e Indústria (BCI). Há ainda 43 associações que têm os processos nos comités de pilotagem, criados junto das administrações municipais. Quanto ao Crédito de Investimento, da responsabilidade do Banco de Desenvolvimento Angola (BDA), candidataram-se 14 agricultores, através do BCI, mas até à data apenas um pequeno agricultor foi contemplado com um kit de mecanização pesada, esclarece o documento.

Esta categoria de crédito começou a ser aplicada na província de forma pouco clara, o que deixa os pequenos e médios agricultores preocupados, por falta de informações sobre os processos remetidos, refere a nota. Os beneficiados através do BCI têm dez meses para o reembolso dos valores que foram convertidos em inputs agrícolas, a contar da data da assinatura do contrato

2.10 Centenas de camponeses recebem crédito bancária

Jornal de Angola

31 de Dezembro de 2011

Um total de 248 camponeses das comunas do interior do município do Lobito, província de Benguela foram abrangidos pelo programa de Crédito Agrícola de Campanha em 2011, informou o administrador municipal, Amaro Ricardo.

De acordo com o administrador, fruto da concessão do crédito, os camponeses das comunas Canjala, Egipto Praia e das povoações da Hanha do Norte e do Culango aumentaram a produção.

Os camponeses conseguiram obter instrumentos agrícolas (enxadas, charruas e gado de tracção), o que lhes permitiu produzir bens para consumo e os excedentes para comercializar.

O Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR) já em curso na província de Benguela, em particular no município do Lobito, salientou o administrador, pode facilitar as trocas comerciais por parte dos camponeses. O Programa de Promoção do Comércio Rural visa financiar e potenciar os pequenos empreendedores, no sentido de abrirem estabelecimentos comerciais nas zonas rurais e financiar os empreendedores que desejam comprar viaturas com vista a ajudar os comerciantes a transportar as suas mercadorias.

Além do crédito, aprovado pelo Executivo, o administrador informou que em 2012 vai ser aberto o programa do desenvolvimento agrícola na povoação do Culango.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Euforai \ natalina em evidencia

Jornal A capital
02 de Dezembro de 2011

Por esta altura, todos os caminhos vão dar aos supermercados e casas especializadas, em venda de cabazes. Mas, nem todos podem fazê-lo. Esses, com menos recursos financeiros, ficam-se por aí: nos mercados formais e informais, tudo para garantir o cozido ou peru à meia-noite. É assim todos os anos e neste não será diferente.

Entre nós, a corrida do natal já começou em casa de muitas famílias, como é o caso de Felicidade Eugénia. A funcionária garantiu que, nunca deixa as compras para a última da hora pois, quando assim procede, "falta sempre alguma coisa". Para evitar isso, "agora, vou planificando as inovações com alguma antecedência", explicou. Para ela, este procedimento ajuda a economizar, porque, segundo a sua constatação, quanto mais próximo da data natalícia, mais elevados ficam os preços dos produtos. Então esta é a dica: "compre antes", aconselhou.

Mesmo assim, nem tudo é um mar

de rosas. Felicidade disse que, enfrenta um sério problema, na sua qualidade de funcionária de uma instituição privada, que se traduz no atraso no pagamento dos ordenados. Tudo isso, disse, dita a sua agenda de compras. Se por acaso o salário de Novembro for depositado com alguma antecedência, em relação aos meses anteriores, "consigo cumprir o meu calendário", mas de contrário, "fica tudo muito caro". Ao exemplificar, a dona de casa disse que, se por esta altura, nos supermercados, o quilo de bacalhau ainda custa mil e 200 kwanzas, perto dos dias 15 de Dezembro pode custar o dobro. "E não é o graúdo, é um daqueles bacalhaus médios, em pedaços", salientou.

Outra funcionária, Paula Henriques, conta que prefere preparar-se com antecedência, como Felicidade, embora o faça com uma diferença: ela procura pelos serviços de uma casa de cabazes. E não é para menos. Apesar do seu salário não ser muito alto, mas ainda assim um bom cabaz de natal sempre ajuda a economizar. "Olho bem para os preços", advertiu, dizendo ser esta uma solução necessária, na hora de contrabalançar as suas necessidades e o poder económico. "É importante fazer-se uma planificação", aconselhou.

Paula, nem sempre teve esta oportunidade de usar dos serviços das casas de cabazes. Passou a proceder desta forma, desde que, como disse, "comprar a retalho me

parece mais caro". Então, "sirvo-me deles para satisfazer a família". E, para este ano, já tem a encomenda feita. O seu cabaz custará cerca de 620 dólares.

Pois é. Quem pode, pode. Se estas duas donas de casa já dão passos rumo ao natal, outras tantas aguardam por mais alguns dias. Esta atitude deriva de vários factores. Primeiro, o atraso salarial; segundo, os constantes cortes na distribuição de electricidade. Fernanda Narciso, funcionária pública, disse que já se viu várias vezes de braços atados, quase a colocar fim na festa de natal, em função do atraso salarial. "É algo que queremos muito, mas quando não é possível, a ideia é adiar e desejar que o ano seguinte seja melhor", disse.

Para muitos nessa condição, a solução é improvisar. Muitas donas de casa procuram driblar os obstáculos, que colocam em risco a festa de natal, lá em casa. Diferentemente das outras senhoras, Fernanda faz as suas compras no mercado informal e não tem muita pretensão, sobre o pescado para completar o cozido. Por exemplo, como contou, vai à praça, se encontrar o bacalhau a um preço acessível, que lhe permita comprar outros ingredientes para o cozinhado, fá-lo. Caso contrário "compro corvina". A este peixe se juntam a batata rena, a cenoura, couve, repolho, os ovos e outros tantos ingredientes para uma ceia de natal, "minimamente agradável".

3.2 Agentes informais asseguram escoamento de produtos no país

Jornal o independente
03 de Dezembro de 2011

O vice-ministro do Comércio, Archer Mangureira, confirmou que o escoamento de produtos do campo para os centros urbanos do país ainda é assegurado, maioritariamente, por uma rede de agentes comerciais informais. De acordo com Archer Mangureira, que falava na abertura da conferência do semanário Expansão, denominada "Sector Alimentar", este facto acontece porque o escoamento sistemático dos produtos agrícolas não tem sido suficientemente atractivo para os operadores formais.

Afirmou que vários factores têm contribuído para essa situação, entre as quais a concentração dos investidores privados nos sectores de bens não transaccionáveis, onde as condições de competitividade são mais favoráveis para eles.

Para superar esses entraves, disse que o Governo angolano valorizou em 2009 a moeda nacional (kwanza) em cerca de 30 por cento, promoveu o Crédito Agrícola de Campanha e de Investimento, bem como criou linhas

de financiamento à actividade comercial rural.

Na óptica do vice-ministro do Comércio, o sector de distribuição alimentar do país estará, nos próximos anos, a altura de fomentar a produção interna, através da implementação gradual de redes de logísticas e de distribuição.

O fórum Expansão”Sector Alimentar”enquadra-se no ciclo de conferências regularmente promovidas pelo semanário de actualidade económica Expansão e visou entender o estado actual do crescimento do sector de distribuição no mundo e analisar a realidade angolana.

3.3 Malianos presos por venda de produtos expirados

Semanário Factual

De 03 a 10 de Dezembro de 2011

A Polícia Económica (PE) apreendeu, na quarta-feira (30), no município do Sambizanga, em Luanda, dois cidadãos Malianos que se dedicavam ao comércio de produtos fora do prazo de validade. Os jovens estrangeiros, que respondem pelo nome de Mamado e de Ramadam, já se encontram a contos com a Polícia.

Segundo relatos de cidadãos, já há muito que os cidadãos Malianos efectuem esta prática. Mamado e Ramadam afirmaram que sabiam que os produtos tinham passado da data, mas, pelo facto de terem comprado grandes quantidades, resolveram comercializá-los a um preço simbólico.

Dona Cati, moradora na rua Cidade de Deus, na comuna do Ngola Kiluanje, falou ao Factual que a filha padecia de problemas respiratórios, devido ao consumo de produto expirado comercializado no estabelecimento adjacente à sua casa pertencente aos Malianos.

“Foi a primeira vez que a minha filha tomou o sumo (Azum) e começou a passar mal. Verifiquei a embalagem e dei conta que o sumo estava fora do prazo de uso”, fez saber.

O Factual apurou que o pânico se espalhou pela vizinhança quando a maioria das crianças estava a apresentar sintomas de intoxicação, face ao produto expirado. Devido a esta situação, os cidadãos tiveram de invadir a cantina onde puderam constatar mais produtos expirados, situação que levou a vizinhança a acionar a PE. Ramadam, um dos proprietários detidos pela PE, falou que a intenção não foi de magoar as crianças e que assumia todos os danos causados pelo sumo (Azum).

Dona Elisa, moradora da rua Cidade de Deus, contou ao semanário que os jovens Malianos já praticavam a venda de produtos expirados há muito e que muitas pessoas não notavam.

Numa ronda efectuada pelo Factual, foi possível notar

factos idênticos em muitas cantinas a nível da cidade de Luanda, sobretudo nas zonas peri-urbanas, onde são comercializados produtos expirados. Esta prática tem sido desencadeada por cidadãos Malianos, congoleses e libaneses.

Os moradores do município do Sambizanga apelaram à PE e ao INADEC, no sentido de se levar a cabo uma mega operação a nível da província de Luanda, para dismantelar esta prática considerada uma rede de vendedores de produtos expirados.

O semanário Factual reitera a intervenção imediata da PE e do INADEC, face à quadra festiva que se avizinha.

3.4 Mercados informais proliferem no Luena

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2011

Vender na rua é para as zungueiras a única forma de ganhar pão para o sustento das famílias. Domingas Maria é mãe de dois filhos. Reside no Bairro Kapango, arredores da cidade do Luena. Ela tem consciência de que vender na rua é um risco e constitui crime, mas as necessidades obrigou-a enveredar por este tipo de actividade.

Não vai para os mercados oficiais porque aí os produtores fazem melhores preços e fica sem clientes. Quanto ao rendimento, Domingas afirmou que “ganho pouco e tenho muito trabalho”.

A única vantagem do negócio da zunga, é não ter sobras ao fim do dia. Para adquirir os produtos, Domingas Maria levanta-se muito cedo e vai ao encontro dos camponeses para conseguir banana, mandioca, milho e outros produtos muito procurados pelos clientes.

Um cacho de banana é adquirido por 1.500 a 2.000 Kwanzas, uma mandioca varia entre 50 e 100 Kwanzas ao passo que um quilo de ginguba custa 200 Kwanzas. Lutar para ter uma margem de lucro é um exercício que requer muitas contas para não perder o dinheiro investido. Algumas zungueiras afirmam que o segredo do negócio da zunga reside em mostrar aos clientes as novidades: “convencemos o cliente com produtos raros de encontrar nos mercados oficiais”.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que em muitos locais, a mandioca lidera a lista dos produtos mais procurados. João Moisés, funcionário público, afirmou que come todos os dias mandioca com ginguba, que as zungueiras vendem no seu local de trabalho.

Ruas cheias de Zungueiras

Como mãe, Domingas Maria lamenta a sua ausência constante: "deixo os meus filhos muito cedo e só volta a vê-los à noite e eles devem compreender que é a única forma que a mãe encontrou para os sustentar". A semelhança das outras, Oliva Para atingir a clientela é preciso andar por todas as ruas da cidade o que requer muito sacrifício e muitas horas de marcha.

As ruas da cidade do Luena estão cheias de zungueiras. Umam levam bananas, que vendem três a 100 Kwanzas. Outras milho, mandioca, mangas que vendem, a preços ao alcance de todas as bolsas. A vida da Zungueiras é um sacrifício desde o amanhecer até ao anoitecer.

Atenta aos clientes e aos fiscais, a mulher Zungueiras é a mais astuta que existe. Foge das autoridades mas sem nunca perder de vista o seu próximo cliente.

A semelhança das outras, Oliva Rosa, 26 anos, tem três filhos e o marido está desempregado. Ela vende milho fresco e manga. Quando vai para a zunga, de manhã cedo, Oliva Rosa deixa os dois filhos mais crescidos ao cuidado da vizinha e leva consigo, às costas, o mais pequeno. Só volta a casa ao anoitecer. "Não cuido suficientemente dos meus filhos porque os deixo muito cedo e só estão comigo apenas algumas horas da noite", disse Oliva Rosa.

Histórias semelhantes

Esperança Flora, uma jovem de 20 anos, entrou na batalha da zunga quando ficou grávida pela primeira vez: "os meus pais ficaram aborrecidos quando engravidei e por causa disso fui entregue ao moço que me engravidou, vivemos algum tempo, depois de termos outros dois filhos ele me abandonou".

Esperança Flora tem três filhos para sustentar. O sonho de um dia voltar a estudar está adiado devido ao peso que cai sobre ela: é mãe e pai ao mesmo tempo.

A maioria das mulheres zungueiras tem histórias semelhantes. O abandono por parte dos maridos e a fuga à paternidade são motivos do calvário destas mães que diariamente lutam nas ruas do Luena para sustentar as famílias.

Quando está em causa a família, ninguém se lembra dos fiscais, que sempre atrapalham o negócio.

3.5 Corridas às compras

Jornal A capital

08 de Janeiro de 2011

O consumismo, típico da época, forçou o nascimento de muitas casas vocacionadas para a venda de cabazes, mas vai impulsionando o surgimento de outras. Qualificadas ou não, o que elas querem mesmo é vender. Não importa se cumpram com as questões básicas de higiene sanitária, inspeccionadas pela Polícia Económica.

Mas existem, de facto, outras que primam pela rigoro-

sidade, atendendo aos seus anos de experiência. Aqui está o exemplo da Pomobel, que se gaba de estar há mais de 15 anos no mercado. O seu director executivo adjunto, Eliseu Gomes, disse que a empresa, a cada ano, preocupa-se em oferecer uma inovação aos seus clientes, pois, como caracterizou, "estão cada vez mais exigentes". Até aqueles que guardam tudo para a última da hora.

Comparado com o período igual do ano passado, segundo o empresário este 2011 está mais agitado, devido às inovações apresentadas ao público. Primeiro, exclui-se a categoria bronze e acrescentaram-se outras como o Especial, o Normal, o Clássico Ibérico, Cesto três andares e o Prateleira quatro andares. Como disse, os novos modelos, "já estão esgotados", mas ainda assim não tiram o lugar do Gold, que é o primeiro da lista e o mais caro, por sinal. Esta tipologia de cabaz custa ao bolso do cliente, nada mais, nada menos do que 424 mil e 537 kwanzas, enquanto que o mais barato fica por 49 mil e 237 kwanzas.

Entre particulares e empresas, estas últimas lideram a lista, porque têm a planificação anual. Habitualmente, o particular vai à busca do catálogo e regressa para casa tomando a decisão mais conveniente à última da hora. "Já a empresa precisa de facturas". É, por isso, obrigada a cumprir um determinado período. "Isto nos ajuda a trabalhar melhor".

Fora de cena?

Pelo menos, é o que se constatou na visita às lojas da rede Nosso Super. Se nos anos anteriores, os trabalhadores podiam contar com este espaço, para fazer as suas compras de natal, por ser mais acessível este ano, os supermercados da rede Presild são, decididamente, actores fora de cena.

3.6 Carlos Lopes narra em livro a acção dos táxis

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2011

O professor universitário Carlos Lopes apresentou terça-feira, na universidade Lusíada, em Luanda, a segunda edição do livro de investigação, intitulado "Candongueiros e Kupapatas. Acumulação, risco é sobrevivência da economia informal em Angola". O autor disse que o livro é do ramo das Ciências Sociais e carrega uma forte capacidade analítica, que mune o leitor de conhecimentos sobre a realidade dos agentes directos dos serviços de táxi, dos motoristas e passageiros. O autor referiu ser um produto cujo trabalho de investigação foi colectivo, que envolveu instituições e os proprietários, cuja psicologia, sociologia e economia são aspectos patentes nos textos. "Informa a sociedade das

condições da actividade diária dos seus agentes directos e alerta de certa forma os órgãos de direito sobre a necessidade de se formalizar a actividade.”

O livro, produzido pela “Principia editora”, cuja primeira edição foi apresentada em Portugal, tem 208 páginas e contém três partes. A primeira fala sobre o enquadramento da pesquisa, a segunda aborda a questão dos candongueiros e a terceira dos kupapatas.

O livro tem gráficos explicativos, tabelas e mapas, bem como fotografias de táxis em vários locais durante a sua actividade diária.

3.7 Chineses intensificam venda ambulante em Luanda

Jornal Continente

09 de Dezembro de 2011

tos em várias artérias da cidade capital do país, transportando para fins comerciais diversos meios, entre medicamentos, produtos de beleza e afrodisíacos. Sabe Deus, com que qualidade, visto que a maior parte dos mesmos entram para o nosso país de forma camuflada, disfarçados de mercadoria para construção civil, essas que estão ao abrigo de vários acordos existentes entre o Estado angolano e a China, para entrarem no nosso país, não estando sujeitos à algumas obrigações alfandegárias, tendo em conta a gigantesca missão das obras de reconstrução nacional que os amigos asiáticos desenvolvem em todo o país.

O grande senão surge pelo facto de ninguém poder medir ou prever as consequências que tais produtos vêm causando aos cidadãos comuns, sendo estes os maiores consumidores, muito menos, a quem pedir responsabilidades em caso de danos à saúde ou mesmo de morte, como foi o caso de um administrador municipal da província de Malange, que morreu numa pensão por ter consumido uma dose exagerada de estimulante sexual. A reportagem do CONTINENTE foi ao mercado dos Congolenses, onde encontrou uma cidadã chinesa que aparentava ter a idade a rondar entre os vinte e vinte quatro anos a comercializar vários medicamentos na arte exterior do mesmo. Num abrir e fechar de olhos, nos aproximamos dela, embora bastante assustada e com os olhos sempre atentos a todos os lados. Fomos perguntando os preços; a própria tomou a iniciativa e mostrou-nos primeiro uma caixinha com o nome de Maxman, contendo duas lâminas de dez cápsulas cada e explicou dizendo que “isso é muito bom para os homens, tomas uma cápsula e depois de trinta minutos estás pronto para fazer sexo durante cinco dias sem parar”. De seguida pegou numa outra com o nome de Kangroon, que por si só, segundo as indicações que

pudemos ler, cura mais de dez enfermidades, entre as quais, a hipertensão, doenças respiratórias, fadiga, entre outras. No mesmo local ouvimos alguns populares que já adquiriram medicamentos comercializados por chineses, sendo uma delas a Dona Antónia que, segundo ela, sentia dores quase por todo corpo e foi aconselhada por uma amiga a medicar-se com produtos chineses.” Fui nesses chineses que zungam com medicamentos, expliquei o que sentia e venderam-me um chá, tomei só assim sem nenhuma receita, o que estava a me complicar é que as receitas que acompanham esses medicamentos, só vem em língua chinesa, e assim não dá, mas senti-me melhor”, explicou. Se está comprovado que os medicamentos chineses são eficazes na cura de muitas enfermidades, seria bom que as autoridades competentes tomassem medidas no sentido de regular a comercialização de produtos tão sensíveis como os medicamentos, que em nenhum país civilizado é comercializado na rua, mas sim nas farmácias.

3.8 Montagem ganha terreno

Jornal O PAÍS

09 de Dezembro de 2011

Os vendedores de peças de geradores do mercado dos Correios, no bairro Golfe 1, município do Kilamba Kiayi, em Luanda, estão a conquistar a clientela interessada em adquirir uma fonte alternativa de energia eléctrica, nestas vésperas da quadra festiva.

A aderência das pessoas àquela que é considerada a maior praça de motores do país deve-se ao facto de os acessórios custarem barato, para além da disponibilidade de um grupo de voluntários para o trabalho de montagem, conforme garantiu Joaquim Figueira, um dos vendedores mais antigos vendedores de peças.

“Aqui é o sítio onde a preocupação do cliente pode ser resolvida em pouco tempo, porque comprando peça a peça pode, através dos miúdos que montam, sair daqui com o gerador completo”, garantiu, esclarecendo que tanto a parte eléctrica, como a parte mecânica do motor está sempre disponível para o gosto do freguês.

Em jeito de estimativa, Joaquim Figueira calculou que um aparelho de marca Astra do tipo 3700 pode custar menos de 15 mil, em detrimento dos 26 mil Kwanzas actuais praticados nos armazéns do Hoji -Ya - Henda, incluindo a sua montagem pode custar apenas.

Na ocasião, o comerciante apontou com o dedo em riste para um bloco da parte mecânica orçado em 2S mil Kwanzas. Logo a seguir, explicou que a peça constituiu, por si só, meio motor, ou seja, a secção mais importante

de um gerador que está ser vendido actualmente por 80 mil Kwanzas.

A modalidade de venda facilita também aqueles que têm um gerador avariado que, ao invés de comprarem outro, podem apenas adquirir o acessório que estragou e pagar a sua reparação, segundo disse Joaquim Figueira, para o quem a deslocação dos montadores à casa do comprador não representa nenhum incómodo.

Há vários anos nos Correios, o homem que começou a vender acessórios da apelidada marca fofandó, passando pelas Elemax, disse que, hoje em dia, as pessoas procuram mais partes de Astra Coreia, uma referência que, em sua opinião, já conquistou o mercado.

Valendo-se da experiência que leva há mais de uma década na venda de peças, o negociante de 33 anos de idade aconselhou os utilizadores de geradores a terem muito cuidado com o nível de combustível no motor.

“Nós recomendamos que se ponha óleo ao nível normal, porque quando faltar este combustível no motor, algumas peças podem partir”, aconselhou, chamando a atenção para não se mexer à toa na parte eléctrica, por ser a mais delicada de todas.

À pergunta sobre a falta de confiança por parte de alguns clientes, que preferem levar as peças para casa, Joaquim Figueira, respondeu dizendo que o cliente é livre de solicitar ou não os serviços dos operadores do mercado.

Mas chamou a atenção aos que optam por confiar a montagem das peças de geradores aos seus colaboradores e a outros jovens com ocupações do género para obedecerem às referências dos acessórios, porque, muitas vezes, as coisas só saem mal devido à teimosia dos compradores.

“Eu já vi um indivíduo que resistiu à compra de juntas para associar as partes do depósito do óleo, tendo obrigado os montadores a adaptarem um corte no pacote de sumo Compal, para compensar a falta.

Qualidade do combustível é determinante

A maior parte dos concertadores de geradores abordados por este jornal foi unânime em afirmar que a qualidade do combustível é determinante na manutenção e conservação dos aparelhos que geram energia eléctrica.

Para eles, depois de desmontar o motor, é fácil constatar que certa avaria foi provocada pelo uso do chamado óleo avulso, isto é, o que é retirado de seus recipientes originais para ser vendido de qualquer forma.

Entre as avarias citadas pelos técnicos, como Matanta Hemique Moderaux Cazenga, constam as que têm a ver com radiador, válvula, bloco e cambota, para além de bobina e da placa.

Na altura em que prestava declarações à nossa repor-

tagem os seus trabalhadores substituíam a cambota de um motor Elemax, em cujo óleo 30 se notou a adição de uma substância estranha, com grãos sólidos.

Para perceber sobre as manobras dos vendedores do referido tipo de combustível, O PAÍS dirigiu-se a alguns postos de venda informal com um voluntário do mercado dos Correios entendido no assunto. Como era de se esperar, as pessoas que praticam esta actividade negaram a possibilidade de se adicionar qualquer líquido parecido ao óleo 30 ou 40.

Mas o mecânico que guiava a nossa equipa de reportagem comprou um recipiente de óleo 30 original, outro de ocasião e despejou um pouco de cada frasco, para depois chamar a atenção dos presentes para a diferença das duas substâncias.

O conteúdo do bidão original apresentava-se mais claro do que o do frasco de água mineral, uma situação que começou a provocar aglomeração de pessoas curiosas.

Profundamente comprometidas com a revelação, as vendedeiras justificaram a diferença notada como consequência da desigual natureza dos dois recipientes.

3.9 Produtos do campo aguardam por compradores

Jornal de Angola

09 de Dezembro de 2011

Apoiada numa bengala, bacia à cabeça com a enxada, catana, cabaça de água e sementes, Lemba Bernardo, 80 anos, caminha em direcção à lavra situada nas margens do rio Kwanza. A idade não a de continuar a cultivar a ferra.

Os camponeses têm boas colheitas mas de pouco lhes servem porque “produtos acabam por se estragar nas lavras por falta de transportes.” Temos muita vontade de trabalhar a terra mas o que ganhamos é quase nada” diz avó Lemba.

“Os produtos estragam-se no campo por falta de escoamento para os grandes mercados de Luanda”, disse. Esta opinião é compartilhada por Domingas Sebastião Jaime.

Os camponeses que conseguem transporte, levam os seus produtos para os principais mercados de Luanda, como Asa Branca, Kicolo e Quilómetro 30.

Inácio Bartolomeu Manuel, soba da região de Kaquengue, reconheceu o progresso que o sector da saúde está a alcançar no atendimento as populações. Mas o posto inédico necessita de uma ambulância para transportar os doentes em estado grave.

“Quando uma pessoa está doente, os familiares são obrigados a alugar motorizadas até Maria Teresa onde apanham táxi até à Vila de Catete”, disse.

O soba da região sublinhou que a população de

Kaquengue precisa de mais crédito de campanha para o fomento da actividade agrícola.”Os camponeses que ainda não estão organizados em associação precisam de se organizar para beneficiarem de apoios dos bancos comerciais”, disse.

Inácio Bartolomeu Manuel pediu ao Governo Provincial de Luanda, para reabilitar a estrada de Kakulo Kahango por servir uma grande zona agrícola. Acrescentou que as estradas estão péssimas e necessitam de intervenção urgente para facilitar o escoamento dos produtos.”Precisamos de autocarros para o transporte da população e das mercadorias”, disse.

As grandes preocupações

O administrador comunal de Kakulo Kahango Armando Costa, disse ao Jornal de Angola que os grandes problemas da população são a falta de água canalizada, energia eléctrica e a má qualidade da estrada.

Acrescentou que a reabilitação da estrada secundária que liga a sede da comuna à Estrada Nacional 230 é uma obra de âmbito nacional.

As autoridades da comuna elaboraram um projecto que entregaram à Administração Municipal do Icolo Bengo que por sua vez o encaminhou para as estruturas provinciais.”Estamos a aguardar pela execução das obras de reabilitação da estrada que liga a sede comunal a Maria Teresa, numa extensão de 28 quilómetros”, disse Armando Costa.

Agricultura e pesca são as duas principais actividades da população da comuna.

Armando Costa que os agricultores estão preocupados com o escoamento da batata-doce, milho, quiabo, feijão e tomate.

Reconheceu que muitos produtos acabam por se estragar no campo por falta de transportes -e devido à má qualidade da estrada.”O troço que liga Kaquengue a Maria Teresa tem uma extensão de 28 quilómetros em terra batida e os taxistas só aparecem às terças e sextas-feiras por isso muitos produtos apodrecem nas lavras”, disse Armando Costa.

O administrador comunal referiu que agricultura desenvolvida, na zona é de subsistência mas neste ano agrícola os camponeses duplicaram a produção, porque receberam enxadas, catanas, limas e sementes de qualidade.”Com os meios recebidos, a produção de alimentos duplicou na região”, disse Armando Costa, que pediu às unidades hospitalares militares, instituições com refeitórios, creches e lares de estudantes para comprarem a produção dos camponeses da região. Armando Costa encorajou os produtores a aumentarem as suas áreas de cultivo para fortalecer e desenvolver a produção.

Quanto à pesca, o administrador comunal de Kakulo

Kahango disse que os pescadores estão organizados em associações para beneficiarem num futuro breve de materiais para a pesca artesanal.

Acrescentou que a pesca é feita nas lagoas ao longo dos rios Kwanza e Lwei.”Os pescadores da região necessitam de canoas a motor, anzóis, redes, sal e combustíveis para o seu normal funcionamento”, disse Armando Costa. O cacusso e o bagre são as espécies mais capturados. O sector da saúde na comuna está a melhorar e recentemente a Liga Africana faz a oferta de lotes de medicamentos pela. Kakulo Kahango dispõe de um posto médico e um posto de socorros.

Quanto ao sector da educação a comuna tem três escolas com seis salas cada e seis professores. A falta de energia eléctrica e de um sistema de captação e tratamento de água preocupa as autoridades e a população de Kakulo Kahango, que clamam por uma solução das autoridades competentes.

3.10 População espanca “batuqueiro” até a morte

Semanário o independente
10 de Dezembro de 2011

Um dos elementos do grupo de “batuqueiros”, até agora não identificado, foi pego pela população quando tentava meter-se em fuga no decorrer de um assalto ocorrido no mercado dos Kwanzas na sexta-feira, 27, de Novembro por volta das 15 horas.

Segundo pudemos apurar no local o grupo já tinha efectuado vários assaltos a mão armada nas redondezas e estavam munidos todos de pistolas AKM e faziam-se transportar por uma carrinha de marca Toyota cabine dupla.

Foi no mercado dos Kwanzas onde os mesmos, segundo pudemos apurar, desceram secretamente e colocaram os vários táxis tas a quem conseguiram com, sucesso tirar o dinheiro de mais de cinco Hiaces que aí lotavam.

Logo a seguir, os mesmos, já com algum tumulto, caminharam em direcção a porta principal do mercado para levar o dinheiro das “kinguilas” que aí labutam. Dispararam vários tiros para afugentar a população e arranjaram formas de meterem-se em fuga.

Entretanto, foi durante a fuga que um dos quatro batuqueiros entrou dentro do processo de peixe sem se aperceber que aí não tinha saída. Logo a seguir um grupo de populares que vendem naquele mercado seguiram no e cercaram-no. Uma fonte que testemunhou o incidente explicou que durante aquele momento todos ficaram firmes e só queriam ver a cara do meliante.

Populares não caem no disfarce

A fonte conta que passado alguns segundos, um grupo de vendedores entraram para o processo para pega-lo mas já vinha com ar de assustado e comas mão no ar, fazendo parecer que era uma vítima e que o verdadeiro meliante estava lá dentro e feito alguns reféns. Mas os populares não caíram na "conversa" e de imediato começaram a espanca-lo sem piedade. Ao que pudemos ouvir da fonte, todos queriam bater no meliante que, tentava negar que era um dos membros daquela quadrilha.

Polícia chega atrasada

A fonte explica que quando a polícia da terceira divisão do Cazenga chegou ao local, já o cidadão mal respirava e que acabou por sucumbir minutos depois de ter sido posto no carro da polícia.

3.11 Vendedoras são violadas nos mercados

Semanário Factual

De 10 a 17 de Dezembro de 2011

Segundo fonte, a situação está a preocupar a vizinhança dos mercados e, conseqüentemente, a limitar vendedoras ambulantes que voltam cedo a casa, com medo, dado que, no dia 23 de Novembro, uma "zungueiras" foi encontrada desmaiada por detrás de um armazém, por volta das 19 horas.

A jovem, de nome Joana Una, de 26 anos, mãe de dois filhos, foi socorrida pelos seguranças das empresas e lojas situadas no mesmo perímetro.

Joana Una, que se recusou a dar informações ao Factual, afirmou temer que está infectada pelas doenças sexualmente transmissíveis. Ela perdeu, na noite de 23 de Novembro, cinco mil kwanzas, produtos de venda e o seu telemóvel.

De acordo com o corpo de segurança, tudo aconteceu muito rápido, pois não houve possibilidades de ela chamar por socorro.

"Os assaltos nestas áreas têm terminado com violações às senhoras e espancamento por parte de jovens, mercantes e não só. Os moradores dizem nada poder fazer senão a intervenção da Polícia, dado que se aproxima a quadra festiva", frisou.

Paulino Sicato, taxista, diz ser uma prática, nos últimos dias, de jovens desconhecidos assaltarem e violarem as senhoras que tardam em abandonar o mercado do Asa Branca.

"Os rapazes, de 18 a 20 anos de idade, assaltam à mão armada e fogem para o interior dos bairros Mãe Preta e Patrício, ou em ditectção à 7a avenida", fez saber.

Os moradores acusam a falta de policiamento durante o dia, pois a falta de luz eléctrica está a fomentar a prática de assaltos e violações nos bairros.

No discurso sobre o Estado da Nação, proferido no dia 18 de Outubro, o presidente da República, José Eduardo dos Santos, referiu que "o desafio de reduzir a zero o défice de energia eléctrica no País tem em curso a reabilitação das barragens do Gove, das Mabubas, de Lomaum e de Cambambe I, a ser concluída em 2012. Esses empreendimentos serão responsáveis por adicionar 295,6 megawatts ao sistema energético.

"Com vista a melhorar a sua situação, serão também instaladas centrais térmicas de geração de energia em 2011 e em 2012, em Cabinda, em Luanda, no Dundo, no Lubango, no Namibe, em Menongue, em Ondjiva, do Huambo e em Benguela", adiantou, na altura, José Eduardo dos Santos.

Mas, até hoje, muitas artérias continuam ofuscadas pela ineficiente distribuição da luz eléctrica.

Francisco Bussulo

3.12 Ambulantes apagam validade de produtos

Semanário Factual

De 10 a 17 de Dezembro de 2011

Essa adulteração acontece no seio de ambulantes, nos municípios de Viam, do Cazenga, do Sambizanga e de Cacuaco, cujos produtos perdem validade dentro de dias.

O Factual constatou tal realidade nos mercados do Asa Branca, do Kikolo, dos Kwanzas, do Hoji-Ya-Henda, do "Arreiu" e nos arredores do Cine São Paulo, no município do Sambizanga, locais de maior afluência e concentração de cidadãos que se dedicam à venda informal de produtos domésticos.

A situação está a deixar agastados os clientes e o corpo fiscal da Direcção Provincial dos Mercados e Feiras de Luanda. Os clientes, através das reclamações, escritas e telefónicas, deram a conhecer à Direcção Fiscal dos Mercados e ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC, mas o silêncio foi a única resposta. Simão Augusto, de 20 anos, vendedor ambulante no São Paulo, fez saber ao Factual que a adulteração da data de fabrico nos rótulos das embalagens de alguns produtos domésticos não é da responsabilidade dos ambulantes, mas das lojas que vendem, a grosso, os seus produtos aos mais diversos revendedores.

O Factual deslocou-se ao Hoji-ya-Henda, no Cazenga,

e a algumas ruas de Viana, de Cacucaco, do Sambizanga e do Cazenga, que concentram armazéns de venda de produtos, cujo destino para a revenda são os mercados do Asa Branca, dos Kwanzas, de Kikolo e de São Paulo. Nestes locais, o Factual constatou que produtos partem das lojas sem rotulagem e outros com rótulos de caducidade quase fosca, impossibilitando, deste modo, a verificação da autenticidade dos produtos aos clientes.

Os responsáveis destes armazéns, Malianos, senegaleses, congolese e ivoirenses, informaram ao Factual que, por conservação dos produtos em alta temperatura, como chouriço, carne e sumos, com a penetração da poeira perdem a cor das suas embalagens, transformando-as foscas e quase invisíveis.

“Que nenhum produto foi forjado a partir do seu rótulo”, vincaram.

De acordo com a Lei de Defesa do Consumidor, no seu art. 6º, ponto 1, “os bens e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, excepto os considerados normais e previsíveis em decorrência da sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito”.

Diante desta situação, os consumidores questionam a reparação dos danos, caso venham a contrair uma anomalia vocal, gástrica ou intestinal, uma vez que muitos armazéns não possuem direito de comercialização ao público.

O INADEC diz desconhecer esta realidade, mas pensa tomar medidas, penalizando os seus prevaricadores.

3.13 Demolição dos Kwanzas

Jornal AGORA
10 de Dezembro de 2011

A demolição do mercado dos Kwanzas, no Cazenga, está a preocupar os vendedores e as famílias que têm nele o ganha-pão.

Uns preferem manter-se em casa enquanto outros passaram a comercializar os produtos na via pública, dificultando as obras de reabilitação da estrada entre a refinaria e os armazéns da Arosfran.

Domingas Tussamba, 44 anos, vendedora há mais de oito no mercado, lamentou ao AGORA o facto de nada poder fazer depois de partirem a sua bancada.

“Vendia para sustentar os filhos, mas destruíram a

barraca, tornando a minha vida mais complicada, mas prefiro aguardar em casa por melhores dias”, contou.

A administração municipal defende que a praça era um local de muita confusão e impossibilitava a circulação de carros, motorizadas e peões.

Já foi demolida uma nave desalojando 45 vendedores que serão realojados depois da construção de uma nova feira nas imediações da antiga, segundo o administrador Tany Narciso. Quando esta será erguida, não se sabe ao certo.

3.14 Os homens das lagoas pescadores artesanais lutam contra os jacarés

Jornal de Angola
11 de Dezembro de 2011

Manuel dos santos, 57 anos, vive na aldeia Kiombe, a 20 quilómetros de Massangano (Cambambe). A sua principal fonte de rendimento é a pesca na lagoa. Sempre que vai à lagoa pesca 250 a 350 cacussos: “a centena do cacusso custa 800 Kwanzas”, diz o pescador. Daniel Alberto, 30 anos, e Artur Arlindo, 17, também pescam na lagoa de Kiombe. Os rendimentos são baixos mas dão para sustentar a família. “Ganhamos pouco porque os lucros são a dividir com o condutor da canoa e o aluguer da rede”, diz Daniel Alberto. Artur Arlindo começou na faina da pesca aos seis anos. Sabe tudo sobre a sua profissão. E também sabe que as redes duram pouco tempo: “o jacaré come o peixe que encontra capturado e às vezes engole pedaços da própria rede”. Quando o jacaré ataca, as redes ficam estragadas e é preciso fazer remendos. Ao fim de poucos meses são necessárias redes novas.

Cada um vive da sua canoa, escavada num tronco. Os artesãos que fabricam canoas cobram por cada uma dez mil kwanzas. Manuel dos Santos, soba e coordenador do grupo de pescadores de Kiombe, disse que o ideal era adquirir canoas industriais que mesmo sem motor permitem levar de uma vez três equipas. Das 11 necessárias, na aldeia só existe uma canoa industrial.

Na margem da lagoa, encravado nas montanhas, situase um bairro habitado por 45 pescadores e as suas famílias. O peixe que sobra é salgado ou fumado e depois vendido. Mas a maioria dos clientes procura peixe fresco da lagoa.

António Sebastião, pescador da aldeia, vai para a lagoa enquanto a mulher, Santa Domingos, escala e salga o peixe. “Em condições normais, a seca do cacusso escalado demora um dia e a seca do picado, três dias. Vendo a centena do cacusso seco a mil kwanzas, a 900 a centena

do picado e 1.200 kwanzas o peixe fumado”, diz Santa Domingos.

O bagre é uma variedade abundante na lagoa do Kiombe. Daniel Alberto diz que a captura desta espécie é difícil porque o bagre anda isolado, ao contrário do cacusso que vive em cardume.

3.15 Candongueiros são os principais causadores do caos no trânsito automóvel em Luanda

Jornal de Angola
13 de Dezembro de 2011

A circulação de viaturas na cidade de Luanda registou nos últimos oito anos inúmeras dificuldades. O aumento de veículos e o mau estado de algumas vias são apontados como as principais causas. A prática leva a concluir que também há problemas de ordem organizativa e regras que ao serem sistematicamente atropeladas concorrem para engarrafar o trânsito.

São sete horas da manhã. O movimento na estrada de Catete, no sentido de Viana para a Baixa de Luanda, é notório. Ana Samuel, funcionária pública, trabalha na zona da Sagrada Família.

O seu dia começou às seis e meia da manhã, altura em que deixa o filho na creche. O “corre-corre” é habitual no quotidiano da enfermeira Ana.

A desorganização do trânsito é a principal causa dos engarrafamentos, diz Ana Samuel, que lamenta a falta de educação e de ética por parte de muitos utentes da via pública. Ana Samuel aponta os taxistas como estando no topo dos prevaricadores.

No percurso Viana-Luanda as paragens dos candongueiros são motivo de engarrafamento. Tudo começa na travessia área da vila, exactamente na estação do comboio, seguindo-se as paragens do Incutal, Estalagem, Robaldina, Grafanil Bar, desvio da Asa Branca e por aí fora.

Nestes pontos, os candongueiros param uns ao lado dos outros “estreitando” a via. O taxista Jorge Bandua, que faz o percurso Estalagem/Congolenses, lamenta o facto das pessoas não entenderem a vida dos candongueiros.

Nas paragens de autocarros e candongueiros, a origem do engarrafamento são os peões. Em locais com travessias aéreas, como por exemplo na Vila de Viana e nos Congolenses, muitos peões abdicam da ponte e preferem atravessar a via enfrentando todos os perigos.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que, outro factor que dá origem aos engarrafamentos tem a ver com os vendedores ambulantes que ficam exactamente no

meio da via sobretudo em locais congestionados.

Os automobilistas dificilmente escapam da “armadilha” dos vendedores e volta e meia param, em muitos casos, no meio da via, para adquirir um ou outro produto dos vários que os jovens vendem. Ricardo Djamba, vendedor ambulante na Estalagem, reconhece o perigo que corre sobretudo por parte dos motociclistas que passam a grandes velocidades entre as viaturas.

Para o jovem zungueiro, todo o cuidado é pouco. Ao Jornal de Angola afirmou que, nesse tipo de negócio, é preciso prestar atenção às chamadas do cliente, porque os motociclistas “são os que menos nos respeitam e os que mais nos atropelam”.

Travessia de peões

As regras no espaço reservado à travessia de peões têm sido sistematicamente violadas. Os automobilistas, regra geral, param exactamente na travessia de peões.

Os taxistas abusam, é nas passadeiras que “embarcam” ou “desembarcam” passageiros. O automobilista Outra irregularidade nas passadeiras tem a ver com os vendedores e clientes que permanecem paradas na travessia de peões a fazer os seus negócios.

A permanência de veículos avariados durante muitas horas e em muitos casos sem serem devidamente sinalizados concorre, também, para o surgimento de engarrafamentos. Veículos longos, com particular realce para os autocarros de transportes públicos, que devido à sua dimensão não podem facilmente ser empurrados para a berma, criam frequentemente transtornos à via pública. Os roboteiros presentes em cada paragem de candongueiro constituem causas de engarrafamentos

O problema da chuva

A chuva não tem caldo com frequência em Luanda, mas quando aparece é sempre razão para inquietações. As vias secundárias estão em mau estado e não permitem uma circulação rodoviária fluida, originando engarrafamentos. O ambientalista Armando Manuel diz que é preciso dotar Luanda de condições uma rede de esgotos eficaz, para escoar a água da chuva.

Só com uma rede eficaz de saneamento básico é possível acabar com as inundações e com os danos causados pelas enxurradas na rede viária.

3.16 Programa “Táxi Jovem” arranca no

próximo ano

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2011

Um programa denominado “Táxi Jovem” vai ser implementado em 2012 nas 18 províncias, anunciou ontem, em Luanda, o director nacional dos Transportes Rodoviários.

Em declarações à Angop, Freitas Neto explicou que o programa consiste na mobilização de entidades públicas e privadas e na prestação de apoio institucional, com vista à constituição de cooperativas de táxi, a fim de facilitar, de modo organizado, a adesão dos jovens ao projecto.

“O programa tem como objectivo a criação de mais oportunidades de emprego à juventude”, sublinhou Freitas Neto. A iniciativa do Ministério dos Transportes, acrescentou, vai ser materializada em parceria com o Ministério da Juventude e Desportos.

O projecto, segundo Freitas Neto, é destinado a um estrato social que carece de atenção e apoio particular e está inserido nas acções do Executivo no sentido de aumentar a oferta de postos de trabalho e a melhoria da prestação dos serviços aos cidadãos.

Freitas Neto referiu que as cooperativas de táxi vão prestar um serviço público com taxímetro. O alto funcionário do Ministério dos Transportes sublinhou que o sector vai, igualmente, reforçar a obrigação, em 2012, da inspecção periódica das viaturas, em parceria com a Polícia Nacional.

“O carro em circulação tem de estar sujeito à inspecção técnica regular e o cumprimento desta obrigação legal é incentivo para a redução de acidentes nas estradas, para a preservação da vida e a qualidade do ambiente”, sustentou.

3.17 Venda ambulante preocupa governador

Jornal de Angola

17 de Dezembro de 2011

O Governador da província de Luanda, Bento Bento, esteve ontem na comuna do Bairro Operário, do município do Sambizanga, para se inteirar da situação do saneamento básico e da venda ambulante.

Bento Bento verificou as obras de reabilitação da rede do saneamento básico na Rua Sebastião Desta Vez e Moda Jovem, Avenida dos Combatentes e mercado de São Paulo. O Governador constatou a existência de muitos vendedores ambulantes a ocuparem passeios inteiros.

Bento Bento trocou impressões com os vendedores, aos quais transmitiu o seu desejo de ver a cidade cada vez mais limpa. Aconselhou-os a manter a limpeza dos locais públicos e a evitar o amontoamento de produtos nos passeios. Os vendedores manifestaram a necessidade haver de mais mercados na cidade.

Durante a visita, o Governador e presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares Ferreira, trocaram ideias sobre a solução dos problemas considerados “muito preocupantes”.

Nas principais vias rodoviárias do Sambizanga, nomeadamente as avenidas dos Combatentes e Cónego Manuel das Neves e nas imediações do mercado de São Paulo, são vendidos, nos passeios, bens alimentares, além de roupa e calçado provenientes do Brasil, China e Congo Brazaville. Esta actividade produz enormes quantidades de lixo e provoca dificuldades na circulação das pessoas e viaturas.

3.18 Novo mercado municipal aberto na vila da Humpata

Jornal de Angola

17 de Dezembro de 2011

Mais de 300 vendedores informais da vila da Tamana, no município da Humpata, 22 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, vão ser acolhidos no novo mercado municipal, aberto na última quarta-feira.

A infra-estrutura possui um posto de socorro, posto policial, talho, peixaria, salsicharia, padaria, armazéns, seis lojas, gabinete administrativo, parque de estacionamento para 700 viaturas, latrinas, espaço para a instalação de duas agências bancárias e outras dependências. Cerca de 78 milhões de kwanzas foram empregues na construção do mercado, em mais uma acção do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à fome e pobreza. As obras foram realizadas pela empresa de construção civil Socigest.

O encarregado de obras, Miguel António, revelou que estiveram envolvidos 60 trabalhadores, entre engenheiros de construção civil, pedreiros, electricistas, canalizadores e pintores.

Beneficia rios satisfeitos

Os beneficiários estão satisfeitos com a construção e abertura ao público do empreendimento, por livrar os feirantes e clientes da exposição ao ar livre.

Ana Maria, vendedora de hortícolas, afirmou que no antigo mercado os produtos eram expostos ao sol, o que contribuía para a sua má conservação. “Os produtos como a maçã, pêra, abacate, manga e hortaliças

estragavam-se depressa”, notou.

“A venda de produtos ao ar livre tem prejuízos para a saúde das pessoas”, reconheceu Ana Maria, acrescentando que agora cada utente tem um bom espaço para desenvolver a sua actividade.

Além disso, existe ainda uma área adjacente ao mercado destinada à sua expansão, para acolher todos os vendedores do antigo mercado paralelo.

A administradora municipal da Humpata, Maria do Céu, disse que o novo mercado confere maior dignidade aos vendedores e compradores, mas referiu que o antigo mercado paralelo ainda é uma referência para os clientes de outras províncias, como Luanda, Namibe, Benguela, Huambo, sobretudo devido à abundância de fruta, hortaliças e outros produtos do campo.

Maria do Céu sublinhou que o município recebeu 214 milhões de kwanzas, no quadro do programa de desenvolvimento rural e de combate à fome e pobreza, que estão a ser aplicados na construção de mais postos de saúde, escolas e reabilitação de vias terciárias, para permitir maior mobilidade nas trocas comerciais entre o campo e a cidade.

A responsável acrescentou que vão continuar a trabalhar para que os recursos sejam empregues com “rigor” em todas as localidades.

3.19 Subida de preços preocupa consumidores enquanto Inadec incentiva denúncias

*Jornal de Economia e Finanças
20 de Dezembro de 2011*

A azáfama dos peões que acorrem de um lado para outro, qual formigas em plena labuta no formigueiro, é a imagem marcante nos mercados informais e armazéns de referência na periferia da cidade de Luanda, nos dias que antecedem a comemoração do Natal.

Na diversidade de rostos e vestuário dos transeuntes, o único aspecto comum é a preocupação pela possibilidade de aumento dos preços dos produtos básicos, sobretudo daqueles que são necessários para uma comemoração condigna do dia de Natal e Ano Novo.

Duas semanas antes do Natal, a nossa equipa de reportagem deslocou-se aos mercados paralelos a fim de avaliar os níveis de preços e expectativas dos consumidores.

“Nessa altura do ano (Dezembro) os preços sobem”, afirmou Rosalina Bange, 26 anos, meio sorridente e simpática, mas que não se deixou fotografar.”Por isso

estou a prevenir-me agora, antes que tudo fique mais caro”, disse ao ser abordada pela nossa reportagem na avenida Cónego Manuel das Neves, no S. Paulo, vulgo “arreou-arreou”.

Enquanto consumidores temem por uma eventual subida de preços, os vendedores ambulantes regozijam-se e tiram proveito da situação. Tal é o caso de Zeferino Chimbele, 24 anos, que no mês de Outubro investiu todo o seu capital para comprar árvores de Natal, e outros adereços para a quadra festiva a preços baixos.

Há poucos dias do Natal

Zeferino aproveita a grande demanda para facturar o dobro ou o triplo do habitual.”Comprei quando os preços estavam baixos, agora estou a revender mais caro”revelou, para mais adiante acrescentar que antes facturava em média Kz 2.000 por dia com a venda de vassouras.”Agora, consigo mais de Kz 5.000 por dia”disse satisfeito.

Preços tendem a subir

A nossa reportagem constatou uma relativa estabilidade de preços, embora com tendência para aumento. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, o nível geral do Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Luanda registou uma variação de apenas 0,81 por cento entre o mês de Setembro e Outubro de 2011. No período referido, registou-se alguma escassez de produtos como tomate e frescos (costeleta e coxa), mas actualmente os preços estabilizaram. Segundo informações recolhidas no terreno, em relação à caixa de coxa houve mesmo uma redução do preço, tendo variado de kz 2.200 em Outubro para kz 1.700 em Dezembro. Contrariamente, os ovos subiram de preço. No mês passado, uma caixa com 12 cartões de ovos custava kz 6.000, agora o preço fixado é de kz 6.500 a 1kz 7.000 nos armazéns da Terra Nova. Quanto à batata e cebola os preços não versaram variações significativas.

De acordo com João Baptista, 24 anos, vendedor de tomate no mercado Catintó, a escassez de tomate que se registou anteriormente e o seu conseqüente encarecimento tiveram a ver com os problemas de escoamento. “Nós dependemos dos camionistas que transportam a produção das províncias até aqui, no mercado do Catintó. Quando há muito tomate o preço baixa, se há pouco tomate o preço aumenta”afirmou.

Quem corrobora com João e o Sr. Monteiro, camionista que transporta produtos agrícolas dos campos do wako kungo até Luanda.”Durante o trajecto ultrapassámos muitas dificuldades/ mas a principal dificuldade é o incómodo dos polícias na via, que estão sempre a pedir gasosa e a atrasar com as coisas”desabafou descontente. Apesar destes constrangimentos/ o camionista continua confiante no seu trabalho, que lhe rende kz 500 por cada

caixa de mercadoria transportada. Proprietário de uma carrinha com capacidade para 300, caixas, consegue em média kz 150.000 por cada viagem.

Especuladores

Em entrevista à RNA, a directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Elsa Bárber, considerou esta semana ser ainda diminuto o nível de respeito pelo consumidor. A funcionária do Ministério Comércio disse que para a quadra festiva que se avizinha o Inadec, a Polícia Económica e o Gabinete de Preços e Concorrência trabalham juntos na fiscalização de preços e de produtos à venda em todo o país. A criação de brigadas de prevenção à especulação tem sido a estratégia adoptada por estas instituições para detectar infracções

3.20 Agricultura familiar abastece mercado informal

Jornal Economia e Finanças
20 de Dezembro de 2011

No ano prestes a findar, o sector agrário consumiu, até Novembro último, pelo menos 67,5 milhões de dólares, do crédito agrícola de campanha, beneficiando 35 mil camponeses de 75 municípios em 17 das 18 províncias do país, do fundo público de USD 350 milhões.

Os Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) registaram em 2011, primeiro ano de materialização, uma aplicação financeira de 85 por cento, física de 70 por cento, reforço do fortalecimento da agricultura familiar e do crédito rural.

Segundo a Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, as percentagens correspondem a valores gastos, na reabilitação e construção de infra-estruturas sociais nas comunidades, como escolas, postos de saúde, jangos, infra-estruturas de fornecimento de, água e energia, assim como na concessão as populações de outros bens e serviços básicos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

As acções realizadas no quadro do primeiro ano de implementação dos programas integrados municipais traduzem parte do apoio que as autoridades administrativas angolanas concedem às comunidades, com vista à resolução das suas dificuldades de acesso à alimentação e de oportunidades na zona rural.

Este ano, os PMIDRCP geraram como benefícios concretos às comunidades a construção de infra-estruturas escolares, nas localidades onde não havia escolas, a instalação de estruturas prestadoras de serviços sociais básicos, assim como a sua ampliação e promoção.

“As comunidades beneficiaram principalmente de

escolas, porque na via muitas crianças fora do sistema normal de ensino e, neste particular, as comunidades já sentem e manifestam a sua satisfação pelos benefícios dos programas integrados municipais”, afirmou a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República.

Considerada a nova filosofia da erradicação da fome e da pobreza em Angola, são objectivos dos PMIDRCP a integração dos grupos vulneráveis da população na economia, melhoria do acesso aos serviços sociais básicos de assistência aos cidadãos e incentivo às comunidades para participar activamente nos processos de tomada de decisões a nível local.

De acordo com a Comissão Técnica de Acompanhamento do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola de Campanha, no total, o compromisso de crédito assumido pelos quatro bancos (Sol, BCI, BAI Micro-Finanças e BPC) é de 120 milhões de dólares.

Especialistas do sector bancário angolano estimam que o crédito agrícola, uma carteira financeira com um valor global de USD 350 milhões, dos quais 150 milhões para o crédito agrícola de campanha e 200 milhões para o de investimento, será concedido na íntegra até 2012.

A nível do crédito de campanha, o grosso do valor foi disponibilizado a camponeses familiares organizados em associações e cooperativas agropecuárias, enquanto o empréstimo ao investimento, este ano, pelo menos ainda não contemplou nenhum produtor, em função de os projectos afins submetidos ao BDA ainda aguardarem por parecer.

Face à perspectiva do aumento da produção, em virtude da concessão de mais meios financeiros aos produtores associados, também no ano prestes a findar, o Executivo deu início ao Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR), mediante a assinatura entre os bancos BPC, BAI Micro-finanças, Sol e o BDA de 20 milhões de dólares norte-americanos, o correspondente a cinco milhões para cada instituição bancária.

No quadro do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR), o Executivo definiu vários níveis de aplicação e de produtor de grande, média e pequena produção.

3.21 Kupatpatas sem documentos estão

proibidos de circular

Jornal de Angola

20 de Dezembro de 2011

O comandante municipal do Lobito da Polícia Nacional, Gabriel Capusso, afirmou ontem que a corporação vai apreender todos os moto-taxistas, vulgo "kupapatas", em circulação sem licença nem capacete de protecção.

Num encontro com jovens, promovido pela administração municipal, o responsável informou que 90 por cento dos acidentes rodoviários no município são provocados pelos moto-táxis.

Gabriel Capusso referiu que as pessoas interessadas em realizar o trabalho de moto-táxi devem possuir a licença de condução, livrete do veículo e o capacete de protecção. "Seremos implacáveis na tomada de medidas, sobretudo durante a quadra festiva, altura em que certos cidadãos, depois de consumirem bebidas alcoólicas, tendem a subverter a lei e a convivência pacífica", advertiu.

O comandante apelou aos promotores de espectáculos e festas a comunicar antecipadamente as suas actividades às entidades competentes, "sob pena de assumirem as consequências dos seus actos".

Gabriel Capusso aconselhou igualmente os munícipes do Lobito a denunciar os agentes que "em missão de serviço ou não ajam à margem da lei".

3.22 Executivo anuncia início de programa destinado à formalização da economia

Jornal de Angola

30 de Dezembro de 2011

Um Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) começa a ser aplicado em Janeiro no quadro de uma iniciativa legislativa do Executivo angolano a formalização do mercado, anunciou quarta-feira, em Luanda o ministro da Economia. Abraão Gourgel, que fala no acto de cumprimentos de fim de ano, indicou que o programa foi projectado pelo executivo depois de uma avaliação da sua imperiosidade, principalmente pela abrangência e pelo volume de postos de trabalho que podem proporcionar à economia. Ao elaboração do programa também teve em conta os reduzidos custos representados no fomento desse género de empresa e a sua imediata operacionalização, tão logo entre em vigor, em Janeiro, disse o ministro da Economia.

Abraão Gourgel confirmou que a Lei que institui esse programa já foi regulamentada, mas que aguardando pela sua aprovação pelo Executivo, apontando que ela

estabelece as normas relativas ao tratamento diferenciado que merecem as MPME, bem como as condições de acesso aos inerentes incentivos e facilidades previstas. Estão abrangidas nesta Lei, empresas que reúnam os pressupostos legais definidos, tornando possível o alcance de algumas metas do Executivo, como o fomento e desenvolvimento de MPME no sector privado em todo o território nacional, a formalização da economia, a provisão de emprego, o aumento da competitividade e a redução da fome e da pobreza.

O programa será aplicado por via do incentivo da iniciativa privada nacional e visa contribuir para a diversificação da economia, o aumento da produção interna e da oferta de bens essenciais. No discurso de fim de ano, o ministro revelou que o volume total de concessão de crédito agrícola de campanha que atingiu, em finais de Novembro, o equivalente a 67,5 milhões de dólares, uma soma que beneficiou 35.149 pequenos camponeses residentes em mais de 50 por cento dos municípios de 17 das 18 províncias de Angola.

Com relação ao Crédito Agrícola de Investimento, o ministro da Economia disse que já teve lugar o arranque efectivo do segundo pacote, em que o Banco de Desenvolvimento Angola (BDA) assume o papel de banco gestor, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

"Dos 200 milhões de dólares que constituíram o pacote disponibilizado pelo Ministério das Finanças para o FND, 100 milhões foram reservados para o crédito agrícola de investimento", revelou o ministro.

3.23 Economia informal será legalizada em 2012

Novo Jornal

30 de Dezembro de 2011

O governo deverá reconverter a economia informal em formal através de um programa piloto a iniciar no segundo trimestre de 2012, anunciou nesta quarta-feira o ministro da Economia, Abraão Pio Gourgel.

Neste momento está em curso uma pesquisa de campo em regiões escolhidas como amostra, de modo a apurar-se qual é a dimensão do sector informal da economia e quais as características básicas desse sector.

O anúncio da desinformalização da economia angolana, foi feito durante a cerimónia de cumprimentos de fim de ano aos funcionários e quadros do Ministério da Economia (MINEC), tendo Abraão Gourgel referido que o programa visa contribuir para a segurança dos negócios actualmente praticados no mercado informal, diminuir o grau de informalidade.

Inclui ainda a promoção do emprego em condições dignas, contribuir para a segurança dos consumidores, na melhoria da arrecadação fiscal do Estado e o aumento do índice de bancarização.

Na sua intervenção, o governante considerou as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), a verdadeira base do desenvolvimento, devido a sua abrangência social, territorial e dinâmica em gerar concorrência e efeito directo sobre o mercado de emprego.

Nesse sentido informou que as MPME deverão possuir um tratamento diferenciado e condições de acesso aos respectivos incentivos e facilidades, uma vez que a lei que cria esta franja de empresas no país (Lei 30/11) já foi regulamentada e espera ser aprovada pelo Executivo. Estão abrangidas por este diploma, as empresas que tenham em vista o alcance de metas como, o fomento e desenvolvimento de MPME no sector privado em todo o país, a formalização da economia, promoção de emprego, aumento da competitividade e redução da pobreza.

Segundo o Ministro da Economia, o programa de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas está voltado para o incentivo da iniciativa privada nacional e visa contribuir para a diversificação da economia, o aumento da produção interna e da oferta de bens essenciais e a redução das assimetrias regionais.

Prevê ainda o aumento do nível de competitividade da economia face aos parceiros da 'Africa Subsaariana, no qual o Estado angolano reserva para as MPME em 2012 um orçamento de 400 Millhões de dólares.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Como advogar o processo na concepção do orçamento

A voz da mulher

Janeiro a Junho de 2011

Tendo em conta a necessidade do aumento do conhecimento dos técnicos que devem conduzir o processo de advocacia, bem como os que devem ser envolvidos como beneficiários e como protagonistas, foi realizado um Workshop sobre Processo de Elaboração de OGE e Orçamentos Municipais, com o objectivo de ajudar os municípios e os próprios membros da PMA no reforço de capacidades sobre a elaboração de orçamentos municipais para que os problemas da comunidade possam ser inclusos e aprovados nos orçamentos.

Na mesma senda, destaca-se a participação da Coordenadora do projecto e uma a Secretária no Workshop sobre processos de elaboração do OGE realizado na província de Benguela município da Ganda, promovida pela organização Acção Mngolana para o Melhoramento e Apoio ao meio Rural, o qual proporcionou aos participantes um momento importante de intercâmbio e aprendizagem com as organizações envolvidas.

Em termos de conteúdos abordados durante a formação destaca-se: a questão do enquadramento legal e institucional, o processo e calendário orçamental, a estrutura e conteúdo do OGE, os orçamentos municipais, controle Orçamental bem como os mecanismos de consulta do OGE, incluindo a noção de como fazer a leitura de números no OGE.

Os resultados das formações sirvam de base de intervenção da PMA na temática de advocacia a favor de um orçamento mais inclusivo as questões de género.

4.2 Dívida geral de Angola está orçada em 31,4 milhões de dólares

Jornal Continente

Dezembro de 2011

De acordo com o governante, a dívida externa é de 17,8 mil milhões de dólares, enquanto a interna ronda os 13,6 mil milhões.

Afirmou que a dívida interna do país resulta das emissões de obrigações e dos bilhetes de tesouro, instrumentos que servem para financiar o Programa de Investimento Público em curso e antecipar as receitas em função dos planos mensais de caixa, respectivamente.

Relativamente à dívida externa, o ministro disse que, entre outros, o país deve 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões à Portugal e 1,2 mil milhões à Espanha.

Carlos Alberto Lopes referiu que o governo angolano prevê para 2012 uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 12,8% nos dois sectores da economia - petrolífero e não petrolífero. Esclareceu que o crescimento será equilibrado nos dois sectores. "Está assegurado e é real, isto significa dizer que as quantidades a produzir no próximo ano vão representar um acréscimo de 12,8% em relação a 2011".

O Governo pode garantir, através do Fundo de Fomento Habitacional, 80% do valor do crédito para a compra de uma moradia, independentemente do projecto de habitação social, informou.

Na opinião do ministro, o valor ideal para uma casa social seria de 60 mil dólares norte-americanos, mas mostrou-se céptico quanto à questão se se vai debater este preço porque, na sua opinião, "nós temos um mercado aonde há disfunções muito sérias no domínio da formação de preços e ainda especulativo", sublinhando ser necessário que o Governo trabalhe no domínio do controlo de preços. Quanto à possibilidade de os cidadãos de baixa renda adquirem uma habitação numa centralidade, tendo em conta o preço que avançou para a venda de uma casa social, referiu que o conceito de centralidades não é apenas visto numa óptica de moradias de luxo.

Na centralidade do Kilamba, continuou, também estão a ser desenvolvidos projectos de casas sociais para permitir que não haja segregação em termos da classe média alta, média e a baixa, que deve beneficiar de todas as facilidades que o lugar oferece.

"O Estado tem que actuar no sentido de proteger os cidadãos com menos posse, está é a função social do Estado", concluiu.

4.3 Dívida geral de Angola está orçada em 31,4 milhões de dólares

Jornal Continente
Dezembro de 2011

De acordo com o governante, a dívida externa é de 17,8 mil milhões de dólares, enquanto a interna ronda os 13,6 mil milhões.

Afirmou que a dívida interna do país resulta das emissões de obrigações e dos bilhetes de tesouro, instrumentos que servem para financiar o Programa de Investimento Público em curso e antecipar as receitas em função dos planos mensais de caixa, respectivamente.

Relativamente à dívida externa, o ministro disse que, entre outros, o país deve 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões à Portugal e 1,2 mil milhões à Espanha.

Carlos Alberto Lopes referiu que o governo angolano prevê para 2012 uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 12,8% nos dois sectores da economia - petrolífero e não petrolífero. Esclareceu que o crescimento será equilibrado nos dois sectores. "Está assegurado e é real, isto significa dizer que as quantidades a produzir no próximo ano vão representar um acréscimo de 12,8% em relação a 2011".

O Governo pode garantir, através do Fundo de Fomento Habitacional, 80% do valor do crédito para a compra de uma moradia, independentemente do projecto de habitação social, informou.

Na opinião do ministro, o valor ideal para uma casa social seria de 60 mil dólares norte-americanos, mas mostrou-se céptico quanto à questão se se vai debater este preço porque, na sua opinião, "nós temos um mercado aonde há disfunções muito sérias no domínio da formação de preços e ainda especulativo", sublinhando ser necessário que o Governo trabalhe no domínio do controlo de preços. Quanto à possibilidade de os cidadãos de baixa renda adquirem uma habitação numa centralidade, tendo em conta o preço que avançou para a venda de uma casa social, referiu que o conceito de centralidades não é apenas visto numa óptica de moradias de luxo.

Na centralidade do Kilamba, continuou, também estão a ser desenvolvidos projectos de casas sociais para permitir que não haja segregação em termos da classe média alta, média e a baixa, que deve beneficiar de todas as facilidades que o lugar oferece.

"O Estado tem que actuar no sentido de proteger os cidadãos com menos posse, está é a função social do Estado", concluiu.

4.4 Angola deve mesmo 31,4 biliões de dólares?

Jornal AGORA
03 DE Dezembro de 2011

As recentes declarações do ministro das Finanças podem ter agravado ainda mais as já contínuas incertezas sobre o valor real da dívida do Estado, tendo em conta os relatórios de vários estudos publicados, este ano, por agências especializadas.

Carlos Alberto Lopes terá escangalhado as portas considerando que estava a contradizer o Chefe do Executivo, quando falava no programa Espaço Público da TPA, onde revelou que os empréstimos ao país estavam orçados em, pelo menos, 31,4 mil milhões de dólares.

Estas revelações surgem tardiamente, colocando interrogações em relação aos pronunciamentos do Presidente da República, no seu discurso sobre o 'Estado da Nação', onde omitiu o valor real, garantido aos deputados que a evolução da mesma se enquadrava nos coeficientes internacionalmente aceitáveis, quanto ao volume e custos.

Mesmo que persistam os trocadilhos entre as palavras do PR e do titular das Finanças, o país ficou a saber pelas revelações deste último que a dívida externa é de 17,8 mil milhões de dólares, quando em Março rondava os 15 mil milhões, enquanto a interna ronda os 13,6 mil milhões, contra os cerca de 11 mil milhões registados no mês em referência.

A dívida interna resulta das emissões de obrigações e dos bilhetes do Tesouro, instrumentos que servem para financiar o Programa de Investimento Público em curso e antecipar as receitas em função dos planos mensais de caixa.

Relativamente à externa, o ministro deixou muitas dúvidas ao não indicar as modalidades de reembolso dos empréstimos, avançando apenas que o país deve 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões a Portugal e 1,2 mil milhões à Espanha. Em Novembro último, recebeu-se mais um 'kilapi' de 130 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (Fmi), do acordo 'stand by' assinado em 2009 num valor de 1,4 mil milhões de dólares, embora os custos deste empréstimo nunca foram revelados.

A estas omissões, talvez estratégicas, visto que os dados não correspondem à realidade, junta-se a linha de crédito do Banco Mundial e dos Estados Unidos para a recuperação de infra-estruturas de abastecimento de água no meio rural, a luta contra a malária e o combate ao HIV Sida.

No leque dos créditos importa lembrar que há dois anos, a quando da visita do PR a Alemanha, Angola beneficiou de mais um crédito de 1,5 mil milhões de dólares, empréstimo este que serve

de apoio aos investimentos germânicos no sector da energia e apoio às exportações dos empresários alemães.

Mesmo que seja prioridade da agenda do Executivo a manutenção e estabilidade macroeconómica, estamos seguros de que a dívida pública cresce todos os dias, com a abertura de novas linhas e sob o olhar silencioso dos deputados.

A avaliação feita em Março por Carlos Lopes apontava um rácio de 28 mil milhões de dólares, no conjunto dos países credores, correspondendo a 30% do Produto Interno Bruto (Pib), sendo mais de 15 mil milhões, externa, que incluía a contratada pelo sector público empresarial.

Quanto à gestão do risco do montante total, na altura 8,289 mil milhões de dólares, eram a nível interno com a emissão das obrigações e bilhetes do Tesouro, enquanto os restantes 2.745 mil milhões reflectiam a dívida interna contratual remanescente, perfazendo um total de 11.034 mil milhões.

Ultrapassado o ano de transição da crise financeira, os atrasados dos pagamentos com as construtoras portuguesas, fornecedores do Estado e sobre facturações na despesa pública, tiveram efeitos negativos na gestão financeira este ano.

O aumento exponencial do volume dos empréstimos incide desfavoravelmente nas reduzidas receitas públicas. Motivado pela volatilidade do preço do petróleo, induzido pela especulação financeira que abalou as economias mais robustas, a falta de transparência agrava ainda mais a nossa situação completamente confusa.

Optimismo. Embora o Chefe do Executivo tenha manifestado o optimismo da sustentabilidade dos nossos empréstimos em virtude da projecção do crescimento económico, analistas acreditam que precisamos de reduzir a exposição ao mercado externo, desenvolvendo outros sectores para a diversificação da economia.

A projecção económica do Executivo prevê para 2012 uma taxa de crescimento do Pib na ordem dos 12, 8% nos sectores petrolífero e não petrolífero, perspectivando-se, neste caso, um aumento equilibrado e criação de mais empregos, o que permitiria a distribuição equilibrada dos rendimentos do país.

“Está assegurado e é real, isto significa dizer que as quantidades a produzir no próximo ano representarão um acréscimo de 12,8% em relação a 2011”, garantiu o PR.

Quanto ao programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas, Angola contará, de acordo com o ministro, com um financiamento do Estado de 274 milhões de dólares no próximo ano, idealizando, desta forma, ser um valor necessário para a execução plena do projecto que pretende criar 300 mil postos de trabalho, aumentar o número de empresas nacionais e reduzir a taxa de falência.

Apesar de estarmos a viver um momento relativamente difícil, em termos de produção interna, a intenção primordial da política doméstica é dinamizar os empreendedores privados e apoiá-los nas áreas de maior necessidade, consubstanciadas no financiamento, qualidade do capital humano, apoio na desburocratização do sistema de privatização de empresas e ao consumo da produção.

No quadro da estabilidade financeira e segurança alimentar serão usados mecanismos de mercado, informando o público sobre as facilidades criadas, devendo as empresas dirigirem-se aos bancos comerciais para obterem crédito, que terá garantia pública e beneficiará de uma taxa de juro bonificada, embora seja uma promessa que já se arrasta há vários anos.

Vistas as coisas por este prisma é natural que ocorram aprofundamentos nas relações económicas, financeiras e políticas com os países credores, reduzindo a dependência na importação de capital e serviços.

A falta de transparência relativamente aos financiamentos da China adensa a dívida externa que se calcula confusa com pagamentos das remessas do petróleo, embora não seja um indicador que meta medo ao Fmi, Bm e às autoridades angolanas.

Por uma questão de clarificação e estarmos todos alinhados, em termos de informações oficiais é fundamental referir que a dívida total do país deve ser gerida de forma aberta e sejam divulgados os métodos de reembolso e a sua duração.

O índice internacional de referência em relação ao endividamento dos países, no conceito do Pib e do Produto Nacional Bruto, é de 50%”, mas no caso angolano as coisas podem complicar-se com o aumento do fantasma dos atrasados remanescentes, apesar do esforço do Estado em regularizar os pagamentos particularmente com as empreiteiras portuguesas.

De recordar que este não foi o quadro do empréstimo global que as principais agências de notação, Fitch, Moody's e Standard and Poor's, encontraram em Maio último, quando fizeram a primeira avaliação de 2011 da classificação da notação soberana, iniciada o ano passado.

A determinação da classificação do risco soberano implica a avaliação da situação financeira e macroeconómica do país, face às condições do mercado mundial, à opinião de especialistas da iniciativa privada e a outros aspectos vitais do país, mesmo com os efeitos negativos produzidos pela crise internacional.

Este quadro desenha-se numa altura em que o Banco Nacional reconhece que depois da conturbada situação económica pela qual o país passou devido à crise financeira, regista-se uma estabilidade nos principais indicadores, particularmente na política fiscal, cambial e a relativa robustez do sistema financeiro.

A sustentabilidade do crescimento económico continuará assente na implementação de políticas que possam permitir uma redução significativa das taxas de juro. A preocupação, neste momento, recai para a concessão de créditos por parte dos bancos comerciais e os seus reembolsos.

Apesar de tudo ou mesmo assim, diz a velha máxima que, através do asfalto continuam a brotar as flores e o petróleo paga as dívidas do país aos seus credores.

4.5 O representante fiscal no futuro ordenamento jurídico

Jornal de Angola
01 de Dezembro de 2011

No âmbito da reforma tributária em curso no nosso país vão ser brevemente aprovados diversos diplomas legais de entre os quais o novo Código Geral Tributário, que se prevê vir a introduzir modificações relevantes no ordenamento jurídico tributário, interessando-nos aqui focar especialmente a figura do representante fiscal.

De acordo com o novo Código Geral Tributário, as entidades que não tenham sede ou direcção efectiva et:n território angolano e que obtenham qualquer tipo de rendimentos em Angola estão obrigadas a nomear um representante fiscal que responda por elas perante a Administração Tributária. Como excepção, ficam desonerados desta obrigação os contribuintes que obtenham rendimentos exclusivamente tributados por retenção na fonte.

Também os sócios não residentes de sociedades com sede ou direcção efectiva em território nacional, que aqui obtenham rendimentos ou possuam bens ficam obrigados à nomeação de representante fiscal.

Esta obrigação é estabelecida no interesse das entidades não residentes, designadamente para intervir no procedimento tributário, uma vez que, para estas entidades

ou para os sujeitos passivos residentes que se ausentem do país por período superior a 180 dias seguidos (tidos como sujeitos passivos não residentes) poderem intervir em tal procedimento vai ser sempre obrigatória a nomeação de representante fiscal.

A nomeação do representante fiscal é também do interesse da Administração Tributária que assim garante um ponto de contacto permanente em território angolano, desenvolvendo-se, desta forma, um importante mecanismo no combate à fraude e à evasão fiscal.

O representante fiscal é nomeado pelo não residente, bastando para tal entregar na repartição fiscal declaração expressa nesse sentido, passando toda a correspondência do contribuinte não residente a ser enviada para o representante fiscal. Este presume-se ainda como responsável pelas dívidas fiscais do não residente no caso de não haver outra pessoa designada como gestor de bens ou de direitos do representado.

Caso exista um gestor de bens ou direitos deve o representante fiscal proceder à sua identificação junto da Administração Tributária, assim afastando-se a sua responsabilização por dívidas tributárias do representado. Podem ser nomeados como representantes fiscais pessoas singulares ou colectivas, desde que seja residente em território angolano ou com sede em território nacional, ficando estes obrigados ao cumprimento de todas as obrigações declarativas, nomeadamente à prestação de todos os esclarecimentos que sejam pedidos pela Administração Tributária, ficando responsável por todas as infracções jurídico tributárias decorrentes das suas acções ou omissões.

Do regime apresentado resulta inequívoco que se pretende a centralização das relações tributárias em pessoas fisicamente presentes em território nacional, não reconhecendo capacidade para o exercício de direitos a pessoas e entidades não residentes em Angola. E neste enquadramento que deve ser compreendida a figura do representante fiscal.

Os direitos estão, então, dependentes da designação prévia de representante fiscal, afigurando-se conveniente realçar que a ausência de um representante fiscal nas situações em que é exigível a sua nomeação implica a não notificação do contribuinte e a impossibilidade de reclamação, impugnação ou recurso dos actos da administração tributária.

A título sancionatório, a não entrega ou entrega fora de prazo de declaração ou documento exigível em virtude de alguma norma em vigor, ou a pedido da Administração Tributária ao abrigo do princípio da colaboração, por falta de designação de representante fiscal é punida com multa, expressos em UCF, de 8.800 a 22 mil kwanzas. Em jeito de conclusão, podem-se apontar como princi-

país vantagens do regime de nomeação de representante fiscal, a fixação em Angola demorada para efeitos fiscais para contribuintes não residentes, envio das notificações directamente ao representante em território nacional, permitindo o cumprimento dos prazos, bem como a tramitação do procedimento tributário sem necessidade da presença do sujeito passivo e a facilitação do cumprimento das obrigações administrativas por parte dos sujeitos passivos não residentes. Assim, removem-se alguns obstáculos ao investimento estrangeiro, por um lado, e, por outro, preservam-se os direitos de tributação de Angola.

4.6 País é o mais corrupto da Lusofonia

Jornal AGORA

02 DE Dezembro de 2011

O País obteve 2.0 pontos em 2010, ocupou igualmente o 168º lugar, tendo então alcançado 1.9 pontos -, e outro lusófono, São Tomé e Príncipe subiu um lugar, passando da 101.8 posição para a 100.8, mantendo os mesmos 3.0 pontos do ano passado. Angola mantém, assim, o 168º lugar entre os 183 observados no sector público.

Os países mais bem colocados são a Nova Zelândia (9.5 pontos), que trocou com a Dinamarca, agora em segundo lugar, seguindo-se a Finlândia, ambas com 9.4 pontos.

O mais corrupto do mundo, segundo a tabela, continua a ser em 2011 a Somália, seguida da Coreia do Norte, ambas com 1.0 pontos e Birmânia (1.5 pontos).

O índice de Percepção da Corrupção (Ipc) da Transparência Internacional é um indicador agregado, que combina 17 diferentes fontes de informação fornecidas por 13 organizações diferentes sobre a corrupção, tornando-se possível fazer comparações entre países.

A Organização não-governamental (Ong) tem como principal objectivo a luta contra a corrupção. Foi fundada em Março de 1993 e tem sede em Berlim. É conhecida pela produção anual de um relatório no qual se analisam os índices de percepção de corrupção no mundo.

O relatório coloca Portugal em pior lugar em mais de metade dos países da União Europeia, mantendo a 32.8 posição do Ipc divulgado esta quinta-feira pela Ong no quadro de 183 países e territórios, com a falta de resolução de mega processos envolvendo políticos a contribuir para a ausência de melhorias.

Apesar de ter escalado um lugar no mapa da Europa em 2011, ao conquistar o 18.º posto, Portugal continua apenas à frente de Malta, Itália, Grécia e dos países do Leste.

A estagnação relativamente à pontuação alcançada em 2010 subiu uma décima de 6.0 para 6.1 numa escala em que 10 significa livre de corrupção e zero altamente corrupto - espelha a falta de progressos na forma como o país é percebido no que concerne à corrupção.

O ípc 2011 mostra que o fenómeno continua a atingir um número muito elevado de países e territórios em todo o mundo e que "alguns governos estão a falhar na protecção dos cidadãos" face ao fenómeno que se manifesta de várias formas, desde subornos ao abuso dos recursos públicos.

"Os protestos que vão emergindo por todo o mundo, tantas vezes alimentados pela corrupção e pela instabilidade económica, são uma demonstração clara da desconfiança dos cidadãos face aos líderes políticos e instituições públicas, considerados pouco transparentes e insuficientemente responsabilizados pelos seus actos", lê-se numa nota do capítulo português da organização.

4.7 Angola deve mesmo 31,4 biliões de dólares?

Jornal AGORA

03 DE Dezembro de 2011

As recentes declarações do ministro das Finanças podem ter agravado ainda mais as já contínuas incertezas sobre o valor real da dívida do Estado, tendo em conta os relatórios de vários estudos publicados, este ano, por agências especializadas.

Carlos Alberto Lopes terá escangalhado as portas considerando que estava a contradizer o Chefe do Executivo, quando falava no programa Espaço Público da TPA, onde revelou que os empréstimos ao país estavam orçados em, pelo menos, 31,4 mil milhões de dólares.

Estas revelações surgem tardiamente, colocando interrogações em relação aos pronunciamentos do Presidente da República, no seu discurso sobre o 'Estado da Nação', onde omitiu o valor real, garantido aos deputados que a evolução da mesma se enquadrava nos coeficientes internacionalmente aceitáveis, quanto ao volume e custos.

Mesmo que persistam os trocadilhos entre as palavras do PR e do titular das Finanças, o país ficou a saber pelas revelações deste último que a dívida externa é de 17,8 mil milhões de dólares, quando em Março rondava os 15 mil milhões, enquanto a interna ronda os 13,6 mil milhões, contra os cerca de 11 mil milhões registados no mês em referência.

A dívida interna resulta das emissões de obrigações e dos bilhetes do Tesouro, instrumentos que servem para financiar o Programa de Investimento Público em curso e antecipar as receitas em função dos planos mensais de caixa.

Relativamente à externa, o ministro deixou muitas dúvidas ao não indicar as modalidades de reembolso dos empréstimos, avançando apenas que o país deve 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões a Portugal e 1,2 mil milhões à Espanha. Em Novembro último, recebeu-se mais um ‘kilapi’ de 130 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (Fmi), do acordo ‘stand by’ assinado em 2009 num valor de 1,4 mil milhões de dólares, embora os custos deste empréstimo nunca foram revelados.

A estas omissões, talvez estratégicas, visto que os dados não correspondem à realidade, junta-se a linha de crédito do Banco Mundial e dos Estados Unidos para a recuperação de infra-estruturas de abastecimento de água no meio rural, a luta contra a malária e o combate ao HIV Sida.

No leque dos créditos importa lembrar que há dois anos, a quando da visita do PR a Alemanha, Angola beneficiou de mais um crédito de 1,5 mil milhões de dólares, empréstimo este que serve de apoio aos investimentos germânicos no sector da energia e apoio às exportações dos empresários alemães.

Mesmo que seja prioridade da agenda do Executivo a manutenção e estabilidade macroeconómica, estamos seguros de que a dívida pública cresce todos os dias, com a abertura de novas linhas e sob o olhar silencioso dos deputados.

A avaliação feita em Março por Carlos Lopes apontava um rácio de 28 mil milhões de dólares, no conjunto dos países credores, correspondendo a 30% do Produto Interno Bruto (Pib), sendo mais de 15 mil milhões, externa, que incluía a contratada pelo sector público empresarial.

Quanto à gestão do risco do montante total, na altura 8,289 mil milhões de dólares, eram a nível interno com a emissão das obrigações e bilhetes do Tesouro, enquanto os restantes 2.745 mil milhões reflectiam a dívida interna contratual remanescente, perfazendo um total de 11.034 mil milhões.

Ultrapassado o ano de transição da crise financeira, os atrasados dos pagamentos com as construtoras portuguesas, fornecedores do Estado e sobre facturações na despesa pública, tiveram efeitos negativos na gestão financeira este ano.

O aumento exponencial do volume dos empréstimos incide desfavoravelmente nas reduzidas receitas públi-

cas. Motivado pela volatilidade do preço do petróleo, induzido pela especulação financeira que abalou as economias mais robustas, a falta de transparência agrava ainda mais a nossa situação completamente confusa.

Optimismo. Embora o Chefe do Executivo tenha manifestado o optimismo da sustentabilidade dos nossos empréstimos em virtude da projecção do crescimento económico, analistas acreditam que precisamos de reduzir a exposição ao mercado externo, desenvolvendo outros sectores para a diversificação da economia.

A projecção económica do Executivo prevê para 2012 uma taxa de crescimento do Pib na ordem dos 12, 8% nos sectores petrolífero e não petrolífero, perspectivando-se, neste caso, um aumento equilibrado e criação de mais empregos, o que permitiria a distribuição equilibrada dos rendimentos do país. “Está assegurado e é real, isto significa dizer que as quantidades a produzir no próximo ano representarão um acréscimo de 12,8% em relação a 2011”, garantiu o PR.

Quanto ao programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas, Angola contará, de acordo com o ministro, com um financiamento do Estado de 274 milhões de dólares no próximo ano, idealizando, desta forma, ser um valor necessário para a execução plena do projecto que pretende criar 300 mil postos de trabalho, aumentar o número de empresas nacionais e reduzir a taxa de falência.

Apesar de estarmos a viver um momento relativamente difícil, em termos de produção interna, a intenção primordial da política doméstica é dinamizar os empreendedores privados e apoiá-los nas áreas de maior necessidade, consubstanciadas no financiamento, qualidade do capital humano, apoio na desburocratização do sistema de privatização de empresas e ao consumo da produção.

No quadro da estabilidade financeira e segurança alimentar serão usados mecanismos de mercado, informando o público sobre as facilidades criadas, devendo as empresas dirigirem-se aos bancos comerciais para obterem crédito, que terá garantia pública e beneficiará de uma taxa de juro bonificada, embora seja uma promessa que já se arrasta há vários anos.

Vistas as coisas por este prisma é natural que ocorram aprofundamentos nas relações económicas, financeiras e políticas com os países credores, reduzindo a dependência na importação de capital e serviços.

A falta de transparência relativamente aos financiamentos da China adensa a dívida externa que se calcula confusa com pagamentos das remessas do petróleo,

embora não seja um indicador que meta medo ao Fmi, Bm e às autoridades angolanas.

Por uma questão de clarificação e estarmos todos alinhados, em termos de informações oficiais é fundamental referir que a dívida total do país deve ser gerida de forma aberta e sejam divulgados os métodos de reembolso e a sua duração.

O índice internacional de referência em relação ao endividamento dos países, no conceito do Pib e do Produto Nacional Bruto, é de 50%”, mas no caso angolano as coisas podem complicar-se com o aumento do fantasma dos atrasados remanescentes, apesar do esforço do Estado em regularizar os pagamentos particularmente com as empreiteiras portuguesas.

De recordar que este não foi o quadro do empréstimo global que as principais agências de notação, Fitch, Moody's e Standard and Poor's, encontraram em Maio último, quando fizeram a primeira avaliação de 2011 da classificação da notação soberana, iniciada o ano passado.

A determinação da classificação do risco soberano implica a avaliação da situação financeira e macroeconómica do país, face às condições do mercado mundial, à opinião de especialistas da iniciativa privada e a outros aspectos vitais do país, mesmo com os efeitos negativos produzidos pela crise internacional.

Este quadro desenha-se numa altura em que o Banco Nacional reconhece que depois da conturbada situação económica pela qual o país passou devido à crise financeira, regista-se uma estabilidade nos principais indicadores, particularmente na política fiscal, cambial e a relativa robustez do sistema financeiro.

A sustentabilidade do crescimento económico continuará assente na implementação de políticas que possam permitir uma redução significativa das taxas de juro. A preocupação, neste momento, recai para a concessão de créditos por parte dos bancos comerciais e os seus reembolsos.

Apesar de tudo ou mesmo assim, diz a velha máxima que, através do asfalto continuam a brotar as flores e o petróleo paga as dívidas do país aos seus credores.

4.8 Parlamento vota OGE para 2012

Jornal de Angola

07 de Dezembro de 2011

A Assembleia Nacional reúne-se amanhã e sexta-feira, em Luanda, na sua IV sessão plenária, para votar em definitivo a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2012. A agenda da reunião inclui ainda a votação final dos projectos de Lei orgânica sobre as eleições gerais, registo e observação eleitoral.

4.9 Orçamento Geral do Estado é votado hoje

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2011

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano é hoje discutido e votado em definitivo na Assembleia Nacional. O instrumento programático para o exercício económico do próximo ano tem receitas estimadas em 4,4 triliões de Kwanzas e igual montante em despesas.

O OGE vai à discussão e aprovação do Parlamento, depois de discutido nas últimas semanas nas comissões de especialidade O OGE, com receitas e despesas no valor de 4.420.483.285.532 de kwanzas, dedica parte considerável dos recursos disponíveis à melhoria das condições de vida das populações, estabilidade e segurança nacional e ao desenvolvimento socio-económico do país. Sobre as normas relativas à execução, o OGE reafirma o compromisso do Estado com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia.

O documento prevê um aumento significativo na taxa de crescimento real da economia, saindo dos 3,4 por cento deste ano para 12,8 por cento em 2012, enquanto a meta de inflação é estimada em 10 por cento.

O Orçamento Geral do Estado para 2012 prevê igualmente um aumento substancial das receitas do sector não petrolífero, de 7,5 por cento em 2011, para 12,5 em 2012.

O Executivo prevê uma produção petrolífera de 6662,7 milhões de barris, a serem vendidos ao preço médio de exportação de 77 dólares/barril, cifrando-se a taxa de crescimento deste sector em 13,4 por cento.

4.10 Orçamento Geral do Estado é votado hoje

Jornal de Angola
08 de Dezembro de 2011

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano é hoje discutido e votado em definitivo na Assembleia Nacional. O instrumento programático para o exercício económico do próximo ano tem receitas estimadas em 4,4 triliões de Kwanzas e igual montante em despesas.

O OGE vai à discussão e aprovação do Parlamento, depois de discutido nas últimas semanas nas comissões de especialidade. O OGE, com receitas e despesas no valor de 4.420.483.285.532 de kwanzas, dedica parte considerável dos recursos disponíveis à melhoria das condições de vida das populações, estabilidade e segurança nacional e ao desenvolvimento socio-económico do país. Sobre as normas relativas à execução, o OGE reafirma o compromisso do Estado com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia.

O documento prevê um aumento significativo na taxa de crescimento real da economia, saindo dos 3,4 por cento deste ano para 12,8 por cento em 2012, enquanto a meta de inflação é estimada em 10 por cento.

O Orçamento Geral do Estado para 2012 prevê igualmente um aumento substancial das receitas do sector não petrolífero, de 7,5 por cento em 2011, para 12,5 em 2012.

O Executivo prevê uma produção petrolífera de 6662,7 milhões de barris, a serem vendidos ao preço médio de exportação de 77 dólares/barril, cifrando-se a taxa de crescimento deste sector em 13,4 por cento.

4.11 Parlamento exige clareza no Orçamento Geral do Estado

Jornal Expansão
09 de Dezembro de 2011

A constatação foi transmitida durante uma reunião entre a equipa económica do Executivo e a 2ª, 4ª e 5ª comissões de especialidade (sendo esta última a de economia e finanças), num documento de recomendações lido pela deputada Ruth Mendes.

A parlamentar anotou, por exemplo, o facto de o relatório de fundamentação, em alguns casos, apresentar as prioridades das acções governativas sem se referir, contudo, a necessária quantificação das metas que se pretende alcançar.

A deputada fez também referência ao facto de o resumo das despesas por função incluir, nas várias rubricas do Executivo, despesas “não especificadas cujo valor, se somado, resulta num montante bastante elevado para ser despesa não especificada”. Face a esta constatação, o parlamento decidiu remeter ao Governo a “rectificação” do documento, no sentido de se fornecer detalhes das acções a realizar sobre os itens atrás descritos (despesas não especificadas) por se considerarem pouco claros.

“A não apresentação da codificação nas rubricas dificulta, nalguns casos, a avaliação e análise do documento e deixa transparecer que as contas não foram estruturadas de acordo com os pressupostos técnicos existentes”, asseverou Ruth Mendes, perante o olhar atento do ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes.

O OGE para o próximo ano é suportado por receitas avaliadas em 4 triliões Kz (cerca de 40 mil milhões USD). O Executivo estima um crescimento do Produto Interno Bruto de 12,8% e projecta-se um incremento do PIB nominal para mais de 90 mil milhões USD.

O OGE divide-se em receitas e despesas, e foi nestas últimas que os deputados apresentaram maiores preocupações, sobre as quais exigem esclarecimentos por parte do Executivo. Olhando para o documento do OGE, nota-se que as despesas sob responsabilidade do Governo central são calculadas acima de 70% do OGE todo.

Contando que as actividades que recaem sob o Executivo abrangem desde os próprios ministérios até às divisões administrativas, nomeadamente comunas, os deputados queixam-se de que “nalguns casos não está claro quais os projectos de responsabilidade do Executivo, das províncias e dos municípios, o que dificulta o acompanhamento e o controlo dos órgãos afins”.

Os deputados chamaram a atenção sobre os programas que, sem explicação plausível, ficaram excluídos do OGE, como o caso do combate à delinquência juvenil, da comunicação social ou sobre outros que foram dotados de financiamento muito aquém das necessidades percebidas para tais sectores.

Por outro lado, questionaram-se os critérios de alocção de recursos a alguns órgãos do Governo: “Os critérios de atribuição de verbas aos diferentes departamentos ministeriais e provinciais revelaram-se imperceptíveis dando lugar a reclamações dos respectivos responsáveis”, realçou Ruth Mendes, no momento em que indicava algumas recomendações ao Executivo.

Já tendo em conta as eleições previstas para o próximo ano e reconhecendo, implicitamente, as omissões em orçamentos anteriores, o Parlamento solicitou ao Governo com efeito retroactivo a “apresentação de indicadores

objectivamente verificáveis para que tenhamos uma percepção correcta das realizações do Executivo durante os três anos dessa legislatura, por se tratar do último orçamento da presente legislatura”.

4.12 Parlamento exige clareza no Orçamento Geral do Estado

Jornal Expansão

09 de Dezembro de 2011

A constatação foi transmitida durante uma reunião entre a equipa económica do Executivo e a 2^a, 4^a e 5^a comissões de especialidade (sendo esta última a de economia e finanças), num documento de recomendações lido pela deputada Ruth Mendes.

A parlamentar anotou, por exemplo, o facto de o relatório de fundamentação, em alguns casos, apresentar as prioridades das acções governativas sem se referir, contudo, a necessária quantificação das metas que se pretende alcançar.

A deputada fez também referência ao facto de o resumo das despesas por função incluir, nas várias rubricas do Executivo, despesas “não especificadas cujo valor, se somado, resulta num montante bastante elevado para ser despesa não especificada”. Face a esta constatação, o parlamento decidiu remeter ao Governo a “rectificação” do documento, no sentido de se fornecer detalhes das acções a realizar sobre os itens atrás descritos (despesas não especificadas) por se considerarem pouco claros.

“A não apresentação da codificação nas rubricas dificulta, nalguns casos, a avaliação e análise do documento e deixa transparecer que as contas não foram estruturadas de acordo com os pressupostos técnicos existentes”, asseverou Ruth Mendes, perante o olhar atento do ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes.

O OGE para o próximo ano é suportado por receitas avaliadas em 4 triliões Kz (cerca de 40 mil milhões USD). O Executivo estima um crescimento do Produto Interno Bruto de 12,8% e projecta-se um incremento do PIB nominal para mais de 90 mil milhões USD.

O OGE divide-se em receitas e despesas, e foi nestas últimas que os deputados apresentaram maiores preocupações, sobre as quais exigem esclarecimentos por parte do Executivo. Olhando para o documento do OGE, nota-se que as despesas sob responsabilidade do Governo central são calculadas acima de 70% do OGE todo.

Contando que as actividades que recaem sob o Executivo abrangem desde os próprios ministérios até às divisões administrativas, nomeadamente comunas, os deputados queixam-se de que “nalguns casos não está claro quais os projectos de responsabilidade do Executivo, das pro-

víncias e dos municípios, o que dificulta o acompanhamento e o controlo dos órgãos afins”.

Os deputados chamaram a atenção sobre os programas que, sem explicação plausível, ficaram excluídos do OGE, como o caso do combate à delinquência juvenil, da comunicação social ou sobre outros que foram dotados de financiamento muito aquém das necessidades percebidas para tais sectores.

Por outro lado, questionaram-se os critérios de alocção de recursos a alguns órgãos do Governo: “Os critérios de atribuição de verbas aos diferentes departamentos ministeriais e provinciais revelaram-se imperceptíveis dando lugar a reclamações dos respectivos responsáveis”, realçou Ruth Mendes, no momento em que indicava algumas recomendações ao Executivo.

Já tendo em conta as eleições previstas para o próximo ano e reconhecendo, implicitamente, as omissões em orçamentos anteriores, o Parlamento solicitou ao Governo com efeito retroactivo a “apresentação de indicadores objectivamente verificáveis para que tenhamos uma percepção correcta das realizações do Executivo durante os três anos dessa legislatura, por se tratar do último orçamento da presente legislatura”.

4.13 Deputados pedem aumento de investimentos

Jornal de Angola

09 de Dezembro de 2011

O Executivo decidiu ontem, por recomendação da Assembleia Nacional, aumentar em 80,6 mil milhões de kwanzas as despesas no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro. Na sessão plenária de ontem, os deputados aprovaram, por maioria, o Orçamento Geral do Estado, mas pediram aumentos nos valores disponibilizados para os órgãos de justiça, para o governo do Huambo e para o Programa de Investimentos Públicos.

Com 154 votos a favor (MPLA e Nova Democracia) e 19 contra (UNITA, FNLA e PRS), o orçamento para o próximo ano passa a ter receitas e despesas no valor de 4,5 triliões de kwanzas contra os 4,4 triliões propostos pelo Executivo. Os 80,6 mil milhões de kwanzas adicionais vão ser financiados por endividamento interno, de acordo com a recomendação da Assembleia Nacional.

A deputada Ruth Adriana Mendes leu o parecer conjunto das comissões que discutiram, na especialidade, o documento com ministros e membros da sociedade civil, numa sessão marcada por poucas intervenções e na presença de membros do Executivo, liderados pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó.

Os deputados reconheceram que na elaboração do OGE- 2012 foram mantidas as directrizes de curto e médio prazo, consagradas no Plano Nacional para o exercício 2011/2012, que tem como metas a melhoria das condições de vida da população, garantir o desenvolvimento económico e social, a segurança e estabilidade política e o aumento do emprego dos cidadãos. Os deputados consideram "exíguas" as verbas destinadas aos projectos sociais a serem concluídos no próximo ano, para a província do Bié, assim como os valores para a saúde e saneamento básico na província do Huambo e pediram um ajustamento dos mesmos no orçamento. Nas discussões na especialidade, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, já tinha garantido aumentar a verba à província do Huambo.

Para reduzir o desemprego no seio da juventude e criar mais postos de trabalho, os deputados recomendaram, igualmente, o aumento das verbas atribuídas ao programa de geração de emprego e rendimento. Os parlamentares pedem também a programação do pagamento da dívida com o empresariado da província da Huíla e de todo o país que contratam com o Estado para recuperar infra-estruturas

Orçamento prevê "superavit"

Pela primeira vez, o Orçamento Geral do Estado prevê um saldo positivo (superavit) do balanço fiscal de 260 mil milhões de dólares, o equivalente a 2,6 por cento do Produto Interno Bruto (a soma de toda a riqueza produzida no país durante o período). O saldo positivo nas receitas fiscais torna equilibrado o orçamento para o próximo ano, ao contrário do que acontece com vários países, até desenvolvidos, e garante uma gestão tranquila do Executivo.

O saldo positivo do balanço fiscal indica que, com as receitas fiscais, o Executivo pode realizar despesas normais, como pagamento de salários, sem necessidade de contrair empréstimos.

Para o próximo ano, a maior fatia do orçamento vai para o sector social, com 33,3 por cento do total: A administração recebe 19,5 por cento, a defesa, segurança e ordem pública fica com 15,4 por cento e o sector económico tem 10,1 por cento. Os encargos financeiros vão receber 21,7 por cento.

Para a concretização dos seus objectivos, o Executivo prevê uma "taxa de inflação anual de dez por cento e uma taxa decrescimento real da economia de 12,8 por cento. A produção petrolífera estimada é de 6.662,7 milhões de barris, a serem comercializados a um preço médio de exportação de 77 dólares.

Pensões e custo de vida

Em função dos debates tidos nas comissões de especialidade, os deputados pediram a actualização da pensão atribuída aos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que consideram insuficiente para fazer face ao custo de vida.

Os deputados consideram que a população que aufer o salário mínimo nacional apenas consegue adquirir metade dos produtos da cesta básica recomendada e pedem medidas urgentes para fixar os preços dos produtos da cesta básica.

4.14 Diversificação das fontes para aumentar as receitas

Jornal de Angola

09 de Dezembro de 2011

O sistema tributário de imposto é dos instrumentos fundamentais de desenvolvimento de muitos Estados, pelo qual se obtêm recursos para responder às necessidades colectivas em vários domínios, disse, vice-governador do Moxico para área económica e produtiva.

Francisco Cambango, que falava, no Luena, na abertura de uma palestra sobre a reforma tributária, considerou a situação actual de Angola atípica por a maior parte das receitas do Estado dependerem do sector petrolífero.

O director da Unidade Técnica da Reforma Tributaria afirmou que a diversificação das fontes de receitas nacionais é das principais apostas do Executivo para descongestionar o sector petrolífero, que continua a ser o que mais contribui para a realização de vários projectos no país. Francisco Brandão referiu que a palestra tinha como objectivo modernizar a administração tributária, sustentar a criação de uma entidade administrativa única responsável pelas receitas tributárias, que agregue a direcção nacional dos impostos e o Serviço Nacional das Alfândegas, e promova o recrutamento de quadros jovens dotados de competências, fomenta a formação dos já existentes e simplifique o processo de gestão dos impostos.

A reforma, frisou, vai ser realizada de forma gradual para permitir ter em consideração a capacidade da administração tributária, pôr em prática as medidas e possibilitar a sua absorção pelos contribuintes.

O que se pretende, insistiu o vice-governador, é corrigir situações menos justas ou mais burocráticas existentes no actual sistema fiscal.

4.15 Assembleia pede aumento de verbas para o OGE 2012

Semanário O Independente
10 de Dezembro de 2011

A Assembleia Nacional constatou haver insuficiências nas verbas previstas no Orçamento Geral do Estado de 2012, e solicitou ao Executivo uma dotação de oitenta biliões, 623 milhões, quatro mil e 968 kwanzas, para fazer face às despesas em diversos sectores.

Esta constatação consta do relatório parecer conjunto apresentado, quinta-feira, durante a IV sessão plenária do parlamento, convocada para discutir e votar, em definitivo, o Orçamento Geral do Estado para 2012.

O Legislativo entende que o projecto de OGE para o 2012 deve passar a ter o valor global de quatro triliões, 501 biliões, 106 milhões, 290 mil e 500 kwanzas, contra os quatro triliões, 420 biliões, 483 milhões, 285 mil e 532 kwanzas, inicialmente proposto pelo Executivo.

Nesta perspectiva, o parlamento recomendou que se ajuste em alta as dotações em diversos sectores, com destaque para o sector da Justiça, da Agência do Investimento Privado, da província do Huambo, do valor global do Programa de Investimentos públicos, entre outros.

Quanto ao sector da Justiça, um dos mais visados, solicita-se o aumento das verbas para a construção dos palácios da justiça nas províncias do Kuando Kubango e Zaire, bem assim a reabilitação de infra-estruturas no Cunene, Malanje, Lunda Norte, Kwanza Norte e Luanda.

As verbas a atribuir ao Tribunal Constitucional, Tribunal Supremo, Procuradoria Militar, bem como ao Estudo e Projecto do Edifício sede da Procuradoria-Geral da República devem também ser revistas em alta. Instou igualmente que se rectifique o relatório de fundamentação do OGE para o próximo ano, inserindo no mesmo as medidas políticas dos sectores da Comunicação Social, Relações Exteriores e da Justiça, dado a sua importância.

Os deputados recomendaram ainda ao Governo a inscrição no Programa de Investimentos Públicos, de 2012, os projectos de construção de aldeias piloto de Catabuangas e Lites e do edifício da Faculdade de Medicina na província de Cabinda, cuja materialização contribuirá para a melhoria das condições de vidas das populações.

O Parlamento recomendou, ainda, a criação de mecanismos necessários para que o processo de implementação da reforma tributária seja coroado de êxitos.

Após esclarecimentos de membros do Executivo, às questões levantadas pelos deputados, o plenário da Assembleia Nacional aprovou o documento, com 154 votos a favor, 19 contra e nenhuma abstenção.

4.16 Executivo acelera a amortização da dívida

Jornal de Angola
12 de Dezembro de 2011

O executivo vai pagar, no próximo ano, 8,7 mil milhões de dólares em amortizações da dívida, referem os dados do Orçamento Geral do Estado, vigora em 1 de Janeiro. Deste montante, 6,68 mil milhões destinam-se ao pagamento da dívida Interna e 2,1 mil milhões a dívida externa.

A dívida do país, disse o ministro das Finanças, Carlos Lopes, está avaliada em 31,4 mil milhões de dólares, o equivalente a 38 por cento de toda a riqueza produzida no país, o PIB, este ano.

Carlos Lopes revelou na quinta-feira, aos deputados, que, do montante total, 17,8 mil milhões pertencem à dívida externa, obtida em acordos bilaterais com vários países, e os restantes referem-se a dívida interna, obtida fundamentalmente a partir da emissão de títulos do tesouro. Relativamente à dívida externa, o país deve; entre outros valores, 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões a Portugal e 1,2 mil milhões a Espanha.

Nos dois últimos anos, a gestão da dívida pública desenvolveu-se num cenário macroeconómico mais favorável do que em 2008 devido principalmente ao aumento dos preços do petróleo, que se manteve entre 90 e 105 dólares por barril. O Executivo acelerou os pagamentos; em Setembro e Outubro de 2010, de cerca 3,1 mil milhões dólares dos atrasados do Programa de Investimentos Públicos de 2008 e 2009, reduzindo de 5,745 mil milhões para 2,667 mil milhões. O saldo está a ser amortizado num processo que envolveu o pagamento imediato de 650 mil milhões e a negociação da regularização do restante através de prestações mensais de igual montante por seis ou nove meses.

Uma análise do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, aprovado na quinta-feira pela Assembleia Nacional, faz antever um cenário de gestão sustentável da dívida, também motivada pelo bom desempenho das receitas este ano.

O primeiro semestre foi marcado por um aumento das receitas do Estado, por força da subida do preço do petróleo no mercado internacional, que atingiu fases de pico, com níveis superiores a 120 dólares por barril. O

volume não foi maior por a expectativa de produção não ter sido cumprida, situando-se em 1,6 milhões de barris por dia, em vez dos 1,9 milhões previstos.

No relatório de fundamentação do OGE-20 12, o Executivo revela que o bom desempenho da receita é também resultado das medidas de reforma fiscal aplicadas no âmbito do Programa de Reforma Tributária lançado em 2010.

Para o próximo ano, o Executivo elaborou o orçamento com base num preço médio de exportação do petróleo de 77 dólares e numa produção diária média estimada de 1,8 milhões de barris por dia. Em função do comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional e de acordo com previsões do Fundo Monetário Internacional, prevê-se que o preço médio se situe cem dólares por barril, o que dá uma margem para cumprimento dos compromissos assumidos pelo Executivo no próximo ano.

Dívida sustentável

O Executivo considera sustentável a dívida do país, avaliada em 38 por cento do Produto Interno Bruto. O valor, em percentagem do PIB, é inferior a Estados como Portugal e muitos africanos, onde a dívida equivale a mais do dobro da riqueza produzida pelo país. A sustentabilidade da dívida angolana é reforçada pela protecção automática contra riscos cambiais que decorre do facto de 80 por cento da dívida estar denominada em dólares norte-americanos, moeda que predomina também nas receitas do Orçamento Geral do Estado, uma vez que 78 por cento das receitas fiscais do país correspondem a obrigações fiscais arrecadadas em dólares dos sectores do petróleo e dos diamantes.

No próximo ano, a economia angolana vai crescer 12 por cento, tornando-se numa das taxas mais altas do mundo. O sector petrolífero vai ter um crescimento de 13,4 por cento e o não-petrolífero 12,5 por cento. O Executivo prevê uma taxa de inflação anual de 10 por cento.

4.17 “É impossível desenvolver o país com esta estrutura orçamental”

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

Se lhe pedíssemos, de forma resumida, para destacar as principais linhas do OGE 2012 que pontos-chave escolhia? Eu penso que o OGE, do ponto de vista macroeconómico, é um bom orçamento. Embora o excedente diminua, isso pode estar relacionado com o preço conservador adoptado em relação ao petróleo - 77 dólares/barril, quando várias organizações internacionais

prevêem uma média de 100 dólares. É muito provável que, no final do ano, com a execução orçamental, o excedente seja maior ainda do que aconteceu em 2011. Ao contrário daquilo que alguns analistas esperavam, entre os quais eu me incluo, o orçamento também não demonstra uma deriva eleitoralista (com aumento das despesas) na caminhada para as eleições de 2012. A proposta orçamental não aponta nesse sentido. A despesa total aumenta 10,1% e está em linha com a inflação prevista. Ou seja, em termos reais temos um congelamento da despesa.

É um orçamento equilibrado?

Se avaliarmos o OGE sem as receitas do petróleo (um exercício que deve ser feito em países altamente dependentes do petróleo), eu diria até que há uma melhoria dos indicadores. É claro que temos um défice, porque retirando o petróleo as despesas são muito maiores do que as receitas. A impressão é boa do ponto de vista dos indicadores de avaliação orçamental. Quanto ao resto, mantêm-se todos os problemas estruturais que marcaram os orçamentos anteriores.

E que problemas são esses?

Em primeiro lugar está a velha questão da educação e da saúde. Do meu ponto de vista os dois sectores continuam a receber valores muito baixos. Os valores orçamentais para 2012 são basicamente os valores previstos para 2011. Há um reforço das despesas naqueles dois sectores, mas o esforço relativo (em percentagem da despesa total) mantêm-se mais ou menos ao nível de 2011. Falamos de 8,5% para a educação e 5,2% para a saúde. Se somarmos os dois valores vamos chegar a 13,7%.

Ou seja, fica ainda um pouco distante daquilo que se vai gastar com a defesa, por exemplo.

Com a defesa e segurança vamos gastar 15,4% das despesas totais. Todos sabemos como chegámos aqui - vivemos uma longa guerra, que acabou há muito pouco tempo, e por isso é natural que apresentemos valores elevados na defesa e segurança. Agora, sabemos também que não é possível desenvolver o país com esta estrutura orçamental.

Recentemente disse mesmo que este rumo vai nos trazer consequências no futuro. *Porquê?*

Não há nenhum país no mundo que se desenvolva com estes valores alocados à saúde e educação. Só para termos uma ideia, no Burundi e na Cote d'Ivoire os orçamentos com educação representam mais de 20% da despesa. No caso da saúde, a Zâmbia e Moçambique gastam mais de 20% no sector. Este não é um problema apenas do governo. É um produto herdado de um passado histórico recente, mas que precisa de ser rapidamente equacionado.

A minha sugestão é que se trabalhe para conseguir um consenso ao nível da Assembleia Nacional, que envolva todos os partidos, onde se estabeleçam metas concretas para o aumento das despesas com a educação e a saúde.

Seria necessário quebrar a referida contenção ao nível da despesa para investir nos sectores da saúde e educação? Ou é possível redistribuir melhor o dinheiro disponível? Eu não estou a falar sequer em diminuir as despesas com a defesa, porque são importantes. O que digo é que o aumento das despesas não pode ser tão grande quanto o investimento que será feito na saúde e educação. Repito: não é um problema do governo. É um problema da sociedade angolana, do país, ao qual todos somos chamados a contribuir. Vivemos numa sociedade de conhecimento e o que diferencia os países não são os recursos naturais. Quando temos uma sociedade onde, em média, um angolano frequenta 4,4 anos na escola e conhecendo nós o que representam (em termos de conhecimento) esses 4,4 anos... Todos compreendemos que o nosso principal problema está ao nível da educação e da saúde. Essas são as áreas prioritárias.

O OGE não transparece essa prioridade. *Concorda?*
Absolutamente. E mesmo as verbas que estão alocadas à educação, na minha opinião, estão mal alocadas.

Porquê?

Porque as verbas destinadas ao ensino superior são pouco inferiores àquelas que estão destinadas ao ensino secundário. O nosso problema está na base e não no topo - isto não quer dizer que não temos problemas no topo, porque temos. Mas a prioridade está na base, no meio. Se um país gasta tanto no ensino superior como gasta em todo o ensino secundário, alguma coisa está mal. E há outro aspecto a considerar: as verbas do ensino pré-primário. São 15 milhões de dólares!

Quase nada

Eu digo mesmo que nem devíamos inscrever essa verba no OGE. É ridícula. Qualquer pessoa que leia o orçamento e veja que há 15 milhões de dólares (num país de 20 milhões de habitantes) para o ensino pré-primário... É completamente ridículo. Há ainda outra análise que deve ser feita - 33,3% das despesas são alocadas ao sector social. Mas uma análise mais fina leva-nos a outra conclusão.

Qual?

A verba prevista para a protecção social inclui os subsídios aos combustíveis. O problema é que há um estudo do economista e investigador da Universidade Católica de Angola, o Enuilio Londa, que diz que 70% dos subsídios aos combustíveis beneficiam os 30% mais ricos. Eu fiz umas contas e cheguei à conclusão que estes 30%

representam 5% do valor total da despesa. Ou seja, estamos a dizer que gastamos em subsídios aos combustíveis (e aos 300/0 mais ricos) o mesmo que gastamos a tratar da saúde de 100% da população.

Mas há quem defenda que os subsídios aos combustíveis acabam por ter uma função social, porque aumentam os transportes públicos, os geradores familiares e a indústria.

Todos podemos entrar pela via do "achismo"... Mas há um economista angolano que estudou este assunto. Foi a sua tese de mestrado, é um facto. 900/0 dos subsídios a preços vão para os combustíveis. Aliás, em 2010, quando o governo decidiu reduzir em 20% os subsídios aos combustíveis foi esse argumento que utilizou. Tudo isso é verdade: temos geradores, a população anda de táxi, os táxis consomem combustíveis... mas ainda há outro elemento de dúvida em relação a este assunto.

Em que sentido?

Nos dois anos anteriores, em 2010 e 2011, houve uma derrapagem tremenda nos subsídios. E o governo atribui essa derrapagem aos combustíveis. A minha pergunta é: tendo o governo cortado 200/0 dos subsídios, em 2010, como é que em 2011 estavam orçamentados um pouco menos de 400 mil milhões de kwanzas e acabámos por gastar 600 mil milhões de kwanzas? Há aqui qualquer coisa que não funciona e o governo também não explica porquê.

Qual será a justificação, no seu ponto de vista?

O governo não explica. Diz apenas que a derrapagem se deveu aos combustíveis. É preciso informação adicional. Pode haver uma justificação... Nós estamos em vias de acabar com as operações orçamentais a cargo da Sonangol. Não sei se, eventualmente, a tal derrapagem está relacionada com a inclusão no OGE de despesas que anteriormente não entravam no orçamento e cabiam à Sonangol. Mas em todo o caso o que está aqui em causa é o valor que se gasta nos subsídios aos combustíveis - estamos a falar de cerca de seis mil milhões de dólares. Com as prioridades que temos, com tudo o que precisamos, não podemos gastar isso tudo com subsídios.

A prática é que vale

Tenho ouvido falar em boa e má despesa. *O que significa estes conceitos?*

Os economistas, normalmente, classificam os gastos públicos em dois tipos. Os bons e os maus. Na má despesa está incluída a despesa corrente.

Obviamente que a despesa corrente inclui gastos com pessoal, salários, e isto não significa necessariamente que seja má despesa. Mas é na despesa corrente onde, normalmente, mais se desperdiça. Pelo contrário, a despesa de investimento é uma boa despesa porque é repro-

dutiva. Mas isto são os conceitos, o resto depende da prática. Se o dinheiro for aplicado em mau investimento isso já não é boa despesa. Por exemplo, eu questiono as despesas que foram realizadas para estádio da CAN.

Terá sido uma boa despesa?

Os angolanos têm algumas reservas em relação às obras públicas. Exactamente, temos problemas com a qualidade das obras. Este conceito de má e boa despesa depende da prática. Em relação ao investimento, o OGE 2012 prevê, de facto, um acréscimo de 30%.

É um bom sinal?

Em princípio sim. Mas é preciso enquadrar os dados que temos. O professor Manuel Nunes Júnior, que foi Ministro de Estado e da Coordenação Económica, disse em entrevista à Exame que Angola apenas tem capacidade para executar investimentos anuais de 7 mil milhões de dólares. A verdade é que as verbas previstas para 2012 ultrapassam os 9 mil milhões de dólares. Sendo verdade o que disse o ex-ministro, como é que temos orçamentados 9 mil milhões de dólares para investimento? Isto coloca em dúvida o conceito de boa despesa. O que pode também acontecer é que a execução orçamental do investimento vai ficar abaixo do previsto, mas também aqui há um défice de informação: o último, relatório de execução é relativo ao exercício de 2007...

Há alguma justificação para não termos os dados da execução orçamental?

O governo tem feito algum esforço. Este ano foi revelada a execução do primeiro trimestre. Inclusivamente é uma obrigação prevista na lei: a execução trimestral tende ser divulgada, quarenta e cinco dias após o final de cada trimestre. Isso não acontece.

Eu penso que é consequência das fragilidades institucionais. Não me parece propositado. Julgo que é também consequência da falta de capacidade, e organização da nossa administração pública, em particular do Ministério das Finanças. Repito: a execução é fundamental para entender o OGE.

Porquê?

Porque é fácil dizer que vamos gastar dez, mas mais importante do que isso é perceber onde, como e quando os gastámos. É essa a grande questão que se coloca.

Agricultura sem recursos

As previsões do governo para o sector não-petrolífero são surpreendentes?

No próximo ano a previsão é que o PIE petrolífero valia 40% do PIE total. Significa que 60% do PIE já é não-petrolífero. Se o PIE não petrolífero aumentou, isto significa mais produção, mais consumo, mais empre-

sas. Então deveríamos esperar que o PIE não-petrolífero aumentasse o peso ao nível dos impostos recolhidos.

Se olharmos para os impostos e para as contribuições à Segurança Social, verificamos que têm se mantido mais ou menos estáveis.

Onde pára a diversificação que não se traduz nas receitas? É uma dúvida que eu tenho.

Estamos a viver a doença holandesa, onde o sector petrolífero acaba por esmagar tudo o que se vai.

Fazendo à volta?

O problema é que se nós temos uma receita assegurada isto faz com tenhamos menos preocupações. A necessidade aguça o engenho. Se nós temos receitas garantidas à partida, eventualmente estamos a nos preocupar menos do que devíamos relativamente à diversificação da economia.

Isso é visível na dotação para a agricultura, por exemplo? Todos concordamos que a agricultura tem um grande potencial, até mesmo no combate à pobreza e na geração de empregos. O que está a acontecer é que na distribuição funcional da despesa, de 2011 para 2012, há um decréscimo de orçamento para a agricultura.

Não parece fazer muito sentido. Exactamente. Aparentemente há uma contradição entre o discurso oficial e os meios que são afectos ao sector.

4.18 “Fundo soberano é uma questão de transparência”

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

O excedente orçamental representa 7% do PIB segundo referiu recentemente. Para onde vai este dinheiro?

É uma questão importante e o próprio FMI levantou esse tema nas reuniões com o governo. Não há uma explicação oficial no que diz respeito à gestão dos excedentes orçamentais.

As verbas excedentárias não estão a reforçar as reservas externas de Angola?

Seguramente estarão porque elas têm crescido. Mas há uma parte da aplicação desse dinheiro que é desconhecida. Não está determinada. E isto tem muito a ver com as relações entre o Estado e a Sonangol. Os auditores da Sonangol todos os anos levantam reservas. Exactamente porque não conseguem determinar se os valores que a Sonangol inscreve para entregar ao Estado são valores correctos ou não. Eu não quero pensar na má hipótese. Mais uma vez, penso que isto se deve à falta de capacidade institucional. À falta de organização.

Mas esta é uma questão fundamental, até porque as receitas do petróleo representam uma larga fatia das receitas do Estado.

Sim, sobretudo ao nível da transparência. Nós temos de saber como são aplicados e para onde vão os excedentes do petróleo. Temos tido excedentes nas contas públicas (excepto em 2009 devido à conjuntura internacional) e por isso é importante saber onde estão a ser aplicados. Eu penso que uma das formas para começar a resolver este problema passa pela criação do fundo soberano.

Era uma das metas acordadas com o FMI ao abrigo do acordo standby assinado com Angola.

Exacto, é uma medida que está prevista há muitos anos. Existe uma comissão, existem várias coisas... Eu costumo dizer o seguinte: até o Kadhafi e a própria Líbia têm um fundo soberano onde colocam os excedentes do petróleo. E face àquilo que aconteceu (com a deposição do antigo presidente), a existência do fundo permitiu saber onde estava uma parte do dinheiro. Acho que é fundamental Angola ter um fundo soberano, profissional que nos apresente todos os anos os resultados, a rentabilidade e o balanço das aplicações feitas. Dessa forma podemos saber se o fundo está a ser bem utilizado e permite-nos até fazer comparações internacionais com outros modelos.

Pensa que o fundo poderia melhorar a imagem do país no que diz respeito à transparência?

Justamente. Dizemos tantas vezes que queremos ser a referência em África e eu penso que é bastante fácil isso acontecer.

Então porque é que não o fazemos?

Há falta de vontade política e de capacidade institucional, na sua opinião?

Há seguramente falta de vontade política. De fazer as coisas. Se houvesse vontade política penso que teriam sido criadas as condições técnicas para a existência de um fundo soberano. E mais uma vez -não vale a pena inventar a roda: há diversas experiências e modelos, utilizados um pouco por todo o mundo. O que precisamos de fazer é estudar os modelos que estão disponíveis e escolher aquele que for mais adaptável à nossa realidade. Seria um salto que o país daria em termos de transparência.

4.19 “É impossível desenvolver o país com esta estrutura orçamental”

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

Se lhe pedíssemos, de forma resumida, para destacar as principais linhas do OGE 2012 que pontos-chave escolhia?

Eu penso que o OGE, do ponto de vista macroeconómico, é um bom orçamento. Embora o excedente diminua, isso pode estar relacionado com o preço conservador adoptado em relação ao petróleo - 77 dólares/barril, quando várias organizações internacionais prevêem uma média de 100 dólares. É muito provável que, no final do ano, com a execução orçamental, o excedente seja maior ainda do que aconteceu em 2011. Ao contrário daquilo que alguns analistas esperavam, entre os quais eu me incluo, o orçamento também não demonstra uma deriva eleitoralista (com aumento das despesas) na caminhada para as eleições de 2012.

A proposta orçamental não aponta nesse sentido. A despesa total aumenta 10,1% e está em linha com a inflação prevista. Ou seja, em termos reais temos um congelamento da despesa.

É um orçamento equilibrado?

Se avaliarmos o OGE sem as receitas do petróleo (um exercício que deve ser feito em países altamente dependentes do petróleo), eu diria até que há uma melhoria dos indicadores. É claro que temos um défice, porque retirando o petróleo as despesas são muito maiores do que as receitas. A impressão é boa do ponto de vista dos indicadores de avaliação orçamental. Quanto ao resto, mantêm-se todos os problemas estruturais que marcaram os orçamentos anteriores.

E que problemas são esses?

Em primeiro lugar está a velha questão da educação e da saúde. Do meu ponto de vista os dois sectores continuam a receber valores muito baixos. Os valores orçamentais para 2012 são basicamente os valores previstos para 2011. Há um reforço das despesas naqueles dois sectores, mas o esforço relativo (em percentagem da despesa total) mantêm-se mais ou menos ao nível de 2011. Falamos de 8,5% para a educação e 5,2% para a saúde. Se somarmos os dois valores vamos chegar a 13,7%.

Ou seja, fica ainda um pouco distante daquilo que se vai gastar com a defesa, por exemplo.

Com a defesa e segurança vamos gastar 15,4% das despesas totais. Todos sabemos como chegámos aqui - vivemos uma longa guerra, que acabou há muito pouco tempo, e por isso é natural que apresentemos valores elevados na defesa e segurança. Agora, sabemos também que não é possível desenvolver o país com esta estrutura orçamental.

Recentemente disse mesmo que este rumo vai nos trazer consequências no futuro. *Porquê?*

Não há nenhum país no mundo que se desenvolva com estes valores alocados à saúde e educação. Só para termos uma ideia, no Burundi e na Cote d'Ivoire os orçamentos com educação representam mais de 20% da despesa. No caso da saúde, a Zâmbia e Moçambique gastam mais de 20% no sector. Este não é um problema apenas do governo. É um produto herdado de um passado histórico recente, mas que precisa de ser rapidamente equacionado.

A minha sugestão é que se trabalhe para conseguir um consenso ao nível da Assembleia Nacional, que envolva todos os partidos, onde se estabeleçam metas concretas para o aumento das despesas com a educação e a saúde.

Seria necessário quebrar a referida contenção ao nível da despesa para investir nos sectores da saúde e educação? Ou é possível redistribuir melhor o dinheiro disponível?

Eu não estou a falar sequer em diminuir as despesas com a defesa, porque são importantes. O que digo é que o aumento das despesas não pode ser tão grande quanto o investimento que será feito na saúde e educação. Repito: não é um problema do governo. É um problema da sociedade angolana, do país, ao qual todos somos chamados a contribuir. Vivemos numa sociedade de conhecimento e o que diferencia os países não são os recursos naturais. Quando temos uma sociedade onde, em média, um angolano frequenta 4,4 anos na escola e conhecendo nós o que representam (em termos de conhecimento) esses 4,4 anos... Todos compreendemos que o nosso principal problema está ao nível da educação e da saúde. Essas são as áreas prioritárias.

O OGE não transparece essa prioridade. Concorde?

Absolutamente. E mesmo as verbas que estão alocadas à educação, na minha opinião, estão mal alocadas.

Porquê?

Porque as verbas destinadas ao ensino superior são pouco inferiores àquelas que estão destinadas ao ensino secundário. O nosso problema está na base e não no topo - isto não quer dizer que não temos problemas no topo, porque temos. Mas a prioridade está na base, no meio. Se um país gasta tanto no ensino superior como gasta em todo o ensino secundário, alguma coisa está mal. E há outro aspecto a considerar: as verbas do ensino pré-primário. São 15 milhões de dólares!

Quase nada

Eu digo mesmo que nem devíamos inscrever essa verba no OGE. É ridícula. Qualquer pessoa que leia o orçamento e veja que há 15 milhões de dólares (num país de 20 milhões de habitantes) para o ensino pré-primário... É completamente ridículo. Há ainda outra análise

que deve ser feita - 33,3% das despesas são alocadas ao sector social. Mas uma análise mais fina leva-nos a outra conclusão.

Qual?

A verba prevista para a protecção social inclui os subsídios aos combustíveis. O problema é que há um estudo do economista e investigador da Universidade Católica de Angola, o Enulio Londa, que diz que 70% dos subsídios aos combustíveis beneficiam os 30% mais ricos. Eu fiz umas contas e cheguei à conclusão que estes 30% representam 5% do valor total da despesa. Ou seja, estamos a dizer que gastamos em subsídios aos combustíveis (e aos 300/0 mais ricos) o mesmo que gastamos a tratar da saúde de 100% da população.

Mas há quem defenda que os subsídios aos combustíveis acabam por ter uma função social, porque aumentam os transportes públicos, os geradores familiares e a indústria.

Todos podemos entrar pela via do "achismo"... Mas há um economista angolano que estudou este assunto. Foi a sua tese de mestrado, é um facto. 900/0 dos subsídios a preços vão para os combustíveis. Aliás, em 2010, quando o governo decidiu reduzir em 20% os subsídios aos combustíveis foi esse argumento que utilizou. Tudo isso é verdade: temos geradores, a população anda de táxi, os táxis consomem combustíveis... mas ainda há outro elemento de dúvida em relação a este assunto.

Em que sentido?

Nos dois anos anteriores, em 2010 e 2011, houve uma derrapagem tremenda nos subsídios. E o governo atribui essa derrapagem aos combustíveis. A minha pergunta é: tendo o governo cortado 200/0 dos subsídios, em 2010, como é que em 2011 estavam orçamentados um pouco menos de 400 mil milhões de kwanzas e acabámos por gastar 600 mil milhões de kwanzas? Há aqui qualquer coisa que não funciona e o governo também não explica porquê.

Qual será a justificação, no seu ponto de vista?

O governo não explica. Diz apenas que a derrapagem se deveu aos combustíveis. É preciso informação adicional. Pode haver uma justificação... Nós estamos em vias de acabar com as operações orçamentais a cargo da Sonangol. Não sei se, eventualmente, a tal derrapagem está relacionada com a inclusão no OGE de despesas que anteriormente não entravam no orçamento e cabiam à Sonangol. Mas em todo o caso o que está aqui em causa é o valor que se gasta nos subsídios aos combustíveis - estamos a falar de cerca de seis mil milhões de dólares. Com as prioridades que temos, com tudo o que precisamos, não podemos gastar isso tudo com subsídios.

A prática é que vale

Tenho ouvido falar em boa e má despesa. *O que significa estes conceitos?*

Os economistas, normalmente, classificam os gastos públicos em dois tipos. Os bons e os maus. Na má despesa está incluída a despesa corrente.

Obviamente que a despesa corrente inclui gastos com pessoal, salários, e isto não significa necessariamente que seja má despesa. Mas é na despesa corrente onde, normalmente, mais se desperdiça. Pelo contrário, a despesa de investimento é uma boa despesa porque é reprodutiva. Mas isto são os conceitos, o resto depende da prática. Se o dinheiro for aplicado em mau investimento isso já não é boa despesa. Por exemplo, eu questiono as despesas que foram realizadas para estádio da CAN.

Terá sido uma boa despesa?

Os angolanos têm algumas reservas em relação às obras públicas. Exactamente, temos problemas com a qualidade das obras. Este conceito de má e boa despesa depende da prática. Em relação ao investimento, o OGE 2012 prevê, de facto, um acréscimo de 30%.

É um bom sinal?

Em princípio sim. Mas é preciso enquadrar os dados que temos. O professor Manuel Nunes Júnior, que foi Ministro de Estado e da Coordenação Económica, disse em entrevista à Exame que Angola apenas tem capacidade para executar investimentos anuais de 7 mil milhões de dólares. A verdade é que as verbas previstas para 2012 ultrapassam os 9 mil milhões de dólares.

Sendo verdade o que disse o ex-ministro, como é que temos orçamentados 9 mil milhões de dólares para investimento? Isto coloca em dúvida o conceito de boa despesa. O que pode também acontecer é que a execução orçamental do investimento vai ficar abaixo do previsto, mas também aqui há um défice de informação: o último, relatório de execução é relativo ao exercício de 2007...

Há alguma justificação para não termos os dados da execução orçamental?

O governo tem feito algum esforço. Este ano foi revelada a execução do primeiro trimestre. Inclusivamente é uma obrigação prevista na lei: a execução trimestral tende ser divulgada; quarenta e cinco dias após o final de cada trimestre. Isso não acontece.

Eu penso que é consequência das fragilidades institucionais. Não me parece propositado. Julgo que é também consequência da falta de capacidade e organização da nossa administração pública, em particular do Ministério das Finanças. Repito: a execução é fundamental para entender o OGE.

Porquê?

Porque é fácil dizer que vamos gastar dez, mas mais importante do que isso é perceber onde, como e quando os gastámos. É essa a grande questão que se coloca.

Agricultura sem recursos

As previsões do governo para o sector não-petrolífero são surpreendentes?

No próximo ano a previsão é que o PIE petrolífero valia 40% do PIE total. Significa que 60% do PIE já é não-petrolífero. Se o PIE não petrolífero aumentou, isto significa mais produção, mais consumo, mais empresas. Então deveríamos esperar que o PIE não-petrolífero aumentasse o peso ao nível dos impostos recolhidos.

Se olharmos para os impostos e para as contribuições à Segurança Social, verificamos que têm se mantido mais ou menos estáveis.

Onde pára a diversificação que não se traduz nas receitas? É uma dúvida que eu tenho.

Estamos a viver a doença holandesa, onde o sector petrolífero acaba por esmagar tudo o que se vai

Fazendo à volta?

O problema é que se nós temos uma receita assegurada isto faz com tenhamos menos preocupações. A necessidade aguça o engenho. Se nós temos receitas garantidas à partida, eventualmente estamos a nos preocupar menos do que devíamos relativamente à diversificação da economia.

Isso é visível na dotação para a agricultura, por exemplo?

Todos concordamos que a agricultura tem um grande potencial, até mesmo no combate à pobreza e na geração de empregos. O que está a acontecer é que na distribuição funcional da despesa, de 2011 para 2012, há um decréscimo de orçamento para a agricultura.

Não parece fazer muito sentido. Exactamente. Aparentemente há uma contradição entre o discurso oficial e os meios que são afectos ao sector.

4.20 Repartição fiscal com o aumento de receitas

Jornal de Angola

19 de Dezembro de 2011

A delegação do Ministério das Finanças no Kuando-Kubango arrecadou, este ano, até Novembro, mais de 970 milhões de kwanzas provenientes do pagamento das obrigações fiscais, disse, ao Jornal de Angola o chefe do departamento provincial de impostos.

José Cavenguele afirmou que a verba é superada quando forem contabilizadas as receitas de Dezembro e que da importância arrecadada cerca 551,33 milhões de kwanzas foram produzidos pela Repartição Fiscal

do Menongue e os restantes pelo posto aduaneiro de Catuitui, no município de Cuangar, na fronteira com a República da Namíbia.

Os Impostos de Rendimento de Trabalho (IRT), de selo, de consumo, de empreitada e industrial, bem como as taxas de circulação e de desalfandegamento de mercadorias são os que mais contribuíram para receita apurada.

Em 2010 a delegação do Ministério das Finanças arrecadou 1,3 mil milhões de kwanzas, que foram aplicados no processo de reconstrução nacional e no programa de combate à fome e à pobreza na circunscrição do Kuando-Kubango.

O crescimento das receitas locais, referiu José Cavenguele, começou em 2010, quando o Posto Aduaneiro de Catuitui ascendeu à categoria de delegação aduaneira e o dinheiro passou a ser controlado pela repartição fiscal de Menongue.

José Cavenguele declarou que existem lacunas nos seus serviços por a província ser muito extensa e ter apenas uma Repartição Fiscal, em Menongue. Esta situação, disse, facilita a fuga ao fisco por parte de comerciantes e de empregados com actividade fora de Menongue.

4.21 Executivo define regras de execução

Jornal de Angola
22 de Dezembro de 2011

O Conselho de Ministros deu ontem aval positivo ao decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE). Numa altura em que se avizinha um novo ano fiscal, o próximo passo será a promulgação do referido diploma pelo Presidente da República.

Em comunicado divulgado no final da reunião decorrida no Palácio da Cidade Alta; sob orientação do Presidente da República, o órgão adianta que o documento contempla um conjunto de normas e procedimentos a serem observados pelas unidades orçamentais na execução das dotações orçamentais que lhes estão consignadas. O diploma, lê-se no comunicado, "determina ainda que a inobservância das referidas regras de execução, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, administrativa, civil e criminal, nos termos da lei".

Tal como o decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado, aguardam apenas pela promulgação e consequente publicação um decreto que cria o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais e outro que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase

para o registo e actualização do registo eleitoral em todo território nacional.

A criação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais enquadra-se nas acções do Executivo para o aumento dos conhecimentos técnicos e operativos e a consequente profissionalização dos efectivos da Polícia Nacional. Trata-se de um estabelecimento de ensino superior poli técnico, público e policial, dependente do Comando Geral da Polícia Nacional. Em relação ao decreto que estabelece a segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral, há que realçar que a primeira fase, decorrida entre 29 de Julho e 16 de Dezembro, teve um saldo de 489.159 novos eleitores registados e a confirmação de 4.751.553 antigos eleitores, perfazendo um total de 5.240.712 eleitores.

Sublinhe-se que o registo eleitoral foi tema de destaque, segunda-feira, na reunião do Conselho da República. Este órgão de consulta do Chefe de Estado considerou positivos os resultados alcançados na primeira fase do processo e deu também parecer favorável à realização da segunda fase do referido processo no período compreendido entre 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012.

Assim, depois de receber o aval positivo do Conselho de Ministros, aguarda-se que nos próximos dias o Presidente da República promulgue e mande publicar o decreto que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral em todo o território nacional.

Por outro lado, e ainda no que se refere à política macroeconómica, foi ontem aprovada a Programação Financeira do Tesouro referente ao primeiro trimestre do próximo ano, que vem assegurar a execução do OGE para 2012 desde os primeiros dias de Janeiro. O Conselho de Ministros deu também "luz verde" a um financiamento para a construção do edifício do Museu da Ciência e Tecnologia, na Província de Luanda, no valor de 44 milhões de euros. O projecto insere-se nos investimentos do Executivo com vista à melhoria da educação e do ensino, bem como do acesso dos cidadãos ao conhecimento, à ciência e à tecnologia.

Na sessão de ontem, o órgão consultivo do Presidente da República aprovou dois projectos no âmbito da Lei do Investimento Privado, cuja implementação deve resultar na criação de mais de dois mil empregos. Trata-se dos projectos de investimento "Continente Angola", estimado em 103 milhões de dólares norte-americanos, para a comercialização de bens alimentares em Luanda e Huambo, e "Angola Oilfield Equipment", no valor de 30 milhões de dólares, em Luanda, para montagem de equipamento subaquático de apoio à exploração petrolífera.

4.22 Executivo define regras de execução

Jornal de Angola
22 de Dezembro de 2011

O Conselho de Ministros deu ontem aval positivo ao decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE). Numa altura em que se avizinha um novo ano fiscal, o próximo passo será a promulgação do referido diploma pelo Presidente da República.

Em comunicado divulgado no final da reunião decorrida no Palácio da Cidade Alta; sob orientação do Presidente da República, o órgão adianta que o documento contempla um conjunto de normas e procedimentos a serem observados pelas unidades orçamentais na execução das dotações orçamentais que lhes estão consignadas. O diploma, lê-se no comunicado, "determina ainda que a inobservância das referidas regras de execução, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, administrativa, civil e criminal, nos termos da lei".

Tal como o decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado, aguardam apenas pela promulgação e consequente publicação um decreto que cria o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais e outro que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral em todo território nacional.

A criação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais enquadra-se nas acções do Executivo para o aumento dos conhecimentos técnicos e operativos e a consequente profissionalização dos efectivos da Polícia Nacional. Trata-se de um estabelecimento de ensino superior poli técnico, público e policial, dependente do Comando Geral da Polícia Nacional. Em relação ao decreto que estabelece a segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral, há que realçar que a primeira fase, decorrida entre 29 de Julho e 16 de Dezembro, teve um saldo de 489.159 novos eleitores registados e a confirmação de 4.751.553 antigos eleitores, perfazendo um total de 5.240.712 eleitores.

Sublinhe-se que o registo eleitoral foi tema de destaque, segunda-feira, na reunião do Conselho da República. Este órgão de consulta do Chefe de Estado considerou positivos os resultados alcançados na primeira fase do processo e deu também parecer favorável à realização da segunda fase do referido processo no período compreendido entre 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012.

Assim, depois de receber o aval positivo do Conselho de Ministros, aguarda-se que nos próximos dias o Presidente da República promulgue e mande publicar

o decreto que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral em todo o território nacional.

Por outro lado, e ainda no que se refere à política macroeconómica, foi ontem aprovada a Programação Financeira do Tesouro referente ao primeiro trimestre do próximo ano, que vem assegurar a execução do OGE para 2012 desde os primeiros dias de Janeiro. O Conselho de Ministros deu também "luz verde" a um financiamento para a construção do edifício do Museu da Ciência e Tecnologia, na Província de Luanda, no valor de 44 milhões de euros. O projecto insere-se nos investimentos do Executivo com vista à melhoria da educação e do ensino, bem como do acesso dos cidadãos ao conhecimento, à ciência e à tecnologia.

Na sessão de ontem, o órgão consultivo do Presidente da República aprovou dois projectos no âmbito da Lei do Investimento Privado, cuja implementação deve resultar na criação de mais de dois mil empregos. Trata-se dos projectos de investimento "Continente Angola", estimado em 103 milhões de dólares norte-americanos, para a comercialização de bens alimentares em Luanda e Huambo, e "Angola Oilfield Equipment", no valor de 30 milhões de dólares, em Luanda, para montagem de equipamento subaquático de apoio à exploração petrolífera.

4.23 Evasão fiscal considerada elevada

Jornal de Angola
22 de Dezembro de 2011

O grau de evasão fiscal em Angola é muito elevado, comparado com os países da SADC e do mundo, afirmou na terça-feira, em Luanda, o director do Projecto Executivo Para a Reforma Tributária (PERT), Fernando Brandão.

O responsável disse que isso é notório na comparação que se faz entre a baixa recolha de receitas não petrolíferas com o Produto Interno Bruto (PIB), que se situa apenas à volta dos nove por cento.

Fernando Brandão, que falava à imprensa por ocasião da inauguração da IV Repartição Fiscal da Província de Luanda, situado na zona do Talatona, disse que a área técnica do PERT e o Executivo angolano têm envidado esforços para corrigir o défice na arrecadação de receitas fiscais e tem havido ganhos consideráveis para o país.

"Os resultados do PERT desenvolvidos até à presente data são bastante animadores e em Janeiro podem, eventualmente, ser publicados valores e outros resultados reais de todo o trabalho", informou.

O director do projecto disse que existe um programa do Executivo com objectivos bem traçados, como o qual se pensa que, ao longo do tempo, as condições das repartições fiscais vão melhorar e aumentar em número para satisfazer a procura dos contribuintes.

4.24 Executivo define regras de execução

Jornal de Angola

22 de Dezembro de 2011

O Conselho de Ministros deu ontem aval positivo ao decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE). Numa altura em que se avizinha um novo ano fiscal, o próximo passo será a promulgação do referido diploma pelo Presidente da República.

Em comunicado divulgado no final da reunião decorrida no Palácio da Cidade Alta; sob orientação do Presidente da República, o órgão adianta que o documento contempla um conjunto de normas e procedimentos a serem observados pelas unidades orçamentais na execução das dotações orçamentais que lhes estão consignadas. O diploma, lê-se no comunicado, "determina ainda que a inobservância das referidas regras de execução, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, administrativa, civil e criminal, nos termos da lei".

Tal como o decreto presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado, aguardam apenas pela promulgação e conseqüente publicação um decreto que cria o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais e outro que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral em todo território nacional.

A criação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais enquadra-se nas acções do Executivo para o aumento dos conhecimentos técnicos e operativos e a conseqüente profissionalização dos efectivos da Polícia Nacional. Trata-se de um estabelecimento de ensino superior poli técnico, público e policial, dependente do Comando Geral da Polícia Nacional. Em relação ao decreto que estabelece a segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral, há que realçar que a primeira fase, decorrida entre 29 de Julho e 16 de Dezembro, teve um saldo de 489.159 novos eleitores registados e a confirmação de 4.751.553 antigos eleitores, perfazendo um total de 5.240.712 eleitores.

Sublinhe-se que o registo eleitoral foi tema de destaque, segunda-feira, na reunião do Conselho da República. Este órgão de consulta do Chefe de Estado considerou

positivos os resultados alcançados na primeira fase do processo e deu também parecer favorável à realização da segunda fase do referido processo no período compreendido entre 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012.

Assim, depois de receber o aval positivo do Conselho de Ministros, aguarda-se que nos próximos dias o Presidente da República promulgue e mande publicar o decreto que estabelece o período de 5 de Janeiro a 15 de Abril de 2012, como segunda fase para o registo e actualização do registo eleitoral em todo o território nacional.

Por outro lado, e ainda no que se refere à política macroeconómica, foi ontem aprovada a Programação Financeira do Tesouro referente ao primeiro trimestre do próximo ano, que vem assegurar a execução do OGE para 2012 desde os primeiros dias de Janeiro. O Conselho de Ministros deu também "luz verde" a um financiamento para a construção do edifício do Museu da Ciência e Tecnologia, na Província de Luanda, no valor de 44 milhões de euros. O projecto insere-se nos investimentos do Executivo com vista à melhoria da educação e do ensino, bem como do acesso dos cidadãos ao conhecimento, à ciência e à tecnologia.

Na sessão de ontem, o órgão consultivo do Presidente da República aprovou dois projectos no âmbito da Lei do Investimento Privado, cuja implementação deve resultar na criação de mais de dois mil empregos. Trata-se dos projectos de investimento "Continente Angola", estimado em 103 milhões de dólares norte-americanos, para a comercialização de bens alimentares em Luanda e Huambo, e "Angola Oilfield Equipment", no valor de 30 milhões de dólares, em Luanda, para montagem de equipamento subaquático de apoio à exploração petrolífera.

4.25 FMI quer saber onde estão 32 biliões de dólares

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2011

O último relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado durante este mês ao abrigo do acordo Stand-By-arrangement com Angola, levanta questões acerca do paradeiro de 32 biliões de dólares - um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O Novo Jornal tentou obter esclarecimentos junto do Ministério das Finanças e da Casa Civil do Presidente da República, mas tal não foi possível até ao fecho da edição.

Apesar das dúvidas, a instituição de Bretton Woods (como são conhecidos o FMI e o Banco Mundial), afirma na Caixa 2 do referido relatório que o "processo de reconciliação" de contas está em andamento.

As actividades para fiscais da Sonangol entre 2007 e 2010 não estavam sobre a alçada do Ministério das Finanças, segundo alerta o FMI, e este facto (em parceria com os contínuos excedentes orçamentais dos últimos anos) terá resultado num desequilíbrio entre os valores declarados pela petrolífera e os dados do Governo.

Desde o ano passado, diz o FMI, que as actividades para fiscais (inclui os subsídios aos combustíveis, despesas de capital e o abastecimento de combustível às instituições públicas, por exemplo) da Sonangol estão a ser acompanhadas de perto pelo Ministério das Finanças, o que não acontecia anteriormente.

No mesmo documento o FMI afirma que foi criada uma super-estrutura com membros do Ministério das Finanças, Petróleo, Planeamento e Sonangol para avaliar o paradeiro dos 32 biliões de dólares.

O assunto ganhou grande visibilidade mundial devido à denúncia da Human Rights Watch, e foi divulgado pelas principais agências de notícias do mundo.

O FMI conclui que as recentes acções do Ministério das Finanças angolano para monitorizar mais de perto a Sonangol, após a reforma legal de 2010, resultaram na descoberta de fluxos financeiros para contas estrangeiras acima dos valores que podem ser justificados pelas autoridades, no volume global de 7,1 mil milhões de dólares.

A Human Rights Watch já tinha identificado uma discrepância anterior semelhante nos fundos angolanos - quatro mil milhões de dólares (três mil milhões de euros) de receitas petrolíferas que “desapareceram” entre 1997 e 2002 -levantando suspeitas de “má gestão e de corrupção”.

Ao mesmo tempo que regista “melhorias na gestão angolana do lucrativo sector petrolífero”, a Human Rights Watch não deixa de criticar o governo por “não responder adequadamente aos graves problemas económicos e sociais do país”. “Apesar da vasta riqueza petrolífera, os indicadores sociais permanecem baixos e a população tem acesso limitado aos serviços sociais”, reafirma a organização, com sede em Nova Iorque.

A organização nota, em concreto, os “esforços das autoridades angolanas para limitar a cobertura mediática” e “o uso excessivo da força contra os protestos, a 07 de Março, 03 de Setembro e 03 de Dezembro, na capital”.

“Dezenas de milhões de dólares podiam ser usados em benefício do povo angolano - em vez disso, o governo não explica onde estão”, lamenta a organização.

4.26 Chefe de Estado promulga lei do OGE

Jornal de Angola

24 de Dezembro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, promulgou e mandou publicar a Lei do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2012, que aprova a estimativa da receita e a fixação da despesa para o período em questão, indica uma nota de imprensa da Secretária para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, distribuída ontem.

O Executivo prevê uma taxa de inflação anual de dez por cento e uma taxa de crescimento real da economia de 12,8 por cento. A produção petrolífera estimada é de 6.662,7 milhões de barris, a serem comercializados a um preço médio de exportação de 77 dólares. De acordo com o documento, o OGE para 2012 comporta receitas estimadas em 4,5 triliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante. Os órgãos da Administração Central e Local do Estado, incluindo os órgãos de soberania dependentes do OGE, devem observar rigorosamente os critérios de gestão em vigor, para que seja assegurada, cada vez mais, a racional aplicação dos recursos públicos disponíveis.

O OGE para 2012 foi aprovado pela Assembleia Nacional no dia 8 deste mês, com um incremento de 80,6 mil milhões de kwanzas, por recomendação dos deputados. Na sessão de aprovação, os deputados reconheceram que na elaboração do documento foram mantidas as directrizes de curto e médio prazo, consagradas no Plano Nacional para 2011-2012, que tem como metas a melhoria das condições de vida da população, garantir o desenvolvimento económico e social, a segurança e estabilidade política e o aumento do emprego dos cidadãos.

O orçamento para o próximo ano prevê um saldo positivo (superavit) do balanço fiscal de 260 mil milhões de dólares, o equivalente a 2,6 por cento do Produto Interno Bruto (a soma de toda a riqueza produzida no país durante o período). O saldo positivo nas receitas fiscais torna equilibrado o orçamento para o próximo ano, ao contrário do que acontece com vários países, até desenvolvidos, e garante uma gestão tranquila do Executivo.

O saldo positivo do balanço fiscal indica que, com as receitas fiscais, o Executivo pode realizar despesas normais, como pagamento de salários, sem necessidade de contrair empréstimos. Para o próximo ano, a maior fatia do orçamento vai para o sector social, com 33,3 por cento do total. A administração recebe 19,5 por cento,

a defesa, segurança e ordem pública 15,4 por cento e o sector económico 10,1 por cento. Os encargos financeiros vão receber 21,7 por cento.

4.27 Instituição financeira apoia o Executivo na promoção da transparência nas contas

Jornal de Angola
25 de Dezembro de 2011

O Fundo Monetário Internacional (FMI) incentivou o Executivo a prosseguir, no próximo ano, os esforços de promoção da transparência nas contas públicas, através da publicação regular de relatórios sobre a execução orçamental e auditorias externas independentes da companhia petrolífera do Estado, a 50nangol.

Aquela instituição financeira internacional, de acordo com os compromissos assumidos durante a quinta revisão ao Acordo Stand-By feita em Outubro do ano em curso, considera que o Executivo deve continuar no próximo ano as reformas fiscais. O acordo, assinado em Novembro de 2009, prevê a disponibilização pelo FMI de um montante de 858,9 milhões de dólares, num período de 27 meses.

O FMI considera que a “aplicação do programa tem sido forte e os objectivos têm sido alcançados”. O programa das autoridades está a alcançar sucesso em matéria de estabilidade macroeconómica e as reservas externas estão a ser reconstruídas”, de acordo com o FMI.

O Fundo Monetário Internacional reconheceu que Angola continua a fazer progressos rumo à estabilidade macroeconómica.

Entre os indicadores, além da estabilidade da taxa de câmbio, o FMI refere a redução das taxas de juro e a restauração das reservas internacionais num ritmo mais acelerado do que o esperado.

Um relatório apresentado recentemente em conferência de imprensa pelo representante residente do FMI em Angola, Nicholas Staines, informa que os progressos foram sustentados por uma forte consolidação fiscal nos dois últimos anos. “A estabilização continua incompleta”, sublinha o documento, cuja elaboração resultou da quinta avaliação feita, no quadro do Acordo Stand-By assinado entre o Executivo angolano e aquela instituição monetária internacional.

Em relação às reformas fiscais e à transparência, o relatório do FMI congratula-se com as medidas tomadas para melhorar o controlo das operações financeiras da Sonangol com o orçamento, considerado uma peça central para melhorar a tesouraria e gestão de caixa, a contínua disseminação de informações relacionadas às

operações da Sonangol, incluindo o relatório de demonstrações financeiras auditadas de 2010.

O FMI também saúda as medidas tomadas para enfrentar o “grande e inexplicável residual nas contas fiscais”, o que compromete a qualidade das estatísticas das finanças públicas para os programas e formulação de políticas. Este trabalho, sublinha o documento do FMI, tem de ser sustentado de forma substancial.

O FMI saúda igualmente a decisão das autoridades angolanas em basearem o Orçamento Geral do Estado em preços “conservadores” do petróleo, o seu compromisso para melhorar as transferências dos rendimentos do petróleo e continuar a trabalhar para a definição do quadro de um fundo de estabilização. Quanto à situação fiscal, o documento refere que tem estado em grande parte sob controlo.

A inércia da inflação e a deterioração da qualidade dos activos bancários, devido ao impacto de atrasados internos, sugerem que os esforços de reforma precisam de ser sustentados, para estabelecer as bases para uma economia competitiva, de crescimento rápido e diversificada. Angola, segundo aquela instituição financeira, precisa também de uma posição mais forte das reservas internacionais para melhorar a capacidade de resistência aos choques externos.

4.28 Instituição financeira apoia o Executivo na promoção da transparência nas contas

Jornal de Angola
25 de Dezembro de 2011

O Fundo Monetário Internacional (FMI) incentivou o Executivo a prosseguir, no próximo ano, os esforços de promoção da transparência nas contas públicas, através da publicação regular de relatórios sobre a execução orçamental e auditorias externas independentes da companhia petrolífera do Estado, a 50nangol.

Aquela instituição financeira internacional, de acordo com os compromissos assumidos durante a quinta revisão ao Acordo Stand-By feita em Outubro do ano em curso, considera que o Executivo deve continuar no próximo ano as reformas fiscais. O acordo, assinado em Novembro de 2009, prevê a disponibilização pelo FMI de um montante de 858,9 milhões de dólares, num período de 27 meses.

O FMI considera que a “aplicação do programa tem sido forte e os objectivos têm sido alcançados”. O programa das autoridades está a alcançar sucesso em matéria de estabilidade macroeconómica e as reservas externas estão a ser reconstruídas”, de acordo com o FMI.

O Fundo Monetário Internacional reconheceu que Angola continua a fazer progressos rumo à estabilidade macroeconómica.

Entre os indicadores, além da estabilidade da taxa de câmbio, o FMI refere a redução das taxas de juro e a restauração das reservas internacionais num ritmo mais acelerado do que o esperado.

Um relatório apresentado recentemente em conferência de imprensa pelo representante residente do FMI em Angola, Nicholas Staines, informa que os progressos foram sustentados por uma forte consolidação fiscal nos dois últimos anos. “A estabilização continua incompleta”, sublinha o documento, cuja elaboração resultou da quinta avaliação feita, no quadro do Acordo Stand-By assinado entre o Executivo angolano e aquela instituição monetária internacional.

Em relação às reformas fiscais e à transparência, o relatório do FMI congratula-se com as medidas tomadas para melhorar o controlo das operações financeiras da Sonangol com o orçamento, considerado uma peça central para melhorar a tesouraria e gestão de caixa, a contínua disseminação de informações relacionadas às operações da Sonangol, incluindo o relatório de demonstrações financeiras auditadas de 2010.

O FMI também saúda as medidas tomadas para enfrentar o “grande e inexplicável residual nas contas fiscais”, o que compromete a qualidade das estatísticas das finanças públicas para os programas e formulação de políticas. Este trabalho, sublinha o documento do FMI, tem de ser sustentado de forma substancial.

O FMI saúda igualmente a decisão das autoridades angolanas em basearem o Orçamento Geral do Estado em preços “conservadores” do petróleo, o seu compromisso para melhorar as transferências dos rendimentos do petróleo e continuar a trabalhar para a definição do quadro de um fundo de estabilização. Quanto à situação fiscal, o documento refere que tem estado em grande parte sob controlo.

A inércia da inflação e a deterioração da qualidade dos activos bancários, devido ao impacto de atrasados internos, sugerem que os esforços de reforma precisam de ser sustentados, para estabelecer as bases para uma economia competitiva, de crescimento rápido e diversificada. Angola, segundo aquela instituição financeira, precisa também de uma posição mais forte das reservas internacionais para melhorar a capacidade de resistência aos choques externos.

4.29 Fiscalização das contas

Jornal de Angola

27 de Dezembro de 2011

O Presidente do Tribunal de Contas, Julião António, anunciou uma “fiscalização intensa das contas públicas”, para se atingir o mais rapidamente possível a “transparência na gestão dos dinheiros públicos”.

O Tribunal de Contas é, nos termos da Constituição, o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição”.

O papel fiscalizador do Tribunal de Contas assume uma grande importância, na medida em que lhe cabe saber se os dinheiros públicos foram gastos nos termos em que a lei prescreve.

Os dinheiros públicos inscritos no Orçamento Geral do Estado são afectados às instituições públicas para despesas que satisfaçam as necessidades colectivas, pelo que a sua gestão deve obedecer a regras que são previamente postas em vigor em diplomas legais pelo poder legislativo.

As regras de execução do Orçamento Geral do Estado devem ser escrupulosamente cumpridas, sob pena dos que assim não procederem incorrerem em actos ilegais, passíveis de penalização.

Temos afirmado que o servidor do Estado, em particular aquele que exerce cargos públicos, tem a responsabilidade de cuidar convenientemente dos fundos à sua disposição.

O erário público existe para servir as populações e os seus gestores têm a obrigação legal de prosseguir os objectivos para os quais das dotações orçamentais foram concedidas.

Uma fiscalização intensa das contas públicas, como propõe Julião António, transmite aos cidadãos a ideia de que em 2012 vai continuar o rigor na verificação do que as unidades orçamentais fazem em relação ao erário público, na perspectiva de uma melhor gestão dos dinheiros do Estado. Julião António enuncia aquilo que o Tribunal de Contas pretende fazer no próximo ano: “vamos auditar uma parte considerável dos sectores vitais da economia nacional, no sentido de melhor contribuímos para a transparência na gestão do erário público”.

O presidente do Tribunal de Contas está preocupado com a economia nacional, o que demonstra que a satisfação das necessidades colectivas passa pelo bom uso dos dinheiros públicos por parte das diversas instituições do Estado.

O Tribunal de Contas pretende que os cidadãos não sejam passivos em relação a eventuais irregularidades cometidas por órgãos do Estado, na gestão dos dinheiros públicos, podendo qualquer um denunciá-las e obter por e-mail o resultado da verificação das denúncias.

E uma iniciativa louvável e que pode ajudar o Tribunal de Contas a tomar conhecimento de um maior número de actos ilegais na utilização de fundos públicos. Mas é preciso ter em consideração que ilegalidade não quer dizer fraude e muito menos corrupção.

Há muitos casos em que os agentes do Estado cometem irregularidades nas contas por desconhecimento das regras ou das técnicas. O Tribunal de Contas tem tido um papel muito positivo neste aspecto, porque os seus inspectores, de uma forma pedagógica, têm levado empresas públicas, instituições do Estado e os seus gestores a corrigir os seus erros.

Os responsáveis pelas contas públicas, de uma forma geral, estão preocupados em fazer bem e sobretudo em cumprir as regras em vigor. Essa é a postura de todos. As excepções têm o devido tratamento e neste momento, em termos de contas públicas, Angola é um dos países mais transparentes do mundo.

O ponto mais fraco nesse aspecto tem a ver com as receitas públicas.

Há fraude e evasão fiscal em níveis que preocupam as autoridades financeiras. Mas a reforma tributária, que em breve vai ser apresentada à Assembleia Nacional, tem leis importantes que vão acabar com a evasão fiscal e permitir ao Estado o aumento de receitas dos sectores produtivos e do trabalho.

O comércio e a indústria, com exclusão do petróleo e dos diamantes, produzem poucas receitas para o Estado. A reforma tributária vai alterar este quadro. Só quando todos pagarem regularmente os seus impostos o Executivo fica em condições de dar aos contribuintes tudo aquilo de que necessitam, sobretudo no que diz respeito à Saúde e à Educação, sectores que notoriamente precisam de elevar a sua qualidade. Mas se o Estado não tem receitas, não pode fornecer serviços básicos eficientes.

Todos reclamamos o fornecimento regular de água e luz. Mas ninguém se interroga sobre esta questão muitos simples: quantos pagam e quanto para terem um serviço de qualidade.

Se formos ver, um elevado número de consumidores pura e simplesmente não paga ou nem sequer faz parte do registo das empresas fornecedoras de água e luz. Temos de mudar de hábitos e sobretudo de uma mentalidade que leva a exigir tudo do Estado sem dar nada em troca.

4.30 Conselho de Ministro aborda novo ano fiscal

Jornal de Economia e Finanças
27 de Dezembro de 2011

O Conselho de Ministros realizou na semana passada a sua nona Sessão Ordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio Presidencial da Cidade Alta. Tendo em perspectiva o início de um novo ano fiscal

O Conselho de Ministros procedeu à aprovação de um Decreto Presidencial que estabelece as regras de execução do Orçamento Geral do Estado, documento que contempla um conjunto de normas e procedimentos que devem ser observados pelas unidades orçamentais na execução das dotações que lhes estão consignadas. Este diploma determina ainda que a inobservância das referidas regras de execução, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, administrativa, civil e criminal, nos termos da lei.

Um outro documento no domínio da política macroeconómica, igualmente aprovado na sessão do Conselho de Ministros e que vem assegurar a execução do Orçamento Geral do Estado para 2012, é a Programação Financeira do Tesouro referente ao primeiro trimestre do próximo ano, diploma que prevê o montante das receitas a arrecadar e das despesas a efectuar no referido período.

No âmbito da Lei do Investimento Privado, o Conselho de Ministros aprovou os projectos de investimento designados "Continentes Angola", estimado em cerca de 103 milhões de dólares, para a comercialização de bens alimentares nas províncias de Luanda e Huambo e "Angola Oilfield Equipment", no valor de cerca de 30 milhões de dólares, em Luanda, para a montagem de equipamento subaquático de apoio à exploração petrolífera. A implementação destes dois projectos traduzir-se-á na criação de mais de dois mil empregos.

OGE para 2012

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, promulgou e mandou publicar a Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Exercício Económico de 2012, instrumento que aprova a estimativa da receita e a fixação da despesa orçamental para o próximo ano. De acordo com uma nota da Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, distribuída na sexta-feira passada, o OGE para 2012 comporta receitas estimadas em quatro triliões, quinhentos e um biliões, cento e seis milhões, duzentos e noventa mil e quinhentos kwanzas e despesas fixadas em igual montante. De acordo com a lei, os órgãos da Administração Central e Local do Estado, incluindo os órgãos de soberania dependentes do OGE devem observar rigorosamente os critérios de gestão em

vigor, por forma a que seja assegurada, cada vez mais, a racional aplicação dos recursos públicos disponíveis.

Colheita agrícola

Setenta e duas mil toneladas é a estimativa prevista para a colheita de milho, massango e massambala, durante a campanha agrícola de 2012 a nível dos seis municípios da província do Cunene. A projecção foi feita, na semana passada, pelo governador, António Didalelwa, durante a abertura oficial da campanha agrícola, que decorreu na localidade de Mavovo, município da Cahama. Segundo o governante, o apoio que o Executivo continua a prestar às associações de camponeses e cooperativas agrícolas, através do crédito de campanha e o apetrechamento das estações de desenvolvimento agrário, permitem elevar os níveis de segurança alimentar. Conforme explicou, o objectivo deste apoio é garantir a auto-suficiência alimentar, contribuindo para o aumento do rendimento da família, da capacidade produtiva, a oferta do produto no mercado local, com vista o combate à pobreza na região

Fomento pecuário

Trinta cabeças de gado bovino foram entregues na semana passada, em Camabatela, município de Ambaca, a criadores das províncias do Kwanza-Norte e do Uíje, numa iniciativa do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. A estratégia tem como objectivo o fomento pecuário no planalto de Camabatela que engloba as duas províncias e Malanje. Segundo o ministro Afonso Pedro Canga, que presidiu o acto, o projecto a ser implementado faseadamente vai contemplar mais de 150 criadores com mil e 500 cabeças de gado bovino, tendentes a apoiar todos os que se mostrem interessados e que demonstrem reunir condições, mas que não tenham ainda capacidades financeiras para dar início à actividade agro-pecuária. O governante garantiu que o projecto vai, igualmente, beneficiar também numa fase posterior, criadores de outras províncias, casos do Huambo, Benguela, Kwanza-Sul e Huíla.

Novos empresários

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza fez emergir uma nova classe empresarial no interior da província da Huíla. A afirmação é do governador, Isaac dos Anjos, que falava, na semana passada, durante a cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano. Isaac dos Anjos disse que uma nova classe empresarial surge ao nível dos municípios, fruto das oportunidades que os programas oferecem. No seu apelo, o governante diz ser de todo razoável que estes novos empresários ajudem a fortificar a economia da província. Lembrou, por outro lado, que a prática de abertura dos concursos públicos será continuada em 2012, dado aos bons resultados alcançados com a conclusão das obras dentro dos prazos e pela sua qualidade.

O governador disse ainda que as empreitadas inscritas no Programa de Investimentos Públicos estão traduzidas em 16 projectos.

Fertilizantes

A administração do município do Katchiungo, no Huambo, vai empregar, em 2012, 15 milhões de kwanzas na compra de fertilizantes para apoiar as associações de camponeses, cooperativas e agricultores familiares. Segundo o administrador, José Manuel dos Santos, o valor para este investimento será disponibilizado pelo Programa de Combate à Fome e à Pobreza e vai permitir adquirir adubo e sulfato de amónio. José Manuel dos Santos adiantou, por outro lado, que a procura destes fertilizantes no mercado local é maior, pelo que a compra destes inputs agrícolas vai reduzir a procura pelos camponeses. Esta acção, inserida no Programa de Combate

à Fome e à Pobreza vai permitir que os camponeses aumentem e diversifiquem as suas culturas e obtenham melhores rendimentos. Nesta localidade, estão controladas 60 associações, 21 cooperativas e 31.144 agricultores familiares.

Bacia do kwanza

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), através do seu presidente do Conselho de Administração, Manuel Vicente, confirmou na semana passada, em Luanda, a existência de petróleo no bloco 21, localizado em águas profundas, no Centro-Sul da Bacia do Kwanza, a sudoeste da capital angolana. Segundo Manuel Vicente, as reservas nesta área, cuja profundidade da lâmina de água varia entre 300 e 1.600 metros, ainda estão a ser quantificadas e na devida altura deverão ser avançadas as informações detalhadas. O gestor afirmou que a confirmação de existência de petróleo na Bacia do Kwanza, deita a baixo as dúvidas sobre a sua potencialidade, realçando que os resultados financeiros decorrentes desta confirmação ainda estão por ser calculados. O Bloco 21 compreende, na parte Este, a escarpa da plataforma e, na zona Central e Oeste, mini-bacias salíferas.

4.31 Fiscalização das contas

Jornal de Angola

27 de Dezembro de 2011

O Presidente do Tribunal de Contas, Julião António, anunciou uma “fiscalização intensa das contas públicas”, para se atingir o mais rapidamente possível a “transparência na gestão dos dinheiros públicos”.

O Tribunal de Contas é, nos termos da Constituição, o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição”.

O papel fiscalizador do Tribunal de Contas assume uma grande importância, na medida em que lhe cabe saber se os dinheiros públicos foram gastos nos termos em que a lei prescreve.

Os dinheiros públicos inscritos no Orçamento Geral do Estado são afectados às instituições públicas para despesas que satisfaçam as necessidades colectivas, pelo que a sua gestão deve obedecer a regras que são previamente postas em vigor em diplomas legais pelo poder legislativo.

As regras de execução do Orçamento Geral do Estado devem ser escrupulosamente cumpridas, sob pena dos que assim não procederem incorrerem em actos ilegais, passíveis de penalização.

Temos afirmado que o servidor do Estado, em particular aquele que exerce cargos públicos, tem a responsabilidade de cuidar convenientemente dos fundos à sua disposição.

O erário público existe para servir as populações e os seus gestores têm a obrigação legal de prosseguir os objectivos para os quais das dotações orçamentais foram concedidas.

Uma fiscalização intensa das contas públicas, como propõe Julião António, transmite aos cidadãos a ideia de que em 2012 vai continuar o rigor na verificação do que as unidades orçamentais fazem em relação ao erário público, na perspectiva de uma melhor gestão dos dinheiros do Estado. Julião António enuncia aquilo que o Tribunal de Contas pretende fazer no próximo ano: “vamos auditar uma parte considerável dos sectores vitais da economia nacional, no sentido de melhor contribuirmos para a transparência na gestão do erário público”.

O presidente do Tribunal de Contas está preocupado com a economia nacional, o que demonstra que a satisfação das necessidades colectivas passa pelo bom uso dos dinheiros públicos por parte das diversas instituições do Estado.

O Tribunal de Contas pretende que os cidadãos não sejam passivos em relação a eventuais irregularidades

cometidas por órgãos do Estado, na gestão dos dinheiros públicos, podendo qualquer um denunciá-las e obter por e-mail o resultado da verificação das denúncias.

É uma iniciativa louvável e que pode ajudar o Tribunal de Contas a tomar conhecimento de um maior número de actos ilegais na utilização de fundos públicos. Mas é preciso ter em consideração que ilegalidade não quer dizer fraude e muito menos corrupção.

Há muitos casos em que os agentes do Estado cometem irregularidades nas contas por desconhecimento das regras ou das técnicas. O Tribunal de Contas tem tido um papel muito positivo neste aspecto, porque os seus inspectores, de uma forma pedagógica, têm levado empresas públicas, instituições do Estado e os seus gestores a corrigir os seus erros.

Os responsáveis pelas contas públicas, de uma forma geral, estão preocupados em fazer bem e sobretudo em cumprir as regras em vigor. Essa é a postura de todos. As excepções têm o devido tratamento e neste momento, em termos de contas públicas, Angola é um dos países mais transparentes do mundo.

O ponto mais fraco nesse aspecto tem a ver com as receitas públicas. Há fraude e evasão fiscal em níveis que preocupam as autoridades financeiras. Mas a reforma tributária, que em breve vai ser apresentada à Assembleia Nacional, tem leis importantes que vão acabar com a evasão fiscal e permitir ao Estado o aumento de receitas dos sectores produtivos e do trabalho.

O comércio e a indústria, com exclusão do petróleo e dos diamantes, produzem poucas receitas para o Estado. A reforma tributária vai alterar este quadro. Só quando todos pagarem regularmente os seus impostos o Executivo fica em condições de dar aos contribuintes tudo aquilo de que necessitam, sobretudo no que diz respeito à Saúde e à Educação, sectores que notoriamente precisam de elevar a sua qualidade. Mas se o Estado não tem receitas, não pode fornecer serviços básicos eficientes.

Todos reclamamos o fornecimento regular de água e luz. Mas ninguém se interroga sobre esta questão muitos simples: quantos pagam e quanto para terem um serviço de qualidade.

...se formos ver, um elevado número de consumidores pura e simplesmente não paga ou nem sequer faz parte do registo das empresas fornecedoras de água e luz. Temos de mudar de hábitos e sobretudo de uma mentalidade que leva a exigir tudo do Estado sem dar nada em troca.

4.32 O Orçamento Geral do Estado

Jornal de Economia e Finanças
27 de Dezembro de 2011

O séc. xx foi marcado com o fim do classicismo orçamental, fortalecimento da missão do Estado no domínio económico, com o objectivo de diminuir a proeminência dos parlamentos em relação aos Executivos tendo em atenção a modernização das técnicas e métodos de gestão económica e financeira. No período em referência - O liberalismo inspirou normas democráticas, com o objectivo de proteger os particulares, limitar o crescimento da máquina estadual, os encargos fiscais, etc; surgindo deste modo a teoria do orçamento.

O Estado na sua actividade principal capta receitas e realiza despesas cuja fonte principal e primordial assenta nos impostos. Para que ele (Estado) cumpra, com êxito, o seu papel tem de dispor de instrumentos afins, devidamente estruturados e harmonizados.

O intervencionismo

A intervenção do Estado na economia, ao longo do século XX, exigiu, cada vez mais, instrumentos que garantissem a racionalização da sua actuação. Foi deste modo, que surgiram os Planos. Quanto à sua diversidade, os Planos podem ser:

- Orçamentais aqueles que correspondem a orçamentos dos Estados e/ou outras entidades Públicas.

Técnicos. Económicos - Sociais.

Imperativos - são aqueles que apresentam a forma de regulação dos sistemas económicos colectivistas.

- Indicativos - são aqueles que não apresentam, em concreto, um instrumento de política económica, isto é, apresentam-se de forma libera e racionalizada no âmbito da intervenção económica (por exemplo: os planos dos sistemas capitalistas liberalizados).

- Mistos - aqueles que apresentam as variantes e cambiantes dos anteriores, isto é, apresentam metas indicativas e parcialmente imperativas no âmbito da política económica traçada pelo Estado. Os planos podem ser, quanto ao seu horizonte temporal, curtos, médios e longos.

O Orçamento Geral do Estado - é o "documento apresentado sob a forma de lei, que comporta urna descrição detalhada de todas as despesas do Estado, propostas pelo Executivo e autorizadas pelo Parlamento (Assembleia Nacional) e, antecipadamente, previstas para um horizonte temporal de um ano".

O OGE por força do princípio da separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania deve elencar normas de autorização que vinculem o Estado e outras entidades Públicas nos seus actos traduzidos na previ-

são e autorização de receitas e despesas, revestindo-se de força jurídica e geradores de direitos e obrigações.

Em sentido inverso, os orçamentos privados são "actos financeiros, simples contas, meros actos de previsão de receitas e de despesas".

Elementos do orçamento

O conceito de orçamento é diversificado, isto é, varia consoante o autor, por isso, interessa-nos destrinçar os seus elementos do seguinte modo:

- Político - que representa a autorização formal concedida ao executivo pelo parlamento (Assembleia Nacional) na base da proposta elaborada por aquele (executivo) e submetida a esta (Assembleia Nacional).

- Económico - abrange a previsão da actividade financeira anual a realizar pelos órgãos Públicos (por exemplo: a administração Pública) sob égide do Executivo.

- Jurídico - representa a peça fundamental que regula o poder financeiro do Estado (em termos de despesas e receitas) constituindo, assim, um instrumento imprescindível de execução orçamental e se apresenta em forma de lei.

Com efeito, o Orçamento Geral do Estado não deve ser confundido com as suas figuras afins, tais como:

Plano económico - nas economias de mercado o plano económico não exerce nenhuma pressão sobre os sujeitos económicos; e, até, em relação ao sector Público.

O Plano Económico nas economias de mercado, na generalidade, contém programas e projectos de investimentos referentes à economia; e não se circunscreve, apenas, à actividade do Estado no plano orçamental cuja vigência pode ser anual e/ou plurianual.

- Balanço de Estado - consiste na determinação do passivo e activo do Estado num determinado período temporal.

- Conta do Estado - diz respeito ao registo da execução orçamental; diferindo, assim, da característica do orçamento - que contém, também, um registo de previsão.

- Orçamentos Administrativos - diz respeito às previsões e autorizações administrativas orçamentais internas e parciais atinentes à Administração Central do Estado. Ex: "orçamentos cambiais do sector Público" - "documentos que autorizam os movimentos cambiais de cada ano, relativamente a operações do tesouro (incluindo os dos seus banqueiros no estrangeiro e os dos cofres consulares, além do circuito bancário normal)."

- Orçamentos das Pessoas Privadas - Por não terem um poder vincutivo próprio, baseiam-se em simples estimativas racionais.

Contexto legal do OGE

Os ordenamentos jurídicos dos diversos países do mundo levam-nos a inferir que o orçamento no contexto do enquadramento legal obedece a três níveis:

Constitucional;

Lei Orgânica Orçamental e Legislação Conexa;

Lei Anual do Orçamento e Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Nível constitucional

Define, como padrão, as linhas, princípios e orientações estruturantes do orçamento tais como:

a) - "Âmbito e conteúdo do orçamento e estrutura da perspectiva anual.

b) - Organização do orçamento e apresentação das receitas e despesas.

c) - Definição das competências do parlamento e do Governo em cada uma das fases do círculo orçamental e prazos de algumas competências."

O nível constitucional no plano orçamental constitui a pirâmide suprema em relação a outra legislação e/ou disposição legal.

Lei orçamental e legislação conexa

Abrange um aglomerado de normas jurídicas materiais que disciplinam, com maior abrangência, os assuntos referentes à elaboração, discussão, aprovação, execução e controlo do orçamento dos diversos países do mundo. A praxis do processo do tratamento do Orçamento Geral do Estado não é uniforme. Em Angola, por exemplo, as regras e princípios sobre a elaboração do Orçamento Geral do Estado encontram-se na Lei-Quadro sobre o OGE.

Lei anual e decreto de execução

As diversas matérias a este nível são reguladas por diplomas legais, geralmente, de iniciativa do executivo, embora que tal prática, em matéria de facilidade de substituição, engendre algumas vantagens e inconvenientes. O significado do conceito de orçamento redonda num instituto de vários sentidos, tais como: uma "previsão", um "plano", uma "conta", uma fixação de somas e seu emprego, um "estado" ou até de um estabelecimento de planos e "expectativas". O orçamento, por ser o espelho de uma nação, reveste-se de uma grande responsabilidade política do Estado assente nos grandes princípios da separação de poderes entre os parlamentos e governos cuja acção deve ser norteada pelos padrões universais da boa governação e um sentido intrínseco de uma sensata e transparente "gestão financeira".

O orçamento contém elementos essenciais atinentes à área política, económica e jurídica. O seu contexto legal obedece a lei orgânica orçamental e legislação conexa, a lei anual do orçamento e Decreto-Lei de Execução orçamental.

4.33 O Orçamento Geral do Estado

Jornal de Economia e Finanças

27 de Dezembro de 2011

O séc. xx foi marcado com o fim do classicismo orçamental, fortalecimento da missão do Estado no domínio económico, com o objectivo de diminuir a proeminência dos parlamentos em relação aos Executivos tendo em atenção a modernização das técnicas e métodos de gestão económica e financeira. No período em referência - O liberalismo inspirou normas democráticas, com o objectivo de proteger os particulares, limitar o crescimento da máquina estadual, os encargos fiscais, etc; surgindo deste modo a teoria do orçamento.

O Estado na sua actividade principal capta receitas e realiza despesas cuja fonte principal e primordial assenta nos impostos. Para que ele (Estado) cumpra, com êxito, o seu papel tem de dispor de instrumentos afins, devidamente estruturados e harmonizados.

O intervencionismo

A intervenção do Estado na economia, ao longo do século XX, exigiu, cada vez mais, instrumentos que garantissem a racionalização da sua actuação. Foi deste modo, que surgiram os Planos. Quanto à sua diversidade, os Planos podem ser: • Orçamentais aqueles que correspondem a orçamentos dos Estados e/ou outras entidades Públicas.

Técnicos. Económicos - Sociais.

Imperativos - são aqueles que apresentam a forma de regulação dos sistemas económicos colectivistas.

• Indicativos - são aqueles que não apresentam, em concreto, um instrumento de política económica, isto é, apresentam-se de forma líbera e racionalizada no âmbito da intervenção económica (por exemplo: os planos dos sistemas capitalistas liberalizados).

• Mistos - aqueles que apresentam as variantes e cambiantes dos anteriores, isto é, apresentam metas indicativas e parcialmente imperativas no âmbito da política económica traçada pelo Estado. Os planos podem ser, quanto ao seu horizonte temporal, curtos, médios e longos.

O Orçamento Geral do Estado - é o "documento apresentado sob a forma de lei, que comporta urna descrição detalhada de todas as despesas do Estado, propostas pelo Executivo e autorizadas pelo Parlamento (Assembleia Nacional) e, antecipadamente, previstas para um horizonte temporal de um ano".

O OGE por força do princípio da separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania deve elencar normas de autorização que vinculem o Estado e outras entidades Públicas nos seus actos traduzidos na previsão e autorização de receitas e despesas, revestindo-se de

força jurídica e geradores de direitos e obrigações. Em sentido inverso, os orçamentos privados são "actos financeiros, simples contas, meros actos de previsão de receitas e de despesas".

Elementos do orçamento

O conceito de orçamento é diversificado, isto é, varia consoante o autor, por isso, interessa-nos debruçar os seus elementos do seguinte modo:

.Político - que representa a autorização formal concedida ao executivo pelo parlamento (Assembleia Nacional) na base da proposta elaborada por aquele (executivo) e submetida a esta (Assembleia Nacional).

- Económico - abrange a previsão da actividade financeira anual a realizar pelos órgãos Públicos (por exemplo: a administração Pública) sob égide do Executivo.
- Jurídico - representa a peça fundamental que regula o poder financeiro do Estado (em termos de despesas e receitas) constituindo, assim, um instrumento imprescindível de execução orçamental e se apresenta em forma de lei.

Com efeito, o Orçamento Geral do Estado não deve ser confundido com as suas figuras afins, tais como:

Plano económico - nas economias de mercado o plano económico não exerce nenhuma pressão sobre os sujeitos económicos; e, até, em relação ao sector Público.

O Plano Económico nas economias de mercado, na generalidade, contém programas e projectos de investimentos referentes à economia; e não se circunscreve, apenas, à actividade do Estado no plano orçamental cuja vigência pode ser anual e/ou plurianual.

- Balanço de Estado - consiste na determinação do passivo e activo do Estado num determinado período temporal.
- Conta do Estado - diz respeito ao registo da execução orçamental; diferindo, assim, da característica do orçamento - que contém, também, um registo de previsão.
- Orçamentos Administrativos - diz respeito às previsões e autorizações administrativas orçamentais internas e parciais atinentes à Administração Central do Estado. Ex: "orçamentos cambiais do sector Público" - "documentos que autorizam os movimentos cambiais de cada ano, relativamente a operações do tesouro (incluindo os dos seus banqueiros no estrangeiro e os dos cofres consulares, além do circuito bancário normal)."
 - .Orçamentos das Pessoas Privadas - Por não terem um poder vincutivo próprio, baseiam-se em simples estimativas racionais.

Contexto legal do OGE

Os ordenamentos jurídicos dos diversos países do mundo levam-nos a inferir que o orçamento no contexto do enquadramento legal obedece a três níveis:

Constitucional;

Lei Orgânica Orçamental e Legislação Conexa;

Lei Anual do Orçamento e Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Nível constitucional

Define, como padrão, as linhas, princípios e orientações estruturantes do orçamento tais como:

- a) - "Âmbito e conteúdo do orçamento e estrutura da perspectiva anual.
- b) - Organização do orçamento e apresentação das receitas e despesas.
- c) - Definição das competências do parlamento e do Governo em cada uma das fases do círculo orçamental e prazos de algumas competências."

O nível constitucional no plano orçamental constitui a pirâmide suprema em relação a outra legislação e/ou disposição legal.

Lei orçamental e legislação conexa

Abrange um aglomerado de normas jurídicas materiais que disciplinam, com maior abrangência, os assuntos referentes à elaboração, discussão, aprovação, execução e controlo do orçamento dos diversos países do mundo. A praxis do processo do tratamento do Orçamento Geral do Estado não é uniforme. Em Angola, por exemplo, as regras e princípios sobre a elaboração do Orçamento Geral do Estado encontram-se na Lei-Quadro sobre o OGE.

Lei anual e decreto de execução

As diversas matérias a este nível são reguladas por diplomas legais, geralmente, de iniciativa do executivo, embora que tal prática, em matéria de facilidade de substituição, engendre algumas vantagens e inconvenientes. O significado do conceito de orçamento redonda num instituto de vários sentidos, tais como: uma "previsão", um "plano", uma "conta", uma fixação de somas e seu emprego, um "estado" ou até de um estabelecimento de planos e "expectativas". O orçamento, por ser o espelho de uma nação, reveste-se de uma grande responsabilidade política do Estado assente nos grandes princípios da separação de poderes entre os parlamentos e governos cuja acção deve ser norteada pelos padrões universais da boa governação e um sentido intrínseco de uma sensata e transparente "gestão financeira".

O orçamento contém elementos essenciais atinentes à área política, económica e jurídica. O seu contexto legal obedece a lei orgânica orçamental e legislação conexa, a lei anual do orçamento e Decreto-Lei de Execução orçamental.

4.34 Instituição promete melhorar fiscalização

Jornal de Angola

29 de Dezembro de 2011

O Tribunal de Contas vai, no próximo ano, melhorar os seus métodos de actuação com vista a um maior rigor e disciplina na fiscalização do erário público, garantiu ontem, em Luanda, o seu juiz presidente.

Julião António, que deu esta garantia quando recebia cumprimentos de fim de ano, pediu o empenho dos gestores públicos na criação de consciência de prestação de contas e da boa gestão do erário público para o bem das populações.

O juiz presidente garantiu que o Tribunal de Contas vai intensificar as acções de auditoria e reforçar os inquéritos sobre graves irregularidades e aumentar o número de julgamentos.

O presidente do Tribunal de Contas anunciou, para o próximo ano, a construção de seis tribunais regionais nas províncias de Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Lunda-Sul e Malange. Julião António disse que este ano foram submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas 291 contratos e 97.697 processos de pessoal, sublinhando que o Tribunal, em termos estatísticos, registou uma diminuição na ordem dos 30 por cento do número de contratos remetidos comparativamente ao ano passado.

Fiscalização preventiva

Nos actos de fiscalização preventiva, Julião António referiu que foram submetidos ao Tribunal 97.697 processos para admissões e nomeações em comissão de serviço e para o exercício de cargos de direcção e chefia. Destes processos, acrescentou, 18.424 são da Administração Central e 79.255 da Administração Local do Estado. O presidente do Tribunal de Contas denunciou que vários organismos inserem, no aplicativo informático, pessoas cujos processos não foram visados pelo Tribunal. Julião António recomendou, por isso, a criação de mecanismos que permitam evitar a inserção de candidatos que não foram visados pelo Tribunal.

O Tribunal decidiu sobre 1.867 relatórios de contas dos organismos públicos. Quanto às auditorias, disse, foram auditados vários ministérios e instituições públicas, com destaque para os do Ambiente, Educação, Comércio, Cultura, Assistência e Reinserção Social, Hotelaria e Turismo, embaixadas de Angola na Itália e Moçambique.

Foram igualmente auditadas instituições como a empresa ENCIB, Instituto Geológico de Angola, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda,

Instituto para o Sector Empresarial Público, Instituto Nacional de Aviação Civil, Instituto Angolano de Propriedade Industrial, Empresa de Material Escolar de Benguela, Empresa de Águas e Saneamento do Lobito e a ENDITREDE.

O presidente do Tribunal de Contas referiu que foram feitos inquéritos em organismos como o Ministério do Interior, governos das províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Huambo, Lunda-Sul, Lunda-Norte e Kuando-Kubango, onde foram constatadas a realização de obras sem fiscalização, pagamento a empreiteiros sem suporte documental e de obras não realizadas.

4.35 TC condena gestores públicos

Novo Jornal

30 de Dezembro de 2011

O TRIBUNAL de Contas (TC) divulgou nesta quarta-feira, 28, uma lista de gestores públicos condenados durante o exercício de 2011, na sequência da apropriação indevida de recursos financeiros do Estado.

Da lista apresentada pelo presidente desse órgão, Julião António, figuram a condenação em processo de responsabilidade financeira reintegratória, José Manuel Moreno, da Administração municipal de Viana, José Francisco Correia, do Kilamba Kiaxi, Maciel Jacinto Neto, do Rangel, Pedro Ambrósio dos Reis Fancony, da Samba.

Julião António que falava aos jornalistas na cerimónia de cumprimentos de fim de ano aos funcionários e quadros do Tribunal de Contas, a relação dos condenados inclui, as embaixadas de Angola, na Grécia, representada por Isaiás Jaime Vilinga e no Zimbábue, Nelson Neves de Lima.

Insera ainda Maria do Céu Sá, do MINARS, Mateus Claudino dos Santos, do Instituto Agrário de Malange, Walter Virgílio Rodrigues, do Gabinete de Redimensionamento Empresarial, José Guerreiro de Lima e Eduardo André, estes da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela.

Na Feira Internacional de Luanda (FIL) foram condenados Matos Cardoso e teonil de Ipanga Fernandes. Na TAAG, Mateus Francisco Sebastião Neto, Ernesto Miguel Monimambo, José Alves Andrade, José Manuel Machado Jorge e António de Jesus Marcolino Pombal.

No tocante à responsabilidade financeira sancionatória, Julião António revelou que foram aplicadas multas aos gestores da Administração Calama, Ianje, Miguel Serrero Gio, do ministério do Interior, Hermenegildo José Félix, da Administração de Nancova, Kuando-Kubango, José Vinhamba, e do INE-Chitembo, Antómo Dala Cassanga.

4.36 Ministro desconhece relatório do FMI

Novo Jornal

30 de Dezembro de 2011

As instituições públicas continuam sem reagir ao relatório do Fundo Monetário Internacional, publicado no mês de Dezembro e que referia a falta de 32 biliões de dólares (um quarto do PIB) nas contas públicas. Em conversa com o Novo Jornal, Carlos Alberto Lopes, ministro das Finanças, reconheceu que ainda não teve acesso ao documento.

A troca de impressões aconteceu depois da tradicional cerimónia de apresentação de cumprimentos de final de ano. O Novo Jornal tentava obter uma posição oficial do Ministério das Finanças em relação ao exposto na Caixa n02 do relatório do Fundo. O documento foi elaborado ao abrigo da quinta revisão do acordo Stand-by entre Angola o FMI - o país beneficia ainda de um empréstimo total de 14, biliões de dólares.

O relatório levanta suspeitas em relação às operações para-fiscais da Sonangol e questiona os valores entregues pela petrolífera aos cofres do Estado entre os anos de 2007 e 2010. O FMI afirma ainda que foi constituída uma super-estrutura entre os ministérios do Fteanamento, das Finanças, da Economia e a Sonangol para justificar a falta de informação.

PIB Cresce 3,4%

Continuam as disparidades em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto em 2011: enquanto o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano afirma que a expansão se fixou nos 1,7%, agora foi a vez de Carlos Alberto Lopes voltar a referir os 3,4%.

“O desempenho do PIE em 2011 continua a ser positivo, estimando-se um crescimento de 3,4%, com realce ao desempenho do sector não-petrelífero que deverá crescer 9%”, destacou o titular da pasta das Finanças.

O governante fez ainda referência à taxa de inflação homóloga que “caiu dos 15,31% em Dezembro de 2010 para 11,44% em Outubro, fazendo antever o cumprimento da meta de 12% prevista para 2011”. Carlos Lopes ressaltou a relativa tranquilidade com que o país tem ultrapassado os momentos de tensão que se vão vivendo nas economias mais furtes do mundo - com a Europa e os EUA à cabeça. Mesmo assim, não deixou de alertar para “alguns efeitos secundários”, que merecerão a “permanente vigilância da política fiscal”.

4.37 Governador de Cabinda pretende mais contribuintes

Jornal de Angola

31 de Dezembro de 2011

O governo da província de Cabinda está a preparar os mecanismos apropriados para o controlo, no próximo ano, de todos os agentes económicos, no âmbito do Projecto da Reforma Tributária, afirmou o governador Mawete João Baptista.

O governador pediu às associações profissionais, aos artistas e a outros agentes que cumpram as responsabilidades fiscais para se acabar com a fuga ao fisco.

O programa interno das acções previstas para 20 12, aprovado no Orçamento Geral do Estado, disse, corresponde a 25,6 mil milhões de kwanzas.

4.38 Governador de Cabinda pretende mais contribuintes

Jornal de Angola

31 de Dezembro de 2011

O governo da província de Cabinda está a preparar os mecanismos apropriados para o controlo, no próximo ano, de todos os agentes económicos, no âmbito do Projecto da Reforma Tributária, afirmou o governador Mawete João Baptista.

O governador pediu às associações profissionais, aos artistas e a outros agentes que cumpram as responsabilidades fiscais para se acabar com a fuga ao fisco.

O programa interno das acções previstas para 20 12, aprovado no Orçamento Geral do Estado, disse, corresponde a 25,6 mil milhões de kwanzas.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 CACS nos Municípios de intervenção em Luanda

A voz da mulher

Janeiro à Junho de 2011

Ações no Município do Kilamba-Kiaxi - Foi criado em 2007 e desde a dada altura até Maio de 2010 fase em que se realizou o seu único encontro não funcionou. A reunião aconteceu por ocasião da visita do governador de Luanda, na qual foi apresentado um relatório de actividades já desenvolvidas pela administração na perspectiva da criação do CACS.

Nesta reunião os membros dos CACS assumiram que daí em diante as reuniões seriam realizadas trimestralmente o que até a data deste levantamento, não tinha sido cumprido.

Ainda não existe a distribuição de tarefas, razão pela qual todos os membros dependem do presidente que é o administrador municipal, o que pressupõe dizer que o poder de decisão é centralizado, não havendo práticas de descentralizadas da actuação.

Por outro lado, não existe uma relação directa entre os membros do CACS e os municípios, de quem os problemas devem ser discutidos nestes espaços. Os municípios, por sua vez, não conhecem os seus representantes nos CACS, isto porque a administração os tais não são legítimos, na medida em que o administrador é que convida a sociedade civil, segundo os seus propósitos.

Por outro lado, também, a sociedade Civil, não está organizada para participar no CACS, na medida em que os problemas não são debatidos a prior nos fóruns para a posterior serem levados aos CACS, sendo que a sociedade civil local é a menor parte nas representações do conselho, isto nos 3 municípios.

Viana - De acordo com a situação obtida durante o levantamento, alguns membros do CACS no município de Viana afirmarão que foi o mesmo criado no princípio deste ano (2011 I. O c elho tem realizado encontros trimestrais, de acordo com o previsto no regulamento, a planificação do orçamento municipal começa na fase da constatação dos problemas de acordo com informações avançadas pela chefe do sector de planificação e estatística.

A sociedade civil tem um número de representação

considerável e participa na tomada de decisões, onde cada membro expõe as suas as inquietações.

Os entrevistados afirmaram conhecerem o valor orçamental do município, mas que entretanto, não estão tecnicamente capacitados para poderem fiscalizar as actividades orçadas para o município. No ponto de vista dos membros entrevistados dizem que o presidente do CACS não devia ser o administrador porque quando o OGE é aprovado o maior voto a favor tem sido das repartições da administração.

Cazenga - Relativamente a este município a situação não difere muito da realidade dos outros. No mês de Março de 2011 a administração municipal do Cazenga na pessoa do seu administrador, reuniu a equipa de coordenação do projecto.

O CACS municipal do Cazenga já existe há 3 anos, mas até ao momento só reuniu uma vez que foi no mês de Fevereiro de 2011. Neste encontro foi elaborada um conjunto de recomendações mas que até ao momento não foram implementadas.

Constatou-se ainda que os membros do CACS são na sua maioria os responsáveis das repartições municipais: Saúde, Educação, S.O.5, OMA, MIFAMU, dentre outros.

Quanto a planificação orçamental a sociedade civil não participa neste processo. A tomada de decisão no CACS é sempre responsabilidade do administrador.

5.2 Condição socio-económica das mulheres e raparigas

A voz da mulher

Janeiro à Junho de 2011

A PMA, realizou uma pesquisa ao longo do primeiro semestre de 2011, utilizado um conjunto de técnicas que em marketing e nas ciências sociais, permitem s obter dados de um número relativamente pequeno de respondentes dependendo da escala com que se trabalha, os quais são analisados com técnicas estatísticas.

Na fase de elaboração de questionário, a coordenação técnica teve em conta as habilitações do público-alvo. É de salientar que o conjunto de questões foi bem organizado e continha uma forma lógica para quem fosse inquirido respondesse. Assim sendo, evitamos questões irrelevantes, insensíveis, intrusivas, desinteressantes, com uma estrutura (ou formato) demasiado confusa e complexa, ou ainda questões demasiado longas. Também redobramos a atenção ao formular questões de natureza pessoal, ou que abordem assuntos delicados ou incómodos para a inquirida, para o efeito colocamos uma janela de saída com a opção "prefiro não dizer". Portanto, as questões foram reduzidas e adequadas à pesquisa em causa.

As questões foram desenvolvidas tendo em conta três princípios básicos: o Princípio da clareza (devem ser claras, concisas e unívocas), o Princípio da Coerência (devem corresponder à intenção da própria pergunta) e o Princípio da neutralidade (não devem induzir uma dada resposta mas sim libertar a inquirida do referencial de juízos de valor ou do preconceito do próprio autor). O grupo alvo foi entrevistado nas ruas, nas suas casas, nas escolas e nos mercados. A fase de recolha de dados no campo por via de entrevistas. Depois, os questionários foram levados de volta ao escritório onde foi feito um controlo de qualidade prévia dos dados recolhidos.

Perfil do Município de Kilamba-Kiaxe

Kilamba Kiaxi é um dos nove municípios da província que constituem a área urbana da cidade de Luanda.

Kilamba Kiaxi tem 173.4km² e cerca de 1.361.074 habitantes. Limita a Oeste com o município da Maianga, a Norte com os municípios do Rangel e Cazenga, a Este o município de Viana e a Sul com o município da Samba.

Educação e Saúde

- Na educação das mulheres e raparigas averiguamos o seguinte: 29,5 % atingiram o primeiro nível, 22,5 % o segundo nível, 23,7 % o ensino médio, 2,9 % o bacharelato, 0,6 % a licenciatura e 20,8 % é analfabeta, que nunca frequentaram a escola.

Há um ditado africano que diz:

“Educar um homem é educar uma pessoa, educar uma mulher é educar uma nação” 79,7% de mulheres e raparigas com filhos afirmam que os seus filhos não possuem nenhuma deficiência física e 20,3 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiência deparam-se com vários tipos de deficiências das quais destacamos: perna alargada, deficiência física, trombose com 45,5 %; mudez, surdez e problema visual 27,3 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 18,2 %; célula faviforme e alargada e juba na ordem de 9,0 %.

As inqueridas com filhos deficientes preocupam-se com os mesmos, assim sendo 20,0% frequenta a escola e 80,0% está de fora do sistema de ensino por falta de escolas especializadas, 16,7 % não sabem onde levar os filhos para frequentarem o ensino especial e 83,7 % alegaram falta de condições financeiras.

Na questão da saúde reprodutiva, a maior parte das inqueridas sofreram abortos, ao passo que, 32,4% negaram o acto, 12,2% consumaram o acto por falta de meios financeiros, (17,1 %) por má alimentação, (51,2 %) por causa da guerra, acidente, afogamento e desaparecimento e 19,5 % preferiram não comentar.

Participação na Economia - o sustento da família nas sociedades tradicionais foi sempre uma das maiores

preocupações da mulher, assim sendo 44,9 % das mulheres e raparigas dedica-se a venda no mercado, o que se justifica pela necessidade de ganhar dinheiro para contribuir no sustento da família, como sublinham as estatísticas 87,5 %.

Pese embora encontrem muitas dificuldades resultantes da insuficiência de meios financeiros 82,7% e da falta de um local permanente para a venda 1,8%. Contudo, apesar das dificuldades, elas não cruzam os braços e têm tomado medidas para suplantarem as dificuldades quer com esforço próprio 79,5 % quer com o apoio das colegas 17,0 %.

Perfil do Município do Cazenga - Este Município está entre os complexos populosos e activos do país. Com uma área de 38,6 Km² está localizado entre os municípios do Sambizanga, Rangel, Viana e Kilamba-Kiaxi, é constituído por três comunas: Hoji Ya Henda (6 bairros), Tala Hadi (7 bairros) e Cazenga (10 bairros).

Educação e saúde - Na educação das mulheres e raparigas observa-se o seguinte: 19,5 % nunca foram a escola, 33,7% frequentaram o primeiro nível, 37,3 % frequentaram o segundo nível, 8,9%, o ensino médio e 0,6% bacharelato. Nenhuma das inquiridas frequenta ou frequentou o ensino superior.

Em relação a saúde, é as mulheres e as raparigas que têm filhos, pois, 95,0% afirmam que os seus filhos são aptos fisicamente e 5,0 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiências de várias ordens: perna alargada, deficiência física, trombose com 37,5 %; mudez, surdez e problema visual 25,0 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 25,0 %; célula faviforme e alargada, juba na ordem de 12,5%.

Tendo filhos deficientes, as inqueridas se preocupam com os mesmos, assim 33,3 % têm os filhos a frequentarem o ensino e 66,7 % fora do sistema de educação.

No que toca a saúde reprodutiva, 64,7% das inqueridas sofreram de abortos contra 35,3% que nunca tiveram aborto. É de salientar 5,6% consumaram o acto por falta de meios financeiros, 9,3% por má alimentação, 55,6 % devido a guerra, acidente, afogamento, desaparecimento e 29,6 % preferiram não abordar.

A taxa de mortalidade infantil é bastante elevada e atinge 50,7% das respondentes. As mães e raparigas que perderam 1 a 3 filhos abrangem 87,0 %, 4 a 5 filhos 9,1 %, mais de 5 filhos 3,5%. Dentre as causas de mortes temos: doenças 76,7 % e a criminalidade 6,8 %.

Em termos de cobertura médica, 59,3 % das inqueridas afirmaram existir perto das suas casas postos médicos do Estado, 40,7 % negou a existência de postos médicos estatais perto de suas residências. Relativamente aos

postos médicos privados 51,2% das inquiridas afirmaram existirem perto de suas casas e 48,8 % negou existirem postos médicos privados próximos de suas casas. Nesses centros médicos 28,3 % das entrevistadas disseram que têm sala de partos e 71,7 das inquiridas afirmaram que os centros médicos não têm sala de partos.

Participação na Economia - Quanto a participação das mulheres na economia, salienta-se o seguinte: 61 % das mulheres e raparigas dedica-se a venda no mercado informal, 27,4 % são Zungueiras, 11,6 % docentes, 82,7 % têm dificuldades financeiras e 1,8 % não têm um local permanente para vender 1,8 %.

Para ultrapassarem as dificuldades, 59,7% redobra esforços, 24,6% recorre ao apoio familiar e 15,7% recorre a pessoas amigas e colegas a fim de solicitarem apoio.

Perfil do Município de Viana - Constatamos que 64,4% das entrevistadas têm Bilhete de Identidade, 35,6 % não têm Bilhete de Identidade.

As que não têm o referido documento alegam a falta por razões diversas: primeira, consiste na demora, muita burocracia e distância do posto de emissão de Bilhete de Identidade com 35,5 %; a segunda é, a falta de meios financeiros 19,4%; terceira, as dificuldades em conseguir condições de vida condigna na província 16,1 %, e por fim a falta de registo de nascimento em Luanda e documentos necessárias 29%.

Educação e Saúde - Na educação das mulheres e das raparigas observa-se o seguinte: 15,3 % das entrevistadas, nunca foi a escola, 22,4 % atingiram o primeiro nível, 36,5 % frequentou o segundo nível, 21,8 % frequentou o ensino médio, 1,7 % atingiu o bacharelato e 2,4 % licenciadas.

Quanto a saúde, 89,9 % das mulheres e raparigas afirmam que os seus filhos são aptos fisicamente e 5,5 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiências das quais destacamos as seguintes: perna alargada, deficiência física, trombose com 70,0 %; mudez, surdez e problemas visuais 10,0 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 20,0%.

Verificamos também que 50% das mães que têm filhos deficientes, tiveram a preocupação de colocarem os seus filhos nas escolas e as restantes não conseguiram colocar os seus filhos em quaisquer escolas especiais no município. No que diz respeito a saúde reprodutiva, 35,9% das inquiridas já teve aborto, 9,8% consumaram o acta por falta de meios financeiros, 13,7% por má alimentação, 68,6% por acidente, 7,8% preferiu não responder a questão. Relativamente a mortalidade infantil, 85,7% das inqueridas já perderam 1 a 3 filhos, 11,1 % já perdeu mais 4 a 5 filhos, 3,2% perderam mais de 5 filhos e 7,9%

das entrevistas preferiram não dizer nada. Como causas de morte temos as doenças (90,5) e a criminalidade (1,6%), entretanto, 7,9% não quiseram responder essa questão.

5.3 Proposta da lei das Associações Privadas proíbe criação de agremiações armadas

Jornal O PAÍS

02 de Dezembro de 2011

A proposta de lei sobre o regime jurídico das associações privadas, aprovada na generalidade, pela Assembleia Nacional, em Luanda, proíbe a criação de agremiações armadas ou que se destinem a promover o ódio, a violência, o racismo, a xenofobia e a ditadura.

Aprovado por unanimidade (161 votos), o documento define as associações privadas como pessoas colectivas de substrato pessoal, que não têm por fim o lucro económico dos associados, e visa estabelecer o regime jurídico da constituição, organização e funcionamento das mesmas.

O texto, apresentado pela ministra da Justiça, Guilhermina Prata, define as formas de controlo, por parte do Estado, do cumprimento dos interesses públicos confinados à associação e protege os direitos fundamentais que estejam afectados pelo seu funcionamento, garantindo o respeito de um conjunto de regras e princípios constitucionais.

Permite suprimir um conjunto de imposições administrativas, sem prejuízo da manutenção da segurança proporcionada pelo controlo de uma entidade pública e da fiscalização exercida nos termos gerais do Ministério Público, à luz da liberdade de associação, enquanto direito fundamental consagrado na Constituição. Determina a liberdade de filiação de associações privadas angolanas em congéneres ou organismos internacionais que não prossigam fins contrários à lei, carecendo, estas, de autorização do órgão auxiliar do Presidente da República, para exercerem as suas actividades no país, ficando para tal sujeitas à legislação angolana.

Reconhece como lícita a categoria das associações públicas, atribuindo-lhes estatuto de partido político nos casos em que esta decida elaborar programa político de Governo e concorra, por si, a eleição.

Ao mesmo tempo, o texto estabelece os requisitos e os procedimentos da criação de novas colectividades profissionais de direito público e conforma o funcionamento das já existentes.

A diploma, que merecerá o devido tratamento nas comissões especializadas da Assembleia Nacional, honra a lógica de descentralização administrativa e conforma os seus estatutos ao novo quadro legal vigente.

Esta proposta foi considerada uma mais-valia no aprofundamento da democracia e da descentralização administrativa em Angola, nos termos do relatório parecer das comissões especializadas da Assembleia Nacional.

A proposta de lei visa instituir um regime jurídico único para as associações públicas, estabelecendo-as como pessoas colectivas de direito público, as quais se aplicam normas e princípios que regem os institutos públicos e as agremiações de direito privado, em razão da matéria. Pretende igualmente estabelecer critérios, princípios, regras transparentes e precisas no processo de criação de uma associação pública, definindo um quadro legal que interpreta os aspectos fundamentais da metodologia, forma e parâmetros materiais a que deve obedecer.

A projecto de lei define as balizas do controlo, por parte do Estado angolano, do cumprimento dos interesses públicos confiados às associações.

5.4 Um programa esquecido na dança das cadeiras

Novo Jornal

02 de Dezembro de 2011

Em julho de 1993, é submetido à aprovação do Governo angolano um ambicioso programa para promover a "redução urgente do alto índice de mortalidade" que se verificava na província.

O programa "Vamos salvar Luanda" continha as linhas mestras de actuação para solucionar os problemas "mais graves e mais prementes" da capital do país. E tinha por base o pressuposto de era feito, não para uma cidade de "existência estabilizada" e de "vida normalizada", mas para uma urbe em estado de emergência.

"Para Luanda há que estabelecer um Plano de Salvação, o que quer dizer elaborar um projecto de acções de emergência, de último recurso, para tentar (e nalguns casos nem isso será possível) impedir colapsos fatais numa infinidade de áreas funcionais da cidade", lia-se.

Apesar de conscientes do estado de gravidade em que Luanda se encontrava, há quase duas décadas, e do diagnóstico feito em 1993, que foi acompanhado de um plano de actividades devidamente orçamentado, as autoridades nacionais e provinciais não conseguiram impedir situações de colapso na capital.

A queda do edifício que albergava os serviços da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), em 2008, as cheias que todos os anos provocam vítimas mortais

e danos pessoais avultados, a sinistralidade rodoviária, apesar das novas vias que rasgam a cidade, e alguns surtos de raiva e cólera, anos depois, mantêm o -plano actual 'e aconselham a um reavivar da memória.

Restituir a dignidade

O programa "Salvar Luanda"; como consta no documento, "significa, em primeira instância, salvar vidas e conferir-lhes um conteúdo de dignidade, uma essência mais humanizada que suavize o choque tremendo, as pressões insuportáveis a que se encontram submetidas".

As acções previstas têm todas um sentido, uma direcção comum:

"Criar condições técnicas e materiais que permitam o desenvolvimento posterior dos projectos de alcance social que conduzam à finalidade principal do nosso trabalho", sublinham os autores do trabalho. "É preciso, numa vez por todas, romper com o trágico passado (que ainda é presente) que vai devorando, de forma inexorável e feroz, os fundamentos da nossa existência", frisa o documento concluindo que "Salvar Luanda é também, e por isso, resgatar a esperança e construir o futuro".

Consciente da fase difícil em que Luanda se encontrava - "tudo será feito, nesta fase de resgate, com o coração nas mãos, em permanente sobressalto, à espera que, a qualquer momento, o pior aconteça" - a superação dos problemas implicava a mobilização de "todos os meios, todas as vontades, todos os recursos" e a "consciência permanente dos perigos" que existiam.

Salvar Luanda implicava, segundo os seus promotores, "adoptar uma atitude inflexível e firme" para todos "aqueles que ainda não compreenderam a dramática situação" em que a capital se encontrava, "aqueles que persistem em manter os olhos fechados perante o quadro desesperante que se apresenta e para "aqueles que teimam em manter ou levantar barreiras à correcção dos erros cometidos". Tanto mais que "Salvar Luanda não é um projecto demagógico e muito menos pode ser interpretado como uma campanha política", mas sim "um programa de trabalho", que tem de "respeitar e fazer respeitar as normas fundamentais da lógica, do bom senso, da organização e da legalidade".

Erros de administração

Para além de identificar os problemas estruturais e apontar caminhos, o plano assinalava questões de ordem administrativa que eram "uma demonstração típica dos erros de administração que foram sendo cometidos" e que urgia "corrigir e reparar com urgência. O plano referia-se, em concreto, às "dívidas que o Governo da Pronúncia foi contraindo ao longo dos anos e que não liquidou", assinalando que "não é concebível, nem existem razões que o justifiquem, a existência de dívidas em organismos que têm a sua actividade orçamentada".

A "falta de clareza e segurança nas operações financeiras, provocadas pela inaceitável forma como se processam (ou não se processam) os pagamentos" justificava a esta "crítica situação", bem como a "desorganização interna dos serviços do Governo Provincial (onde não aparecem os contratos, onde não existe qualquer espécie de acompanhamento e controlo dos compromissos).

O resultado desta situação era claro e bem identificado: "os empreendimentos vão agravados com o valor sempre crescente das penalizações originadas pela falta de pagamento, as obras param e muitas vezes ficam esquecidas e abandonadas, degradando-se lenta e irreversivelmente, os prejuízos provocados por essas paralisações vão atingindo somas astronómicas, passados anos, volta-se a investir nos mesmos projectos, repetindo-se as mesmas situações, até se entrar num círculo vicioso que tem devorado avultados recursos sem produzir quaisquer resultados positivos, nem melhores, antes piorando, a prestação dos serviços sociais como era objectivado pela realização dos investimentos".

O documento submetido ao governo apresentava, para evitar o avolumar da dívida, um conjunto de medidas, donde sobressai a institucionalização da prestação de contas "de maneira permanente e através dos mecanismos mais indicados".

Além disso, instituíam-se "sistemas de inspecções frequentes e severas" para as quais se proponha a criação de vários órgãos essenciais:

o Tribunal de Contas, a Inspeção Judicial e a Inspeção da Administração Pública e criação do Supremo Tribunal Administrativo; Inspeção Económica, Inspeção Prisional e Penitenciária, Inspeção Superior do Ensino, Inspeção dos Serviços de Portos e Aeroportos. Proponha-se ainda a revisão das penas aplicadas por transgressões ao Código de Estradas e a criação de um tribunal para julgamento de transgressões administrativas.

Repor a legalidade e a autoridade

Tornar possível a implementação deste "Plano de Salvação de Luanda" implica, como "primeira e grande tarefa a realizar a reposição urgente da legalidade e da autoridade" no âmbito da jurisdição da Província de Luanda.

"O Governo da Província e a população têm de abandonar as práticas correntes de desrespeito pelas leis, pelos regulamentos e pelas normas de convivência social".

Para travar a "anarquia vigente" o "cidadão não pode, simplesmente, fazer o que lhe apetece" e o "governo não pode, por seu turno, tolerar esse comportamento, fazer vista grossa às contravenções, permitir a indisciplina colectiva, pactuar com o desacato generalizado".

. Para pôr cobro a esse estado de coisas, o plano previa a adopção de um "programa de trabalho" em quatro frentes: de ordem organizativa, de ordem administrativa, de ordem estratégica e de ordem operativa.

No primeiro caso, o documento propunha "organizar os serviços do Governo da Província e dotá-los de real e eficaz capacidade de trabalho, organizar e implantar os serviços de Administração Civil, organizar e implementar OS sistemas de participação e representatividade da população na vida da cidade e junto das estruturas municipais e estabelecer sistemas fluentes de comunicação com a população".

Entre as medidas de ordem administrativa constam, recolher, compilar e metodizar toda a legislação, regulamentação e documentação normativa da vida da cidade e a sua posterior divulgação por forma a contribuir para a educação cívica da população, recuperar e reorganizar os arquivos, cadastros, registos e outra documentação fundamental para a correcta planificação e gestão dos serviços, fixar normas idóneas e seguras para a movimentação das verbas consignadas ao GPL e consignar "racional e organizadamente os recursos financeiros existentes, bem como os meios materiais e humanos".

Acções de emergência

De ordem estratégica, o plano previa o estabelecimento de políticas a seguir nas diferentes áreas de trabalho e a criação de condições para a elaboração de um Plano de Trabalho de estabilização da situação de Luanda.

"Travar a degradação geral dos sistemas de infra-estruturas da cidade e procurar reabilitá-los" era o ponto único nas medidas de ordem operativa, onde estava identificada a "falta de transportes" como "o problema mais grave com que se debate toda a área administrativa".

"Basta dizer-se que nem o Governador da Província, nem os Vice-governadores recém nomeados possuem as viaturas oficiais que deveriam ser-lhes distribuídas". Situação que se "repete" em "todas as áreas funcionais" do GPL, o que tornava "imperioso incluir no Plano de Emergência os meios de transporte indispensáveis".

Para colmatar o problema estava incluído no plano de necessidades a aquisição de 98 viaturas, num montante global de três milhões de dólares norte-americanos, entre as quais se incluíam 31 veículos do tipo turismo, 37 todo o terreno, cinco mini-autocarro, uma pá carregadora e cinco motorizadas. "Infelizmente é este o quadro da situação em que nos encontramos: enquanto pelo mundo fora se fazem planos de desenvolvimento e se estudam estratégias de alta sofisticação, nós temos que nos ater a acções de emergência, sem a mínima possibilidade de planificar mais longe que o trabalho do dia-a-dia concluíam os actores do documento

5.5 A nova Luanda precisa de ser divulgada para ser compreendida

Jornal Continente

02 de Dezembro de 2011

A recente nomeação do novo governador de Luanda, trouxe consigo a aplicação da nova divisão administrativa de cidade, que passou a ter sete municípios com destaque da integração dos municípios da Kissama e Icolo e Bengo, a criação dos municípios de Belas e Luanda sede, e por sua vez a extinção dos municípios do Sambizanga, Rangel, Maianga, Ingombota e Kilamba Kiaxi que passaram a ser integrados no município sede de Luanda.

E na sequência da nomeação do novo governador, este por sua vez procedeu a nomeação dos novos administradores municipais e do presidente do conselho administrativo do município de Luanda sede.

Neste contexto o figurino das cidades de Luanda e Bengo, sofre alterações na sua estrutura geográfica fruto da desintegração de parte da província do Bengo em favor de Luanda.

Olhando para este assunto, e porque é dos mais badalados nos últimos tempos em termos de notícias, dúvidas e não só, quero ressaltar aspectos concernentes a divulgação da nova cidade de Luanda e também do Bengo. Quando falo em divulgação, refiro-me a todo um trabalho com a mídia, ou seja; é preciso que se comece a passar esta informação com mais frequências com spots informativos a fazerem menção desta nova realidade administrativa destas duas províncias; é preciso que se produzam novos mapas de Angola, já com a apresentação do novo figurino do desenho destas duas províncias, com informações diversas relativas a toda esta mudança. Os novos espaços limítrofes, as novas dimensões geográficas das duas províncias.

No caso específico da província de Luanda, muitas questões ficam por serem respondidas:

Como ficam os municípios que passaram a integrar o município sede?

As comunas, os bairros e zonas que figurino passarão a ter?

A questão da toponímia e número de polícia como fica?

Estamos a viver o processo de actualização do registo eleitoral, como ficam os cadernos eleitorais?

Há toda uma necessidade de se amiudar as informações relativas a todo este processo, e se ir mais à fundo nesta questão. As pessoas precisam ouvir com certa frequência neste momento, que até certo ponto eram do Bengo e agora passam a ser de Luanda.

Será difícil para muitos munícipes aceitarem estas mudanças, e também sei que não é um trabalho do dia para a noite, pois levará muito tempo para que as pessoas não só aceitem mas que acima de tudo se habituem a

esta nova realidade.

En este momento para além das nomeações acredito já ser necessário começar a trabalhar para que as pessoas aprendam a nova Luanda, a exemplo do que aconteceu após a aprovação da nova constituição.

Importa ainda salientar que todo este processo apesar de ter maior influência na vida dos povos de Luanda e do Bengo, abrange a todos os angolanos, que têm o direito de saber como passa a ser a nova Luanda e o Novo Bengo, pois horas antes de dar continuidade a esta opinião ainda vi na TPA passar um spot dobre a Quissama mas com referencia de ser parte da província do Bengo, quando já a Rádio Luanda nesta semana fez chegar a sua equipa de reportagem a Catete.

Por fim deixo o meu conselho ao governo, para que crie toda uma estrutura para que esta nova realidade administrativa destas províncias sejam bem divulgadas.

5.6 José Tavares garante gestão participativa

SEMANARIO ANGOLENSE

03 de Dezembro de 2011

O presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda, José Tavares Ferreira, afirmou que espera contar com o apoio de todos os munícipes da área de jurisdição por que responde, pois a sua gestão vai privilegiar o modelo participativo das comunidades.

O edil do novel município de Luanda falava num almoço de confraternização com habitantes do Sambizanga, de que foi, até há quase um mês atrás, administrador. "Não é uma despedida, vamos continuar juntos", assegurou. Considerou que a cidade está "muito suja" e que vai atacar o problema do saneamento básico e das vias.

Numa mensagem lida na ocasião, um jovem, em representação dessa franja, disse esperar que José Tavares encontre uma equipa de trabalho que corresponda aos grandes desafios que o aguardam no grande município de Luanda.

«Nós jovens participamos da sua ascensão, por isso, aguardamos que, do seu programa de trabalho conste a resolução dos problemas da juventude», entre os quais da habitação, emprego, formação, etc., apelou.

Também, os anciãos manifestaram-se orgulhosos, pelo empenho e dedicação de José Tavares na solução dos problemas do Sambizanga, adiantando que estão "dispostos a ajudá-lo" na sua nova função. A representar os mais velhos, estiveram Pascoal Kabuja, Domingos Inguila, Dionísio Rosa, Bia Santiago, entre outros das antigas comunas sede, do Bairro Operário e o Ngola Kiluanje.

O encontro contou ainda com a exibição de um grupo teatral e de músicos do agora distrito urbano do Sambizanga, tendo vendedoras e outros munícipes oferecido vários artigos ao presidente José Tavares.

Município teve melhor desempenho

O ex-administrador municipal informou que o Sambizanga, que geriu desde 2008, foi considerado “o município que, com poucos recursos, melhor desempenho teve em termos de combate à pobreza.”

No capítulo da energia eléctrica, em 2008, na então comuna do Ngola Kiluanji, onde esse bem era privado, foram construídos e reabilitados e reabilitados 15 postos de transformação (pt) em vários bairros. Na comuna sede, montaram-se PT de 1000 kzs e 630 kzs, igualmente em diversas localidades, assim como do Bairro Operário.

No domínio da água, com a reabilitação da 7ª Avenida e a Estrada Nacional 100 (Estrada de Cacucaco), em obras até agora, o ramal que conduz a água aos 13 bairros do Ngola Kiluanji está inoperante, tendo sido construídos 13 fontanários verticais, com capacidade de 20 mil litros de água potável, abastecidos por cisternas, no período nocturno, para servirem gratuitamente as populações.

Na comuna do Sambizanga, foram erguidos 11 chafarizes no Santo Rosa e nos bairros Mota e Lixeira. No saneamento básico, procedeu-se à manutenção de espaços verdes, ao desassoreamento, desobstrução e reabilitação da rede de esgotos de cerca de 28 edifícios que se encontravam em estado crítico.

Fez-se a recolha de lixo passivo, remoção de sucatas, aplicação de tampas e colectores em abate, pintura e poda de 544 árvores, revitalização de espaços verdes em diversos largos, para além de pintura de edifícios. Foram executadas obras de terraplanagem, compactação, reciclagem das vias, tapa-buracos de 31 km de vias terciárias, secundárias e estruturantes e a construção e reabilitação de passeios e lancis.

Quanto às infra-estruturas de apoio administrativo, foi reabilitado e ampliado o edifício sede da administração municipal e reabilitados e apetrechados os edifícios das três administrações comunais.

Na Educação, procedeu-se à construção, reabilitação e ampliação de seis escolas, nomeadamente 4001, 4008, 4009, 4016, 4026 e 4032, faltando 13 estabelecimentos de ensino em toda a extensão do então município.

No sector da Saúde, a antiga Administração Municipal do Sambizanga reabilitou e apetrechou cinco centros médicos, designada mente Dr. Agostinho Neto (centro de referência), Ngola Kiluanji, São Pedro da Barra, Centro de Saúde do Sambizanga e Centro de Saúde do

Bairro Operário, estando em fase de conclusão a construção do Hospital Municipal, na comuna do Ngola Kiluanji.

Relativamente à Requalificação, está em curso a do Ngola Kiluanje, que arrancou em 2010. Na comuna sede do Sambizanga fez-se o cadastro de 3.976 famílias, no perímetro do antigo mercado “Roque Santeiro” (Bairro da Madeira) e realojados, no Zango, 147 agregados familiares do referido perímetro.

No Bairro Operário (centro de refugiados do Anangola), foram transferidas 85 famílias, originárias do Huambo e o Bié, igualmente instaladas no Zango. Foi ampliado o mercado de S. Paulo, que absorveu os vendedores do antigo “Beato Salu”, entretanto demolido.

A ser erguido está o primeiro edifício de realojamento no espaço do Anangola que aqueles cidadãos ocupavam, com 16 pisos e 15 andares de apartamentos, num total de 150 apartamentos e igual número de lugares de estacionamento em duas caves e lojas no rés-do-chão. Estão ainda a ser elaborados dois projectos de edifícios de realojamento, que serão construídos no BO, estando em curso o recenseamento nessa circunscrição.

«O alcance destas acções só foi possível graças ao espírito de equipa que existiu entre os funcionários da administração e a sociedade civil, em geral, nomeadamente os anciãos, as comissões de moradores, a juventude do município, o Conselho Municipal das Igrejas, o empresariado local, os partidos políticos e outras forças vivas, que tanto contribuíram para o engrandecimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento do nosso município, de 2008 a 2010, salientou José Tavares.

5.7 José Tavares instala-se no Largo da Ingombota

Jornal O PAÍS

09 de Dezembro de 2011

A Comissão Administrativa Municipal de Luanda (CAML) passa a funcionar nos próximos dias no Largo da Ingombota, apurou O PAÍS de uma fonte no Governo Provincial de Luanda.

Segundo a fonte deste jornal, José Tavares desalojou o Instituto Provincial de Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) que foi transferido para uma das dependências do Governo Provincial de Luanda na Chicala.

Ainda segundo apurou este semanário, os demais serviços serão igualmente retirados das instalações no Largo da Ingombota, devendo alguns partilhar as instalações para onde foram enviados os técnicos do IPGUL.

A fonte sublinhou que a Comissão Técnica para o Realojamento e Requalificação de Luanda dirigida por

Bento Soito foi transferida para instalações situadas por detrás do Mausoléu erguido a Agostinho Neto.

O novo figurino administrativo de Luanda trouxe à tona o problema da acomodação do presidente da CAML que, entre as várias soluções hipotéticas, tinha como poiso provável a antiga Administração Municipal da Ingombota.

Face à indefinição do lugar exacto, foi aventada a hipótese de José Tavares ocupar assento na Mutamba, uma vez que o governador provincial poderia contar com novas instalações na cidade do Kilamba, no município de Belas.

Bento Bento exonera director da ENCIB

Entretanto, o governador de Luanda, Bento Bento, aliás "Bento 1.º VIII", conferiu posse ontem ao novo director da Empresa de Construção de Infra-estruturas Básicas de Luanda (ENCIB), Samuel John, que substituiu no cargo Hemique Capeça.

A saída de Capeça acontece uma semana depois de o novo governador de Luanda ter efectuado uma visita às instalações daquela empresa adstrita ao GPL.

A empresa em referência tem como atribuições a reparação das vias terciárias da cidade Luanda, boa parte delas actualmente em muito mau estado, o que dificulta de forma séria a fluidez do tráfego rodoviário.

Depois de terem sido exonerados os antigos administradores municipais, a ENCIB é a primeira área de serviços a ser mexida pelo novo governador, que chegou a manifestar publicamente o seu desagrado em relação ao seu funcionamento.

O governador de Luanda tem ainda por resolver o pagamento de uma avultada dívida contraída junto das operadoras de limpeza à cidade capital, cujo montante (cerca de 90 milhões de dólares americanos) supera largamente o orçamento da concessionária Elisal.

5.8 Luanda já tem o seu presidente do Conselho Administrativo

Jornal Continente

09 de Dezembro de 2011

A cidade de Luanda quase retomou à matriz inicial, ou seja, o centro da cidade transformou-se numa única circunscrição, cujo seu presidente de um tempo a esta parte sondou os seus coadjutores que para mal dos pecados não se sabe como serão chamados, pois até ao momento, do domínio público é que os municípios da cidade caíram, mas o que há-de ser do que restou deles, ainda é um segredo sepulcral, não se sabendo porquê.

Como em todo processo, antigos administradores estão já na "pole position" a tentar conquistar a amizade do

antigo colega, para poderem apelar uma parte do bolo, já que nestas circunstâncias o chefe tem livre arbítrio na selecção dos quadros a funcionarem no seu pelouro e nisso muitas vezes os competentes é que ficam em terras em detrimento dos "engraxadores" que conseguem fazer o seu papel tão bem e acabam por usurpar o lugar dos mais capacitados.

Ora, é assim em todos os processos que por aí surgem, pois é difícil encontrar casos em que os proponentes ao posto tenham sido submetidos a crivo para se avaliar quem são os melhores nos postos e em consequência os que atingirem os postos por favorecimento acabam por não fazer quase nada por merecer o cargo. Foi o que os moradores de diversas zonas se queixavam sobre o mau atendimento, mesmo em questões simples como a de aquisição de uma declaração de residência, ou uma licença de construção e até mesmo para resolver questões ligadas aos serviços comunitários.

Desta descentralização, espera-se que não sirva apenas para complicar cada vez mais a vida dos "kaluandas", pois já se sa e que não foi fácil com os municípios e as comunas, uma vez que quando ascendia um novo administrador municipal, procurava usurpar as competências de determinados administradores comunais que não iam com ele, em questões como assinaturas de declarações de residência para obtenção de passaporte, de licenças para pequenas actividades comerciais, etc. que em última instância o prejudicado era o pacato cidadão que não encontrava o norte e como sempre os funcionários aproveitavam a situação para cobrarem a rigorosa gasosa pelos serviços. Nas últimas nomeações para administradores municipais, contam-se histórias de uma pessoa que foi catapultada para o cargo sem sequer ter tido uma experiência sequer de chefia, o que fazia com que no exercício das suas funções trocava os pés pelas mãos, quando era hora de decidir em determinado assunto, recorrendo sempre que possível a funcionários subalternos.

Isto parecendo que não, diz muita coisa, porque naquele município, não faltavam quadros locais e em Luanda até houve um curso de capacitação no IF AL, de quadros do Governo provincial na época de Job Castelo Capapinha. Para esta pessoa e outras, esta mudança foi bem vinda porque era uma odisséia o seu dia.,.,adia. Do actual Presidente de Luanda espera-se que tenha aprendido com os erros dos outros e na hora de indicar os seus administradores, priorize as competências em detrimento das amizades, porque assim ganharemos todos e ele terá o serviço simplificado, escusando estar em todo território da cidade feito um louco a ver o que não está bem quando lá há autoridades. E nós queremos sugerir ao General Tavares para primar pela isenção e seleccionar os administradores com objectividade, de tal forma que mesmo não fazendo um teste zito para encon-

trar os melhores para exercerem a função, ao menos se dê o serviço de ler os curriculum vitae e o historial de cada um, para termos na Luanda nova gente com mentalidade progressiva.

5.9 Parlamento aprova regulamento das administrações locais do Estado

Semanário Factual
10 de Dezembro de 2011

Os deputados angolanos aprovaram, terça-feira, 29, em Luanda, por unanimidade, sete propostas de lei, das quais sobressai a organização e o funcionamento dos órgãos da

Administração Local do Estado.

Entre os diplomas aprovados, figuram, igualmente, os que fixam os municípios das províncias de Luanda e do Bengo, respectivamente, sobre a mediação imobiliária, regime cambial do sector petrolífero e da designação e aplicação de medidas restritivas impostas por actos internacionais.

A sessão parlamentar prossegue quarta-feira para debate e votação na generalidade das propostas de leis de base sobre o regime jurídico das associações privadas e públicas e os diplomas sobre os códigos tributário e das execuções fiscais, das leis do cinema, audiovisual, mecenato, bem como um projecto de resolução sobre movimentação de deputados.

5.10 Municípios e bairros de Luanda transformados em distritos urbanos

Novo Jornal
16 de Dezembro de 2011

NO ÂMBITO da nova divisão político administrativa da província de Luanda, bairros e municípios são agora designados por distritos urbanos, sofrendo também alteração na sua jurisdição territorial. Os bairros do Rocha Pinto e do Gamek, por exemplo, passam a incorporar o distrito do Prenda.

Segundo uma nota da Direcção Nacional de Organização do Território, afecta ao Ministério de Administração do Território, deste modo, o município de Luanda compreende 13 distritos urbanos, nomeadamente 6s distritos da Ingombota, Ilha do Cabo, Maianga, N' gola Kiluanje, Neves Bendinha, bem como o Kilamba Kiaxi.

O Rangel, Palanca, Prenda, Samba, Vila Alice Golfe e Sambizanga também ganharam estatuto de distritos urbanos e serão dirigidas por administradores.

Limites territoriais dos distritos

Ilha do cabo

Toda a extensão da Ilha do Cabo (Ilha de Luanda) e da Chicala e numa parte continental é limitado pela linha recta que une o ponto de intercepção da Avenida da Praia do Bispo com a nova marginal. Da nova marginal em direcção a norte até ligar a baía de Luanda (antiga ponte de Luanda).

Neves bendinha

Da avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade Operativa) até ser interceptada pela rua P 40, desta rua até ligar com a 17 de Setembro, também conhecida rua dos correios até ligar à vala de drenagem do rio Cambamba. Da vala para o montante até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade operativa)

Vila alice

Da avenida Ho Chi Min, desde o largo 10 de Maio até à intercepção na avenida Hoji-Ya-Henda, cruzando o sul da linha-férrea até desembocar na vala de drenagem Cazenga Cariango. Desta vala até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues até à intercepção da rua Ho Chi Min no Largo 10 de Maio.

Rangel

O cruzamento da avenida Ho Chi Min com a avenida Hoji-Ya-Henda e seguindo esta até ser interceptada pela rua Francisco Sá de Miranda.

Desta rua até interceptar a rua Cónego Manuel das Neves, seguindo pela rua N' gola Kiluanje até ser interceptada pela rua P 40, ao longo da linha-férrea. Desta rua até à avenida Hoji-Ya-Henda, cruzando com a avenida Ho Chi Min.

Golfe

Do cruzamento da vala de drenagem do rio Cambamba com a rua 17 de Setembro (rua dos Correios) até interceptar a rua 28 de Agosto (Avô Kumbi). Do troço desta rua até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy" até cruzar com o rio Cambamba na ponte do Gamek, o curso desterio para montante até cruzar com a rua 17 de Setembro (ruas dos correios).

Angola kiluanje

Da costa marítima, na foz do vale do Soroca para o Norte liga um ponto no Farol das Lagostas, daqui seguindo a rua projectada para o Sul e intercepta a estrada do Cacucaco. Desta estrada segue para Oeste até ser interceptada pela rua projectada. Desta rua até interceptar a rua E 60, cruzando a linha-férrea até à estrada da Petrangol, o troço desta estrada até cruzar com a vala de drenagem do vale do Soroca para jusante até à sua foz na costa marítima.

Palanca

Da avenida Deolinda Rodrigues, no cruzamento com a rua P 40 (Rua Zero), seguindo para Este até ser interceptada pela rua projectada na parte Este do muro do quartel do Grafanil, esta rua em direcção Sul até interceptar com a rua projectada. Deste rua em direcção Sul até interceptar com rua projectada para o Sul, seguindo a rua do Kapolo II, esta rua Rara o Nordeste até ser interceptada pela rua Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”, desta até ser interceptada pela rua Cahongo, desta rua para Sul até ser interceptada pela rua 12. Desta rua até à rua Matadidi”rua do Mapess”, passando pela rua P 40 para o Norte até ser interceptada pela avenida Deolinda Rodrigues.

Prenda

Da rotunda da Samba, seguindo a rua Comandante Arguelles para Norte, liga a Avenida Revolução de Outubro, esta até ser interceptada pela Avenida 21 de Janeiro em direcção a rua N’gola Mbambi. Desta rua até cruzar com o primeiro braço da vala de drenagem do rio Cambamba, continuando para montante até ligar a vala de drenagem principal do rio Cambamba, prosseguindo até cruzar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”, na ponte do Gamek. Esta avenida para Sul até ser interceptada pela rua do Gamek à esquerda. O troço desta estrada até interceptar com a Avenida 21”de Janeiro, esta até desviar pela rua da FAPA, chegando a rua da Samba para Norte até ligar a rua comandante Arguelles, na rotunda da Samba.

Kilamba kiaxi

o cruzamento da rua P 40 com a rua Matadidi (rua do Mapess), seguindo esta rua para Este intercepta a rua 12, esta rua para Sul até interceptar a rua do Cahongo, em direcção para o Nordeste até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”. O troço desta rua para Sul é interceptada pela rua Kapolo II, em direcção à rua projectada para Sul, até à rua Bakita, esta até interceptar a rua Camama/Viana em direcção ao norte da rua do Cama ma até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”. Esta rua até ser interceptada pela rua 28 de Agosto (Avô Kumbi) até a rua 17 de Setembro (rua dos Correios), ligando a rua P 40, no cruzamento com rua Matadidi”rua do Mapess”.

Maianga

A rotunda da Samba, seguindo a rua comandante Arguelles para ligar a Avenida Revolução de Outubro, desta até ser interceptada pela Avenida 21 de Janeiro, chegando à rua N’gola M’bambi até cruzar com o primeiro braço da vala de drenagem do rio Cambamba. Para montante até ligar com a vala de drenagem principal do rio Cambamba, esta vala até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade Operativa) para o Oeste até interceptar a Avenida Ho

Chi Min para o Sul até ser interceptada pela rua 10 de Agosto (campo Manuel Berenguel, adjacente à Rádio Nacional de Angola), seguindo até à rua Comandante Gika. Desta rua até à sua intercepção com a rua Kwame Nkrumah seguindo até à rua 10 Congresso do MPLA, passando o Hospital Josina Machel até ligar à rua da Samba, na rotunda.

Samba

A linha imaginária que une a costa marítima ao ponto de intercepção da marginal sudoeste (Praia do Bispo) com a rua Comandante Arguelles, desta rua até à rotunda da Samba, seguindo em direcção à Corimba. Do sul desta estrada até ser interceptada pela rua da FAPA, este troço até ao desvio da Avenida 21 de Janeiro, ind0 para o sul desta via até ser interceptada pela rua que passa pela Vila do Gamek até ser interceptada pela avenida Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”para o Sul até ser interceptada pela rua 21 de Janeiro. Liga o norte da estrada da Corimba, seguindo toda a Costa do Oceano Atlântico até à rua Comandante Arguelles.

Sambizanga

Costa marítima, na foz da vala do Soroca e seguindo para montante a mesma até cruzar com a estrada da Petrangol, o troço desta rua até cruzar com a linha-férrea para o Sul até cruzar com a avenida Ngola Kiluanje. Esta avenida até ser interceptada pela rua Francisco de Sá Miranda seguindo até a avenida Hoji-Ya Henda para o Oeste até ser interceptada com a rua Alameda Manuel Van-Dúnem até ao ponto de intercepção com a rua Cónego Manuel das Neves. Desta rua até ser interceptada, passando pela rua do Massangano até ser interceptada pela rua Benguela, este troço até ser interceptada pela Avenida Ho Chi Min. Continua-se pela rua Ndunduma, a Alameda Príncipe Real que parte do ponto anteriormente definido até à intercepção com a rua Presidente Boumediene, daqui uma linha imaginária em prolongamento até ao largo fronteiro ao cinema Mira Mar, seguindo ao ponto de intercepção das ruas dos Municípios com a rua do Soba, seguindo até à vala do Soroca, o curso desta vala para jusante até à sua foz no Oceano Atlântico.

Ingombota

A foz do canal de drenagem na baía da Samba Pequena, cruzando com a rua Comandante Arguelles até à rotunda da Samba, subindo até ao largo Josina Machel, no sentido descendente com a rua do 10 Congresso do MPLA. Deste troço até interceptar com a rua Kwamme Nkrumah, passando pelas ruas Comandante Jika, SPM, Ho Chi Min, Alameda Manuel Van-Dúnem, Cónego Manuel das Neves até interceptar a rua de Massangano, passando pela rua de Benguela. Uma linha imaginária até ao prolongamento fronteiro ao Cinema do Mira

Mar, deste largo e do ponto trigométrico existente no ex-campo de tiros do Clube dos Caçadores, seguindo as alturas da barrocas atinge a rotunda formada pela intercepção da avenida da Kima Kyenda com a estrada Lueji Anconda. Deste ponto seguindo a estrada em direcção à Refinaria até interceptar a vala de drenagem do Vai do Soroca, o curso desta vala até ao Oceano Atlântico, seguindo a costa Sul até ligar para a ponte da Ilha, passando pela, rua António Agostinho Neto, liga a nova marginal até à Praia do Bispo.

5.11 Municípios e bairros de Luanda transformados em distritos urbanos

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

No âmbito da nova divisão político administrativa da província de Luanda, bairros e municípios são agora designados por distritos urbanos, sofrendo também alteração na sua jurisdição territorial. Os bairros do Rocha Pinto e do Gamek, por exemplo, passam a incorporar o distrito do Prenda.

Segundo uma nota da Direcção Nacional de Organização do Território, afecta ao Ministério de Administração do Território, deste modo, o município de Luanda compreende 13 distritos urbanos, nomeadamente 6s distritos da Ingombota, Ilha do Cabo, Maianga, N' gola Kiluanje, Neves Bendinha, bem como o Kilamba Kiaxi.

O Rangel, Palanca, Prenda, Samba, Vila Alice Golfe e Sambizanga também ganharam estatuto de distritos urbanos e serão dirigidas por administradores.

Limites territoriais dos distritos

Ilha do cabo

Toda a extensão da Ilha do Cabo (Ilha de Luanda) e da Chicala e numa parte continental é limitado pela linha recta que une o ponto de intercepção da Avenida da Praia do Bispo com a nova marginal. Da nova marginal em direcção a norte até ligar a baía de Luanda (antiga ponte de Luanda).

Neves bendinha

Da avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade Operativa) até ser interceptada pela rua P 40, desta rua até ligar com a 17 de Setembro, também conhecida rua dos correios até ligar à vala de drenagem do rio Cambamba. Da vala para o montante até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade operativa)

Vila alice

Da avenida Ho Chi Min, desde o largo 10 de Maio até à intercepção na avenida Hoji-Ya-Henda, cruzando o sul da linha-férrea até desembocar na vala de drenagem Cazenga Cariango. Desta vala até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues até à intercepção da rua Ho Chi Min no Largo 10 de Maio.

Rangel

O cruzamento da avenida Ho Chi Min com a avenida Hoji-Ya-Henda e seguindo esta até ser interceptada pela rua Francisco Sá de Miranda.

Desta rua até interceptar a rua Cónego Manuel das Neves, seguindo pela rua N' gola Kiluanje até ser interceptada pela rua P 40, ao longo da linha-férrea. Desta rua até à avenida Hoji-Ya-Henda, cruzando com a avenida Ho Chi Min.

Golfe

Do cruzamento da vala de drenagem do rio Cambamba com a rua 17 de Setembro (rua dos Correios) até interceptar a rua 28 de Agosto (Avô Kumbi). Do troço desta rua até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”até cruzar com o rio Cambamba na ponte do Gamek, o curso desterio para montante até cruzar com a rua 17 de Setembro (ruas dos correios).

Angola kiluanje

Da costa marítima, na foz do vale do Soroca para o Norte liga um ponto no Farol das Lagostas, daqui seguindo a rua projectada para o Sul e intercepta a estrada do Cacucaco. Desta estrada segue para Oeste até ser interceptada pela rua projectada. Desta rua até interceptar a rua E 60, cruzando a linha-férrea até à estrada da Petrangel, o troço desta estrada até cruzar com a vala de drenagem do vale do Soroca para jusante até à sua foz na costa marítima.

Palanca

Da avenida Deolinda Rodrigues, no cruzamento com a rua P 40 (Rua Zero), seguindo para Este até ser interceptada pela rua projectada na parte Este do muro do quartel do Grafanil, esta rua em direcção Sul até interceptar com a rua projectada. Deste rua em direcção Sul até interceptar com rua projectada para o Sul, seguindo a rua do Kapolo II, esta rua Rara o Nordeste até ser interceptada pela rua Pedro de Castro Van-Dúnem”Loy”, desta até ser interceptada pela rua Cahongo, desta rua para Sul até ser interceptada pela rua 12. Desta rua até à rua Matadidi”rua do Mapess”, passando pela rua P 40 para o Norte até ser interceptada pela avenida Deolinda Rodrigues.

Prenda

Da rotunda da Samba, seguindo a rua Comandante Arguelles para Norte, liga a Avenida Revolução de Outubro, esta até ser interceptada pela Avenida 21 de Janeiro em direcção a rua N'gola Mbambi. Desta rua até cruzar com o primeiro braço da vala de drenagem do rio Cambamba, continuando para montante até ligar a vala de drenagem principal do rio Cambamba, prosseguindo até cruzar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem"Loy", na ponte do Gamek. Esta avenida para Sul até ser interceptada pela rua do Gamek à esquerda. O troço desta estrada até interceptar com a Avenida 21"de Janeiro, esta até desviar pela rua da FAPA, chegando a rua da Samba para Norte até ligar a rua comandante Arguelles, na rotunda da Samba.

Kilamba kiaxi

o cruzamento da rua P 40 com a rua Matadidi (rua do Mapess), seguindo esta rua para Este intercepta a rua 12, esta rua para Sul até interceptar a rua do Cahongo, em direcção para o Nordeste até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem"Loy". O troço desta rua para Sul é interceptada pela rua Kapolo II, em direcção à rua projectada para Sul, até à rua Bakita, esta até interceptar a rua Camama/Viana em direcção ao norte da rua do Cama ma até interceptar a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem"Loy". Esta rua até ser interceptada pela rua 28 de Agosto (Avô Kumbi) até a rua 17 de Setembro (rua dos Correios), ligando a rua P 40, no cruzamento com rua Matadidi"rua do Mapess".

MAIANGA

A rotunda da Samba, seguindo a rua comandante Arguelles para ligar a Avenida Revolução de Outubro, desta até ser interceptada pela Avenida 21 de Janeiro, chegando à rua N'gola M'bambi até cruzar com o primeiro braço da vala de drenagem do rio Cambamba. Para montante até ligar com a vala de drenagem principal do rio Cambamba, esta vala até cruzar com a avenida Deolinda Rodrigues (na ponte da Unidade Operativa) para o Oeste até interceptar a Avenida Ho Chi Min para o Sul até ser interceptada pela rua 10 de Agosto (campo Manuel Berenguel, adjacente à Rádio Nacional de Angola), seguindo até à rua Comandante Gika. Desta rua até à sua interceptação com a rua Kwame Nkrumah seguindo até à rua 10 Congresso do MPLA, passando o Hospital Josina Machel até ligar à rua da Samba, na rotunda.

Samba

A linha imaginária que une a costa marítima ao ponto de interceptação da marginal sudoeste (Praia do Bispo) com a rua Comandante Arguelles, desta rua até à rotunda da Samba, seguindo em direcção à Corimba. Do sul desta estrada até ser interceptada pela rua da FAPA, este troço até ao desvio da Avenida 21 de Janeiro, indo para o sul

desta via até ser interceptada pela rua que passa pela Vila do Gamek até ser interceptada pela avenida Pedro de Castro Van-Dúnem"Loy" para o Sul até ser interceptada pela rua 21 de Janeiro. Liga o norte da estrada da Corimba, seguindo toda a Costa do Oceano Atlântico até à rua Comandante Arguelles.

Sambizanga

Costa marítima, na foz da vala do Soroca e seguindo para montante a mesma até cruzar com a estrada da Petrangol, o troço desta rua até cruzar com a linha-férrea para o Sul até cruzar com a avenida Ngola Kiluanje. Esta avenida até ser interceptada pela rua Francisco de Sá Miranda seguindo até a avenida Hoji-Ya Henda para o Oeste até ser interceptada com a rua Alameda Manuel Van-Dúnem até ao ponto de interceptação com a rua Cónego Manuel das Neves. Desta rua até ser interceptada, passando pela rua do Massangano até ser interceptada pela rua Benguela, este troço até ser interceptada pela Avenida Ho Chi Min. Continua-se pela rua Ndunduma, a Alameda Príncipe Real que parte do ponto anteriormente definido até à interceptação com a rua Presidente Boumediene, daqui uma linha imaginária em prolongamento até ao largo fronteiro ao cinema Mira Mar, seguindo ao ponto de interceptação das ruas dos Municípios com a rua do Soba, seguindo até à vala do Soroca, o curso desta vala para jusante até à sua foz no Oceano Atlântico.

Ingombota

A foz do canal de drenagem na baía da Samba Pequena, cruzando com a rua Comandante Arguelles até à rotunda da Samba, subindo até ao largo Josina Machel, no sentido descendente com a rua do 10 Congresso do MPLA. Deste troço até interceptar com a rua Kwamme Nkrumah, passando pelas ruas Comandante Jika, SPM, Ho Chi Min, Alameda Manuel Van-Dúnem, Cónego Manuel das Neves até interceptar a rua de Massangano, passando pela rua de Benguela. Uma linha imaginária até ao prolongamento fronteiro ao Cinema do Mira Mar, deste largo e do ponto trigo métrico existente no ex-campo de tiros do Clube dos Caçadores, seguindo as alturas da barrocas atinge a rotunda formada pela interceptação da avenida da Kima Kyenda com a estrada Lueji Anconda. Deste ponto seguindo a estrada em direcção à Refinaria até interceptar a vala de drenagem do Vai do Soroca, o curso desta vala até ao Oceano Atlântico, seguindo a costa Sul até ligar para a ponte da Ilha, passando pela, rua António Agostinho Neto, liga a nova marginal até à Praia do Bispo.

5.12 Mega município: solução ou problema?

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

A CONSTRUÇÃO do maior porto de Angola, na Barra do Dande, e do maior aeroporto, na zona do Bom Jesus (Icolo e Bengo) são os dois factores fundamentais, que concorreram para reduzir a província de Luanda de nove para sete municípios.

As interpretações são divergentes relativamente à nova divisão administração de Luanda.

Para uns, a nova divisão da província de Luanda foi feita em função de interesses políticos e, para outros, o aumento do número de habitantes na província de Luanda, os problemas técnicos que a sua administração suscita, o valor do património público e as infra-estruturas estão na base da definição de uma nova divisão administrativa da capital.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, esclareceu que, com a nova divisão administrativa de Luanda, o Executivo pretende dar resposta à necessidade de assegurar uma maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços, face ao crescimento urbano que se vem registando nas respectivas circunscrições. Segundo o governante, a nova divisão administrativa da província de Luanda vai melhorar a qualidade da imagem da província e a vida das populações.

Alexandre Sebastião André, líder de uma formação política extra-parlamentar, diz que se torna ainda mais complexa a acumulação dos estatutos de capital política e capital económica numa mesma província.

O político, que também é jurista de formação, argumenta que se verifica de novo uma: concentração de poderes ao invés da desconcentração, contrariando o espírito e a letra da Constituição.

Questionado sobre possíveis choques laborais entre o governador e o presidente da administração de Luanda, respondeu que nenhum órgão ou titular desconcentrado deve entrar em confrontação com o chefe máximo da província, sob pena de incorrer na insubordinação, possível de ser sujeito a um processo disciplinar, cuja medida extrema culminaria com a exoneração.

“O governador provincial é o superior hierárquico de todos os administradores ou coordenadores de circunscrições de Luanda”, referiu, sugerindo a criação da província do Kwanza Centro, o que poderia resolver o problema de superlotação de Luanda.

Para o político, a população de Luanda aumentou nas duas últimas décadas, em consequência da fuga de vastos contingentes populacionais das zonas rurais para a capital durante a guerra civil angolana.

“O resultado foi um crescimento muito acentuado, não controlado, que não deixou de provocar uma série de problemas sérios - desde a escassez de habitações, de saneamento básico e de empregos até um aumento da criminalidade, passando pelo desajustamento do sistema viário a um volume vertiginoso de trânsito”, esclareceu.

A dúvida paira ainda na cabeça de milhões de angolanos confinados à capital que acreditam que a nova divisão administrativa de Luanda já entrou em funcionamento. Para o conhecimento de todos, a Assembleia Nacional aprovou a Proposta de Lei sobre Alteração da Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e do Bengo, que estabelece para a província de Luanda os municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas e Quiçama.

O diploma passou na generalidade, com 169 votos a favor do MPLA, PRS e FNLA, zero contra e 14 abstenções da UNITA e da Nova Democracia. Agora, a província de Luanda é também ajustada com uma reestruturação interna dos municípios actualmente existentes. A localidade do Panguila deixou Luanda e passou a integrar a província do Bengo.

A província de Luanda, que integra os municípios da Quiçama e do Icolo e Bengo, tem os municípios de Luanda, com sede na cidade de Luanda; de Cacuaco, com sede na cidade de Cacuaco; de Belas, com sede na cidade do Kilamba; de Viana, com sede na cidade de Viana; do Cazenga, com sede na comuna do Tala Hadi; do Tcolo e Bengo, com sede na vila de de Catete; e da Quiçama, com sede na vila da Muxima.

Um dia depois da sua apresentação aos directores e funcionários, o Governador de Luanda nomeou os administradores para os sete municípios da província de Luanda, com base na nova divisão administrativa. Bento Bento socorreu-se da alínea D, do artigo 19º da lei na 17/ 10, de 29 de Junho, Lei da Organização e Funcionamento da Administração Local do Estado e nomeou para presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda, José Tavares Ferreira. Nomeou também Rosa João Janota Dias dos Santos, administradora Municipal do Cacuaco, José Manuel Moreno- Mendes Fernandes, administrador Municipal de Viana, Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso, administrador Municipal do Cazenga, Joana António Quintas, administradora Municipal de Belas, Ana Maria Rodrigues da Silva e Silva, administradora Municipal da Quiçama e António Calado, administrador Municipal de Icolo e Bengo.

5.13 Presidente convoca o Conselho da República

Jornal de Angola

18 de Dezembro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, convocou para amanhã, no Palácio da Cidade Alta, uma reunião do Conselho da República.

Uma nota da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, revela que esta é a 293 sessão ordinária do órgão político de consulta do Chefe de Estado e tem na agenda de trabalhos a análise da informação sobre o registo eleitoral, o calendário de aplicação da legislação eleitoral, e as bases gerais de elaboração da legislação sobre a institucionalização das Autarquias Locais.

Os diplomas do pacote legislativo eleitoral foram motivo de aceso debate na Assembleia da República, com a Lei Orgânica da Comissão Nacional Eleitoral no centro das discussões. As forças políticas com assento parlamentar encetaram negociações que resultaram num amplo consenso sobretudo em relação às competências do órgão a quem compete organizar, executar, coordenar e conduzir os processos eleitorais.

O consenso permitiu desbloquear o processo eleitoral, já que com a aprovação da Lei Orgânica da Comissão Nacional Eleitoral estão criadas as condições para a realização de eleições em 2012, embora ainda existam alguns diplomas por aprovar no Parlamento.

O presidente da Assembleia Nacional afirmou que o entendimento registado marca o fim da propagação da denúncia da fraude eleitoral, que já em determinado momento pretendia infiltrar-se e contaminar a esfera política angolana.

Em relação ao terceiro ponto da agenda de trabalhos, as bases gerais de elaboração da legislação sobre a institucionalização das Autarquias Locais, o Jornal de Angola apurou que entre os diplomas está a Lei de Bases da Organização das Autarquias, a Lei das Finanças Locais e a Lei da Tutela Administrativa do Estado sobre as Autarquias Locais. Importa sublinhar que decorre da Constituição da República, num preceito inspirado no princípios da descentralização político-administrativa, que as Autarquias Locais são uma das formas organizativas do poder local, tal como as instituições do poder tradicional, com atribuições nos mais variados domínios, como a educação, saúde, energia, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, ordenamento do território, polícia municipal e cooperação descentralizada e geminação.

O Conselho de República, criado em 13 de Fevereiro de 1991, é o órgão a quem incumbe, entre outros deveres, aconselhar o Presidente da República no exercício das

suas funções. No exercício das atribuições, o Conselho da República emite também pareceres. Outra das atribuições é pronunciar-se sobre a evolução política e económica da sociedade angolana.

O órgão é constituído por 22 membros, entre os quais o Vice-Presidente da República, o Presidente da Assembleia Nacional, o Procurador-Geral da República, líderes dos partidos políticos com assento no Parlamento e outras individualidades da sociedade civil expressamente convidadas pelo Chefe de Estado.

Participam na reunião Fernando da Piedade Dias dos Santos, António Paulo Kassoma, Rui Constantino da Cruz Ferreira, que é o porta voz do órgão, João Maria de Sousa, Roberto de Almeida, Isaiás Samakuva, Eduardo Cuangana, Quintino António Moreira, Pedro José Van-Dúnem, José Ludovino Severino de Vasconcelos, reverendo Wanani Nunes Garcia, reverendo Augusto Chipesse, Domingos Cajama, Job Pedro Castelo Capapinha, Maria da Conceição Pitra Pascoal, Manuel Alexandre Duarte Rodrigues, Maria de Lourdes Cordeiro Alves e Loti Nolika.

5.14 Presidente convoca o Conselho da República

Jornal de Angola

18 de Dezembro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, convocou para amanhã, no Palácio da Cidade Alta, uma reunião do Conselho da República.

Uma nota da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, revela que esta é a 293 sessão ordinária do órgão político de consulta do Chefe de Estado e tem na agenda de trabalhos a análise da informação sobre o registo eleitoral, o calendário de aplicação da legislação eleitoral, e as bases gerais de elaboração da legislação sobre a institucionalização das Autarquias Locais.

Os diplomas do pacote legislativo eleitoral foram motivo de aceso debate na Assembleia da República, com a Lei Orgânica da Comissão Nacional Eleitoral no centro das discussões. As forças políticas com assento parlamentar encetaram negociações que resultaram num amplo consenso sobretudo em relação às competências do órgão a quem compete organizar, executar, coordenar e conduzir os processos eleitorais.

O consenso permitiu desbloquear o processo eleitoral, já que com a aprovação da Lei Orgânica da Comissão Nacional Eleitoral estão criadas as condições para a

realização de eleições em 2012, embora ainda existam alguns diplomas por aprovar no Parlamento.

O presidente da Assembleia Nacional afirmou que o entendimento registado marca o fim da propagação da denúncia da fraude eleitoral, que já em determinado momento pretendia infiltrar-se e contaminar a esfera política angolana.

Em relação ao terceiro ponto da agenda de trabalhos, as bases gerais de elaboração da legislação sobre a institucionalização das Autarquias Locais, o *Jornal de Angola* apurou que entre os diplomas está a Lei de Bases da Organização das Autarquias, a Lei das Finanças Locais e a Lei da Tutela Administrativa do Estado sobre as Autarquias Locais. Importa sublinhar que decorre da Constituição da República, num preceito inspirado no princípios da descentralização político-administrativa, que as Autarquias Locais são uma das formas organizativas do poder local, tal como as instituições do poder tradicional, com atribuições nos mais variados domínios, como a educação, saúde, energia, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, ordenamento do território, polícia municipal e cooperação descentralizada e geminação.

O Conselho de República, criado em 13 de Fevereiro de 1991, é o órgão a quem incumbe, entre outros deveres, aconselhar o Presidente da República no exercício das suas funções. No exercício das atribuições, o Conselho da República emite também pareceres. Outra das atribuições é pronunciar-se sobre a evolução política e económica da sociedade angolana.

O órgão é constituído por 22 membros, entre os quais o Vice-Presidente da República, o Presidente da Assembleia Nacional, o Procurador-Geral da República, líderes dos partidos políticos com assento no Parlamento e outras individualidades da sociedade civil expressamente convidadas pelo Chefe de Estado.

Participam na reunião Fernando da Piedade Dias dos Santos, António Paulo Kassoma, Rui Constantino da Cruz Ferreira, que é o porta voz do órgão, João Maria de Sousa, Roberto de Almeida, Isaiás Samakuva, Eduardo Cuangana, Quintino António Moreira, Pedro José Van-Dúnem, José Ludovino Severino de Vasconcelos, reverendo Wanani Nunes Garcia, reverendo Augusto Chipesse, Domingos Cajama, Job Pedro Castelo Capapinha, Maria da Conceição Pitra Pascoal, Manuel Alexandre Duarte Rodrigues, Maria de Lourdes Cordeiro Alves e Loti Nolika.

5.15 Administrações com orçamento

Jornal de Angola

20 de Dezembro de 2011

O governo da província do Huambo vai investir, em 2012, cerca de oito mil milhões de kwanzas para a construção de infra-estruturas sociais, recuperação de estradas secundárias e terciárias, entre outros projectos.

O director do Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística do governo provincial do Huambo, Victor Tchisingui, disse ao *Jornal de Angola* que o montante, inserido no Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2012, vai ser repartido equitativamente pelos 11 municípios que compõem a circunscrição administrativa da província do Huambo, num valor calculado em 700 milhões de kwanzas, para a realização de vários projectos de combate à fome e pobreza.

O plano de acções apresentado pelos municípios, segundo Victor Chissingui, vai facilitar o desenvolvimento socio-económico, no âmbito da aposta do Executivo na erradicação da pobreza em todas as regiões do país.

5.16 Bornito de Sousa ultrapassado pelo PR

Jornal Continente

23 de Dezembro de 2011

O Chefe de Estado angolano apareceu, esta semana, durante a reunião do Conselho da República (CR), com um discurso tranquilizador, deixando desarmada a oposição que tem vindo a advogar transparência e imparcialidade na realização das próximas eleições, agendadas para o ano que se avizinha.

Sabia-se, porém, de antemão que as eleições gerais terão mesmo lugar o ano que vem, estando pendurada a data para as autarquias.

O Ministério da Administração do Território, por seu lado, havia adiantado algum horizonte, mas o PR interrogou-se, e em bom-tom, depois de ter anunciado a organização do Censo Geral da População.

“Havendo Censo Geral da População em 2013, devemos realizar as eleições autárquicas nesse ano ou devemos prevêê-las para 2014?” “Vamos realizar as eleições autárquicas em todos os municípios de uma só vez ou vamos fazê-las por fases, começando apenas por uma parte deles?”

Este cenário indica que só em 2014, provavelmente, se realizarão as eleições autárquicas. O Presidente Eduardo dos Santos convocou o CR para “apreciar os dados mais recentes do registo eleitoral, e o respectivo processo, e para discutir pela segunda vez o estudo actualizado sobre a possibilidade de se realizarem eleições autárqui-

cas em Angola nos próximos anos”relativamente às próximas eleições gerais, o PR anunciou que a segunda fase do processo de registo eleitoral decorrerá entre os dias 05 de Janeiro e 15 de Abril de 2012, tendo acrescentado que assinará e mandará publicar a Lei Orgânica das Eleições Gerais, aprovada por unanimidade pela Assembleia Nacional no passado dia 09, para a sua entrada em vigor. Frisou, também, que esta lei”estabelece as bases legais para a organização e realização de eleições transparentes, livres, credíveis e, portanto, justas, sem motivos para que os resultados sejam contestados”.

O país realizou, até agora, duas eleições gerais, sendo a primeira em 1992 e a segunda em 2008, ambas ganhas pelo MPLA.

5.17 Eleições autárquicas: (re) actualização do registo”versus”censo populacional

Jornal Continente
23 de Dezembro de 2011

Em países organizados funcional e organicamente, as eleições autárquicas antecipam as presidenciais e as legislativas. Entre nós, embora se fale delas elas foram sempre mandadas para as calendas gregas, senão mesmo subalternizadas ou subvalorizadas, enquanto já vamos nas terceiras legislativas, pelo menos.

Salvo melhor entendimento, a ideia de realizá-las apenas em alguns municípios peca por defeito, senão mesmo concorre para eternizar esse vício de avaliação, dado que também concorre para o eventual cometimento de uma inconstitucionalidade, pois permite sugerir que uns municípios são filhos e outros enteados.

Daí que, para além de tal discriminação política e social, por mais positiva em função de factores demo gráficos, económicos ou outros acaba por violar o princípio do direito de igualdade que assiste aos distintos habitantes deste rincão geográfico chamado Angola, sejam eles habitantes do litoral (Cabinda, Zaire, Benguela, K.-Sul, Namibe, Luanda) das zonas do interior (Uíge, Malange, Bié, Huambo, Huíla e Cunene) ou da chamada Angola profunda e do Leste (Kuando Kubando, Moxico e Lundas); no exercício do direito político elementar: o voto nos seus representantes locais; direito que deverá ser exercido no próximo ano ao votarem todos, sem distinção, no novo(?) PR e nos futuros deputados.

Deste modo, urge devolver o voto aos eleitores para votarem em 2013 nos autarcas, a quem cabe zelar pela gestão da coisa comunitária, bem como potenciar o surgimento de outros actores políticos a nível das suas bualas e sanzalas de origem, já que não têm possibilidades de disputar o seu quinhão de poder distributivo e expecta-

tivas ao nível central. Observadores estimam que as eleições autárquicas seriam um bom balão de ensaio para as eleições gerais (presidenciais e parlamentares), em caso de serem realizadas antes destas últimas, acabam por funcionar como um amortecedor social, para aqueles políticos cuja representatividade local, regional ou étnica não é despicienda, o que resultaria num forte factor de equilíbrio nacional e de ruptura com as assimetrias regionais ao nível da acomodação das elites políticas e/ou locais.

Mas, como tudo indica deverão ser depois, em 2014 - porque não em 2013?

Não vejo uma relação de causa e efeito entre o Censo Geral da População (de 2013), que não ocorre desde a experiência piloto ensaiada em 1982 e as eleições autárquicas, prognosticadas pelo PR. Aliás, este não seria a primeira experiência de eleição de poder local em Angola, porquanto em 1976 já haviam sido realizadas eleições municipais ao nível dos bairros de Luanda, sendo as comissões populares de bairro sido eleitas pelos moradores, uma experiência que embora inscrita no projecto de matriz socializante, teve uma forte adesão popular, com campanha e fotos dos potenciais eleitos à mistura, embora mesmo não havendo consenso ao nível da direcção do partido único sobre o modo de condução do processo; a experiência eleitoral local terá válido pelo menos por ter sido a única ao nível da eleição do poder municipal em Angola, apesar da sua manifesta dependência do departamento governamental que se ocupava do dossier da administração do território, o então omnipresente Ministério da Administração Interna, cujo titular tinha a competência de nomear os comissários provinciais, actuais governadores, competência que é hoje assumida pelo PR e que Neto chamara para si em função da extinção daquela pasta, que tinha como ministro o finado comandante Alves Bernardo Baptista (Nito Alves). Nestes termos, tendo em presença o que fica dito, temos para nós que não teríamos qualquer reboço que as autárquicas fossem realizadas o próximo ano, sendo a reactualização do registo eleitoral uma peça fundamental para projectarmos quantos somos, além de que se poderia muito bem aproveitar todo o manancial organizativo, financeiro, logístico e até técnico-material, bem como a máquina remanescente toda poderia ser capitalizada para as eventuais eleições autárquicas em 2013.

Daí partiríamos, com o apoio do poder autárquico para o Censo Geral da População em finais de 2013 e princípios de 2014?..

E, salvo melhor entendimento, se os eleitores não fossem mais recenseados, mas apenas afectados à estrutura demo gráfica geral da população angolana do censo, pouparíamos em dinheiro, bem como em energia física e psíquica o tra-

balho dos recenseadores, "mutatis mutandis", potenciando o trabalho efectuado pelos brigadistas do registo eleitoral!? Ou para contas de subtracção bacalhau basta!?

Eis o reptol! Obs.:... e que dizer da base de dados do registo civil!? Isso daria bastante pano para mangas, adocicando o debate demográfico.

5.18 Ordenamento do território

Jornal de Angola

24 de Dezembro de 2011

Para um país com crescimento populacional como Angola, a rondar os 3 por cento ao ano, o ordenamento do território impõe-se como uma ferramenta relevante para o desenvolvimento sustentável.

O ordenamento do território passa, fundamentalmente, pela ocupação, uso e gestão da interacção entre o homem e o espaço natural. Consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados.

O Executivo está consciente do impacto que a pressão demográfica provoca no espaço geográfico, razão pela qual promove a aprovação de diplomas legais que regulem a ocupação dos solos. O regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais concretiza as directrizes definidas por lei. Os legisladores pretendem implantar um sistema que assenta justamente numa concepção global da problemática do ordenamento territorial como sistema de normas, princípios e instrumentos em que avultam os planos territoriais, segundo tipos especializados, em razão do âmbito territorial, do conteúdo material, os objectivos visados e a política de acções que os concretizam.

As normas são acompanhadas da valorização dos solos, do ordenamento das infra-estruturas para uso geral e colectivo, como formas sistemáticas de intervenção do Estado e das autarquias locais no ordenamento do território. Este ano, o Executivo aprovou vários instrumentos legais para facilitar o acesso do cidadão ao crédito habitacional e a normalização dos procedimentos por parte de quem busca a oportunidade de ter casa própria. A ideia de casa pressupõe a construção de redes de zonas habitacionais que, por sua vez, implicam o uso de uma vasta extensão territorial que vai comportar infra-estruturas que dão suporte aos fogos habitacionais e áreas afins. A estratégia do Executivo para o ordenamento do território passa pela consolidação de uma rede de cidades, alargamento da mobilidade, valorização dos espaços naturais e rurais, bem como o desenvolvimento das centralidades intermédias.

O Executivo desenvolve uma estratégia que visa o equilíbrio entre a ocupação e o uso dos solos em função do crescimento da população, do desenvolvimento sustentável e os compromissos ambientais. Esse plano, disse o ministro Fernando Fonseca, baseia-se na análise e na avaliação das incidências territoriais resultantes na materialização dos programas e medidas de políticas consagradas na visão, missão e objectivos estratégicos de desenvolvimento económico e social numa perspectiva de médio e longo prazos.

As populações precisam de conhecer estes pressupostos, que têm como fim último proporcionar benefícios às populações que habitam as terras a ordenar. As autoridades pretendem preservar a interactividade nas relações entre a cidade e o campo, salvaguardando a especificidade dos valores das comunidades, com especial protecção e valorização do mundo rural.

A execução de programas de ordenamento do território em todo o país pode ter como efeito importante a reversão da onda de êxodos do campo para a cidade que ameaça a destruição do património cultural diversificado das zonas rurais, geralmente sustentado por uma estrutura fundiária que lhe é própria.

A modernização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) permite uma adequada informação territorial de forma a melhorar o registo e titulação das concessões das áreas distribuídas e a distribuir, no quadro das reservas fundiárias. Nas próximas décadas podemos orgulhar-nos do equilíbrio que esta estratégia de ordenamento territorial vai produzir, porque põe fim ao desperdício em termos de ocupação de espaço.

Para o próximo ano, o Executivo vai construir oito novas centralidades nas províncias do Bengo, Zaire, Malange, Kuando-Kubango, Namibe, Huíla, Benguela e Lunda-Sul, com vista à melhoria das condições socio-económicas e de habitabilidade das comunidades. Estes empreendimentos, que se vão juntar aos quatro já existentes na províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte, são concebidos com base na análise e na avaliação das incidências territoriais resultantes na materialização dos programas e medidas políticas, nos objectivos estratégicos de desenvolvimento económico e social numa perspectiva de médio e longo prazo.

Insistimos que o envolvimento das populações, nestes esforços de ordenamento do território, deve tomar-se um imperativo necessário e vital para que se sintam como participantes do processo, mas para que esteja assegurado o seu sucesso. Porque a ocupação ilegal de reservas fundiárias ou de áreas destinadas à agricultura inviabiliza projectos fundamentais que servem a todos. O Estado não pode permitir que alguns se apropriem de terras que são de todos.

5.19 Eleições autárquicas em 2014

Jornal ANGOLENSE
23 de Dezembro de 2011

A escolha de 2014, em vez da alternativa de 2013, propostas por José Eduardo dos Santos na abertura dos trabalhos, deveu-se à realização de eleições gerais em 2012 e o primeiro Censo Geral da População e da Habitação em 2013.

O objectivo é recensear os eleitores angolanos para às eleições gerais de Setembro de 2012 e posteriores actos eleitorais em Angola.

A reunião do CR deu ainda nota positiva à forma como decorreu a primeira fase do processo de actualização e registo eleitoral, que decorreu entre 29 de Julho a 16 de Dezembro.

Os conselheiros do Presidente, segundo soube este jornal, acolheu favoravelmente ao Chefe de Estado às datas de 05 de Janeiro a 15 de Abril de 2012 para a segunda fase da actualização do registo eleitoral.

No decorrer do encontro, o ministro da Administração do Território, 80rnlto de Sousa, apresentou o ponto de situação do processo de actualização do registo eleitoral, anunciando que, segundo dados provisórios, foram inscritos 489.159 novos eleitores e confirmados 4.751.553 antigos eleitores, totalizando 5.240.712 eleitores na primeira fase.

O universo eleitoral em Angola é de cerca 9 milhões de eleitores. Ainda no âmbito das eleições autárquicas, o Conselho da República remeteu a questão para reapreciação na sua sessão do segundo semestre de 2012, altura em que serão abordados os assuntos inerentes à preparação do processo, apurou o Angolense.

OCRrecomendouaindaquesejaobservado”rigorosamente o princípio de que o registo eleitoral é um acto individual e presencial devendo por essa razão evitar-se práticas que contrariem esse princípio, tal como a recolha indevida de cartões na posse dos cidadãos”.

Esta questão tem sido repetidamente invocada pela UNITA, maior partido na oposição, que questiona a transparência do processo de actualização eleitoral devido àquelas práticas de recolha de cartões de eleitor. Enquanto isso, o Presidente José Eduardo dos Santos pediu ao Conselho da República para este órgão consultivo da Presidência se pronunciar quanto à possibilidade de as primeiras eleições autárquicas se realizarem em 2013 ou no ano seguinte (em 2014).

Na sua intervenção, na abertura dos trabalhos da 29.a reunião do Conselho da República, José Eduardo dos Santos salientou que o objectivo é”apreciar os dados

mais recentes do registo eleitoral, e o respectivo processo, e para discutir pela segunda vez o estudo actualizado sobre a possibilidade de se realizarem eleições autárquicas em Angola nos próximos anos”.

Sobre as eleições autárquicas, e porque Angola deverá realizar em 2013 o primeiro Censo Geral da População e Habitação, José Eduardo dos Santos colocou duas questões aos conselheiros.

“Havendo Censo Geral da População em 2013, devemos realizar as eleições autárquicas nesse ano ou devemos prevêê-las para 2014?”“Vamos realizar às eleições autárquicas em todos os municípios de uma só vez ou vamos fazê-las por fases, começando apenas por uma parte deles?”

Relativamente às próximas eleições gerais, o Presidente da República anunciou que a segunda fase do processo de registo eleitoral decorrerá entre os dias 05 de Janeiro e 15 de Abril.

José Eduardo dos Santos acrescentou que assinará e mandará publicar a Lei Orgânica das Eleições Gerais, aprovada por unanimidade no parlamento no passado dia 09, para a sua entrada em vigor e, frisou, estabelecer as”bases legais para a organização e realização de eleições transparentes, livres, credíveis e, portanto, justas, sem motivos para que os resultados sejam contestados”.

5.20 Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras

Semanário Factual
De 5 a 12 de Março de 2011

Os nove municípios da província de Luanda vão contar, brevemente, com três programas de acção e respectivos orçamentos que os permitirá assegurar uma boa articulação e evitar sobreposições na sua execução.

O facto foi anunciado, a 2 de Março, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social de Luanda.

O chefe do Executivo apontou para o Programa de Acção e Respectivo Orçamento, integrado no Programa de Investimento Público (PIP), de subordinação central e ao qual os departamentos ministeriais respondem, directamente, perante o Conselho de Ministros ou o Chefe do Executivo.

O Presidente citou, igualmente, o programa provincial, ao qual responde o Governo Provincial, que tem a faculdade de se pronunciar sobre os projectos e acções, sob sua responsabilidade e o Programa Municipal Integrado no PIP e no respectivo orçamento municipal.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda debruçou-se sobre as questões relacionadas com a articulação no plano executivo entre o Governo Central e o Governo Provincial Luanda (GPL) e com a implementação de programas referentes à conclusão em 2012 das vias estruturantes e das valas de drenagem das águas pluviais.

José Eduardo dos Santos analisou, igualmente, a definição da micro localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço.

A reunião fez a apreciação crítica do diagnóstico, da modernização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, da construção de novos mercados, dos cemitérios municipais e da criação de parques e zonas verdes.

Outro assunto que mereceu a atenção dos participantes foi o programa de regularização da gestão de solos na província de Luanda, no qual se fez o ponto da situação da gestão das reservas fundiárias de Luanda e se procedeu à análise dos mecanismos de gestão de solos e ao processo de licenciamento de obras.

O Conselho de Coordenação Estratégica apreciou, igualmente, o subprograma integrado de reforço da segurança pública e ordem interna, do combate à criminalidade e de ordenamento do trânsito rodoviário.

Nos termos do regime de prestação de contas que a reunião apreciou, o Governo Provincial deve informar, trimestralmente, o Executivo sobre o cumprimento, incumprimento, dificuldades e resultados alcançados na materialização dos projectos sobre a sua responsabilidade

O Conselho Estratégico, através da sua comissão técnica, acompanhará a execução de todos os programas, fazendo a sua necessária harmonização e a concertação de posições e intenções.

Segundo o comunicado, na sua introdução, o Presidente da República sublinhou constituírem instrumentos essenciais para reger a actividade deste órgão os regulamentos sobre a repartição de responsabilidades na actuação do Governo Central e sobre o regime financeiro local.

Outros instrumentos são o programa de acção anual e respectivo orçamento, assim como o Programa de Investimento Público, a nível provincial e municipal.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Novas centralidade da cidade do Sumbe

Jornal de Angola
02 de Dezembro de 2011

Uma nova centralidade com dois mil fogos habitacionais; vai ser edificada na área dos ex-Carvalhos, arredores do Sumbe, província do Kwanza-Sul, no quadro do programa nacional para a habitação, lançado pelo Executivo.

O governador provincial Serafim do Prado disse que, numa primeira fase, vão ser construídas novas centralidades no Porto Amboim, com mil habitações, Cela (Waku Kungo) e Gabela (Amboim) com mil cada.

“Sem revelar a duração da empreitada e os custos a envolver nas obras, Serafim do Prado esclareceu que para os restantes oito municípios estão planificados 200 fogos para cada um na estrutura de autoconstrução dirigida. As habitações a serem edificadas são sociais e de custos baixos e vão servir para alojar pessoas que construíram desordenadamente em áreas de risco nos bairros periféricos, nas valas de drenagem das águas pluviais ou em zonas que constituem reserva do Estado.

Por altura da listagem das pessoas a desalojar das áreas interditas, o governante solicitou apoio das administrações municipais, autoridades tradicionais, associações cívicas e outras, para impedir que as novas residências sejam entregues a indivíduos oportunistas. O governador da província do Kwanza -Sul reconheceu que o processo de descentralização adoptado pelo Executivo que dá autonomia aos governos provinciais para tratar, na sua área de jurisdição, da maior parte das questões financeiras e outras referentes ao processo da edificação das novas centralidades e casas sociais, facilita sobremaneira o trabalho. Na província, está em curso a edificação de um condomínio habitacional na zona do cemitério, para acomodação de médicos e docentes, e demais quadros que laboram em diversas instituições públicas que vivem em casas arrendadas.

6.2 Crédito bonificado à habitação tem como tecto 42 salários mínimos da função pública

Jornal O PAÍS
02 de Dezembro de 2011

Ter um rendimento mensal inferior a 42 salários mínimos da função pública constitui condição para que os agregados familiares possam aceder ao crédito bonificado à habitação, de acordo com o novo quadro legal que regula o acesso ao crédito bancário para a compra ou construção de habitação própria ou permanente plasmado no Decreto Presidencial nº 259/11. As prestações decorrente do montante a conceder não poderão, por outro lado, exceder uma taxa de esforço (a proporção do rendimento do agregado familiar afecto ao pagamento do crédito) de 40%, o que significa que os bancos não poderão conceder empréstimos que impliquem prestações que excedam 40% do rendimento mensal do mutuário, uma condição que se aplica, aliás, a todo o crédito à habitação. Outra condição para aceder à bonificação do crédito é ter menos de 40 anos e ser maior de idade.

O crédito bonificado à habitação pode ser concedido por um período que pode ir até 30 anos, estabelecendo-se o impedimento do empréstimo concedido poder ser afecto à compra de imóveis que sejam propriedade de ascendentes ou descendente. Também os casais cuja soma das idades dos respectivos membros não exceda os 80 anos e nenhum deles tenha mais de 40 anos poderão aceder à bonificação do crédito à habitação desde que nenhum membro do agregado familiar seja titular de outro empréstimo bancário concedido com idêntica finalidade. São, no entanto, enquadráveis no crédito bonificado três tipos de empréstimos cumulativos: os destinados à compra e, simultaneamente, à realização de obras de conservação, os afectos à realização de obras, desde que as mesmas sejam objecto de avaliação pela instituição financeira bancária mutuante e a respectiva conclusão seja comprovada por esta e tenham decorrido pelo menos três anos a contar da data de celebração do contrato de empréstimo anterior e ainda os empréstimos para aquisição de terreno para a construção de habitação própria permanente. Todavia, embora se ressalvem estes empréstimos cumulativos, fixa-se que as prestações decorrentes do montante a conceder não poderão, quando adicionadas à prestação do empréstimo já existente, exceder a já referida taxa de esforço de 40 %.

Créditos já solicitados podem receber bonificação

De salientar que o regime de crédito bonificado pode ser aplicado aos créditos à habitação em curso e aos pedidos de empréstimo ainda não aprovados desde que respeitem os requisitos legais agora definidos quanto às condi-

ções do empréstimo e à comprovação inicial e anual das condições de acesso.

O valor máximo da habitação a adquirir ou a construir, bem como o custo máximo das obras de conservação e beneficiação a realizar e dos terrenos a adquirir para construção de habitação própria permanente, para efeitos de acesso ao crédito bonificado serão fixados por diploma do Executivo, que além deste montante fixará, de igual modo, a bonificação do juro. A taxa de referência para o cálculo das bonificações a suportar pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) será fixado em Decreto pelo Executivo. A taxa de juro contratual é livremente negociada entre as partes, ou seja, entre o candidato à obtenção do crédito e o banco que concede o empréstimo. Quanto às garantias a conceder às instituições financeiras bancárias pelo novo Fundo de Fomento à Habitação registre-se que, no último domingo, ao ser entrevistado no programa Espaço Público, da TPA, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Pereira, disse inclinar-se, a título pessoal, para que o 'tecto' da garantia de 80 % a conceder pelo Fundo aos empréstimos para aquisição de habitação social se venha a situar nos USD 60 mil.

Bonificação ajustada anualmente

O diploma estabelece que a bonificação de juro poderá ser objecto de ajustamentos anuais, em condições a fixar pelo Ministério das Finanças, em função das variações do rendimento anual bruto e da dimensão do agregado familiar.

As dotações para pagamentos das bonificações de taxas de juro serão inscritas no OGE sendo que as instituições financeiras bancárias só podem reclamar as bonificações a cargo do estado se os mutuários tiverem as suas prestações devidamente regularizadas. Se o Banco Nacional de Angola (BNA) detectar a concessão de crédito bonificado que não cumpre os requisitos legais, os mutuários serão imediatamente integrados nas condições gerais de crédito, havendo lugar ao reembolso pela instituição financeira bancária ao Estado das bonificações auferidas ao longo da vigência do empréstimo, acrescidas de uma penalização correspondente à taxa de juro legal em vigor.

Se o beneficiário do regime bonificado alienar o imóvel adquirido, construído ou beneficiado durante o prazo de cinco anos após a concessão do empréstimo fica obrigado a reembolsar à instituição financeira bancária o montante das bonificações usufruídas acrescido dos juros legais em vigor, sendo que aquela instituição deverá reverter a favor do estado o reembolso das bonificações e do valor apurado dos juros legais que sobre elas incidira mo. Ainda abre-se uma excepção para o caso de a alienação realizada durante os primeiros cinco

anos de amortização do empréstimo decorrer de razões comprovadas de mobilidade profissional ou de alteração da dimensão do agregado familiar, ficando obrigatoriamente o produto da venda afecto à aquisição de nova habitação própria permanente. Os beneficiários de crédito bonificado à habitação poderão amortizar antecipadamente, no todo ou em parte empréstimo contratado, suportando, no caso de assim procederem, apenas as comissões ou outros encargos da mesma natureza previstos contratualmente, que não poderão contudo superar 1 % do capital a amortizar.

Empréstimos intercalares

Admite-se ainda, no regime de crédito bonificado, a concessão de empréstimos intercalares, por um I prazo não superior a um ano, para pagamento do sinal ao vendedor da habitação ou para aquisição de terreno, desde que os mesmos não excedam 20% do valor total do imóvel ou do terreno e que o agregado familiar realize pelo menos 10% do valor total.

Tanto no regime geral de crédito à habitação como no regime bonificado, qualquer deles regulamentados pelo Decreto Presidencial, o crédito concedido à habitação não podem ser concedidos por prazos superiores a 30 anos, como não pode exceder um montante cuja prestação inicial seja superior a uma taxa de esforço de 40%. O diploma estabelece ainda, para qualquer dos regimes, os requisitos de solicitação do financiamento, a afixação e publicação das condições do empréstimos pelas instituições financeiras, os requisitos de solicitação do funcionamento, as regras a observar na apreciação e decisão dos pedidos de empréstimo.

Os titulares de contas poupança

habitação constituídas há mais de três anos passam a ter garantida a obtenção de um empréstimo para a aquisição, construção ou realização de obras de conservação de habitação própria permanente ou secundária, de acordo com o fixado no novo quadro jurídico-legal daquelas contas e configurado no Decreto Presidencial nº 265111. O empréstimo a conceder tem como montante máximo a diferença entre o saldo da conta e o valor da habitação a adquirir ou das obras projectadas, segundo avaliação das próprias instituições financeiras bancárias, ou o preço, caso este seja menor.

A instituição financeira deverá conceder o financiamento solicitado, disponibilizando o dinheiro no prazo máximo de um mês a partir do momento em que se encontrem cumpridas todas as formalidades legais para a realização do empréstimo.

Por outro lado, o facto de ser titular de uma conta poupança-habitação confere vantagens no acesso ao programa de fomento habitacional, dado que aqueles que

tenham constituído até à data uma conta poupança habitação provisionada pelo montante mínimo de 10% do valor de mercado do imóvel a adquirir têm preferência na aquisição de habitação própria permanente no âmbito daquele programa.

Destaque-se ainda que o diploma isenta os juros das contas poupança - habitação do imposto sobre a aplicação de capitais.

6.3 Salvar Luanda com novas centralidades

Novo Jornal

02 de Dezembro de 2011

A construção de novas centralidades no Zango, Sapu, em Viana, e Cacuaco, a circunscrição do Talatona, bem como a nova cidade do Kilamba, no município de Belas, e ainda a recente inaugurada cidade universitária demonstra, de certa forma, a vontade do executivo em ver melhoradas as condições de habitabilidade para os novos e velhos inquilinos de Luanda.

Embora muitos destes projectos não estivessem previstos no plano de actividades do projecto "Salvar Luanda", a cidade da Kianda vai, assim, ganhando uma nova configuração, baseada num pensamento estratégico novo e numa perspectiva de crescimento sem problemas, conforme o pensamento do executivo.

As novas centralidades foram concebidas de forma diferente e moderna, ao contrário do velho casco urbano da cidade de Luanda que foi dimensionado para pouco menos de 400 mil habitantes, conforme disse o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, durante uma entrevista concedida a uma rádio local. A cidade do Kilamba, tida pelos seus mentores como o maior projecto habitacional alguma vez construído no país, tem como objectivo reduzir o défice habitacional, segundo o objectivo estratégico do executivo.

A primeira fase do projecto, que tem servido -como cartão de visita de Luanda, desenvolveu-se numa parcela de 906 hectares e contemplou a construção de 20.002 apartamentos, 24 jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito secundárias.

Possui ainda reserva de espaço para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de abastecimento de combustível, unidades e esquadras de polícia, quartéis de bombeiros, parques de estacionamento e outras estruturas.

A cidade do Kilamba, à semelhança de outras centralidades, contempla ainda infra-estruturas básicas, como

rede viária, drenagem de águas pluviais e águas residuais para 35.000 metros cúbicos por dia, tendo também subestações de energia eléctrica e rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

Estradas

No capítulo das estradas, a zona do Sanatório, da Fapa, do Futungo e da Corimba ganharam nova imagem com a construção e reabilitação completa dos seus respectivos tapetes asfálticos, tal como estava previsto no programa de actividades para salvar Luanda.

A estrada Golfe-Sanatório, orçada em mais de 119 mil dólares ganhou, quatro faixas de rodagens em cada sentido. A construção dos 10 quilómetros de estrada substituiu assim a velha e areal terra batida que lhe eram característicos.

Apesar disso, a iluminação da via é ainda deficiente, embora tenham sido colocados vários postos de iluminação ao longo da estrada. A falta de sinalização e de semáforos é o outro cenário a notar, o que tem contribuído muito para os acidentes que ali se verificam e que têm resultado em mortes.

A estrada da Samba, passando pela zona da Corimba, é uma outra beneficiária do projecto Salvar Luanda. O troço foi completamente reabilitado, cruzando, desta feita, com a estrada do Futungo, numa extensão de mais de mil metros.

A via encontra-se iluminada e sinalizada em quase toda a sua extensão. Foram igualmente colocados separadores e construídos passeios e valas de drenagem. Foi -ainda criado um sistema de esgotos ao longo da via de dois sentidos, que comporta igualmente duas a quatro faixas de rodagens.

A estrada 21 de Janeiro, saindo pela zona do aeroporto, passando pela Fapa e ligando ao Futungo, espelha igualmente a execução e concretização -do projecto Salvar Luanda.

Entretanto, outros projectos de reabilitação e construção de estradas apesar de não fazerem parte do pacote de actividades do projecto traçado em 1993 emprestam também a sua imagem ao novo rosto que a cidade capital apresenta actualmente.

Uma delas é a via rápida que liga o município de Cacuaco ao de Viana e deste à comuna do Ramiro, na Samba, em Luanda. A empreitada custou ao Governo angolano cerca de 50 milhões de dólares e teve uma extensão de aproximadamente 50 quilómetros, com varias faixas de rodagens em cada sentido. A falta de iluminação nestas vias são igualmente outros motivos de preocupação para os automobilistas e transeuntes naquelas paragens.

Ponte”kianda”na bala

A baía de Luanda que se encontra actualmente a ser requalificada ganhou uma ponte denominada Kianda e foi inaugurada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no passado mês de Agosto.

A ponte, que agora simboliza um dos cartões de visita logo à entrada da ilha de Luanda, ligando a Marginal à Praia do Bispo, está Inserida na primeira fase de conclusão do projecto de Requalificação da Baía que corresponde à intervenção entre o largo da amizade Angola e Cuba, a ilha do Cabo e a Chicala.

O projecto, a cargo do consórcio Mota Engil/Soares da Costa, vai ser apresentado definitivamente aos luandenses e angolanos, no geral, entre os meses de Maio ou Junho de 2012, altura em que se prevê a conclusão da sua segunda fase.

Cazenga e sambizanga terão novos rostos

O lançamento dos projectos de requalificação dos municípios do Sambizanga e Cazenga, bem como a requalificação da zona do antigo mercado Roque Santeiro, são outras das actividades já em execução que poderão emprestar um novo colorido à cidade da Kianda.

O projecto vai arrancando a passos lentos. No Cazenga, cuja primeira fase de reabilitação está orçada em 485,714 dólares, conforme previsto no projecto salvar Luanda, a construção das casas modelos estão a ser erguidas na zona do Grafanil. Ao passo que no Sambizanga o plano ainda não saiu do papel.

Enquanto, o projecto vai timidamente ganhando corpo. A cidade mãe do país continua a enfrentar os seus velhos problemas, como as construções anárquicas, alimentadas, muitas vezes, pelos funcionários do governo, que se dedicam à venda ilegal de terrenos.

As estruturas básicas das redes viária e de esgotos apresentam-se degradadas em vários pontos da cidade e melhoradas noutras zonas da velha Luanda.

6.4 Obras mal”mal paradas”no”bem morar»

Semanario angolense
03 de Dezembro de 2011

Aguiinaldo Jaime pode ter sido a primeira”vítima”entre os políticos que deram o rosto pelo”Bem Morar», um projecto habitacional de inspiração brasileira, que hoje parece condenado ao fracasso. Foi pela mão deste antigo coordenador da Comissão de Reestruturação da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) que Pelé, o renomeado futebolista brasileiro, franqueou as portas da Cidade Alta, para, em Abril do ano passado, ser recebido pelo Presidente da República, Eduardo dos Santos, no quadro da propaganda sobre o empreendimento.

Na audiência que lhe foi concedida há cerca de ano e meio pelo Chefe de Estado angolano, a antiga”estrela”do futebol mundial foi apresentada não apenas como o rosto do marketing da empresa Build Brasil, como também um dos investidores do Projecto Habitacional”Bem Morar».

Depois do encontro, o próprio Pelé não se coibiu mesmo de dizer que havia sido recebido, com pompa e circunstância, pelo Presidente da República, dando a sensação de que o badalado projecto, destinado à classe média, inspirava confiança e seriedade, assim como teria pernas para andar. Não fosse ele o Rei Pelé, uma figura pública de enorme sucesso que um dia já teve o mundo rendido às maravilhas dos seus pés.

Ano e meio depois do anúncio desse ambicioso projecto, que foi amplamente acompanhado de uma agressiva campanha de marketing, as esperanças e os sonhos de centenas de angolanos de terem casa própria começaram a esmorecer, visto que as obras estão literalmente paradas ou, antes, votadas ao abandono quase total.

Não se sabe ao certo quantos nacionais investiram as suas poupanças nesse projecto, mas estima-se que seja na ordem das centenas, sendo que alguns dos quais tiveram de contrair dívidas junto aos bancos, estando neste momento a pagar elevados juros de mora. Entre os clientes que apostaram no”Bem Morar», cresce a desconfiança de que os seus promotores, ou seja os expatriados brasileiros, terão dado outro destino ao dinheiro que, numa linguagem terra a terra, significa dizer que passaram a perna aos angolanos.

Correm, com alguma insistência, as informações de que alguns”brazucas”já tiram o pé com a”massa», e que do projecto habitacional apenas ficarão os escombros.

6.5 «As obras baixaram de ritmo devido ao deficit financeiro»

Semanario angolense
03 de Dezembro de 2011

Com o objectivo de ouvir a parte acusada, o Semanário Angolense entrevistou, por correio electrónico, o cidadão brasileiro Paulo Sodré, que foi apresentado como o rosto principal da Build Angola, a empresa responsável pelo”Bem Morar». Eis o teor da conversa:

Semanário Angolense (SA) Quais foram as verdadeiras razões que estiveram na origem da paralisação das obras? Paulo Sodré (PS) - É importante enfatizar que as obras do”Bem Morar”nunca paralisaram, e estiveram em bom ritmo até Dezembro de 2010. Mas, em Novembro do

ano passado, elas conheceram um outro rumo, depois de terem sido enviados vários e-mails criminosos e publicadas algumas matérias (pagas) que levaram a uma insegurança muito grande por parte dos clientes, ao ponto de fazer com que um grande contrato com uma empresa petrolífera, onde já tínhamos investido um valor relevante, fosse rescindido. Um outro factor bastante crítico foi a falta de pagamento das dívidas por parte de vários clientes, que levaram a um deficit no montante de 29 milhões de dólares. Ressaltamos que não paralisamos um dia sequer a nossa obra, apenas diminuimos o ritmo decorrente da falta de caixa. Hoje, assinamos um acordo com uma empresa angolana para terminar o "Bem Morar", iniciando-se pela infra-estrutura de paredes e telhado até ao acabamento interno. No início de 2012, inicia-se a fase de acabamento com força total. Assinamos também um grande contrato corporativo onde receberemos de volta um montante que já havia sido investido.

SA- Isto não corresponde à verdade, porque constatamos no terreno que as obras estão totalmente paradas...

PS - Conforme havia dito, a obra nunca parou, mas andou num ritmo lento. Hoje temos 180 pessoas, entre angolanos e chineses, a trabalhar dentro da obra. Apesar de 180 pessoas não representarem muito volume, nos últimos 2 meses fizemos bastante obra de acabamento de paredes e telhado, cobertura e paredes rebocadas.

SA- *Há clientes dispostos a recorrer à barra dos tribunais. Isso não vos assusta?*

PS - Como qualquer empresa, estamos sim sujeitos a isso. No entanto, se aceitarmos 100% de maus-tratos, não terminaremos a obra.

SA- *Por que razões deixaram de publicitar o vosso projecto?*

PS - Temos feito alguns comunicados através de jornais, e o que fizemos de publicidade foi a inauguração das Quintas e a campanha na TV mostrando as obras. Agora, estamos a fazer comunicados num jornal para informar os clientes que podemos terminar a obra sem o pagamento dos 29 milhões de dólares da dívida. Mas, os clientes devedores só receberão as suas casas depois de pagarem o valor que devem. Como não estamos a lançar nenhum projecto novo, não há lugar para grandes publicidades, a não ser para fazer a entrega de empreendimentos.

SA- Há informações de que o "Bem Morar" não honrou até à data as suas dívidas com algumas empresas publicitárias, dentre as quais a empresa "Mais Visual"...

PS- A falta de pagamentos por parte dos clientes, que hoje ultrapassa 29 milhões de dólares, deixou-nos numa situação financeira difícil. No entanto, já temos acertado com a empresa "Mais Visual" um acordo para o

pagamento de todos os débitos a partir de Janeiro de 2012.

SA- Fala-se que alguns brasileiros ligados ao projecto imobiliário já abandonaram Angola...

PS - Os únicos brasileiros que não estão no grupo são aqueles que foram demitidos, por alguma causa justa ou substituídos por outros. Estamos há 7 anos aqui e sempre houve essa rotatividade. Os brasileiros que estão aqui vão ao Brasil 3 ou 4 vezes ao ano, por períodos muito curtos. Temos vários negócios em Angola em outros segmentos que continuam a prosperar e parcerias com empresas angolanas. A maior parte do nosso quadro de funcionários é de angolanos, que está conosco há mais de 4 anos.

SA- *Qual é a situação real do terreno onde está a ser erguido o projecto, que é considerado pertença da empresa FLP (Fundadores do Lar do Patriota)? Já honraram a contrapartida financeira com essa empresa?*

PS - Este empreendimento específico, que foi da FLP (Fundação do Lar do Patriota), é um consórcio criado entre o Lar do Patriota e o nosso Grupo; está totalmente aprovado em todos os órgãos e o Lar do Patriota tem sim um percentual do resultado desse empreendimento em imóveis conforme cláusulas contratuais.

SA- *Com estes desenvolvimentos, a vossa imagem não fica beliscada?*

PS - Como disse, estamos aqui e nunca saímos, há 7 anos. Devido às acções criminosas, a nossa imagem saiu muito prejudicada, mas continuamos aqui com os nossos projectos e parcerias duradouras com angolanos. Podemos apontar como exemplo o consórcio que foi recentemente criado com um grupo angolano. Temos intenção de trabalhar em negócios pontuais, corporativos, em segmentos de lazer e lançamento de imóveis, que serão vendidos só depois de concluídos.

6.6 Rei Pelé

*Semanario angolense
03 de Dezembro de 2011*

Pode ser que ele esteja inocente, ao servir apenas de "menino-propaganda" do Projecto Habitacional "Bem Morar", que aqui se implantou com muita pompa.

É possível que ele não soubesse que os seus conterrâneos estivessem é a preparar uma burla monumental com tal projecto, em cuja conversa caíram centenas de cidadãos angolanos, na sua ânsia por casa própria, quando não por uma quinta no Bengo.

Desses, a maioria está a ver "lulas". Os brazucas responsáveis pelo projecto terão já tirado o pé, como se diz na gíria, com a massa toda. Fala-se que a PGR intervirá,

mas mesmo assim, desconfia-se que quase mais ninguém verá o seu cumbu de volta.

6.7 Imobiliário necessita de financiamentos

Jornal de Angola
04 de Dezembro de 2011

Angola assistiu há alguns anos a um "boom" no sector imobiliário, que favoreceu o crescimento da oferta, nos seus diversos segmentos. O administrador da H&M Construção Civil, Carlos Bucalon, sublinhou em declarações ao Jornal de Angola que "há três anos o crescimento do imobiliário foi assinalável".

Luanda registou um crescimento insustentável. Houve muita oferta, o que acabou por induzir na procura, levando a que existisse crédito para aquisição de habitação. Carlos Bucalon referiu que o aumento da capacidade de compra depende muito da disponibilidade dos bancos em conceder crédito.

"Se a banca não concede financiamentos, o segmento imobiliário fica comprometido", sublinhou. Actualmente, realçou, temos um mercado imobiliário mais reactivo, que se encontra numa fase de acomodação mas também -de reestruturação, própria de um mercado em crescimento.

"Neste momento verificamos uma nova reacção do mercado e há novos lançamentos, o processo de vendas começa a apresentar-se de forma diferente. E tudo ainda muito ténue, pois o crédito continua a revelar-se limitado", disse, administrador.

O mercado imobiliário depende fundamentalmente do crédito daí que quando os bancos não se mostram disponíveis, o mercado ressurte-se. E justamente o que está a acontecer, embora haja alguma evolução no que ao crédito para o sector diz respeito, afirmou Carlos Bucalon. "Se a banca não financia, o consumidor final não tem capacidade de compra", insistiu.

Carlos Bucalon acredita que a tendência do mercado vai ser de uma maior reacção e diz que a expectativa é para o aumento das vendas nos próximos cinco anos.

"Esta tendência vai reflectir-se no segmento de casas de alto padrão e casas sociais", sustentou. As economias de uma maneira geral, frisou, têm passado por processos difíceis e a prova disso é que elas se ressentiram muito nos últimos anos, um dado que se verificou nos Estados Unidos e alguns países da Europa. "Tudo isto tem revelado o efeito perverso da globalização", disse Carlos Bucalon.

Com um projecto imobiliário de alto padrão, denominado "Richmond" com apenas 11 casas, seis das quais já vendidas, Luanda tem mais oferta e mais opções para potenciais compradores. O projecto, que começou no final de 2007, foi concebido e dirigido para um nível de maior exigência: "sabemos do alto nível de exigência dos angolanos e é por isso que desenvolvemos o projecto numa base marcada pela exclusividade", disse o administrador da H&M Construção Civil, empreiteiro do projecto.

As casas, todas pintadas de branco, são apelativas e as linhas e traços são sugestivos, numa arquitectura contemporânea. O projecto, um desafio assumido pelo arquitecto brasileiro Rogério Peres, custou 35 milhões de dólares.

6.8 Panguilacom nova urbanização

Jornal de Angola
06 de dezembro de 2011

O Executivo deve gastar 300 milhões de dólares na construção de 188 apartamentos na nova urbanização do Panguila, no município do Dande, revelou ontem, no local, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca.

De acordo com o programa de execução, na primeira fase devem ser construídos 52 apartamentos, e nas seguintes 51, 47 e 38 apartamentos. O ministro esclareceu que a província do Bengo, por ser fortemente agrícola, merece uma atenção especial relativamente à definição das zonas para a implantação dos projectos habitacionais.

A ideia, segundo Fernando Fonseca, é não perder de vista o Programa Integrado de Combate à Fome e à Pobreza e o desenvolvimento rural em curso no país.

Quanto à melhoria da imagem do Panguila, o ministro garantiu que a vila irá beneficiar de trabalhos nas vias de acesso e de outros empreendimentos, inseridos no programa de requalificação do Caxito e arredores. As residências do projecto habitacional do Panguila foram construídas em situação de emergência, pois o Governo teve como prioridade o realojamento das famílias que viviam em situação de risco.

O ministro garantiu que nos próximos tempos o Executivo vai acelerar o processo de construção de mais residências para que as famílias que ainda habitam numa mesma residência possam viver condignamente.

Durante a sua estada de cerca de sete horas no Bengo, o ministro visitou o projecto de construção da centralidade de Capari, com quatro mil apartamentos, a urbanização do Panguila, as reservas fundiárias do Sassa Caria e das Mabubas.

6.9 Milhares de pessoas vivem nos bairros do Zango

Jornal de Angola

06 de Dezembro de 2011

O Zango é um dos bairros de Viana em grande expansão. Milhares de famílias, que antes residiam em condições precárias, em vários pontos de Luanda, estão hoje bem alojadas e o projecto está no quinto bairro de realojamento, o "Zango 5".

As inundações e desabamentos de casas, sobretudo na época das chuvas, já não fazem parte da vida das pessoas oriundas da Lagoa São Pedro, no populoso município do Cazenga.

Isabel Diogo, de 37 anos, deixou de conviver com água estagnada e pútrida, que cercava a casa, causadora de várias enfermidades como Paludismo e diarreias.

"As coisas mudaram para melhor. Já não temos muitas queixas porque vivemos em melhores condições, sem o mau cheiro da lagoa", disse Isabel Diogo, para lembrar: "aquilo não era vida, vivíamos muito mal e os nossos filhos ficavam sempre muito doentes."

No Zango Isabel Diogo tem uma casa digna, com três quartos. A família já não vive amontoada como acontecia no casebre que habitava nas imediações da Lagoa de São Pedro. Os filhos brincam nas ruas limpas e agora são saudáveis. A vida desta família mudou para muito melhor. A chuva agora não é um pesadelo nem invade as casas.

O bairro do Zango, situado em Viana, existe há e nove anos e foi criado para albergar na altura os moradores que viviam na encosta da Boavista, Sambizanga.

Naquela zona de barrocas era frequente a ocorrência de deslizamentos de terra que provocaram a morte de moradores. Quando chovia o medo e a angústia apoderavam-se das famílias. A qualquer momento os casebres podiam ser arrastados pela lama.

O bairro do Zango tem várias fases. A medida que as casas são distribuídas, nasce um novo bairro. Na quarta fase, centenas de famílias encontraram aqui a sua habitação digna e melhoraram as suas vidas. Saíram do inferno para o céu.

Na quarta fase do Zango estão a ser realojadas pessoas vindas de outras áreas consideradas de risco e que tiveram de ser desalojados pelas autoridades de Luanda. Muitas famílias viviam em zonas perigosas ou em condições insalubres. Encontraram no Zango uma habitação digna e condições para refazerem as suas vidas.

Agachada e com as mãos presas no tanguê, Isabel Diogo aproveitou a tarde de segunda-feira para lavar a sua roupa e a dos três filhos menores.

A família de Isabel Diogo e outras 49 famílias têm as moradias no sector denominado "casas amarelas", no interior do "Zango 4", no âmbito do Programa de Emergência Habitacional de Luanda.

Algumas famílias ainda permanecem na zona da Lagoa São Pedro, a aguardar pelo novo processo de transferência, que tem três fases.

Isabel Diogo está feliz por fazer parte do primeiro grupo retirado daquela zona do Cazenga.

Dália António, antiga moradora da Lagoa São Pedro, recorda com tristeza o tempo em que morava com os pais no Cazenga e declarou que na época das chuvas as mulheres e crianças tinham de passar a noite a apanhar chuva que se infiltrava pelo telhado da casa.

No momento em que fazíamos a reportagem, o Zango 4 acabava de receber uma nova família, que vivia numa zona de risco na Samba. Nem queriam acreditar que estavam alojados numa casa nova e com todas as comodidades. O bairro tem mais uma família feliz.

Constância António estava visivelmente satisfeita pela nova casa. Morava em condições difíceis na Samba, porque a zona tinha muitos problemas de saneamento e constantes inundações no tempo da chuva. Os filhos ficavam doentes porque brincavam nas águas pantanosas dos esgotos.

Algumas casas do Zango 4 estão ainda encerradas para obras de vedação do quintal, colocação de mosaicos, construção do reservatório de água e os alpendres.

Água e escolas

As crianças estão sem actividade por falta de escolas e locais de lazer. Mas no próximo ano lectivo tudo vai mudar para melhor.

Isabel Diogo disse que, há um mês, antes de ser transferida para o Zango 4, os filhos estudavam numa escola do ensino primário, no Cazenga. No Zango vão ter igualmente uma escola para estudar.

Afirmou que os seus filhos e outras crianças do bairro perderam o ano lectivo, mas no próximo ano acabam por recuperar o tempo perdido. O importante foi encontrar um lar para os filhos, com todas as condições de higiene.

"Os encarregados de educação que têm familiares próximo das escolas, deixaram os filhos no Cazenga, para concluírem o ano lectivo", disse Isabel Diogo.

A tarde de segunda-feira é reservada para as donas de casa lavarem a roupa. Dália António e Edvânia dos Santos não ficaram de fora desta jornada caseira.

“Consegui água durante a madrugada na zona das casas azuis, porque na nossa área estamos sem água”, salientou a jovem Dália.

“Na semana em que viemos morar para cá, tivemos água com regularidade, mas agora temos de transportar água do outro sector, onde a água jorra neste período”, acrescentou Edvânia.

O bairro precisa de um mercado, para evitar que os habitantes se desloquem aos mercados distantes para adquirir bens de consumo. Está prevista a criação de mercados de bairro e outros equipamentos para o comércio de proximidade. Mas para já a única oferta está na venda ambulante.

Lourenço Virgílio, 48 anos, gestor de recursos humanos do Hospital dos Cajueiros, em Luanda, mora há dois meses no Zango 4.

Virgílio não esconde a sua satisfação pela nova casa que recebeu no Zango. “Morava nas imediações do Mercado dos Kwanzas e quando chovia não tínhamos acesso à viatura, mas aqui, no Zango, não volto a ter este problema”, referiu com satisfação.

O bairro precisa de uma esquadra e policiamento regular nas ruas e melhorias no abastecimento de água. As autoridades estão a tratar de colmatar as dificuldades. Em breve abre no Zango 4 uma esquadra policial e até lá, os agentes de outras esquadras fazem o policiamento de proximidade.

Lourenço Virgílio, quanto à falta de escola, deixou um recado ao Ministério da Educação no sentido de ser construída, para que no próximo ano lectivo as crianças em idade escolar sejam matriculadas.

As casas do Zango 4 têm três quartos, uma sala, cozinha e casa de banho. Um pequeno quintal serve para o convívio.

O Zango 4 conta com as instalações dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cidadão (SIAC). Mas está prevista para breve a instalação de todos os serviços públicos. A primeira prioridade é a abertura das escolas de todos os graus de ensino, porque a população dos bairros é muito jovem.

Iluminação pública

A zona não tem problemas de energia e as ruas estão iluminadas, o que contribui para o registo de poucos casos de criminalidade. O lixo é recolhido com regularidade por uma empresa de limpeza.

O bairro está sem hospital e os moradores são obrigados a deslocar-se aos hospitais da cidade.

O bairro continua a crescer num ritmo acelerado. Várias máquinas fazem os arruamentos e os operários erguem novas casas sociais.

Em Maio deste ano, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, testemunhou o arranque das obras de construção do projecto habitacional do Zango 5, que prevê a edificação de dez mil habitações sociais. O Executivo pretende contemplar os cidadãos com lotes de terrenos e materiais para a construção de casa, no âmbito de um programa de autoconstrução.

6.10 Alienação fiduciária é tema de seminário

Jornal de Angola
06 de dezembro de 2011

O Ministério da Justiça realiza hoje num seminário sobre “alienação fiduciária-trocas de experiências com a República Federativa do Brasil”.

O seminário, cuja sessão de abertura é presidida pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, decorre sob o lema “a justiça face ao desenvolvimento do sector imobiliário.

No encontro devem ser abordados temas como “a estrutura do contrato de compra e venda de imóveis para entrega futura”, “acções judiciais para rescindir contratos imobiliários ou executar os créditos imobiliários e alienação fiduciária de um bem imóvel” e “apresentação do anteprojecto de Lei de Alienação Fiduciária em Angola.

No encontro, em que vão ser apresentadas as experiências de Angola e do Brasil, devem ser recolhidos os contributos para o anteprojecto de Lei de Alienação Fiduciária no país.

O discurso de encerramento é proferido pela ministra da Justiça, Guilhermina Prata.

6.11 Complexo habitacional nos arredores da cidade

Jornal de Angola
07 de Dezembro de 2011

O governador de Malange colocou, na segunda-feira, a primeira pedra de um conjunto de 111 casas, que começam em Janeiro a ser construídas, nos arredores da capital da província, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

As casas, a erguer no bairro Yanvala do Meio, numa área de nove mil hectares de terra reservada pelo governo

provincial, têm três quartos, duas salas, outras tantas casas de banho, cozinha e dispensa.

Na mesma reserva -fundiária, disse Boaventura Cardoso, o governo provincial vai distribuir lotes de terreno para autoconstrução dirigida e para empresas imobiliárias que pretendem investir no ramo. O novo bairro, anunciou o governador, vai dispor de áreas comerciais e equipamentos sociais que vão mudar por completo a vida das populações. Boaventura Cardoso referiu que há meia dúzia de empresas que manifestaram interesse em investir nesta zona. O vice-governador provincial para o sector técnico e de infra-estruturas, Conceição Cristóvão, revelou que uma das novas centralidades vai ser construída na reserva fundiária da Katepa.

“Neste momento estão a ser criadas as condições para que sejam construído no local várias residências sociais que vai mudar a vida da população, muitos deles a viverem em condições péssimas”, disse.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação tem o objectivo de melhorar a qualidade de vida da população.

6.12 Executivo prepara diploma sobre o crédito à habitação

Jornal de Angola

07 de Dezembro de 2011

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, anunciou ontem, em Luanda, que o Executivo pretende aprovar a Lei da Alienação Fiduciária para resolver a problemática do crédito à habitação.

A legislação, segundo o ministro das Finanças, que falava no seminário sob o lema “A justiça face ao desenvolvimento do sector imobiliário”, vai introduzir e operacionalizar a figura jurídica da “alienação fiduciária” no ordenamento jurídico angolano.

A medida, disse o ministro Carlos Lopes, enquadra-se no Programa do Executivo para resolver as dificuldades de acesso à habitação. O ministro das Finanças garantiu que a Lei da Alienação Fiduciária vai facilitar a entrada de capitais externos para financiar a compra de habitação e desobrigar o Estado de grandes volumes de subvenções aos financiamentos, libertando capitais públicos para outros fins.

A lei, disse Carlos Lopes, vai permitir a arrecadação de mais impostos, fortalecer o crédito imobiliário e incentivar o aumento da indústria nacional ligada ao sector imobiliário. Carlos Lopes garantiu que a lei vai dar mais garantias nas operações imobiliárias, diminuir de forma drástica o incumprimento e aumentar a concorrência entre os bancos e a consequente redução dos juros. O ministro das Finanças defendeu a necessidade de refor-

çar a relação entre o sistema financeiro e o sector imobiliário de forma a contribuir para a solução das questões do crédito à habitação.

O ministro das Finanças afirmou que se impõe a adopção de medidas legislativas que assegurem às instituições financeiras, públicas ou privadas, o pleno acesso aos mecanismos e instrumentos legais, sem qualquer privilégio ou restrição, na protecção dos seus activos no mercado imobiliário.

“Tais medidas são fundamentais para o país, pois elas não se destinam somente à protecção dos bancos, mas sim à defesa da saúde e da eficiência da actividade de intermediação financeira”, referiu.

O empresário brasileiro Cléber Correia afirmou que a Lei da Alienação Fiduciária pode ajudar a resolver de forma célere “casos de incumprimento do devedor do crédito à habitação que os Tribunais levariam muito tempo a decidir”.

A instituição desta figura jurídica, disse Cléber Correia, vai estimular o interesse dos bancos na concessão de crédito à habitação e baixar os juros.

6.13 Parceiros assinaram o contrato

Jornal de Angola

07 de Dezembro de 2011

O Instituto Nacional de Habitação e a empresa chinesa ‘Golden Nest’ assinaram um contrato para a construção de 188 edifícios habitacionais na urbanização do Panguila, anunciou, ontem, em Luanda, o Ministério do Urbanismo e Construção.

Os edifícios, de quatro pisos, com 16 apartamentos cada um, refere uma nota daquele Ministério, vão ser construídos numa área que contempla zonas de serviço e infra-estruturas de água, de energia e de saneamento.

O projecto é executado, de forma faseada, num período de cinco anos. O parceiro privado assume a componente financeira, cerca de 300 milhões de dólares, e o Estado angolano é responsável pela componente institucional.

O ministro efectuou segunda-feira uma visita ao Panguila, onde garantiu que nos próximos tempos I o

Executivo vai acelerar o processo

de construção de mais residências I para que as famílias que ainda habitam numa mesma residência possam viver condignamente.

Durante a sua estada de cerca de sete horas no Bengo, o ministro visitou igualmente o projecto de construção da centralidade de Capari e as reservas fundiárias do Sassa Caria e das Mabubas.

6.14 “Luanda é uma metropole do futuro

Jornal de Angola

07 de Dezembro de 2011

Representante de uma das maiores empresas mundiais de arquitectura, a Snohetta, Robert Greenwood, depois de visitar Luanda, considerou a capital angolana “uma metrópole do futuro”, sobretudo pelas suas características naturais.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Robert Greenwood afirmou que o clima da cidade de Luanda, a sua vegetação e a sua proximidade com o mar fazem dela um espaço privilegiado para grandes obras de arquitectura. Na sua visão, esses elementos são suficientes para que Luanda não tenha necessidade de ser reprojectada em termos de um grande plano director, a menos que os musseques se transformem numa rede de centros urbanos.

“Esses bairros devem criar espaços públicos, onde as pessoas possam interagir social e culturalmente”, referiu o arquitecto.

Robert Greenwood disse que, à medida que a cidade de Luanda se desenvolve, é necessário ter em conta, cada vez mais, as suas características naturais. “A escassez de espaços verdes em Luanda sugere mais investimentos nessa vertente”, declarou o arquitecto, afirmando que os esforços que o Executivo angolano está a fazer para tornar as cidades mais verdes são um passo positivo. O especialista Robert Greenwood disse que a sua empresa está, fundamentalmente, virada para a construção de obras com pendor cultural e interessada em particular no processo de desenvolvimento de Angola, “neste período excitante da sua história”.

6.15 Caixa de Segurança Social anuncia construção de casas

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2011

A Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA) está a trabalhar em projectos que vão contribuir para minimizar a carência habitacional dos seus pensionistas, anunciou ontem, no Huambo, o director da instituição.

Ao discursar na inauguração da delegação da Caixa de Segurança Social da FAA no Huambo, em representação do ministro da Defesa Nacional, o general João Luís Neto disse que o programa deve abranger militares ainda no activo, deficientes de guerra e funcionários da instituição.

O objectivo, acrescentou, é ajudar o Executivo no seu esforço para proporcionar condições habitacionais aceitáveis. “As tarefas fundamentais destas delegações inscrevem-se no registo e inscrição de todos os militares já reformados desde 1998 ao abrigo da ordem de licenciamento à reforma e as viúvas e órfãos, desde que apresentem documentação comprovativa”, realçou.

João Luís Neto reconheceu o papel preponderante desempenhado pela província do Huambo na conquista da paz em Angola e adiantou que, pelo seu desempenho na conquista da paz, a província alberga um número considerável de pensionistas, o que tem merecido uma grande atenção por parte do Ministério da Defesa. O vice-governador do Huambo para o sector económico, Henrique Barbosa, elogiou a iniciativa do Ministério da Defesa na construção de infra-estruturas, para apoiar os cidadãos que em momentos difíceis da história do país sacrificaram-se pela soberania nacional.

Opinião semelhante foi manifestada pelo delegado provincial da Caixa de Segurança Social das FAA no Huambo, tenente-general Arão Chitekulo. O oficial superior acredita que, com a entrada em funcionamento da delegação, os pensionistas vão, mais facilmente, resolver os seus problemas.

Na província do Huambo, a delegação da Caixa de Segurança Social das FAA tem mais de 6.600 pensionistas inscritos. Outras províncias com delegações da caixa são Cabinda, Malange, Benguela, Huambo, Bié, Moxico, Lunda-Norte, Namibe, Huíla e Kuando-Kubango.

A Caixa de Segurança Social das FAA é uma instituição pública sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, vocacionada para o atendimento e protecção social dos militares desmobilizados, na reserva, antigos combatentes, viúvas e órfãos dos efectivos já falecidos.

6.16 Inauguradas casas sociais da juventude

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2011

O vice-governador da província do Kuando-Kubango para os serviços técnicos e infra-estruturas, Simão Baptista, inaugurou quarta-feira, na cidade de Menongue, 48 casas sociais, no quadro do “Programa Angola Jovem”.

As casas, do tipo T-3, foram construídas no bairro 14 de Abril e estão avaliadas em 40 mil dólares cada. Os beneficiários amortizam este valor no Banco de Poupança e Crédito (BPC), num período de 20 anos. Simão Baptista

salientou que o Executivo continua a trabalhar em prol do bem-estar social da juventude, razão pela qual está prevista, para o próximo ano, a construção de mais 4.500 casas sociais, para beneficiar em primeiro lugar dos jovens. “E nossa preocupação atenuar cada vez mais o défice habitacional no seio da juventude e da população da província em geral, com a construção de mais casas sociais na região”, disse.

Simão Baptista informou que no bairro não existe ainda água potável nem energia eléctrica, situação que o vice-governador prometeu resolver em breve, assim como a construção de um posto policial.

O director provincial da Juventude e Desportos, Manuel Franessa, anunciou que está em curso a construção de mais 60 casas sociais, no bairro 14 de Abril, no quadro do “Programa Angola Jovem”, cuja conclusão está prevista para 2012. Manuel Franessa anunciou também que está prevista para 2012 a construção de 80 casas sociais nos municípios do Cuito Cuanavale e Cuchi, sendo 40 residências para cada uma das localidades.

O director provincial realçou que com este projecto, o Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos, quer melhorar substancialmente as condições de vida e bem-estar social dos jovens.

Redução dos preços

Alberto Kalupia, um dos beneficiários das 48 casas sociais do bairro 14 de Abril, agradeceu o gesto do Ministério da Juventude e Desportos e defendeu uma redução nos preços das residências.

O beneficiário acrescentou que os compartimentos das residências inauguradas são muito pequenos para um jovem que no futuro queira constituir família.

Outra questão que inquieta os beneficiários é o facto de as casas não estarem mobiladas; ao contrário do que estava previsto.

“É necessário que o Ministério da Juventude e Desportos reveja bem estes pormenores, porque muitos jovens querem desistir das casas em virtude do preço não corresponder às condições que as mesmas apresentam”, frisou Alberto Kalupia.

6.17 Empresa ganha prémio internacional

Jornal de Angola
08 de Dezembro de 2011

A Plus Art Arquitectos, Integrada apenas por técnicos angolanos, foi premiada pelo “The International Property Awards”, numa gala realizada no Dubai (Emiratos Arabes Unidos).

O facto de uma empresa angolana ser reconhecida

internacionalmente por uma instituição de renome e visibilidade mundial é digno de realce. De acordo com uma pesquisa e contactos da empresa na Ordem dos Arquitectos Angolanos, é a primeira vez que angolanos com projectos de arquitectura realizados no país obtêm uma distinção ou prémio internacional.

Na gala, apenas mais um “atelier” africano (das Ilhas Maurícias) foi galardoado, num evento onde dominaram ingleses e indianos.

“Neste âmbito, este acontecimento parece-nos de extrema relevância e de interesse nacional, na medida em que engrandece o nome do país além fronteiras e enaltece o ego de todos os profissionais angolanos, quer no panorama da arquitectura, quer noutros domínios”, sublinha um comunicado da organização. A Plus Art Arquitectos, com sede em Luanda, participou com dois projectos no concurso internacional “The International Property Awards”, que, em associação com a Bloomberg Television, está aberto a profissionais do ramo imobiliário. O concurso “The International Property Awards” realiza todos os anos uma gala internacional, onde, após a apresentação de candidaturas, um júri internacional selecciona e promove a nomeação por categorias. “É com orgulho que a Plus Art Arquitectos, empresa de direito angolano, composta apenas por técnicos angolanos, foi premiada pelo “The International Property Awards”, no dia 17 de Novembro de 2011”, destaca o comunicado.

6.18 Nova centralidade transforma Vila do Dundo em cidade

Jornal Continente
09 de Dezembro de 2011

Outro projecto “gigante” que está a ser erguido na província é a Nova Centralidade, igualmente, uma iniciativa presidencial, cuja primeira fase terá o seu fim, em Setembro do próximo ano.

No total serão construídos 504 fogos, para acolher trinta mil e 24 moradores. As residências estão a ser erguidas numa área de 500 hectares com estruturas de apoios como centro de saúde, campo de futebol, centro comercial, área de lazer e outras. Os edifícios têm 12, 9, 6 e 3 andares, respectivamente, comportando casas T 5, T 4, T 3 e T 2. As obras resultam da linha de crédito chinês, e estão a cargo da empreiteira chinesa PAN - China, com experiência em vários países africanos, entre eles a Zâmbia, onde foi construído um estádio de futebol e um aeroporto. Para se cumprir com os prazos previstos, para além da disponibilidade do material de construção, tudo proveniente directamente da China, foram contra-

tados dois mil e 500 chineses e mil e 500 angolanos. Segundo apurou este jornal, 150 camiões de longo curso fazem diariamente o troço, Luanda/Dundo, transportando o material proveniente daquele país asiático, e como destino o Porto de Luanda. Esta operação é das principais dificuldades apontadas pela empreiteira que está disposta a apresentar a obra nos prazos estabelecidos. Quanto ao arranque da segunda fase, de acordo com fonte da empresa, tudo vai depender do Governo angolano. Com a construção da Nova Centralidade, a vila do Dundo será guindada à cidade, uma vez que as infra-estruturas herdadas da desanexação da antiga Lunda (que comportava as Lundas norte e sul) não lhe permitiam esta categoria.

A Lunda-Norte foi desanexada da Lunda-Sul em 1978, sendo das províncias mais jovens do país. Durante este

6.19 Imoluanda factura 50 milhões USD em vendas e abre perspectivas para novos investimentos imobiliários

Jornal Expansão

09 de Dezembro de 2011

A Imoluanda SA vendeu, até ao momento, as 25 moradias de "alto padrão", desde o lançamento do projecto, Condomínio Imolunda Residências Contemporâneas, em finais de 2009, sendo que as primeiras habitações deverão ser entregues no primeiro semestre de 2012.

Segundo a porta-voz da Ykoncult, empresa que comercializa o referido imóvel, Petra Fernandes, essas moradias foram vendidas por valores que rondam os 2 milhões USD. Este dado indica que a empresa facturou, no referido período, pelo menos 50 milhões USD.

"Estes valores podem estar próximos dos reais, embora as disponibilidades correspondessem a dois tipos de moradias de alto padrão, nomeadamente, de um e dois pisos", afirmou a responsável.

As referidas moradias fazem parte de um condomínio localizado na região nobre de Talatona (Luanda). Trata-se de um projecto de arquitectura contemporânea, fechado, com cerca de 5 hectares. O condomínio está inserido numa parcela de terreno com 50 800 m², constituído por 165 unidades, entre as quais, 25 residências do tipo T5 e 140 apartamentos divididos em 4 edifícios de 6 andares (R/C + 5 pisos) TI (104 m²), T2, T3 e T4.

Os apartamentos estão a ser comercializados a preços que variam entre os 400 mil USD e 600 mil USD. Petra Fernandes assegura que os imóveis estão a ser comercializados por 4500 USD, o metro quadrado, sendo o

mais baixo, comparativamente aos outros imóveis da concorrência".

De acordo com o director-geral da Imoluanda SA, Joaquim Moutinho, o Condomínio Imoluanda Residências Contemporâneas resulta de um investimento de aproximadamente 100 milhões USD, financiado pelo recurso a capitais próprios da promotora e através do apoio bancário. Segundo uma fonte ligada à comercialização do imóvel, as vendas estão previstas num total de 165 milhões USD.

Joaquim Moutinho afirmou que as vendas do projecto continuam sob a mediação da imobiliária Ykonsult, quer presencialmente, através de um stand colocado no local da empreitada, quer virtualmente através da imprensa, spots publicitários e outdoors.

"A Imoluanda está consciente da vitalidade e florescimento da sociedade angolana. Entende que a dinamização de um projecto de elevada qualidade, em que a componente residencial é reforçada pelo lazer e pelo equilíbrio ambiental, permite estabelecer um marco de actuação no mercado imobiliário nacional, com forte impacto na sociedade", assegurou o gestor.

Sobre a Imoluanda

A Imoluanda SA é uma empresa imobiliária controlada pelos empresários Américo Amorim e Isabel dos Santos. Esta sociedade está a promover o seu primeiro condomínio habitacional no País. Américo Amorim e a empresária angolana Isabel dos Santos repartem, em partes iguais, 70% do capital da Imoluanda. Os restantes 30% são detidos por accionistas fundadores do Banco BIC. O imóvel recebeu o prémio de melhor projecto internacional 2011, no último Salão Imobiliário Internacional de Lisboa. Entretanto, o Expansão constatou que as obras de execução estão em fase adiantada, entrando agora para a fase de acabamentos. A par do projecto em apreço, a Imoluanda detém em carteira outros activos de investimento que espera dinamizar num futuro próximo, tanto em Luanda quanto nas demais províncias de Angola. Por exemplo, arrancou recentemente com um projecto habitacional na cidade do Lubango (Huíla).

6.20 Financiamento bonificado barrado a famílias com rendimentos acima dos 3600 USD

Jornal Expansão
09 de Dezembro de 2011

As famílias com renda média-baixa poderão ver facilitado o acesso ao crédito à habitação para aquisição ou construção, em Angola, através dos regimes gerais de crédito e de crédito bonificado, atesta o regulamento do crédito à habitação recentemente publicado em Diário da República.

De acordo com o documento, à semelhança do que ocorre noutros países, o agregado familiar passa a ser um instrumento chave para a aquisição de crédito com taxas de juros bonificadas.

Entretanto, segundo o documento, as famílias cujo agregado familiar seja superior a 361200Kz (equivalente em dólares a cerca de 3600 USD, considerando a taxa de câmbio em vigor) não terão acesso às taxas de juros bonificadas.

“Não podem aceder ao crédito bonificado os agregados familiares cujo rendimento mensal seja superior ao salário mínimo da função pública multiplicado por 42 meses”, lê-se no documento.

Esta medida, segundo analistas, deverá facilitar o acesso ao crédito para a construção ou aquisição de habitação, por parte das famílias mais carenciadas, uma vez que o pagamento deste crédito deverá ser em menos de 30 anos.

De acordo com o artigo 12.0 - no âmbito do programa de fomento à habitação - têm direito de preferência na aquisição de habitação própria permanente aqueles que tenham constituído até à data uma conta poupança-habitação aprovada pelo montante mínimo de 10% do valor.

Outra medida levantada para o acesso ao crédito é que os bancos estão autorizados a conceder, para a primeira prestação, apenas até 40% do valor da prestação inicial, sendo que as instituições financeiras estão ainda autorizadas a conceder empréstimos intercalares para pagamento do sinal ao vendedor da habitação ou para aquisição de terreno ao abrigo do crédito bonificado até 20% do valor total do imóvel ou terreno por um prazo não superior a um ano. Isto desde que o agregado familiar realize pelo menos 10% do valor total.

Venda de casas adquiridas a crédito

O regulamento sobre o crédito à habitação cria muitas elevadas que dificultam a especulação imobiliária. De acordo com o documento, o cidadão ou família que

beneficie do regime de crédito bonificado não poderá vender as casas adquiridas a partir de taxas de juro bonificadas sob pena de, em caso de desobediência da regulamentação, reembolsar a instituição financeira bancária do montante das bonificações usufruídas acrescido dos juros legais em vigor.

O valor reembolsado deverá ser devolvido pelas instituições financeiras ao Ministério das Finanças, entidade gestora do fundo de fomento habitacional, instrumento por via do qual o Estado angolano vai facilitar as bonificações para aquisição de habitação, entre outras garantias.

Vale salientar que este jornal noticiou em finais de Dezembro que o Executivo planeava obstaculizar a especulação imobiliária com a criação de medidas que viessem a impedir que os cidadãos adquirissem casas ou terrenos apenas com o objectivo de depois desfazer-se delas a preços especulativos. Medida tomada agora com o surgimento do regulamento do crédito à habitação.

6.21 Executivo expande relação com sector imobiliário

Semanário Factual
De 10 a 17 de Dezembro de 2011

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, destacou, na terça-feira, 6, em Luanda, o Executivo ter presente a necessidade de ampliar o relacionamento do sistema financeiro com o sector imobiliário, de modo a contribuir de forma mais intensa para a solução das grandes questões do País, em especial do crédito à habitação.

O propósito da nova figura jurídica não se destina somente à protecção dos bancos, mas também à defesa da saúde e da eficiência da actividade de intermediação financeira.

O ministro, que falava durante a abertura do Seminário sobre Alienação Fiduciária - Trocas de experiências com a República Federativa do Brasil, sob Lema “A Justiça face ao Desenvolvimento do Sector Imobiliário”, adiantou que o mesmo Vai permitir a reflexão da introdução da figura jurídica da alienação fiduciária no nosso ordenamento jurídico e a sua operacionalização.

“A contribuição prestimosa para a resolução da problemática do crédito à habitação é o escopo principal da figura da alienação fiduciária.

Afirmou que o Executivo tem presente a necessidade de ampliar o relacionamento do sistema financeiro, com o sector imobiliário, de modo a contribuir de forma mais intensa para a solução das grandes questões do País, em especial do crédito à habitação.

Nesse sentido, impõe-se a adaptação de medidas legislativas que assegurem a todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, o pleno acesso a todos os mecanismos e instrumentos legais, sem privilégio ou restrição na protecção dos seus activos no mercado imobiliário, visando sempre o interesse do beneficiário final dos serviços e operações bancárias.

“Essa nova percepção reforça a nossa convicção de que tais medidas são fundamentais para o País, pois elas não se destinam somente à protecção dos bancos, mas também à defesa da saúde e da eficiência da actividade de intermediação financeira que coloca, afinal, o particular de um lado e o credor de outro, sendo o banco apenas o gestor dessa intermediação”, frisou.

6.22 Casas do bairro da juventude ficam concluídas já em Abril

Jornal de Angola
10 de Dezembro de 2011

O chefe da repartição municipal da Juventude e Desportos, Miguel de Jesus, informou ontem que a construção do bairro social da juventude, no município da Chibia, província da Huíla, em curso desde Agosto deste ano, encontra-se na ordem de 80 por cento.

O responsável afirmou, em declarações à Angop naquela circunscrição, que 32 das 40 moradias do tipo T-3 estão concluídas e as restantes oito estão na fase de estruturação das suas bases.

Miguel de Jesus referiu que os técnicos da empresa que executa a empreitada encontram-se a instalar a rede eléctrica e de canalização de água nos diferentes compartimentos, para posteriores trabalhos de acabamento. Miguel de Jesus afirmou que as obras têm término previsto para Abril de 2012, mas não revelou custos. As casas, além de três quartos, têm uma sala comum, casa de banho, cozinha, quintal e estão a ser construídas no âmbito do programa “Angola Jovem”, realizado pelo Executivo em todo o país, com vista à melhoria das condições socioeconómicas da juventude.

6.23 Novas cidades erguidas nos arredores do Lubango

Jornal de Angola
11 de Dezembro de 2011

Nas zonas da Quilemba e da Eywa, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, vão nascer duas urbanizações, com capacidade para acolher 1.400 habitantes. Ontem, foi lançada a primeira pedra do projecto de

construção da urbanização da Quilemba, com onze mil fogos habitacionais para cerca de 700 mil habitantes.

O lançamento da primeira pedra do projecto foi feito ontem pelo secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo “Dino Matross”. Enquadradas no projecto “Rede de Angola”, as obras de construção da urbanização da Quilemba começam a ser executadas no princípio de Janeiro do próximo ano e devem durar cerca de 24 meses.

O director-geral do grupo chinês CITIC em Angola, Cui Jiming, anunciou a construção de edifícios de dois a cinco andares, semelhantes aos da urbanização do Kilamba, em Luanda. O representante da CITIC em Angola garantiu que a construção vai oferecer emprego a cinco mil jovens. Cui Jiming disse que estão já criadas as condições técnicas, materiais e humanas.

O governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, afirmou, no acto de lançamento da primeira pedra, que o projecto está enquadrado no programa de expansão da cidade do Lubango.

O governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, disse que a urbanização da Eywa vai albergar 700 mil habitantes e estará ligada, por estrada, à Quilenda.

6.24 Lançadas fundações para novos edifícios

Jornal de Angola
12 de Dezembro de 2011

Os três edifícios de 18 andares que estão a ser erguidos desde Junho deste ano no Bairro Operário, em Luanda, encontram-se na fase de lançamento das fundações, constatou ontem a Angop.

A construção dos edifícios C6m apartamentos T2, T3 e T4 está a ser feita num espaço de 20 hectares localizado atrás da escola Anangola.

Elaborado em 2004, o projecto de modernização do Bairro Operário visa melhorar as condições de habitabilidade, com a introdução de comunidades devidamente planificadas, com densidades apropriadas, respeitando os padrões urbanos e paisagísticos.

Fonte da administração do Zambiana reafirmou que a empreitada decorre dentro dos parâmetros estabelecidos. “Penso que tudo está a correr bem”, disse a mesma fonte da administração do Sambizanga, que já começou a fazer o registo dos moradores do Bairro Operário, para que se saiba quantas pessoas vivem no emblemático bairro. O projecto de modernização abrange todos os bairros do antigo município do Sambizanga.

6.25 Imobiliário quer ser a intermediária na negociação de crédito à habitação

Jornal de Angola

12 de Dezembro de 2011

A empreiteira Kora Angola vai intermediar as negociações para crédito à habitação entre instituições bancárias e pessoas interessadas em adquirir moradias do programa "Meu sonho, minha casa", soube sexta-feira a agência de notícias Angop de fonte oficial.

A Kora-Angola, em parceria com Executivo, é responsável pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40 mil fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié (7.000), Huambo (12.000), Moxico (3.000), Kwanza-Sul (5.000), Uíge (7.000) e Luanda (6.000).

A fonte informou que a venda das primeiras moradias sociais vai ter início no primeiro trimestre de 2012 e de acordo, a ser feito com os bancos, vai basear-se JIO Fundo de Fomento Habitacional, que pretende disponibilizar crédito bonificado. As moradias, do tipo T3, vão ser geminadas e algumas vão estar em edifícios de dois a quatro andares. Numa primeira fase do projecto, cada habitação vai custar 55.600 dólares.

As moradias, diz a fonte, vão ser cedidas a pronto pagamento, mediante capitais próprios ou através de crédito bancário.

A empreiteira vai ter uma loja de vendas nas províncias em que se encontra o projecto imobiliário, para poder receber os clientes e esclarecer quaisquer dúvidas relacionadas com o projecto.

O projecto de construção de moradias sociais já está a ser desenvolvido neste momento nas províncias do Huambo, Bié e Luanda, restando as províncias do Kwanza-Sul, Uíge e Moxico.

6.26 Governo provincial entrega habitações sociais

Jornal de Angola

13 de Dezembro de 2011

O primeiro secretário do MPLA no Cunene, António Didalelwa, garantiu sábado, em Ondjiva, que o governo provincial vai distribuir cerca de 2.500 casas, ainda este mês, às famílias sinistradas pelas chuvas.

O também governador da província do Cunene garantiu que as beneficiárias são famílias que perderam as casas em consequências das chuvas entre 2008 e 2010.

Das residências, duas mil foram construídas no bairro Kashila 11 e em Onanhumba foram erguidas 500, para

serem distribuídas aos desalojados do centro de acolhimento de Naipalala II.

António Didalelwa, que falava durante o acto comemorativo dos 55 anos da fundação do MPLA, assinalado sábado, anunciou que o projecto de reabilitação das ruas da cidade de Ondjiva começa no dia 15. O político anunciou igualmente o reforço da capacidade de fornecimento de energia eléctrica à cidade de Ondjiva e arredores, a partir da vizinha República da Namíbia. O primeiro secretário do MPLA no Cunene, que anunciou a execução de vários projectos económicos e sociais a partir deste mês, apontou as conquistas do país em 36 anos de independência, sublinhando que estes esforços conseguiram melhorar a vida dos angolanos. António Didalelwa indicou os esforços para melhorar a assistência médica e medicamentos, a expansão da rede-escolar, a criação de institutos médios e superiores, bem como o aumento da produção interna, através do incentivo à agricultura e pecuária.

O responsável destacou o projecto de construção do canal de irrigação, já em curso desde 2010, a partir do rio Cunene, para contribuir para o desenvolvimento da província no sectores da agricultura, pecuária e fornecer água potável às populações das zonas rurais.

Malange

O primeiro secretário do MPLA em Malange anunciou que o governo provincial inicia, a partir de Janeiro do próximo ano, as obras de construção de cerca de 200 fogos habitacionais em todos os municípios. O também governador provincial garantiu a distribuição de lotes de terreno destinados à autoconstrução dirigida.

Boaventura Cardoso, que falava num comício que assinalou o 55º aniversário de fundação do MPLA, afirmou que a execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza tem melhorado a vida da população.

Entre as acções do Executivo, salientou a extensão do ensino superior à província, com a inserção dos cursos de medicina, enfermagem, pedagogia e de matemática, com o objectivo de formar quadros capazes de corresponderem às necessidades da sociedade local.

Distinções

O MPLA distinguiu ontem em Ndalatando 132 militantes com diplomas de diversas categorias e escalões, pelo contributo prestado ao partido. O primeiro a ser distinguindo, no acto que se enquadrou nas comemorações do 55.º aniversário da fundação do MPLA, foi o segundo secretário do partido no Kwanza-Norte, Domingos João Ferreira Pítito.

Recebeu a Medalha 17 de Setembro das mãos do primeiro secretário, Henrique André Júnior. Graciana

Eugénia Manuel Neves Caetano, Ivone Georgina do Carmo José, Maria Flaviano Gavião, Domingos Barros Gomes Boaventura e Domingos Francisco Alves também estão na lista das distinções.

Receberam as medalhas “Deolinda Rodrigues”, “Hoje ya Henda” e “Militante de Vanguarda”. Os deputados Daniel António e Maria Inácio, ausentes da cerimónia, foram representados pelos seus familiares. O primeiro secretário do MPLA no Kwanza-Norte lembrou que a entrega das medalhas acontece num momento em que o partido se prepara para enfrentar os próximos desafios eleitorais, no terceiro trimestre do próximo ano.

6.27 Governador garante casas para população

Jornal Angola

15 de Dezembro de 2011

O programa “Construção de 200 Fogos, para os Nove Municípios” é uma realidade a curto prazo, disse Eusébio de Brito Teixeira, governador de Kuando-Kubango.

Na reunião ordinária do Governo Provincial, na qual participaram os administradores municipais, Eusébio de Brito Teixeira pediu mais esforços na execução do programa de construção das habitações, cujos recursos financeiros se encontram disponíveis.

Eusébio de Brito Teixeira disse que os espaços para a execução dos 200 fogos foram garantidos pelo governo local e pelas administrações, que também garantiram a desminagem para que a execução do plano fosse possível. O governador do Kuando-Kubango afirmou que das missões atribuídas às Administrações Municipais, a construção de habitação exige dos administradores maior responsabilidade “para cumprimento deste grande-objectivo”.

Eusébio de Brito Teixeira recordou que há necessidade de uma gestão transparente, séria e responsável para promover o interesse público e melhorar a vida das populações. Participaram na reunião ordinária do governo provincial os administradores municipais.

6.28 Só termo de entrega

Jornal o paías

16 de Dezembro de 2011

Dois chefes de família abordados por este semanário disseram que nada justifica o elevado período de tempo que está a demorar o processo de titularidade, a menos que as autoridades lhes queiram mostrar, através disso, o seu desinteresse em passarem a propriedade das casas para os inquilinos.

O primeiro, que pediu anonimato para ambos, informou que tiveram apenas em sua posse um termo de entrega, que acusava a recepção das residências.

“Nessa escritura, anexámos outros documentos e demos entrada ao gabinete técnico, situado na área do Mausoléu, no bairro Azul, no então município da Ingombota”, explicou a fonte, reclamando o facto de, até hoje, não ter nenhum documento que lhe garanta a propriedade.

Por seu turno, o segundo preferiu aproveitar não dizer nada sobre o assunto, sob pretexto de o fazer assim que tivesse novas orientações do gabinete técnico, onde agendava presença na semana do fecho desta edição.

Apesar da sua cautelosa posição, o morado - o escondeu a sua tristeza causada pela falta do título. “Pensávamos até que havíamos de comemorar um ano de vida nos prédios no Zango com o título de propriedade nas mãos”, disse cabisbaixo, tendo recordado da festa que ele e seus vizinhos organizaram, na semana que antecedeu à da nossa reportagem.

Referiu ainda que a comissão de realojamento tinha considerado inoportuno conceder -lhes a documentação, na era da transferência, porque alguns apartamentos ainda não estavam concluídos e havia gente de outras proveniências para ocupar outras residências.

6.29 Um na sem título preocupa ex-moradores da Cuco

Jornal O PAÍS

16 de Dezembro de 2011

Famílias realojadas nos prédios do Zango, município de Viana, em Luanda, em Dezembro de 2010, manifestaram, Segunda-feira, 12, a sua preocupação devido à morosidade que se regista na concessão dos títulos de propriedade dos apartamentos que lhes foram entregues naquela ocasião.

Importa referir que, naquela altura, os referidos moradores tiveram de abandonar o prédio Cuca, no Quina xixi, no então município da Ingombota, por causa das más condições técnicas do edifício, que apontavam para pos-

sível desabamento do mesmo, de acordo com a opinião de alguns especialistas da área de construção.

Contra todas as expectativas e até mesmo dos desalojados, de acordo com os próprios, como foi o caso de Neusa Mendes, o destino atirou-os para os prédios de 14 andar do zango com melhores condições em relação às do anterior habitat.

Passado um ano, eles esperavam ter a documentação que lhes assegurasse a propriedade das casas onde vivem, mas sempre que tocam no assunto, aconselham-nos a manter calma, conforme revelou William Guedes do 7º piso, ao ponto de dizer que não lhe espantaria se, a dada altura, uma orientação superior pusesse fim à condição de residente do pessoal da Cuca.

“Quando nós perguntamos sobre os processos da nossa titularidade, eles dizem-nos para termos calma, porém sabem que, sem este documento, vivemos aqui muito inseguros, até porque eles dizem que este condomínio ainda não foi entregue” queixou-se, afirmando já ter ouvido que o destino dos ex- moradores da Cuca foi somente para responder a uma questão de emergência.

O morador ficou a saber também que o edifício pertence à Sonangol Imobiliária, sendo que o processamento do título de propriedade só será efectivo, quando a empresa resolver entregar, de forma oficial, o imóvel aos novos inquilinos.

No entender de William Guedes, a dúvida de permanência nos prédios, que já se tornou uma preocupação colectiva dos residentes, encontra razão de ser no facto de, até hoje, nenhum morador estar submetido ao pagamento de renda de casas.

Segundo apurou O PAÍS dos próprios habitantes, depois do realojamento, o gabinete técnico pediu documentos a fim de se tratar a titularidade das residências, um expediente devidamente remetido pelos primeiros inquilinos dos prédios do Zango, entretanto um ano não foi suficiente para dar tranquilidade aos remetentes.

“As casas não estão em nome dos moradores, por isso nós desconfiamos que ainda nos vão tirar daqui”, cogitou, assegurando que o colectivo dos prédios dirige sempre carta ao engenheiro Nelson, mas a resposta é sempre o silêncio.

Na altura da chegada dos ex-moradores do prédio Cuca ao Zango, o engenheiro Nelson foi a pessoa indicada por Bento Bento, actual governador de Luanda, para resolver as adversidades que viessem acontecer, já que aquele é o responsável do estaleiro dos chineses, localizado ao lado dos edifícios em causa.

Elevador, o dilema

Outra preocupação apresentada por uma boa parte dos residentes dos prédios do Zango teve a ver com o facto de eles estarem impedidos de utilizar o elevador, por razões que desconhecem, porque nunca ouve um pronunciamento oficial da parte da equipa técnica destacada nos edifícios.

“Em vez de os responsáveis do prédio delegarem os serviços de apoio aos moradores a alguns angolanos, meteram aqui chineses, com quem a nossa comunicação é bastante difícil”, criticou William, alegando que não tem faltado esforço para questionar esses estrangeiros sobre a interdição, de quem tem recebido simplesmente sinais de que o chefe lhes diz que o elevador não está bom.

Para contrariar essa justificação, os chineses utilizam o elevador sempre que precisam fazer um, trabalho nos andares mais cimeiros, como são os casos do 11º ao 14º, cujos apartamentos ainda não estão ocupados por qualquer família.

De acordo com o nosso interlocutor, cogitava-se que as residências desses pisos estavam destinadas aos moradores da zona do polígono florestal do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pesca, vulgo floresta do Quinaxixe, mas que estes as negaram por não serem equivalentes as suas consideradas vivendas.

Voltando à questão dos elevadores, um deles não teve receio em afirmar que os mesmos se encontra em condições operativas, só que apenas os chineses possuem os acessos, daí que os utilizam quando acham necessidade para tal, deixando os habitantes dos prédios ao sacrifício do sobe-e-desce.

Comissão mandou parar

Afinal, o que a maior parte dos inquilinos, que reclama pela falta de acesso aos elevadores, não sabe é que foi a própria comissão de moradores a orientar a interdição dos serviços.

“Verificámos que as crianças brincavam nos elevadores, entrando nos mesmos para subir e descer, o que, por si só, constituía um grave problema, devido aos constantes cortes de corrente eléctrica que se verifica na cidade de Luanda, então mandamos encerrá-los”, disse um dos membros da comissão, adiantando que a fonte alternativa dos edifícios não apagaria o trauma a que os petizes podiam estar submersos.

Para tornar credível a decisão que a coordenação tomou, o responsável fez alusão a repetidos episódios por si assistidos, que envolviam crianças do prédio a viajarem, através do elevador, manuseando elas próprias, os botões de comando.

“Acho que nenhum encarregado gostaria de voltar do trabalho, para acudir a um incidente em que a vítima fosse o seu filho”, calculou, convencido de que seus vizinhos preferem ver os miúdos descerem e subir as escadas ajudados por seus superiores.

Durante a ronda de O PAÍS pelos edifícios, algumas crianças de idades compreendidas entre cinco e oito anos foram encontradas a descer do 9^o e 7^o andares, para o rés-do-chão, a fim de brincarem no pátio situado entre os dois prédios.

Outras teoricamente mais novas e mais fracas limitavam-se a correr no pequeno espaço que separa as oito portas de cada piso, por não terem quem as guie no percurso cima a baixo, segundo disseram à nossa reportagem. “Quando nossos irmãos mais velhos chegarem da escola iremos lá para baixo”, disse uma das crianças de quatro anos de idade.

6.30 Novos planos urbanísticos apresentados ao governo

Jornal de Angola
16 de Dezembro de 2011

Os novos planos urbanos para a construção, no próximo ano, de 200 casas sociais em cada um dos 16 municípios da província do Uíge foram apresentados ao governo local, por empresas de construção civil. Durante a apresentação, na presença do governador Paulo Pombolo, as empreiteiras, que já efectuaram estudos topográficos nas reservas fundiárias da província, apresentaram os planos dos municípios de Cangola, Bungo, Quimbele, Maquela do Zombo, Mucaba, Puri, Sanza Pombo, Ambuíla, Dange-Quitexe e Uíge.

O governador Paulo Pombolo disse que “o programa visa melhorar as condições de habitabilidade das várias famílias que residem em zonas de risco e proporcionar a urbanização das novas centralidades, com todos os serviços sociais qualificados”. Paulo Pombolo recomendou à Direcção Provincial do Urbanismos e Habitação e às Administrações Municipais a trabalharem juntos e com mais celeridade com vista à conclusão do processo de pesquisa nas reservas fim diárias da província.

“É extremamente importante que as Administrações Municipais e o governo da província possuam um plano urbanístico que facilite o trabalho de ordenamento territorial, visto que nos últimos dias se tem verificado a construção anárquica de habitações na região”, afirmou governador do Uíge.

As empresas de construção, Paulo Pombolo pediu que se façam um trabalho cuidadoso e com elevados níveis de responsabilidade, para poderem cumprir os prazos estabelecidos. Participaram no acto de apresentação dos planos urbanísticos municipais, os vice-governadores da província para o sector económico e produtivo, infra-estruturas e habitação, e para o sector político e social, além dos directores provinciais, administradores municipais e convidados.

6.31 Outros problemas

Jornal O PAÍS
16 de Dezembro de 2011

Preocupada com as irregularidades que ocorrem nas residências do prédio onde vive, Ana começou por reclamar sobre a insegurança das fechaduras colocadas nas portas de cada casa.

“Há chaves de certos vizinhos que podem abrir mais duas ou três portas e, se o dono não for prudente, entrega a sua chave a alguém para assaltar no teu apartamento”, advertiu, denunciando algumas ocorrências do género, registadas no mês de Outubro.

Outra insuficiência é a do sistema de canalização da casa de banho, que não permite o uso regular, nem mesmo para o banho.

“Há casas onde tiveram de tirar tecto falso da casa de banho, por estar a gotejar água constantemente”, informou, lamentando-se da simulação de trabalho que os chineses fazem, quando são chamados a intervir.

Segundo Ana não se consegue tomar banho à vontade, muito menos fazer necessidade maior, porque a tubagem não evacua água nem qualquer tipo de excrementos. Por causa disso, ela e o seu pessoal de casa estão sujeitos a utilizar uma casa de banho alternativa, que preferiu não mostrar, devido às condições menos apropriadas.

Embora se considere leiga em matéria de canalização, Ana considera que a dificuldade da deslocação de qualquer substância dentro dos tubos se deve às curvas que os mesmos apresentam.

Para agravar a situação, os moradores informaram que uma das fossas já está cheia há mais de dois meses, porém nunca chegam medidas para o esvaziamento.

As falhas de energia eléctrica registadas de Outubro até então não passaram por despercebido na lista de reivindicações da moradora, que censurou a atitude dos chineses, que ligam o gerador alternativo, quando lhes aprazer.

“Quando eles querem vir ligar o gerador, vêm e, quando não querem, não vêm”, disse, assegurando que a segunda hipótese não afecta a secção dos asiáticos, que fica iluminada a tempo inteiro, quer seja com energia da rede geral, quer seja com luz da rede alternativa.

O horário implementado pelos chineses, no que ao abastecimento de água diz respeito, complica as contas de Ana e de outros moradores, cujas tarefas diárias exigem despertar cedo para o banho.

“Não podemos tomar banho de chuveiro antes das sete horas, -porque eles entenderam que só devem abastecer o prédio com água a partir das sete”, informou, considerando a medida desconstruída, uma vez que cada residência possui um contador que regista os gastos diários para orientar os pagamentos mensais.

Se de manhã vale o período entre as sete e as 11 horas, para se ver o precioso líquido a jorrar das torneiras, à tarde é necessário esperar-se pelas 14 horas, sendo que até antes das 17, os moradores têm de ter as reservas cheias, já que o período da noite não está contemplado no regulamento dos chineses.

Durante o mês de Dezembro, os moradores foram surpreendidos com o corte de água durante os dias seis, sete e oito, quando o comunicado da interrupção do abastecimento do líquido vital afixado nos prédios só se referia ao oitavo dia do último mês do ano em curso, soube este jornal da entrevistada, que avalia a total dependência dos chineses como sendo consequência da água do edifício depender dos reservatórios abastecidos por camiões-cisternas.

Muitos encarregados ainda se debatem com o esforço que seus filhos vão fazendo para chegar à escola, principalmente aqueles que não os transferiram para Viana, como é o caso da médica dentária Maria Alice Baptista Ginga. “Uma das grandes preocupações é a chegada tardia dos meus filhos, pois eles continuam a estudar na escola São José de Culuni, no Quinaxixe”.

6.32 BIC aposta no imobiliário e garante sucesso.

Novo Jornal

18 de Dezembro de 2011

Tendo como accionistas de referência os mesmos do próprio banco, o bic apresentou anteontem, em Luanda, o seu grande empreendimento no sector imobiliário, a Imoluanda - Residências Contemporâneas.

Este empreendimento situa-se a sul de Luanda, no centro de Talatona, próximo do centro comercial Belas Shopping, do Centro de Convenções e do SIAC. É um condomínio com um conceito exclusivamente residen-

cial, que privilegia a qualidade de vida e bem-estar dos residentes, com imensas zonas verdes, circuito pedonal, uma área de lazer com piscina, que se Junta às piscinas individuais de residências, bar, centro social, ginásio e “courb” de ténis. Além de se diferenciar pela sua arquitectura, distinguida com o prémio SIL 2011 (Salão Imobiliário de Portugal na sua 14.ª edição, como o melhor projecto internacional, este complexo habitacional de alta qualidade distingue-se, também, pelas suas janelas, rasgadas por enormes planos de vidro que garantem excelente articulação entre o interior e o exterior, os apartamentos dispõem de amplas varandas.

A fim de minorar o esforço de investimento dos potenciais interessados, durante a fase de construção a Imoluanda estabeleceu como plano de pagamento 20%, na assinatura do contrato, e o restante três meses após a entrega das chaves, fruto de uma parceria com o Banco BIC, que garante rapidez na aprovação e condições especiais de financiamento. A Imóveis - Mediação Imobiliária é a entidade responsável pela comercialização da “Imoluanda - Residências Contemporâneas”.

À pergunta sobre o risco de tão grande investimento em tempos de crise no mercado de habitação, o responsável pela empresa, Joaquim Moutinho apontou o sucesso que já se verifica na comercialização deste projecto:

As moradias estão quase todas adquiridas. Restam duas ou três de um total de 25. Quanto aos apartamentos as vendas também estão a correr muito satisfatoriamente, pois trata-se de habitações para outro tipo de público, para os quais criámos um conjunto de condições muito aliciantes. A qualidade da nossa construção é ímpar em Talatona. Apostámos na fiscalização sistematizada a cargo de equipas de engenharia da FICOP que nos garante absoluta segurança” referiu Moutinho.

A Imoluanda, SA foi criada em 2007 e o projecto de construção iniciado em 2010, prevê-se que esteja concluído em Junho do próximo ano.

6.33 Casa própria para os jovens

Jornal de Angola

20 de Dezembro de 2011

O vice-ministro da Juventude e Desportos entregou, ontem, nos arredores de Saurimo, 46 casas sociais aos candidatos apurados num sorteio realizado no âmbito do programa “Angola Jovem”.

Albino da Conceição afirmou que o número de casas entregues era insignificante face à quantidade de jovens que pretendem ter casa própria, mas garantiu que o programa nacional de habitação foi criado para solucionar o problema.

A governadora Cândida Narciso referiu que as casas são urna prenda de Natal para os contemplados, a quem recomendou o uso racional dos edifícios e “amor e solidariedade ao próximo, como exemplos a dar às gerações vindouras”.

6.34 Novas centralidades em Angola são construídas no mês de Janeiro

Jornal de Angola

23 de Dezembro de 2011

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca, garantiu ontem que oito novas centralidades vão ser construídas. O ministro fez esta declaração durante os cumprimentos de fim de ano.

As novas centralidades, que vão proporcionar habitação a milhares de famílias, são construídas nas províncias do Bengo, Zaire, Malange, Kuando-Kubango, Namibe, Benguela, Huíla e Lunda-Sul.

“Convidamos todos os parceiros a participarem na construção de infra-estruturas e habitações das diferentes tipologias previstas para estas centralidades, o que vai permitir o aumento de fogos”, referiu ministro.

No domínio da habitação, precisou, o Executivo aprovou vários instrumentos legais para facilitar o acesso dos cidadãos ao crédito habitacional e a normalização dos procedimentos para quem quer ter a oportunidade de ter casa própria.

O ministro referiu, também, que no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação está em curso a construção de mais 300 mil casas sociais em todo o país, materializando assim o compromisso que o Executivo assumiu “de forma clara e inequívoca, na componente da habitação social como responsabilidade sua”. Fernando da Fonseca anunciou que “está em fase adiantada, com a intervenção directa das administrações locais, a preparação de condições para a construção de 200 fogos por município, o que eleva claramente o nível de execução dos projectos, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação”.

Fernando da Fonseca sublinhou, também, que no âmbito da parceria público-privada está em curso a construção de 100 mil fogos habitacionais em projectos sob a responsabilidade de execução da 80nip e da Kora Angola.

“O Executivo reafirma o seu compromisso com a habitação social mas intervém, igualmente, na habitação da renda média, em defesa da dignidade desta classe, nem sempre beneficiada pelas opções já feitas”, disse o ministro.

O Fundo de Fomento Habitacional, frisou, começa a vigorar no próximo mês de Janeiro, com base num protocolo de garantia financeira no qual intervêm nove bancos comerciais que operam em Angola.

“O Fundo de Fomento Habitacional assegura 80 por cento do valor do imóvel, exercendo o papel de intermediação dos interesses em presença”, sublinhou o ministro Fernando da Fonseca.

6.35 Da política à construção com uma mão cheia de casas

Jornal ANGOLENSE

23 de Dezembro de 2011

Pouco depois do adeus temporário à política, com o vaticínio de uma UNITA em direcção ao abismo, Eduardo Chingunji surge com uma série de projectos habitacionais para a província de Benguela, ao abrigo dos quais deverão ser construídas entre cinco a dez mil casas até finais de 2012. A cargo da imobiliária GT Twapasuka (acordar), empresa angolana liderada pelo antigo militante do partido do “galo negro”, os projectos são um subsídio direccionado ao programa habitacional do Governo do MPLA, que prevê a construção de um milhão de casas em todo o país. Eduardo Chingunji, que pretende fazer jus à sua formação em Engenharia Civil, apresentou, há duas semanas, a casa modelo para o “Residencial Ombaka”, um dos vários projectos a executar. Construída em dezoito dias, a casa modelo está localizada no bairro do Luongo (Catumbela), mas é nas imediações do Estádio de Ombaka, bairro da Graça, arredores da cidade de Benguela, onde estarão as duzentas e trinta e uma casas nele inscritas. Destinadas à classe média, as moradias - do tipo T3 - apresentam como atractivo uma cozinha devidamente equipada, mobília de sala e uma suite. Cada casa custará cem mil dólares norte-americanos, definidos como “preço ajustado à nossa realidade”. No desvio do Dombe Grande e na área do futuro Aeroporto Internacional, nascerão os projectos “Dombe 21” e “Vitória Residencial”, com 280 e quatrocentas casas. De acordo com Eduardo Chingunji, o projecto do Dombe deverá avançar para 500 casas até Setembro de 2012, um mês após a conclusão de todos os outros ora anunciados.

«Estas e outras centralidades pretendem dar resposta às necessidades da juventude e de todos os cidadãos interessados em constituir família. Vamos trabalhar com a mesma disciplina de sempre», resumiu o Eng., certo de que o arranque não fugirá do próximo mês de Janeiro. Se a casa modelo foi erguida num espaço de 100 metros quadrados, já as do “Vitória”, para a classe média/alta, ocuparão uma extensão de 120 ou 130 metros

quadrados.”Temos uma tecnologia que não dispensa o cimento e o ferro, materiais que facilitam a construção de estruturas sólidas. Não fazemos casas pré-fabricadas», avisou.

6.36 Assumiremos as nossas eventuais falhas

Semanário ANGOLENSE
24 de Dezembro de 2011

Com o objectivo de obter uma reacção do “Bem Morar», o Semanário Angolense endereçou, no passado dia 14 de Dezembro, um E-mail a um dos responsáveis daquela empresa, identificado apenas por Ricardo. Depois de ter acusado a recepção, assegurou que o conteúdo seria respondido pelo seu compatriota Paulo Sodré, “o mais rápido possível».

No Sábado, este jornal foi informado que Paulo Sodré já não iria responder ao correio electrónico por ter sido desautorizado a fazê-lo, pelo que seria Toni Silva, director e um dos sócios do referido do projecto habitacional, a dar o rosto.

Eis o teor da entrevista:

1- *Tem conhecimento da existência de uma queixa-crime na Procuradoria-geral da República (PGR) contra a “Build Angola», por suposta burla?*

R- Não temos conhecimento, mas caso existir, não nos furtaremos em responder junto à Procuradoria-Geral da República, para assumirmos as nossas eventuais falhas.

2- *Existe um acordo com a petrolífera ESSO para a execução do “Bem Morar”?*

R- Existe sim um acordo com a Petrolífera Essa para execução de casas do Projecto Bem Morar, um acordo que faz parte de uma parceria que já vínhamos a discutir há mais de um ano e que só agora foi possível chegar a um entendimento. As formas e modalidades de gestão dos valores são da responsabilidade da empreiteira, desde que cumpridas todas as cláusulas do acordo de parceria. (Reservamo-nos no direito de não apresentar os pontos deste acordo).

3 -*Há informações de que o dinheiro disponibilizado pela ESSO destina-se apenas à execução das infra-estruturas básicas do “Bem Morar” e não para a conclusão das casas inacabadas nesse projecto*

R- Reserva-nos o direito de não divulgarmos o teor do negócio que efectuamos com a Essa, mas podemos afirmar que existe um acordo de financiamento para a construção de casas do projecto Bem Morar, onde algumas destas servirão para acudir a necessidades da nossa parceira.

4-*Corresponde à verdade a informação de que o dinheiro está a ser gerido pela ESSO e não pela “Build Angola”?*

R- Conforme afirmamos atrás, reservamo-nos no direito de não pormenorizarmos os pontos desse acordo em respeito a parceria que estabelecemos com a ESSO.

5- *Com que dinheiros pensam concluir “Bem Morar”?* 1, *já que muitos clientes não estão dispostos a libertar mais valores do seu bolso?*

R- No contrato mantido com os clientes do “Bem Morar” consta que estes deverão fazer os pagamentos parcelares, de acordo a evolução do projecto, pelo que os clientes estão informados da sua obrigação contratual para com o projecto, embora reconheçamos algum atraso.

Temos a informar que estão também em estado avançado os acordos com a nova empreiteira para o arranque das obras, o que nos dá algum fôlego para que estas sejam concluídas nos próximos tempos. No entanto, os clientes poderão discutir as formas de ressarcir ou concluir os pagamentos para aquisição das suas moradias. a “Bem Morar», em momento algum, fará entrega de moradias a clientes que aleguem atraso de entrega das casas e venham a reclamar o direito a estas, sem que sejam efectuados os pagamentos na totalidade.

6- *A que se devem as constantes mudanças de nome da vossa empresa: “Build Brasil”, “Build Angola”?*

R- Não corresponde à verdade esta informação segundo a qual fizemos várias mudanças de nome da nossa empresa, visto que isso foi feito uma única vez e é normal que se faça troca de nome em função do interesse da sociedade.

A realidade é que para quem não sabe, “Build” significa construir, em inglês, e no processo de constituição da empresa na sua fase inicial, ela foi denominada “Build Brasil», na qual faziam parte da mesma alguns sócios brasileiros e angolanos. Considerando que o projecto tem por objectivo acudir a necessidade dos angolanos entendeu a sociedade eliminar o nome Brasil e substituí-lo por Angola, deixando no caso de ser Build Brasil, passando a ser Build Angola, que significa Construir Angola. E interessa aqui dizer que BUILD não é nome de constituição, é apenas uma marca para dar ênfase ao projecto

7- *O Pelé investiu ou não dinheiro nesse projecto ou apenas “vendeu” a sua imagem?*

R- A figura emblemática de Pele aparece no projecto pelas boas relações que este tem com parte dos sócios da empresa, daí ele ter emprestado a sua imagem para o projecto Bem Morar. Pelé não é um investidor em Angola ou pelo menos não é neste projecto.

8- Há camponeses que se queixam, dizendo que não foram compensados financeiramente pela ocupação das suas terras...

R- É natural que isto esteja a acontecer, visto que os mesmos cederam os seus terrenos na base de um acordo que passava pela comercialização das casas, e estes só serem ressarcidos mais tarde. Existem queixas, mas não implica dizer que eles não serão pagos.

9- *De concreto, o que se está a passar com o projecto "Quintas do Rio Bengo"?*

R- A "Quintas do Rio Bengo" é também um projecto que como qualquer outro neste país não está isento de sofrer as alterações do mercado, ainda assim, ela segue o seu curso normal e nós a par de já termos feito a entrega formal com a cobertura da imprensa de algumas destas casas, elas continuam a ser entregues de forma faseada sendo certo que este projecto é mais um que veio para dar cumprimento ao apelo do governo na questão habitacional.

6.37 Lesados de "Bom Morar" apresentam queixa à PGR

Semanário ANGOLENSE
24 de Dezembro de 2011

Clientes do Projecto Habitacional "Bem Morar" decidiram endereçar, esta semana, uma carta-denúncia ao Procurador-geral da República (PGR), na qual apelam esta entidade para tomar medidas que visem pôr cobro a uma suposta burla de que terão sido vítimas, por parte dos proprietários da empresa "Build Angola."

Na missiva endereçada a João Maria de Sousa, os subscritores identificam o cidadão brasileiro António Paulo de Azevedo Sodré supostamente residente no Projecto Habitacional "Nova Vida», rua 17, casa nº 7, como um dos responsáveis do "Bem Morar», que se estará a furtar às responsabilidades contratuais da empresa imobiliária.

No documento, que eles denominam. Pedido de Acção Penal», os supostos lesados dizem ter sido enganados por uma intensa campanha publicitária», na qual esteve envolvido o Sr. Edson Arantes do Nascimento Pelé».

Os signatários queixam-se de que são passados mais de seis meses de incumprimento dos Contratos de Entrega das residências, muitas delas pagas na totalidade, e que até à data não se (conhecem os seus principais rostos (promotores/rostos), nem mesmo qualquer rosto credível que preste esclarecimentos conviventes aos lesados».

Os signatários, que receiam uma fuga por parte dos expatriados brasileiros, pedem a João Maria de Sousa para que tome medidas, com vista à (<reposição dos bens e direitos usurpados aos lesados".

6.38 Executivo ergue projectos estruturantes para garantir acesso ao sector imobiliário

Jornal de Economia e Finanças
27 de Dezembro de 2011

O sector habitacional continua a merecer uma atenção redobrada, a julgar pelos inúmeros projectos estruturantes que estão a ser levados a cabo. O Executivo angolano tem estado empenhado na promoção de projectos que visam fundamentalmente o crescimento do parque habitacional.

O projecto habitacional desenvolveu-se de forma satisfatória, tendo como principal eixo a estruturação e a evolução do sistema urbano. Destacam-se as várias fases de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), encabeçado pelo Executivo angolano, tendo entrado já numa fase intensa de realizações, com ênfase para a construção de novas cidades e centralidades nas províncias de Luanda, Bengo e Lunda-Norte. Numa altura em que a população a alojar a nível de todo o território nacional, segundo estimativas oficiais, é de 2 milhões, 100 mil 546 habitantes, através do PNUH em parceria com o sector privado, o Governo está a desenvolver vários projectos com destaque I para a habitação social e de média renda.

Em execução está a construção de infra-estruturas urbanísticas, em todas as capitais de províncias, com destaque I para a edificação de mais de, 350 mil fogos habitacionais I de diferentes tipologias, dos I quais mais de 210 mil são da responsabilidade exclusiva do estado angolano.

Apesar de alguns constrangimentos registados em algumas províncias, onde se verificaram atrasos nas obras devido à logística, os primeiros fogos habitacionais começam a ser entregues em 2012.

Ganhos

Com o objectivo de tomar célere o processo de aquisição de casa própria bem como a compra de terrenos para a construção por parte as populações, o Executivo Criou um regime de crédito à habitação, que habilita o acesso em condições favoráveis e de financiamento. Denominado Fundo de Fomento de Garantia Habitacional (FFGH) o projecto será muito valioso.

O programa teve o seu ponto mais alto em finais do mês de Novembro último, com a assinatura entre alguns bancos comerciais que operam no mercado nacional e o FFGH que vai servir de avalista para as pessoas que queiram comprar casa através de crédito bancário. Neste sentido, o fundo garante até 80 por cento do valor do imóvel.

Os bancos de Poupança e Crédito, Sol, Negócios Internacional, Privado Atlântico, Keve, Comércio e Indústria, Fomento Angola e Angolano de Investimento assinaram o protocolo. Na ocasião, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca destacou que com o projecto, os bancos comerciais vão jogar um papel importante na dinamização do sector imobiliário do país.

“Os bancos devem procurar estimular esta dinâmica, criando parcerias e oportunidades com as cooperativas habitacionais, para que possam desempenhar um papel de ajuda ao Executivo, nesse sentido, para a habitação social”, sublinhou o governante.

O PNUH prevê até 2012, a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país, tendo como meta a redução da grande procura de casas que se tem registado em todo o país.

Ainda no quadro dos projectos estruturantes que estão em execução um pouco por todo o país, o segmento de reabilitação das estradas teve também uma atenção especial, tendo sido ampliadas e construídas até 2011, mais de 6.500 quilómetros de estradas.

Associada a este feito está a inauguração da ponte obre o no Kwanza, denominada “17 de Setembro”, que, com um quilómetro e 534 metros de comprimento e 14,60 de largura, também foi um dos marcos importantes durante o ano de 2011. A infra-estrutura está localizada na comuna da Cabala município de Icolo e Bengo, província do Bengo.

O empreendimento constitui um factor de crescimento da economia do país, uma vez que vai facilitar a circulação de pessoas e bens em vários eixos, ligando o país. O maior empreendimento feito no país depois da independência nacional possui uma largura do curso normal de água de 170 metros, podendo atingir no período as cheias uma largura total de dois quilómetros.

Transportes

No quadro do seu vasto programa, o sector dos transportes registou também avanços significativos a aeroportuários, portuários, ferroviários e terrestres. O destaque recai para o ferroviário, que viu circular até à província do Huambo, os Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB). Paralisados há vários anos, os CFB estão a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento do país, uma vez que ligam quatro províncias de Angola, designadamente Huambo, Benguela, Bié e Moxico.

Até 2013, os comboios dos CFB chegam no Luau (Moxico), o que vai ajudar a relançar o desenvolvimento da região Austral do continente, visto que países como a República Democrática do Congo e a Zâmbia vão poder utilizar este meio de transporte.

Um dos ganhos alcançados, neste segmento, foi a chegada do comboio dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) à província do Kuando-Kubango.

O primeiro comboio experimental dos CFM foi efectuado em Dezembro de 2011, tendo partido da estação do município da Matala, na província da Huíla para Menongue a capital da província do Kuando-Kubango. As obras de construção, reabilitação e modernização dos CFM orçaram em 200 milhões de dólares americanos, com previsão de conclusão no mês de Dezembro de 2012.

Aeroportos

Outro importante investimento no sector dos transportes e que ainda está em curso é a construção e modernização das principais infra-estruturas aeroportuárias de algumas províncias do país.

Destes empreendimentos destacam-se o já modernizado e ampliado aeroporto Albano Mamado, na província do Huambo, num investimento de 50 milhões de dólares, sendo que a infra-estrutura tem agora capacidade para receber 600 passageiros por hora.

Ainda no quadro a este segmento há que se destacar a construção e a modernização do aeroporto de Carianga, localizado em Ndalatando, na província do Kwanza-Norte. A infra-estrutura está equipada com um terminal com capacidade para receber 100 passageiros, num investimento de 40 milhões de dólares.

Para o próximo ano, está agendada a conclusão da primeira fase do novo aeroporto internacional de Luanda, que terá capacidade para receber 15 milhões de passageiros por ano.

Com estes projectos, em curso no sector dos transportes, o Executivo pretende criar uma rede de transportes que permita uma articulação eficaz no país e valorize a posição geo-estratégica de continente africano.

6.39 Banco do Brasil quer reforçar crédito

Jornal de Angola

29 de Dezembro de 2011

O Banco do Brasil (BB) pretende reforçar a concessão de crédito imobiliário em 2012. O banco deve fechar 2011 com uma reserva de 7,7 mil milhões de reais (4,4 mil milhões de dólares) em financiamento de imóveis, o que representa um aumento de 126 por cento em relação aos 3,4 mil milhões de reais (1,8 mil milhões de dólares) de Dezembro de 2010.

O vice-presidente de Negócios de Retalho do BB, Paulo Caffarelli, disse que ainda existe uma margem de cinco mil milhões de reais (2,6 mil milhões de dólares) para aumentar esse valor com recursos da poupança, podendo passar os 12 mil milhões de reais (6,4 mil milhões de dólares) no próximo ano.

“Passámos muitos anos sem ter financiamento imobiliário e ainda temos margem para crescer”, disse Caffarelli, acrescentando que o país tem um défice de oito milhões de famílias sem casa própria. Com o crescimento acentuado, o BB conquistou a quinta posição em financiamento imobiliário no país, ultrapassando o HSBC, e atrás da Caixa Económica, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco. A expectativa é passar para a terceira posição até ao fim de 2013. Em 2011, o banco atingiu a marca de 57 milhões de clientes. Caffarelli afirmou que 18 milhões têm cadastro pré-aprovado, dos quais 13 milhões têm propensão a solicitar crédito.

Apenas cinco milhões têm operações com o BB. Entre algumas razões para uma adesão ainda baixa está a falta de informação sobre os programas e as taxas praticadas pelo banco e o atendimento.

“O crédito imobiliário é o maior produto de compromisso”, disse Caffarelli, afirmando que ao adquirir um financiamento para a compra de casa própria, o cliente chega a ficar mais de 20 anos ligado ao banco por uma única operação. Além do crédito ao comprador, o vice-presidente disse que o banco também começa a ampliar a concessão de financiamentos a construtoras, que actualmente representam apenas 20 por cento do valor disponibilizado.

Os agraciados, disse Henrique Júnior, representam os inúmeros militantes do partido que contribuíram para a elevação e prestígio do MPLA, ao longo da sua existência.

Kwanza-Sul

Cerimónia idêntica foi realizada na província do Kwanza-Sul. Foram distinguidos militantes e dirigentes de organizações do MPLA. O acto, dirigido pelo primeiro secretário do Kwanza-Sul do MPLA, Serafim do Prado, decorreu no anfiteatro do comité provincial e foram distinguidos militantes que se destacaram no cumprimento das tarefas partidárias, com base no sistema de distinção adoptado pelo secretariado do Bureau político.

O primeiro secretário do MPLA distinguiu 30 militantes com as medalhas “17 de Setembro” do primeiro grau e com a categoria de “Militante de Vanguarda” do primeiro, segundo e terceiro graus.

Outras 34 militantes enquadradas na Organização da Mulher Angolana (OMA) receberam a medalha “Deolinda Rodrigues”, ao passo que 11 membros da JMPLA foram condecorados com a medalha “Hoji ya Henda”.

Cerimónia no Bengo

Na cidade do Caxito, o primeiro secretário do comité provincial do Bengo do MPLA, João Miranda, também destacou a importância das outorgas de medalhas aos militantes, simpatizantes e amigos do partido.

João Miranda disse que os actos que se realizam em todas as províncias são uma orientação do presidente do partido, José Eduardo dos Santos, tendo adiantado que as distinções vão continuar.

Zaire

O primeiro secretário provincial no Zaire exortou, em Mbanza Congo, os militantes do MPLA a redobrem o empenho para nas próximas eleições “o partido merecer a confiança da população. Pedro Sebastião, que falava na cerimónia de entrega de medalhas e diplomas de mérito a 120 militantes do MPLA, disse que os militantes devem estar conscientes das responsabilidades que têm de ajudar o partido a melhorar a vida das populações.

7 TERRA

7.1 Reserva fundiária do Estado preparada para construção

Jornal de Angola
01 de Dezembro de 2011

A reserva fundiária da comuna de Chipipa, no Huambo, numa extensão de 150 hectares, está totalmente livre de minas e preparada para receber as mais de três mil casas inscritas no Programa de Habitação do Executivo.

O trabalho de desminagem foi executado por especialistas do Instituto Nacional de Desminagem. O chefe da brigada, Constantino Banje, disse que os técnicos tiveram de fazer recurso à tecnologia manual e mecânica para remover 14 minas anti-sepsias, duas minas anti-tanques e 93 engenhos explosivos diversos e 842 munições.

A remoção das minas, segundo Constantino Banje, começou em Fevereiro e terminaram em Outubro e durante a execução dos trabalhos não se registou qualquer incidente com as equipas de sapadores envolvidas na actividade.

O chefe do departamento do Instituto de Desminagem no Huambo, Victor Jorge, revelou que foram descobertas novas áreas minadas nas localidades de Cangombe e Sambo, no município da Tchikala Tcholohanga, e ainda nas reservas fundiárias da Canhama, na cidade do Huambo, e do município do Tchindjendji. O responsável assegurou que os trabalhos para remoção dos engenhos naquelas regiões começam este mês para facilitar os trabalhos previstos nas áreas.

Casas para a juventude

O Ministério da Juventude e Desportos, no âmbito do seu programa de criação de condições para os jovens, está a construir na reserva fundiária do Lossambo, arredores da cidade do Huambo, 200 casas sociais do tipo T3.

As obras tiveram início este semestre e vão estar concluídas no próximo ano, de acordo com o secretário de Estado da Construção, Joanes André. Os trabalhos estão sob responsabilidade da construtora nacional Omatapalo, que já executou mais de 25 por cento da empreitada. "As obras estão a ser executadas dentro do perspectivado e a seguir com rigor o projecto arquitectónico aprovado pelo Executivo.

Os nossos jovens do Huambo vão poder adquiri-las mediante crédito bancário e vão custar o equivalente a 50 mil dólares", disse, para acrescentar que os valores podem ser reembolsados até 30 anos. O projecto juvenil na reserva fundiária do Lossambo está a ser edificado numa área de 716 hectares. No local, vão também ser construídos estabelecimentos comerciais, escolas, hospital e um campo polidesportivo.

7.2 Travar a construção clandestina

Novo Jornal
02 de Dezembro de 2011

Estabelecer o controlo sobre as áreas urbanas, definindo as normas reguladoras do seu funcionamento e implantando os mecanismos convenientes para submeter a sua evolução aos planos elaborados é o objectivo da alínea 4 do plano estratégico de 1993 para Luanda, dedicada ao "Planeamento e gestão Urbanística", para o qual foi traçado com um plano de actividades com um orçamento superior a cinco milhões de dólares (5.160:119). Neste capítulo foram definidas quatro metas preferenciais, donde se destacam, travar a construção clandestina, criando áreas para instalação, ainda que provisórias, da população que não possui alojamento; definir o esquema de ordenamento urbano para a cidade de Luanda; e organizar a forma de julgamento e resolução dos contenciosos existentes quanto à propriedade de terrenos e concessão de autorizações.

Para um eficaz planeamento e gestão urbanística, o grupo de trabalho propôs ainda que fossem centralizados no Governo da Província todas as acções ligadas ao urbanismo que se encontravam dispersas por mil e um centros de decisão; que se adoptassem normas orientadoras transitórias, de cumprimento obrigatório, enquanto se apressava a conclusão do Plano Director de Urbanismo, e que se priorizasse a autorização de concessões a todos os empreendimentos que não constituíssem encargos para o Estado.

Dois outros pontos faziam parte da estratégia para esta área: elaborar com urgência o conjunto de leis, normas e regulamentos que tornassem viável o cumprimento dos planos e projectos necessários à reabilitação e desenvolvimento das áreas urbanas e promover o estudo e elaborar o projecto de redução urgente da população excedentária de Luanda.

7.3 O negócio da chuva

Jornal de Angola
04 de Dezembro de 2011

A notícia passou despercebida mas revela o que é o negócio da chuva. Centenas de pessoas ocuparam reservas fundiárias do Estado destinadas a uma nova centralidade no município do Dande. A técnica é sempre a mesma e por isso todos falamos da época 9as chuvas, até a oposição. Em nome do direito à habitação, o negócio da chuva é ocupar terrenos públicos, fazendo exclusivamente de uns o que é de todos. Depois o negócio é dividido em fatias lucrativas.

Os promotores do negócio escondem-se por trás de

associações e até partidos políticos. Quando se invadem os terrenos públicos, começam de imediato a tratar do comércio a retalho. A primeira “tranche” vem de indemnizações aos ocupantes que levantam cinco chapas da noite para o dia, espetam umas estacas de mandioca nas imediações e ficam senhores de mais uma barraca e mais uma lavra.

Os terrenos são destinados a grandes obras públicas, como estradas, por isso é preciso libertá-los. Mas os promotores do negócio ficam com mãos livres para exigir do Estado que pague por aquilo que lhe pertence. No negócio até alguns advogados prosperam. Para que não haja problemas, as autoridades cedem e pagam.

Os patrões do negócio pegam no dinheiro e exportam-no para o estrangeiro. Às vezes as autoridades aduaneiras descobrem a exportação ilegal de divisas, o fiasco dá que falar, mas rapidamente é esquecido e o autor do crime algum tempo depois aparece novamente como o paladino do direito à habitação e dono de um novo partido.

Se alguém questiona a ilegalidade e o abuso, logo surgem os defensores do negócio: ninguém pode dormir ao relento ou à chuva. Sobretudo à chuva. E as pobres casas de chapa vão nascendo onde não devem, inviabilizam o ordenamento do território, atrasam projectos estruturantes, põem muita chapa, muito adobe e muita pobreza no avanço da roda dentada do desenvolvimento nacional.

Todos sabemos quantos anos, se perderam para concluir a estrada que liga Luanda ao Cacuaco ou a Viana. Os ocupantes desordenados do espaço público foram indemnizados e realojados à custa de todos, mesmo dos que lutam desesperadamente nos seus postos de trabalho para ganharem um salário e sustentarem as suas famílias. O negócio da chuva é profundamente injusto para os angolanos honestos e trabalhadores. A outra fatia lucrativa do negócio da chuva consiste em erguer uma barraca com paredes de barro ou capim, colocar meia dúzia de chapas de zinco e um lu ando a fazer de porta. Ao lado fazem-se uns montinhos de terra, espetam-se lá estacas de mandioca e em alguns dias está construído um bairro. Pode ser nas zonas suburbanas ou nos arredores dos municípios e comunas. Para o negócio correr melhor, as barracas devem nascer junto das linhas de água ou perto de ravinas. Quando cai a primeira chuva as chapas voam e as paredes são dissolvidas. A enxurrada leva tudo à frente.

A rádio fala do acontecimento, as câmaras da televisão mostram os desalojados e os jornais escrevem rios de tinta sobre os infaustos acontecimentos. O Estado realoja os sinistrados, alimenta-os, oferece-lhes terrenos,

chapas de zinco e materiais de construção. Os promotores do negócio aparecem a cobrar a sua parte e os realojados ficam com as mãos livres para uma nova operação. Como a época das chuvas é longa, o negócio pode repetir-se várias vezes. Com lucros.

Todos sabemos que temos em Angola muitos problemas... Um deles é o da habitação. Quando o partido que ganhou as eleições prometeu um milhão de fogos habitacionais durante esta legislatura, muitos se apressaram a dizer que essa meta era impossível.

Eu não sou ninguém para fazer contas sofisticadas, mas não sou cego. Fui à Cidade do Kilamba e vi um quarto desses fogos. Vou às grandes cidades e vejo centenas de casas sociais, bairros para jovens, para antigos combatentes, para quadros técnicos da área da saúde ou da educação. Vou ao Talatona e vejo vivendas e apartamentos à venda para pessoas de alto rendimento. Luanda é a cidade mais cara do mundo para os expatriados, ao lado de Genebra e Londres? Pois claro, têm de pagar a qualidade, e Luanda não está ao preço da chuva.

Um milhão é apenas um número.

A centralidade do Kilamba mostra, sobretudo, qual é o caminho. As novas centralidades que estão a ser construídas, só essas, respondem por uma política correcta. Em nenhuma outra parte do mundo um governo tinha capacidade para realizar tão grandioso projecto em tão pouco tempo. E se não fosse o negócio da ocupação ilegal de reservas fundiárias do Estado e o pedido de mais uma casa de quem já tem, agravando o problema, Angola estava melhor.

Mas bem vistas as coisas, o negócio da chuva até tem um lado positivo: leva o Executivo a recusar as barracas e a oferecer habitações dignas aos angolanos. Aquela Cidade do Kilamba vale por toda a legislatura. Mesmo que mais nada fosse feito na área da habitação, vai ficar como um exemplo extraordinário do que é fazer política para os cidadãos.

7.4 Uma retrospectiva visando a urgente requalificação

Semanário O Independente
10 de Dezembro de 2011

O nário que o Bairro Operário apresenta hoje é desolador. Ruas enlameadas, águas pretas e fétidas, lixo, fossas dos edifícios rebentadas e estradas de terra batida esburacadas. Este postal dá um bom exemplo de como se vive sem qualidade de vida. “Eu nunca vi o BÔ assim”, comentam frequentemente os moradores mais antigos da zona. Nos olhos e no rosto de quem pronuncia estas palavras é notório o desalento.

Por conta do estado lastimável das ruas e até de muitas casas do Bairro Operário são muitos os que pedem que “venha a requalificação”. Esse processo já está em curso. O Executivo já anunciou, este ano que o então município do Sambizanga vai conhecer outro alinhamento urbanístico nos próximos anos e o Bairro Operário, fazendo parte do município, está naturalmente abrangido.

Os factos já começaram a serem evidenciados com o início da construção de um edifício de trás da escola Ana Ngola, no âmbito do programa de requalificação. Se por um lado os moradores querem habitações mais dignas, saneamento adequado e um meio ambiente mais saudável, por outro, nenhum natural do Bairro Operário quer deixar o seu pedaço de chão e rumar para outras zonas.

“Afinal, eles são do Bairro Operário ou, simplesmente, BÔ. O tal Boletim Oficial para os mais kotas. Palco de vários feitos dignos de registo, o Bairro Operário continua a ocupar a mesma superfície. Já vi partir muitos dos seus filhos para outras paragens ou da vida. Mas as histórias do passado continuam a ser contadas. Quem nasceu, ou muito cedo foi para lá morar, esteja onde estiver, é com muito orgulho que diz “sou natural do BÔ”.

Assim, de um lugar de “desterro”, o Bairro Operário é a terra de quem o viu erguer-se e vivenciou a sua trajetória. É o lugar onde está enterrado o cordão umbilical de muitos, por isso nunca esquecido. Daí o sentimento de pertença que todos que aí nasceram sentem pelo seu chão.

Mas, nos dias de hoje, o sentimento de amor e fascínio pelo bairro mistura-se com a nostalgia de outros tempos. Altura em que reinava um ambiente de camaradagem e companheirismo. O vizinho era o familiar mais próximo que se tinha. As amizades eram verdadeiras e eternas. Os comerciantes faziam fiado. Todos se conheciam. A limpeza e organização imperavam nas ruas do Bairro Operário.

Recuando um pouco no tempo, insto é antes da conquista da Independência Nacional, isto é na época colonial, no bairro Operário não vivia só de farras e engates. Também houve desfiles de Carnaval que ficaram célebres. No desporto, o velho Demosthenes de Almeida levou muitos miúdos à prática de exercício físico e das corridas.

Por isso, deixou o seu nome gravado no Atletismo angolano. Nestes fervilhantes movimentos, aconteciam outras manifestações culturais. A música era o ponto alto. Com canções de intervenção, os músicos angola-

nos reivindicavam os seus direitos, usurpados e ignorados pelos colonialistas portugueses.

Recentemente, por ocasião do 36º aniversário da independência de Angola, Amadeu Amorim, nacionalista e conhecida figura do “Processo dos 50, explicou, ao Jornal “O Independente”, como a música e a política se casaram no Bairro Operário para lutar pela libertação de Angola e, consequentemente, dos angolanos.

Amadeu Amorim, um dos membros dos Ngola Ritmos, afirma que aquele grupo ajudou “a catapultar o Bairro Operário para os anais da história da resistência política e cultural de Angola”. Referiu também que tal bairro foi criado pelos colonos para confinar e controlar a intelectualidade angolana. “O BÔ foi criado para ser o gueto da intelectualidade angolana, para melhor ser controlada”, lembrou.

A história da criação dos Ngola Ritmos remonta aos anos 50. No Bairro Operário, o cidadão angolano Aniceto Vieira Dias mobilizou amigos seus e assim nasceu o grupo. Este conjunto foi-se afirmando e, sobretudo, fez passar mensagens que davam conta da necessidade da mudança de consciência dos angolanos.

De acordo com Amadeu Amorim, estes apelos eram feitos numa altura em que os negros eram mortos indiscriminadamente no bairro. “Já havia a Pide e os bufos, grupos que andavam de farolimna testa e na calada da noite matavam quem não fosse branco”, denunciou. Os Ngola Ritmos cantaram “Monarni” que foi urna chamada de atenção aos jovens angolanos negros para que não saíssem de casa à noite.

Incidentes como estes, outras limitações e serviços que os colonos impunham aos angolanos, levaram a que os jovens da época, sensibilizados por mais velhos, aliassem a actividade cultural à política.

Assim, os Ngola Ritmos envolveram-se numa intensa mobilização e consciencialização dos angolanos para o momento que se vivia. Deste modo nasceram várias células. Os elementos do grupo tratavam da distribuição de panfletos por onde passassem “O conjunto criou o efeito bola de neve quando num dia foram distribuídos vários panfletos em diferentes lugares”, lembrou Arnadeu Arnorirn.

Assim e dá um amplo movimento de resistência ao colonialismo. José Alberto Van-Dúnem “Beto Van-Dúnem” recordou que o movimento cultural de resistência ao colonialismo no Bairro Operário se traduziu no “grito” dos angolanos saído daquela parcela de Luanda.

Este movimento entrou em ebulição nos fins dos anos 50 e com ele vieram as rusgas. Nele estavam envolvidos, além dos já citados, os seus mentores; Viriato da Cruz,

Mário Pinto de Andrade, Higino Aires de Almeida, Ilídio Machado, outras conhecidas figuras e também muitos anónimos que comungavam do mesmo desejo de liberdade.

7.5 Terrenos estão livres de engenhos

Jornal de Angola
10 de Dezembro de 2011

Terrenos onde vão ser erguidas casas sociais e projectos agrícolas, na província do Bengo, estão agora livres de engenhos explosivos.

O departamento provincial de desminagem do Bengo apresentou ontem, o relatório das acções desenvolvidas no período de Janeiro a Novembro deste ano, ao longo do qual foram removidos e destruídos cinco minas diversas, 17 engenhos explosivos não detonados e 113 munições diversas.

No mesmo período, segundo o chefe do departamento provincial de desminagem do Bengo, Oliveira dos Santos, também foram removidos 15.649 engenhos metais e desminada uma área de 1.332.695 metros quadrados. Oliveira dos Santos disse que o Instituto Nacional de Desminagem, com meios manuais e mecanizados, desenvolveu actividades na comuna das Mabubas. Sublinhou que, na comuna do Kicabo, foram destruídas 21.891 engenhos metais, entre outros.

7.6 Silêncio das autoridades

Jornal O PAÍS
16 de Dezembro de 2011

Em Dezembro de 2010, quando os moradores do prédio Cuca foram transferidos para os edifícios do Zango I, o processo foi acompanhado por uma comissão do Governo da Província de Luanda (GPL) que, no entender dos transferidos, se considerava bastante privilegiada pelo facto de, na altura, terem constado nomes como os de Bento Soito e Bento Bento.

Daí que O P ÍS tenha envidado esforços para ouvir as duas entidades, mas obteve apenas a resposta de Bento Saito, que não se dispôs a responder sobre o processamento dos títulos de propriedade alegando ser um assunto da competência da Sonangol imobiliária, empresa proprietária dos edifícios do Zango.

Depois de várias tentativas para contactar entidades ligadas; à empresa que gere actualmente o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), o jornal não foi bem sucedido.

7.7 Virgílio de Fontes Pereira passa "perna" ao funcionário

Semanário ANGOLENSE
23 de Dezembro de 2011

Tudo começou quando Virgílio de Fontes Pereira exerceu o cargo de ministro do Ambiente e, naquela altura, Alberto Cacunga Quitadi era funcionário do gabinete do ex-Primeiro-ministro Marcolino Moco. A transferência foi solicitada pelo então Ministro do Ambiente, onde foi colocado como motorista.

No gabinete do Primeiro-ministro, o funcionário em causa tinha proposta de beneficiar uma residência no projecto "Nova Vida". A sua transferência estava baseada nesta condição. Mediante as necessidades, segundo o acusado, Virgílio de Fontes Pereira decidiu honrar os compromissos que passava pela cedência da casa.

"Nesta altura, respondeu-me com toda franqueza e sinceridade: sou novo ministro, mas vamos trabalhar e no decorrer do tempo vou resolver esta questão", recordou, tendo acrescentado que, depois do dia 21 de Maio de 2003, recebeu comunicação para assinar um contrato de arrendamento de uma residência no extinto Ministério do Urbanismo e Ambiente. Depois de cumprido todos os procedimentos legais, segundo ele, aguardou por mais cinco anos para receber às chaves, pois segundo disse, o ministro Virgílio de Fontes Pereira alegava que a residência estava a beneficiar de obras de restauro.

No entanto, depois da conclusão das obras, explicou, o ex-ministro decidiu arrendar o imóvel a um cidadão estrangeiro. Enquanto isso, Alberto Quitadi foi fazendo o pagamento mensal referente ao arrendamento como estipulado na cláusula contratual entre o mesmo e o Ministério do Urbanismo."A segunda esposa de Virgílio de Fontes Pereira, me disse que a casa tinha sido alugada e que chefe iria me fazer a entrega de alguns valores do mesmo aluguer, algo que jamais aconteceu", lamentou. Atendendo a situação, Alberto Quitadi, decidiu ir atrás da documentação necessária para não perder o imóvel. Sendo assim, no dia 18 de Fevereiro de 2010, reuniu a documentação necessária e a entrou ao Ministério das Finanças e a Comissão Provincial para Venda de Património Habitacional do Estado no sentido de efectuar a compra da casa. Este pedido, segundo narrou, foi atendido e em seguida fez um depósito de Quitação do Imóvel de 957.842.00 Kwanzas.

Depois da conclusão deste processo, Alberto Quitadi comunicou ao senhorio para abandonar o imóvel, mas, este por sua vez, recusou abandonar a casa alegando que tinha um contrato com o legítimo proprietário da residência, neste caso, Virgílio de Fontes Pereira. Apesar do subterfúgio apresentado pelo inquilino, segundo a fonte,

decidiu propor a venda da residência, mas ainda assim, o arrendatário interferia no negócio.”Quando apresentamos o preço, ele disse que não pode pagar aqueles valores, porque o ex-ministro lhe orientou a não aceitar o nosso preço”, denunciou.

Quando Alberto Quitadi procurou obter resposta junto do presidente da Bancada do M. PLA, este se recusou a recebê-lo no seu gabinete, tendo delegado a sua secretária para a resolução do problema.”Ele orientou a secretária dizendo que a casa é sua e não tem nada a resolver, porque a casa pertence ao seu filho de nome Adilson Martins Fontes Pereira”, disse. Cansado, este recorreu aos órgãos afins para encontrar solução sobre o caso. A primeira instituição que bateu à porta foi o Ministério do Urbanismo e Construção, na pessoa do titular da pasta de onde obtive a seguinte resposta: 1º_ Não tendo havido consentimento na cessão da posição contratual a favor de Adilson Martins Fontes Pereira, por força da lei, consideramos válido o seu contrato de arrendamento n01271/DNPH/03, de 21 de Julho; 2º_ Bem, assim como o seu processo de compra e venda feito ao abrigo da lei 19/91, de 25 de Maio; 3º Nos termos do art. 407 do código, prevalece o título mais antigo no tempo e no caso, seu contrato; 4º Porém, nada obsta a aconselhou Virgílio de Fontes Pereira a resolver de maneira pacífica e amigável o caso.

Não obstante a isso, o lesado endereçou carta ao Presidente da República mas até agora não obteve resposta.

Assim vão as coisas

Entretanto, no dia 19 de Dezembro, quando o relógio marcava 8 horas e 57 minutos, o autor destas linhas tentou por mais de duas vezes por via telefónica, manter contacto com Virgílio de Fontes Pereira, mas este não atendia.

Ainda assim, voltamos ao contacto as 13: 24 minutos, desta recurso a via judicial nos termos do Decreto n06/92, de 24 de Janeiro; 5º Outrossim, caso haja este desejo, aconselha-se o seguimento a via amigável. Apesar destes apelos, Virgílio de Fontes Pereira não “desarmou”, segundo contou a vítima, foi ameaçado pelo parlamentar, caso continuasse a lutar pelo imóvel iria acabar preso.

Diante da situação, este recorreu ao Procurador-Geral da República junto da DNIC, onde o processo acabou encalhado, ou seja, sumiu dos arquivos. Depois de empreendidas outras diligências na Procuradoria-Geral da República, o processo ressurgiu do nada e até o momento não sai o veredicto final.

Entretanto, ainda na busca de uma solução o mais rápido possível, a vítima solicitou a intervenção do Vice-Presidente do MPLA, Roberto de Almeida que feita, uma voz do outro lado da linha, atendeu dizendo que o mesmo se encontrava incomodado, instantes depois disse que estava reunido. O pretense recepcionista transformou a conversa em agressão verbal contara o jornalista referindo que:”Este assunto está entregue a Procuradoria-Geral da República e não pode ser publicado, sem lhe ouvir, pois quando o senhor me diz que tem a matéria como prioridades isso não pode acontecer, isso é um jornalismo sem ética.

O senhor nem sabe com quem fala, nem me conheces, posso até ser teu professor de jornalismo, o senhor jornalista é mau criado”, disse do outro lado da linha.

Já no final da conversa, o alegado recepcionista disse que faria tudo no sentido de fazer chegar a preocupação a Virgílio Fontes Pereira.

7.8 Ravinas podem desalojar 1.050 famílias em Cacucó

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2011

Os problemas começaram nos anos 80, durante a fundação do bairro que possui quatro quilómetros de superfície e uma população estimada de 60 mil habitantes, distribuídos em 12 sectores e 48 mil famílias para 12 mil casas. A zona em perigo faz fronteira com os bairros Dala Mulemba, Ngangula, Boa Esperança Central e, a oeste, com o oceano atlântico, onde começa o calvário de quem quer ver a sua vida melhorada.

Segundo fontes da comissão de moradores, desde a existência da zona as ravinas já desalojaram mais de 500 famílias, tendo aumentado significativamente durante as enxurradas de Janeiro de 2007, que deixaram famílias ao relento até os dias de hoje.

“Viver aqui tem sido um verdadeiro caos, principalmente nos últimos dias. Observamos pessoas a abandonar as suas residências, mesmo em épocas não chuvosas, partindo para um arrendamento forçado”, desabafou um funcionário da comissão de moradores, garantindo que há falta de vontade política dos responsáveis do poder local para solucionar este fenómeno.

O espaço serve igualmente como depósito de resíduos sólidos produzidos pelos próprios moradores, o que periga a saúde da comunidade. Como se não bastasse, as crianças desfrutam das ravinas para algumas brincadeiras, o que não é de agrado dos encarregados de educação que temem pela segurança dos pequenos.”Costumo brincar de escorregar com papelão, mas a minha mãe

nunca gostou porque diz que é perigoso descair nas baixas, pois um dos meus amigos esta semana acabou por deslocar o braço direito devido ao empurrão propositado de um outro amigo”, declarou o pequeno Pázinho, de 10 anos.

“Há um ano uma criança, de cinco anos, que brincava à beira das ravinas, escorregou e caiu, tendo-se deparado com um fogo, que a queimou até à morte”, narrou a jovem Esperança Anita, que tem a casa prestes a derribar. MIL CASAS FORAM ABAIXO Domingos Menezes, estudante e morador desta área há mais de 12 anos, disse ao Novo Jornal que os moradores estão preocupados com a situação que já atingiu cerca de 2 quilómetros de comprimento e que tem causado enormes estragos às comunidades, uma vez que provocou o desabamento de mais de mil moradias.

“O fenómeno que vivemos é lastimável e toma-se mais complicado em épocas chuvosas, pois a minha casa estava a 80 metros do risco, mas agora encontra-se a 10 metros”, elucidou, acrescentando que as promessas das autoridades do município começaram há sete anos, com garantia de disponibilizarem casas ou terrenos na área da via expresso Cacucaco-Viana.

O perigo abrange moradores do bairro Novo ao Balumuca, mas o espaço que se encontra próximo à empresa Nova Cimangola (bairro Novo) tem maior tratamento por ser propriedade desta indústria e sempre que o risco se aproxima tiram, mais cedo, as famílias para a zona dos Mulenvos com casas próprias.

A indústria aproveita o terreno para escavar matéria-prima que ajuda na produção do cimento.”O caso dos que vivem no bairro Novo é diferente e especial porque a empresa de cimento disponibiliza casas rápidas ao passo que o que é do governo demora muito”, finalizou Menezes, que reside no Balumuca, pertença da administração de Cacucaco.

Para o morador Francisco Salvador, que respira já os últimos ares do despejo, na altura em que o antigo coordenador do bairro, o senhor Venâncio, vendia estes terrenos deveriam ter sido acautelados os riscos que os moradores são obrigados agora a enfrentar.

O que deixa os moradores admirados é o facto de possuírem vários projectos habitacionais na capital, mas nenhum abrangir a população em zonas de riscos como tal.

Para o cadastramento da população foi cobrado um valor de 2500 kwanzas, sendo 500 Kz para o controlo populacional e 2 mil para a declaração de registo de residência. “Todos contribuimos, mas poucos beneficiam dos terrenos inicialmente prometidos. Onde devemos reclamar mais, se nem água vai nem água vem. ‘fudo

está no segredo dos deuses”, questionou o morador, assegurando que os carros de recolha de resíduos sólidos não circulam no local e, por isso, há enormes quantidade de lixo nas ravinas, onde muitas crianças brincam, o que representa claramente um atentado à saúde pública.

7.9 Falta de água, luz e saneamento básico lideram a lista de problemas do bairro

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2011

Educação

O bairro Boa Esperança III possui uma escola pública, uma participada e nove colégios. Até ao momento não existem creches, tão pouco centros infantis para educação dos petizes.

Saúde

Contam com nove postos de enfermagem sem condições e os casos mais graves são transferidos para o centro de Cacucaco.

Saneamento básico

Uma empresa está encarregada da recolha de resíduos sólidos, mas a falta de vias de acesso dificulta a realização destes trabalhos, o que obriga muitos moradores a depositá-los nas ravinas, colocando em risco a saúde de todos.

Os carros de recolha passam diariamente nas vias principais de segunda a sexta, das 8h00 as 9h00. Para os tapa buracos das ruas, a comissão de moradores está a cobrar a cada família um valor de 500 kwanzas.

Energia e água

O primeiro é um problema municipal e este pequeno bairro não foge à regra. A população chega a enfrentar graves dificuldades de electricidade e para aliviar a demanda foi inaugurada uma empresa que fará parceria com a Edel para o fornecimento de energia à comunidade.

Os moradores queixam-se das cobranças anárquicas realizadas pelas empresas que possuem os PT's privados e chamam a atenção do governo local para pôr fim a esta situação.”Temos quatro PT's privados e com a inauguração deste agente autorizado da Edel, a empresa A.N. Comercial prestará serviço com maior transparência e a nossa área beneficia do desenvolvimento”, garantiu o responsável do bairro presente no acto de apresentação da instituição à comunidade, a cargo dos representantes da administração de Cacucaco e da Edel.

O fornecimento de água potável é ainda um sonho

que, segundo os responsáveis, já se encontra nas gavetas da administração local, esperando-se que a qualquer momento seja encontrada a solução esperada. Desde a fundação da Boa Esperança III nunca houve água canalizada, nem chafarizes. Os moradores apenas consomem água proveniente do Kifangondo e das girafas de Cacuaco

Deunquência

É uma realidade antiga no país que aumenta e diminui à medida que a polícia dobra os esforços na detenção e captura dos assaltantes e demais delinquentes.

“Mais do que palavras posso garantir que a prática é o critério da verdade e o caro jornalista provou isso mesmo com o assalto ao vivo do seu aparelho de trabalho” caça palavra e máquina digital», que trazia para realização desta entrevista”, salientou Francisco Montanha.

7.10 Reassentamento das populações

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2011

Quem não deixou de contar a sua história à nossa reportagem foi a dona Teresa Lopes, que adquiriu ali um terreno nos anos 90, altura em que os desabamentos não a atormentavam, pois a sua casa encontrava-se protegida, tendo mais de 10 moradias à frente.

A mulher aproveitou 10 anos na sua terra natal com a sua família alargada de 16 elementos, no regresso encontrou apenas um metro para a sua casa derribar, o que em 2008 se tornou pura realidade.” Não saio do bairro por causa das promessas de terrenos ou casas que o senhor coordenador Montanha havia anunciado. Tive de arrendar um quarto e sala onde estamos a tentar virar-nos”, explicou, adiantando que para as casas desabarem não é necessário chover, porque o peso das moradias, que estão numa terra completamente frágil, ajuda à queda. Por sua vez, o coordenador da Boa Esperança m assegurou que o plano do governo local para a resolução deste problema passa pelo reassentamento da população em sítios de maior segurança. Foi por isso que 43 famílias contempladas e afectadas por esta ”arma mortífera” foram transferidas para a zona da Pedreira, arredores da via expresso Cacuaco-Viana. Apenas 10 conseguiram o espaço por causa das confusões de terrenos.

Manuel Francisco Montanha referiu que para além destas 43 famílias em perigo eminente existem mais de 300 para serem desalojadas e 1056 em zona de risco.

“A nossas governações da comuna e do município deveriam ser mais actantes, deslocando-se sempre que possível aos locais de maior preocupação para constatar

de perto as suas realidades, porque as comissões nem sempre têm capacidade de resposta a estas gigantes preocupações”, culminou o coordenador que dirige o bairro há mais de sete anos.

Por outro Lado, o porta-voz do Serviço Nacional dos Bombeiros garantiu que as ravinas de Cacuaco encontram-se devidamente identificadas e que foi realizado um levantamento para apurar a realidade das famílias em perigo. Faustino Camonge notou que o trabalho realizado pela sua equipa foi transferido para o Ministério de Urbanismo e Construção, Governo Provincial de Luanda e a administração local para em conjunto resolverem o problema.

“Cabe agora a estes órgãos abordarem com maior propriedade as medidas de contenção e dar respostas rápidas a estas inquietações”, enfatizou.

De recordar que a zona para onde estão a ser transferidos ainda carece de condições básicas, como escolas, centros de saúde, lojas ou supermercados, energia eléctrica, iluminação pública unidade policial para acalmar os conflitos existentes no local F.G.

7.11 Governador de Luanda prometeu acções para acabar com venda ilegal de terrenos

Jornal de Angola

28 de Dezembro de 2011

“Vamos trabalhar para uma governação mais interactiva, de proximidade, mais dinâmica, com aposta no melhoramento das unidades sanitárias de base, mais distribuição de água potável, electricidade e uma especial atenção à habitação social e loteamento de terrenos para alargamento das reservas fundiárias, terminando assim com a venda ilegal de terrenos”, disse o governador de Luanda, Bento Bento, ontem, numa cerimónia de cumprimentos de fim de ano.

Bento Bento anunciou que a partir de agora vai ser aplicada a lei ”de forma severa” contra quem se apropriar de terrenos das reservas fundiárias, ”uma prática cada vez mais frequente na cidade capital, sobretudo nos municípios de Viana, Samba, Cacuaco, e Ramiros”.

O governador de Luanda disse que ”este é um tempo de reflexão, de ponderação, de desafios e um tempo de dinâmica e diligência”. Bento Bento reconheceu que existem muitos problemas por resolver, muitos deles graves, ”pois a nossa cidade é das que têm mais população no continente africano, o que podemos considerar como uma mega cidade e todas as mega cidades enfrentam enormes problemas e desafios como crescimento

desorganizado, poluição, saneamento, trânsito elevado e criminalidade”.

O governador de Luanda disse que existem situações anómalas na cidade”por falta de rigor, profissionalismo, e responsabilidade”dos que têm responsabilidades no Governo Provincial e nas administrações locais.

“Sofremos forte influência do mundo global, por isso é necessário resgatar os valores culturais, morais e cívicos, os valores da família e da solidariedade como alicerces da boa cidadania, porque com estes factores e a cooperação conjunta é possível alcançar melhores resultados em Luanda”, disse Bento Bento. O governador de Luanda prometeu mais atenção aos idosos do Beiral, introduzindo mais apoios na saúde e mais ocupação dos seus tempos livres. Também anunciou uma aposta na educação cívica e na criação de oportunidades para os jovens. O governador de Luanda falou do estado das escolas públicas e prometeu a construção de novas escolas, diminuindo deste modo o alto índice de crianças fora do sistema público de ensino.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Trabalhadores da EPAL e direcção de costa viradas

Jornal Continente
Dezembro de 2011

A Comissão Sindical e a direcção da Epal sentaram-se à mesma mesa, esta semana, para chegar a um consenso, mas pelo que tudo indica, muita água irá ainda correr debaixo da ponte.

De acordo com o líder sindical, as negociações foram suspensas no princípio desta semana e só serão retomadas depois de se encontrar um acordo entre as partes.

Raimundo João fez saber que a entidade empregadora apresentou um documento que não tem muita relevância e não condiz com a realidade actual, tendo acrescentado que a redução salarial, feita pela direcção da empresa de Kz. 120.000.00 Para Kz. 44.000.00 é um abuso aos trabalhadores.

A fonte denunciou que face as reivindicações estão a ser alvos de intimidação por parte da entidade empregadora”Decidimos paralisar os trabalhos porque não há consenso, estamos a ser intimidados, neste momento há colegas que estão a realizar as suas actividades laborais, porque foram forçados a trabalhar. No entanto, queremos analisar a proposta da direcção da empresa com muita calma”, disse a fonte. d Consta do caderno reivindicativo, o I aumento salarial, subsídios de férias e d de transporte, alimentação, assistência p médica, bem como a solução de muitos problemas que os trabalhadores d enfrentam. q O porta-voz da Epal, Domingos Paciência, pediu calma aos seus colegas, tendo prometido que a situação será resolvida dentro de dias. I De acordo com o responsável, o maior a número das reclamações já foi resolvido.

De recordar que a greve começou no dia 21 de Novembro último, e foi suspensa dois dias depois para as negociações. Nesta semana os funcionários decidiram paralisar as negociações até que a direcção resolva os problemas.

Novobra não foge a regra

Em situações similares, estão os trabalhadores da empresa Novobra EP, vocacionada para o fabrico de artefactos de cimentos. Em causa estão mais de dois anos de salários em atraso.

A referida empresa, foi transformada numa instituição pública em 2005, depois de ter sido desvinculada da Empresa Nacional de Pontes, onde os ministérios das Obras Públicas e das Finanças seriam os responsáveis.

Apesar dos grandes projectos traçados, a Novobra não tem pernas para andar, deixando assim mais de 30 chefes de família sem salários.

8.2 A lâmpada fundiu em casa de”Manela”

Jornal A capital
02 de Dezembro de 2011

Há muito tempo que a cama estava preparada, pelo que se aguardava apenas pelo momento exacto em que a agora exonerada ministra da Energias e Água, Emanuela Vieira, se refastelaria sobre a mesma. E, isso, foi apenas um rápido piscar de sonho para que viver o pesadelo.

E o caminho para a sua estrepitosa queda, embora há muito já anunciada, ficou ainda mais curto e mais facilitado, para quem há muito pretendia vê-la distante das cercanias da governação, por força de uma malfadada albufeira da Central da Hidroeléctrica de Kapanda, que, segundo a ministra, em pronunciamentos recentes, ”enfrenta um ano seco”, fruto das chuvas”que não se reflectem, imediatamente, na albufeira”.

Aliás, há já algum tempo que Emanuela Vieira Lapes já dava claros sinais, de que as águas andavam tumultuosas para si. A começar pelas ausências, em duas ocasiões consecutivas, no programa Espaço Pública da Televisão Pública de Angola, para abordagem tanto para assuntos relacionados com a água e, posteriormente, com a energia.

Adicionando a isso, o facto de ser uma das governantes mais contestadas do aparelho governativo, em função do paupérrimo desempenho do sector que até então dirigia, eram indícios claros de que, mais dias, menos dias, a titular da pasta sairia cabisbaixa e pela porta dos fundos.

O défice energético com que se confronta o país e, sobretudo a capital angolana, a braços com sucessivos, revoltantes e, não raras vezes, inexplicáveis cortes no fornecimento de energia, vieram apenas precipitar a sua despromoção, pelo medíocre resultado que o seu pelouro apresentava. As reclamações populares subiram de tom, de um momento para o outro, com laivos de manifestação, facto que representava uma séria ameaça para quem está à frente da governação angolana, numa altura em que o assunto eleições começa a ganhar forma.

As inquietações da população, obrigada a viver num ambiente de completo breu, resvalavam a ladeira da incompreensão. Os argumentos apresentados, geralmente técnicos, em nada serviam para amainar ânimos que, a cada dia que passa, vão exaltados, porque sem

solução à vista, apesar das recorrentes promessas de melhorias, embora sem uma luz no túnel, que indiciasse uma saída airosa para tão periclitante problema.

Entre o martelo e a bigorna, a decisão fez-se rápida: sacrificar a ministra da Energia e Águas, que complicou ainda mais a situação, quando instada pelos deputados da 5ª Comissão sobre a barragem de Kapanda terá dado garantias que as restrições de energia acabariam em Dezembro, mas que, dias depois, olhando do retrovisor engrenou uma marcha-ré, admitindo ter havido má interpretação do seu pronunciamento por parte da comunicação social.

Observou-se, pois, que também aqui a agora ex-ministra da Energia e Águas colocou, também, os pés pelas mãos, ao não fornecer uma explicação plausível sobre o que, na realidade, acontecia para que Luanda esteja, nos dias que correm, transformada numa cidade-fantasma. É que se em época seca, este tipo de problemas não se fazia sentir, poucos, mas muitos poucos mesmos, não conseguiram compreender como é que em tempo chuvoso, tal se tenha manifestado.

E é precisamente neste ponto, que a porca viria a torcer o rabo. Sem solução à vista para um problema que mexe, sobremaneira, com a vida do país, em se tratando Luanda como o centro político-administrativo de Angola, que mesmo parecendo insignificante é capaz de provocar profundas enxaquecas, a porta da rua tornou-se a serventia do Ministério da Energia e Águas.

Nesta quinta-feira, o Presidente da República não teve meias medidas: no uso da faculdade que lhe confere a Constituição e por conveniência de serviço, exonerou Emanuela Vieira Lopes do cargo de ministra daquele pelouro, nomeando para o seu lugar João Baptista Borges, um quadro do sector, que há algum tempo vem dando mostras de alguma competência, a julgar pelos argumentos técnicos que tem vindo a apresentar, o que demonstra ser conhecedor quanto basta dos quatro cantos da casa.

‘Manela’ vê, desta forma, apagar-se a luz do seu consulado de um ano e dez meses, depois de ter sido nomeada no cargo em Fevereiro do ano passado. Pode dizer-se que deixa para o seu sucessor um sector praticamente ‘armadilhado’, já que João Borges terá que se munir não apenas de boa retórica (q.b), mas, acima de tudo, de arte mágica para, inicialmente, ultrapassar a actual fase por que passa o fornecimento de energia eléctrica em Luanda e, depois então, mais desafogado, arregaçar as mangas para encarar os vários dossiês, deixados pendentes pela sua antecessora.

O agora ministro sabe, de antemão, quantos paus serão necessário para construção da sua canoa, com a qual navegará por caudalosas á as de um sector que é encarado como bastante importante, mas que é também de olhares atentos de uma população - qual deles o mais crítico - que exige oferta melhor.

8.3 ELISAL tem menos de um mês para pagar a dívida às operadoras de lixo

Novo Jornal
02 de Dezembro de 2011

Tratou-se da primeira reunião a que Bento Bento presidiu na condição de novo inquilino do Palácio da Mutamba. O amontoado de lixo que se observa em vários pontos da cidade capital obrigou o governador a juntar à mesma mesa a Elisal, as operadoras e os administradores municipais.

O governador começou a reunião perguntando às companhias se a Elisal estava em dívida para com elas. Ao que estas responderam que sim. Cerca de sete milhões de dólares, a cada, resultado de seis meses sem pagamento, foi a resposta dada pelas empresas. A reunião prosseguiu à porta fechada no salão nobre do governo com entrada interdita aos jornalistas.

No final do encontro, algumas operadoras consideraram “frutífera” a reunião, ao mesmo tempo que elogiaram a atitude de Bento Bento. “O encontro com o senhor governador foi proveitoso, porque ele garantiu-nos que a dívida será paga até ao final do ano”, disse aos jornalistas a PCA da Kixaxe Waste, Cesaltina Pedro, salientando que, apesar da dívida que o Estado tem com a sua empresa, a mesma funciona em pleno.

Por sua vez, Wladniro Fortunato, da companhia SGO, indicou que há muito que as operadoras aguardavam por um encontro do género com uma entidade máxima de Luanda, uma vez que a dívida da Elisal “tem criado muitos transtornos à sua empresa”.

“Estávamos à espera de uma reunião desta natureza. Fomos muito bem ouvidos. As nossas inquietações foram passadas. E vamos aguardar até antes das festas, como bem falou o senhor governador. Estamos a falar numa dívida de sete milhões de dólares a cada operadora”, esclareceu o responsável.

O município do Cazenga produz cerca de um terço do lixo de Luanda, daí que o seu administrador, Tany Narciso, tenha dito ter sido “muito lesado” com a dívida da Elisal.

“O Cazenga está muito afectado, porque produz 525 toneladas de lixo diário, praticamente um terço do lixo que se produz em Luanda. Embora tenhamos iriciado um processo novo de recolha de lixo, desde segunda-feira, com operadoras novas, não queremos voltar a viver esta situação”, salientou Tany Narciso, para quem é urgente o pagamento da dívida para se apurar as responsabilidades das empresas de recolha.

Por seu turno, Adão Malungo, administrador da Samba, explicou que o pagamento às operadoras que recolhem o lixo na sua área de jurisdição é da inteira responsabilidade da Elisal. Por isso, diz desconhecer as modalidades de pagamento e o motivo das dívidas. “As empresas operadoras de nível 1 e 2 dependem directamente da Elisal e todos estes argumentos da dívida é com a Elisal. E as empresas de nível 3 e 4 são controladas por nós, mas não sabemos como elas são pagas. O estatuto das administrações municipais tem o seu limite”, finalizou o administrador.

Por fim, o PCA da Elisal, Antas Miguel, que a todo custo procurou fugir dos jornalistas, disse à imprensa, fora do palácio provincial “que o orçamento aprovado para o ano de 2011 estimava-se em 10 milhões de dólares mês.

Questionado sobre o porquê da dívida às operadoras, o PCA respondeu que os custos para a limpeza da cidade vão além dos 10 milhões de dólares mês.

“É evidente que os custos não são apenas de 10 milhões. Uma cidade com sete milhões de habitantes não gasta só 10 milhões de dólares. Há aqui uma necessidade de ajustamento orçamental que se precisa fazer”, frisou O_PC A, explicando que a sua empresa controla o movimento de cerca de 26 empresas, sendo 17 consideradas como principais.

8.4 Números desencontrados no lixo do GPL

Jornal O PAÍS

02 de Dezembro de 2011

O novo governador de Luanda, Bento Bento, que até ontem visitaria as instalações da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (EUSAL) defendia que o valor da dívida para com as firmas que limpam a cidade capital fosse revelado antes do fecho desta edição, para que o seu pelouro efectuassem o respectivo pagamento ainda este ano.

A preocupação do governante foi manifestada no encontro que teve na segunda - feira com alguns responsáveis da Elisal, com destaque para o engenheiro Antas

Miguel, director geral, e os representantes das mais de vinte empresas a quem o Governo Provincial de Luanda deve a cada uma mais de seis meses de pagamento pelos serviços prestados na capital.

No referido encontro, segundo apurou O PAÍS, o director-geral da ELISAL, Antas Miguel, nivelou a dívida existente com as operadoras de limpeza em perto de 72 milhões e 500 mil dólares norte-americanos.

O calote estaria relacionado ao meio ano em que aquela instituição afecta ao Governo Provincial de Luanda não efectuou nenhum pagamento às 17 principais organizações que realizam diariamente cuidam do saneamento da capital, assim como a um número semelhante de pequenas firmas que actuam na periferia desta cidade. Apesar do valor anunciado no dia da reunião, cerca de 72 milhões e 500 mil dólares, o novo governador provincial de Luanda exigiu aos seus coadjutores, com destaque para o vice-governador Manuel Catraio, que até anteontem apresentassem um valor consensual que reflectisse na realidade a dívida existente.

Na edição deste jornal publicada no dia 18 de Novembro, empresários ligados ao negócio do lixo acreditavam que o débito poderia estar avaliado em 90 milhões de dólares norte-americanos, a julgar pelo calote que existe entre o Governo Provincial de Luanda e as empresas que actuam no referido ramo na cidade capital.

No encontro realizado pelo novo governador, Bento Bento, ficou -se a saber que a instituição que ele herdou deve entre sete e oito milhões de dólares as grandes empresas de limpeza da capital. Actualmente, segundo informações avançadas na mesma reunião, actuam 17 grandes instituições. “É difícil confirmarmos que a dívida está apenas nos 72 milhões e 500 mil dólares que eles disseram. Temos que fazer muitas matemáticas para chegarmos a um número realista, porque se tivermos em conta que eles devem a cada grande empresa entre seis, sete e oito milhões de dólares, então poderemos concluir que o valor é muito mais elevado do que imaginamos”, comentou um empresário do sector.

Uma fonte da ELISAL, entidade que supervisiona as restantes empresas, assegurou que os valores pagos a cada uma não são semelhantes. O pagamento, segundo ela, é feito de acordo com a capacidade operacional das firmas em causa e a extensão da área de actuação.

O representante da empresa

SGO, que também actua sector dos transportes públicos, confirmou que a dívida para com sua instituição estava cifrada nos valores acima mencionado. Os mesmos valores foram comprovados por outros empresários que

compareceram no encontro em nome de outras das 17 grandes empresas que actuam no negócio do lixo.

Nenhuma destas grandes instituições recebeu qualquer pagamento nos últimos seis meses. A mesma situação ocorreu com as pequenas empresas, cujo número se aproxima dos 20, segundo apurou-se no local.

Em declarações à imprensa, o director da ELISAL, Antas Miguel reconheceu a existência de uma dívida, mas não avançou o montante, escudando-se no facto de que um dado exacto só seria possível depois de um apurado exercício contabilístico, que em princípio deveria culminar nesta quarta - feira, como próprio prometeu à Rádio Luanda.

Mas, posteriormente, Antas Miguel foi informado que essa informação seria comunicada aos luandenses pelo vice-governador para a esfera económica, Miguel Catraio. Antes mesmo do anúncio do valor exacto da dívida, Bento Bento avançara que os pagamentos seriam honrados ainda no decorrer do presente ano, numa fase em que o Governo Provincial de Luanda acaba de entrar para o sétimo mês sem honrar os seus compromissos.

A situação é lastimosa para todos os empresários, porque as nossas empresas encontram-se há mais de seis meses sem receber nenhum tostão das autoridades. Mesmo assim continuamos a desenvolver o nosso trabalho, mas nem todos possuem fundos nesta altura para poderem homar com os salários dos seus trabalhadores”, explicou outro empresário, alertando que os seus “funcionários encontram -se há seis meses sem ordenados e ainda por cima temos de ver a questão do décimo terceiro mês que já tinha de ser pago”.

Além da falta de dinheiro para os salários, as empresas garantem ainda que no presente ano não puderam efectuar quaisquer investimentos. A isso acresce-se os constantes gastos que as operadoras têm de efectuar durante a transportação dos resíduos sólidos para o aterro dos Mulenvos por inoperância do posto de transferência do Camama, inaugurado há pouco tempo.

Os gastos correntes apresentados pelas empresas esta semana consubstanciam -se na reparação das viaturas, compras de pneus e combustível. Os dois primeiros estão associados ao mau estado que apresentam algumas vias onde os carros de lixo têm que percorrer diariamente para recolher os resíduos sólidos.

8.5 ELISAL recebeu total das dotações

Jornal O PAÍS

02 de Dezembro de 2011

Uma das informações avançadas durante o encontro desta segunda-feira foi de que a Empresa de Limpeza e Saneamento Urbano de Luanda (ELISAL) recebeu a sua dotação orçamental anual avaliada em 120 milhões de dólares.

O referido montante compreende as 12 parcelas mensais, repartidas em montantes de 10 Milhões de dólares cada, a que esta firma pertencente ao Governo Provincial de Luanda tem direito para exercer as suas actividades na capital do país.

Alguns dos presentes ainda advogaram a ideia de que os responsáveis da ELISAL deviam utilizar o montante em causa para amortizar as dívidas para com algumas operadoras, que há 1 mais de seis meses não receberam nada do Estado.

Um empresário sugeriu mesmo que “não seria nada mal se, em vez dos um milhão de dólares que algumas empresas recebem mensalmente, a ELISAL pagasse metade deste valor para diminuir a carência das nossas instituições”.

Recentemente, o porta-voz da ELISAL, Nicolau Frederico, garantiu a este jornal que a sua instituição apresentava um défice de 15 milhões de dólares, uma vez que o Orçamento Geral do Estado aprovado em 2009 contemplava somente nove milhões de dólares para a limpeza da capital.

Nicolau Frederico contou ainda que necessitavam mensalmente de 2S milhões de dólares para as suas actividades e o pagamento cabal das empresas do sector. Por causa do referido défice orçamental a ELISAL optou por juntar dotações de dois meses para honrar compromissos de um mês, uma iniciativa que aconteceu no rescaldo de uma reunião que tiveram em Janeiro com as demais operadoras.

Apesar dos 120 milhões cabimentado para a ELISAL, o engenheiro Antas Miguel anunciou em Junho deste ano que precisava de 22S milhões de dólares para manter a cidade limpa. Do último montante o Governo de Luanda passaria a subtrair 19 milhões para pagar mensalmente as empresas de limpeza.

8.6 Luanda à beira de um ataque de nervos

Novo Jornal

02 de Dezembro de 2011

O Almodovar não vai ficar nervoso comigo por ter adaptado o título de um de seus melhores filmes a esta crónica. Impossível não pensar nisso ao olhar para as pessoas nas nossas ruas.

Quem passa a maior parte do tempo nomadizando - às vezes sem rumo certo - no mundo e regressa, tem a vantagem de fazer comparações no tempo. É que todos nós nascemos nalgum lugar por acaso, mas depois a ligação a ele já não é por acaso. A gente anda pelo mundo mas de repente ouve o apelo de dentro e tem de voltar, nem que seja por algum tempo. Daí as comparações serem constantes e inevitáveis, sobretudo quando provocam dor.

Luanda dói muito. Sem necessidade de comparações, mas é pior quando se compara. Passados os momentos de matar saudades da família e dos amigos, parece que o ar está rarefeito e os olhares perdidos. "Como queres que esteja ok se vou para casa e sei que não tenho nem água nem luz e além disso ainda tenho quase duas horas de trânsito para enfrentar", dizem-me:

Nestes dois pormenores - água e luz está uma das causas dos nervos em alvoroço. O trânsito acrescenta para todos, quer tenham carro ou não. Até para quem vai a pé. Estes têm um motivo adicional para estar nos limites. Buscando os rendimentos no informal (ou paralelo ou precário, hoje nem ligo para as diferenças), passam os dias numa vida oscilatória.

Um aspecto crucial do trânsito luandense é causar dose dupla de irritação nos ocupantes dos veículos, perdas monumentais de produtividade e alta ansiedade nos vendedores que sobrevivem nos cruzamentos. Estudar detalhadamente o trânsito é estudar o comportamento dos luandenses.

Perante a água e a luz, temos duas camadas de habitantes. Os que têm alternativas e a maioria que não tem. No primeiro caso os gastos são altos e a manutenção problemática. Só no meu círculo de relações, há famílias com os geradores parados.

I Mas chama a atenção o custo que o referido aparelho implica para a reserva de divisas do país.

Milhões em geradores

Considerando uma média unitária de sete mil dólares, por cada bloco de cinquenta mil geradores, são 350 milhões. Depois meta-se o custo do combustível. Na soma de alguns anos teríamos um aporte importante para reforçar o abastecimento público.

Os que não têm meios alternativos sonham em juntar dinheiro para comprá-los, alguns têm mesmo esse objectivo como prioritário... Perante isso não é preciso ser desequilibrado emocional para ficar com os nervos à flor da pele. Porque a pele - de qualquer cor - tem flor. Então, as irritações afloram a nível individual multiplicado pelos quatro milhões de habitantes. Transeuntes contra polícias e vice-versa; entre vendedores e clientes na hora de fixar ou constatar preços; entre funcionários e outros cidadãos perante o peso de certas exigências relativas a requerimentos; dos alunos em relação aos professores; dos doentes em relação ao pessoal médico; dentro das famílias a propósito das tarefas de cada um para minorar os efeitos das carências.

O choque verbal individual funciona como válvula de escape. Só que são inúmeras e fazem ruído. Há escapes mais silenciosos. Um vendedor de canetas quis me venderas ditas cujas ao preço do champanhe, talvez por ver minha pele clara (se bem que bronzeada porque o abastecimento de sol continua inalterar). Quando vii que, apesar da cor clara, o potencial comprador era indígena também, disse-me com muita dignidade: "tá bem pague lá o que quiser... diz mais caro porque ontem a minha mulher avisou que tá grávida".

Baixar a tensão

Viajar é outro foco de tensões. O aeroporto de Luanda melhorou muito em aspecto técnico, mas os viajantes continuam alvo de assédio a todos os níveis. Exemplo recente vivido: ao apresentar à entrada a prova de que ia viajar pediram-me dinheiro, no balcão da companhia aérea (TAP no caso) o funcionário do check impediu-me cem dólares para "perdoar" quatro quilos de excesso de bagagem, perdão "que não pedi e insisti em pagar contra recibo, irritando o dito funcionário.

Muitos passageiros cedem com receio de retaliações sobre a bagagem. Já vários me disseram isso. Até estranhei ter sido tão bem tratado pela funcionária do SME, pois na vez anterior isso não aconteceu. Devo dizer que não era a mesma funcionária. A desta vez era bonita e elegante, ao contrário da anterior, fazendo-me pensar em hipotética relação da beleza com educação ou com ausência de abuso de poder.

Não levem a mal estas considerações. Dêem-me desconto se estou a baixar o nível e a disparatar, se calhar também estou à beira de crise nervosa. É isso que acontece em tais circunstâncias: as pessoas entram na "baixaria".

Vou ver se me acalmo e falo sério. Por exemplo, em todo este contexto há uma inteiração de responsabilidades entre Estado e Sociedade, por dois motivos principais: o Estado em Angola tem uma composição aprovada

por cerca de 80% dos cidadãos há pouco mais de três anos; as iniciativas da sociedade - incluindo as empresas - estão a quilómetros de profundidade comparadas com as de outros países até da sub-região.

Isto não muda nada ao ataque nervoso. Muitos integrantes das instituições e seus eleitores também não conseguem estar satisfeitos (como diz a clássica dos Rolling Stones). Além deles há os que protestam. Sozinhos ou em conversas de amigos ou em rumores sem origem definida ou até, por vezes, apelando a manifestações.

É bom que existam e a própria maioria eleitoral devia facilitar-lhes a vida, banalizando o direito à manifestação, criando até espaços físicos para tal. Algumas seriam políticas, mas de certeza surgiriam manifestações artísticas, busca de solidariedade cívica ou atos por melhorias localizadas. Animava a cidade, libertava criatividade e acalmava os nervos... que estão à flor da pele. Sobretudo se ao mesmo tempo aparecesse mais água e luz.

8.7 PR `desliga`ministra da energia e águas

Jornal O PAÍS

02 de Dezembro de 2011

O presidente da República, José Eduardo dos Santos, exonerou esta quinta-feira a ministra da Energia e Águas, Emmanuel Vieira Lopes, confirmando desse modo as suspeitas que há muito se levantavam em tomo do seu futuro à frente do pelouro. Em substituição, o Chefe do Executivo promoveu o até agora secretário do estado para a Energia, João Baptista Borges.

A situação de restrição de fornecimento de energia eléctrica a cidade de Luanda terá acelerado a queda da Emmanuel Vieira Lopes. A ex - ministra já não abordava publicamente assuntos do seu ministério, em detrimento de João Baptista Borges.

O sinal mais evidente dessa situação aconteceu quando o Ministério da Energia e Águas foi convidado a falar no programa 'Espaço Público' da Televisão Pública de Angola. João Baptista Borges foi quem apareceu em detrimento da ministra Emmanuela Vieira Lapes.

O gerador tomou-se, em Luanda, na principal fonte de energia eléctrica já que a energia da rede pública é fornecida alternadamente. Há dias foi atribuída ao Ministério da Energia e Águas a informação segundo a qual as restrições teriam o seu fim em Dezembro, mas o mesmo ministério reagiu desmentindo a notícia, sem contudo avançar o horizonte temporal para a regularização da situação.

8.8 Sistema de tratamento em fase de apreciação

Jornal de Angola

02 de Dezembro de 2011

A cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, pode ganhar, nos próximos dois anos, um sistema de tratamento de águas residuais, para melhorar o saneamento da urbe e garantir a qualidade de vida dos seus habitantes.

O projecto, orçado em cerca de 11,4 milhões de dólares, foi apresentado quarta-feira aos membros do governo e aos empreiteiros da província pela empresa consultora SETEC, de nacionalidade austríaca e baseada na Namíbia.

A empreitada vai compreender a construção de uma rede de tubagem no casco urbano da cidade e vários pontos de bombeamento que vão lançar a água ao centro de tratamento do líquido.

Evangelista Kamaty, da direcção provincial da Energia e Águas, considera uma mais valia o projecto, já que a cidade se situa numa zona plana que não permite a drenagem natural das águas produzidas pelos moradores.

O projecto, disse, vai merecer, nos próximos dias: a apreciação e aprovação do governo da província, e uma vez concretizado, vai beneficiar a população da cidade, no que diz respeito à higiene e diminuição das doenças de origem hídrica.

As águas, depois de tratadas, podem ser aproveitadas para a irrigação, por conterem alto teor de minerais que contribuem para o bom desenvolvimento das plantas.

8.9 EPAL aposta em novas tecnologias para melhorar resultados financeiros

Jornal Expansão

02 de Dezembro de 2011

Tal como acontece com grande parte das empresas públicas prestadoras de serviços, a EPAL continua a registar resultados financeiros negativos, e a actual administração está apostada em alterar o referido quadro nos próximos dois anos, segundo o PCA Leonídio Ceita.

“Queremos transformar a EPAL numa empresa rentável dentro de dois anos. As empresas de água noutros países são grandes contribuintes do orçamento geral, e este é o nosso propósito, temos a certeza de que dentro de dois anos vamos fazer esta reviravolta”, estimou.

Entre as acções em desenvolvimento com o objectivo de alcançar tal desiderato, o gestor destacou a mudança de sistema de gestão e facturação.

“Neste momento, a EPAL está a migrar do antigo para um novo software, e durante este processo encontrámos uma série de anomalias”, adiantou, reforçando a intenção de transformar a EP AL numa empresa com resultados financeiros positivos.

Por sua vez, o director de informática e telecomunicações da empresa, Serafim Xabanda, garante que “este sistema vai permitir que a facturação seja mais eficiente”, assim como possibilitará criar melhorias “em termos de organização dos processos e maior controlo na gestão dos processos internos”.

Estimando que o novo sistema entrará em funcionamento ainda antes do término do ano, Xabanda sublinhou tratar-se de “uma tecnologia de origem alemã, robusta e que possui requisitos que permitem garantir a integridade e segurança dos dados dos clientes”. Por seu turno, no que diz respeito aos resultados financeiros, o PCA da empresa estimou em cerca de 50% os consumidores que não pagam o respectivo consumo e, sequencialmente, dos cerca de 380 milhões Kz (4 milhões USD) mês perspectivados, a empresa arrecada apenas cerca de 200 milhões Kz (2,2 milhões USD).

“As perdas financeiras são muito grandes, pelo que apelamos às pessoas para mudarem de postura e passarem a pagar o consumo da água”, disse, para depois manifestar-se preocupado com os trabalhadores que colaboram com b garimpo de água.

No entanto, alguns especialistas do sector apontam a cobrança por estimativa e as limitações técnicas da empresa para penalizar os devedores como algumas das principais razões do incumprimento dos consumidores com o pagamento.

Porém, um outro projecto realçado pelo gestor tem que ver com novas ligações domiciliárias, adiantando que o Executivo “autorizou a EPAL à assinatura de dois contratos que permitirão a ligação de 700 mil clientes e, se tudo correr como está previsto nos próximos dois anos, a EPAL terá um milhão de clientes”.

Outros projectos que visam a melhoria no abastecimento de água à capital do País têm que ver, segundo Ceita, com a construção de novos centros de distribuição e de duas estações de tratamento de água, sendo que cada terá uma capacidade de 6 metros cúbicos por segundo. Neste momento, Luanda está a ser abastecida por 5,5 metros cúbicos por segundo.

Actualmente, Luanda conta com quatro estações de produção e tratamento de água, mas apenas duas são consideradas grandes: Kifangondo e Luanda Sudeste, que produzem, respectivamente, 320 e 289 metros cúbicos.

8.10 Água para todos e energia a meio gás

Semanario angolense

03 de Dezembro de 2011

O governo da província da Lunda-Norte está a implementar, desde 2009, um programa de melhoria dos serviços básicos e alargá-los aos nove municípios. Na cidade do Dundo, foi reformado o sistema de abastecimento de água, faltando apenas substituir a rede de distribuição. Segundo Jonasse David, chefe do departamento das águas da Direcção Provincial de Energia e Águas, o objectivo é substituir por completo o sistema antigo, que tem mais de 50 anos de existência, nomeadamente a captação, distribuição e toda sua rede.

Para atender à capital da província diamantífera, existem centros de captação no Mussongo, com capacidade de bombear 300 metros cúbicos de água por hora, e em Cazunda, com 120, perfazendo assim 420 metros cúbicos disponíveis por dia.

A unidade do Mussongo está situada numa das três nascentes do rio com o mesmo nome e foi reinaugurada em 4 de Abril deste ano. A duas electrobombas que já ali existiam foram adicionadas outras três, que funcionam alternadamente. A operacionalidade desse centro de captação é garantida pelos 275 kilowatts, gerados por fontes alternativas. Também foi reabilitado o centro de distribuição da cidade, tudo com fundos da linha de crédito chinesa.

Essas reformas permitiram cobrir toda cidade do Dundo. “Neste momento, os cidadãos não têm razões de queixa quanto ao abastecimento de água. Podemos dizer que, 80 por cento da população consome água potável”, defendeu Jonasse David.

Nos bairros que foram surgindo na periferia ao longo dos últimos anos, o governo implantou chafarizes. Foi igualmente construído um tanque, de 15 metros de altura, que armazena 50 metros cúbicos de água e tem como missão levar o precioso líquido aos fontanários para atender à nova cidade, que está a ser erguida nas imediações do bairro Samacaca.

Vai, ainda, destinar-se a futuras casas, que vão ser erguidas na mesma circunscrição, no âmbito do programa de auto construção dirigida, em marcha na província.

A única preocupação, no que ao abastecimento de água diz respeito, é a degradada rede de distribuição.”A rede do sistema antigo é constituída por tubagens metálicas, que, pela antiguidade, não tem capacidade de aguentar a pressão da água. Tal facto impõe algumas limitações ao fornecimento. Nós temos capacidade de abastecer a população durante 24 horas por dia, ininterruptamente, mas actualmente disponibilizamos apenas 12 horas, o que garante, no mínimo 100 litros de água por cada habitante», explicou.

Os outros municípios da província também beneficiaram de investimentos. No Cuango, construiu-se um centro de captação maior do que a que lá existia, havendo previsões de se edificar igualmente outros em Cafunfo e Xá Muteba.”Em todas as sedes comunais e municipais há água potável. A intenção agora é chegar até às aldeias, onde também vive uma boa parte da população da província», disse a concluir Jonasse David.

Energia às piscas

Se, por um lado, o sector das Águas tem vindo a melhorar, o mesmo não se pode dizer da energia eléctrica, que ainda tem um longo trajecto a percorrer, se se quiser atingir a excelência. Recentemente, o executivo daquela província, ao abrigo também da linha de crédito da China, reabilitou as redes de média e baixa tensões.

Ainda assim, a situação não foi resolvida. São muitos os bairros com irregularidades no fornecimento e outros até que ainda não beneficiam deste bem. Nos bairros Muaguvo, Caxinde, Estufa, área Comercial e Caibundji, os cortes são constantes.

A iluminação pública também mereceu atenção do governo, mas só no centro da cidade e em algumas vias estruturantes, no interior dos bairros, ainda é a penumbra que domina. E mesmo na cidade, é notória a presença de geradores potentes, que alimentam, quase que permanentemente, os principais estabelecimentos e várias residências.

Apesar desse quadro, os responsáveis da Empresa Nacional de Electricidade estão optimistas. Para eles, a situação não é preocupante e os cidadãos têm poucas razões de queixas.

«Podemos considerar que é satisfatória a distribuição de energia à cidade do Dundo, porque tivemos a reabilitação da rede de média e baixa tensões e os circuitos de iluminação pública, o que permitiu recuperar as perdas de energia que anteriormente se verificavam», argumentou. Esse trabalho permitiu fazer novas ligações (cerca de 5 mil»), explicou Afonso Sangumbe, chefe do departamento de distribuição de energia da ENE. O respon-

sável fez saber ainda que a empresa está a proceder à expansão da rede aos bairros que foram surgindo e que não beneficiaram das ligações iniciais.”Foram também montados 33 postos de transformação com maior potência (630 KVA contra os anteriores 500 KVA), o que falta é reabilitar a nossa barragem, que já não tem produzido o suficiente para a cidade do Dundo», ajuntou.

Apesar de ser banhada por inúmeros rios, a província da Lunda-Norte não está dotada de barragens, possuindo apenas uma. A central hidroeléctrica de Luachimo possui uma potência instalada de 8 megawatts, mas só disponibiliza metade. Além dessa, a cidade do Dundo conta ainda com 1 megawatt, proveniente de uma central térmica.

8.11 Cortes de energia derrubam Ministra

Jornal ANGOLENSE

03 DE Dezembro de 2011

O”pano caiu”na tarde de quinta-feira, 01, quando uma notícia foi avançada pela única agência pública do país, citando um despacho do Chefe de Estado que dava conta da exoneração da Ministra da Energia e Águas, Emanuela Bernadeth Afonso Vieira Lopes, assim como do Secretário de Estado para às Águas, João Baptista Borges, este último, também, nomeado para o cargo deixado por Emanuela Vieira Lopes.

A exoneração da ministra é resultado das”mais de mil e uma”promessas feitas pela mesma, durante o seu consulado, que foi mergulhado por um clima de”acende, apaga”. A capital do país é a principal lesada.

A cidade de Luanda vive diariamente o problema da falha de energia que, além dos transtornos decorrentes dessa falha, começam a surgir indícios de que o barulho provocado pelos geradores contribui para o surgimento de problemas de saúde. Recentemente, num rumo pouco saudável do pelouro de Emanuela Lopes, os trabalhadores decretaram greve reivindicando melhores condições salariais e sociais. A greve foi já levantada. A agravar esta situação, a maioria dos postos de combustível de Luanda deixou de fornecer gasóleo em vasilhame de plástico a quem o procura para alimentar os geradores. São poucas as bombas que permitem esse tipo de abastecimento e, no cair do dia têm enormes filas de pessoas à espera de gasolina para os seus geradores. Um dos”truques”que começa a ser usado é abastecer a viatura e levando bidões no porta-bagagem.

Numa das entrevistas, a ex-ministra havia prometido que os constantes cortes na capital deviam-se a obras de

manutenção nas barragens de Kapanda e Cambambe, mas para o efeito, os trabalhos estavam num ritmo acelerado e tinha como prazo limite dos apagões o mês de Novembro. Mas já na segunda quinzena, o discurso mudou apontando o dia oito de Dezembro como o fim dos cortes de energia eléctrica.

8.12 João Borges no cargo em "momento difícil"

Jornal de Angola

03 de Dezembro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deu posse ontem ao novo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, nomeado quinta-feira para o cargo em substituição de Emanuela Vleira Lopes, que dirigiu o pelouro desde 2008.

"Numa cerimónia decorrida no salão nobre do Palácio da Cidade Alta, com a presença do Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ministros e assessores do seu gabinete, o Presidente desejou ao novo ministro "coragem e êxitos", considerando que o sector atravessa "um momento muito difícil".

Num breve discurso após dar posse ao novo membro do elenco governativo, o Chefe do Executivo realçou que o "grau de desempenho do sector eléctrico dos últimos dois anos não é satisfatório" e disse que neste semestre do ano espera por "resultados ainda piores" que nos primeiros seis meses.

O Presidente referiu-se a vários aspectos de âmbito interno do Ministério, realçando a fuga de quadro!! que podiam ser mais-valias para o pelouro.

"Muitos dos quadros com conhecimento e experiência estão a sair do sector porque não concordam com as políticas que estão a ser seguidas e por outras razões", disse, apontando ainda para enormes quantidades perdidas de energia produzida e um sistema de distribuição e venda de energia ineficiente. O Chefe do Executivo mostrou-se confiante e esperançoso no bom desempenho do novo titular, a julgar pela "boa preparação técnica e a formação académica em electrotecnia" que possui.

"Estou convencido (...) que vai ser capaz de motivar os trabalhadores do sector eléctrico", disse o Presidente José Eduardo dos Santos, que espera que o novo ministro da energia e Águas se valha da sua própria experiência por ter sido "bom gestor empresarial, com larga experiência prática no trabalho do sector de muitos anos".

O Presidente José Eduardo dos Santos disse esperar que João Baptista Borges seja capaz de "motivar os quadros e congregar à volta de si as competências necessárias

para a garantia da execução dos programas e projectos de curto, médio e longo prazo já aprovados pelo Executivo". O Conselho de Ministros aprovou no dia 31 de Agosto de 2011 a Política e a Estratégia para o Sector Energético, documento que estabelece as linhas de força para o desenvolvimento deste sector, tendo em conta a necessidade de se fornecer energia a preços acessíveis a toda a população, bem como satisfazer a crescente demanda de energia eléctrica para a promoção do desenvolvimento industrial, tecnológico, económico e social do país.

8.13 Corte de energia irrita luandenses

Jornal AGORA

03 de Dezembro de 2011

A ex-ministro da Energia e Águas, exonerada esta semana revelou, recentemente, que as restrições no abastecimento de energia eléctrica à cidade de Luanda poderia terminar depois de implementados os programas no Soyo, Cambambe, Laúca, Caculo Cabaça e Keve Ebo até 2016 que deverão gerar cerca de cinco mil Megawatts.

Filomena Vieira Lopes (E.L.) chegou a referir, na Assembleia Nacional, durante os debates na especialidade do Orçamento de Estado para 2012, que se o programa do Executivo para o sector for integralmente cumprido, a energia poderá melhorar significativamente em 2013 e a partir de 2017, os principais problemas estarão praticamente resolvidos.

Grande parte da energia vem do aproveitamento hidroeléctrico de Capanda, que neste momento beneficia de trabalhos de manutenção das turbinas.

De acordo com a ex-governante, a manutenção afigura-se necessária pelo tempo de funcionamento das máquinas. Existe um cronograma com paragem periódica de 20 dias para manutenção de cada um dos grupos geradores e, além disso, a barragem "enfrenta um ano seco", em que as chuvas não se reflectem imediatamente na albufeira.

"Pensamos ter a normalização da albufeira por volta do dia 10 de Dezembro", indicou E.L., esclarecendo ainda que a barragem tem um nível de reserva de água para funcionar durante o período seco.

Ao utilizar a água, a albufeira vai baixando até um ponto crítico que não pode ser ultrapassado. Neste momento, a água atingiu o nível laranja, abaixo do qual a hidroeléctrica não pode funcionar.

Cambambe. Esta barragem também não pode ser alternativa por estar a beneficiar de obras de reabilitação previstas para serem concluídas em finais de 2012.

“No caso concreto de Luanda, ainda que melhore a produção, o problema persistirá na distribuição. Além disso, os dois barcos geradores flutuantes adquiridos para reforçar a iluminação da capital foram sabotados antes de entrarem em funcionamento”, esclareceu uma fonte da Edel, para quem “o cenário é ainda mais ‘bicudo’ do que o apresentado”.

A mesma fonte, lembrou ainda que os geradores custaram milhões de dólares, e terão sido danificados com a conivência de Ichico espertos’ ávidos de proteger os seus interesses empresariais.”Estas toupeiras têm empresas de comercialização de geradores e de equipamentos eléctricos. Por isso vêem o abastecimento regular de energia das barragens prejudicial aos seus negócios”.

Como se pode depreender a melhoria da energia eléctrica à cidade capital ainda não se vislumbra num horizonte próximo devido às irregularidades pluviométricas.”Não ocorrendo chuvas regulares é claro que as albufeiras não encherão tão cedo e os problemas do fornecimento dia sim, dia não, persistirão”. Referindo que o Executivo está a trabalhar para o reforço da capacidade de abastecimento de Luanda e de outras localidades do país, E.L. admitiu que algumas cidades beneficiarão de um aumento de potência eléctrica a curto prazo. Nesta ordem de ideias, Luanda passará a contar com mais 230 megawatts, Benguela e Namibe 20, Lubango 80, Huambo 15, Menongue, Ondjiva, Lunda-Norte 10 cada e Lunda-Sul 7,5. A cidade do Cuito, com uma nova central, terá também mais 10 megawatts, o mesmo que Luena. No Zaire está em curso a construção de uma central térmica de 400 megawatts para abastecer Soyo e Mbanza Congo.

Na mesma ocasião, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, anunciou que o Executivo está a trabalhar para a redução sustentada dos subsídios, com base em programas de reestruturação das empresas públicas, como a Empresa Nacional de Electricidade (Ene), Empresa Pública de Águas de Luanda (Epal) e de Distribuição de Electricidade de Luanda (Edel).

Os programas de reestruturação envolvem custos orçamentais necessários para assegurar e só depois implementar os programas. Por esta razão, as transferências dos subsídios manter-se-ão, sendo reduzidas à medida da capacidade que as pessoas tiverem de pagar um preço mais alto pelos serviços, tornando as empresas mais rentáveis. Por sua vez, o ministro das Finanças, Carlos Lopes, garantiu que a concretização da política fiscal e monetária poderá reduzir as taxas de juro e de inflação.

A redução dessas duas variáveis deverá conferir maior qualidade de vida aos cidadãos.

8.14 Lixo vai”engolir o bairro das pedrinhas

Jornal ANGOLENSE

03 de Dezembro de 2011

Lixo, águas paradas e muita desordem tomou conta do local. Não se faz limpeza. Os moradores da zona dizem que a administração nada faz para dar solução ao problema, que afecta não só os moradores da zona, mas os compradores e todos que por aí passam devido a poluição produzida pelos vendedores.

As vendedoras ambulantes também chamadas por zungueiras, dizem estar a vender fora do mercado dos Congolezes porque no interior não há espaço para todos, desde o dia em que o mercado foi reabilitado encurtaram as bancadas, para além de que, como defendem, vender na rua a mercadoria tem melhor rendimento.”O problema consiste nos agentes da polícia que nos correm todos os dias, por não ser local ideal para trocas comerciais”, realçaram, acrescentado em seguida, que começaram a vender nos Congolezes desde que o Roque foi transferido para o Panguila. Grande parte das vendedoras diz viver distante e o Panguila longe.

Se por um lado os moradores queixam-se de que o mercado se espalhou por tudo quanto é canto, por outro os moradores falam das constantes corridas protagonizadas pela polícia. Os vendedores que se mostram agastados com a actuação dos agentes, defendem a necessidade da criação de um sindicato para os defender.”As vezes os polícias e fiscais ficam a civil, levam o nosso negócio e não temos o que fazer”, lamentaram. Durante a nossa reportagem presenciamos isso mesmo, vendedoras a correrem de um lado para o outro na sequência das chamadas”corridas da polícia”. Para além das zungueiras, a polícia também implica com os taxistas que ficam sem alternativas por onde parar. Ngunza Maquiesse, um dos taxistas reclamou que não tem sido fácil circular no perímetro do mercado devido as águas paradas e lixo. “O nosso problema não é apenas o lixo, mas também as pessoas que vendem em todos os sítios”, disse.

Durante o nosso trabalho constatamos que o mercado estava sujo no seu interior, uma vez que às segundas-feiras não abre as portas ao público, ou seja, são dias para a limpeza.

Em relação ainda a limpeza, os vendedores reclamam do débil serviço prestado na medida em que as latrinas estão em más condições de conservação.”Pagamos uma taxa diária e até agora nada se resolve”, reclamou um dos vendedores. Tentamos contactar o administrador do

mercado para saber de quem é a responsabilidade dos vendedores que se encontram instalados na parte exterior do mercado, mas não tivemos êxitos, uma vez que o mesmo se encontrava fora de Luanda em missão de serviço.

8.15 Ex-deputados garimpam água

Jornal ANGOLENSE
03 de Dezembro de 2011

“A água é a fonte da vida”. Surpreende-me Doroteia Neto, uma menina de 5 anos, que reside no bairro Maria Eugénia Neto, ex-município de Kilamba Kixi, quando interrogado sobre a importância deste líquido.

A pequena acompanhada pela irmã Domingas Neto, 18 anos, procuravam certificar se havia água num fontanário local que há quatro meses não jorra o líquido. Domingos, que estuda no colégio “Bom Deus”, reforçou a afirmação da Doroteia. “Não importa quem somos, o que fazemos, onde vivemos, nós dependemos da água para viver”, atira.

Neste pequeno diálogo, Domingas Neto descobriu que estava a ser interrogado por um jornalista. “Neste bairro temos um problema grave”, queixa-se, denunciando o garimpo de água no Complexo Vila Estoril, onde vivem ex-deputados à Assembleia Nacional. “Antigos deputados à Assembleia Nacional que moram neste condomínio estão a nos prejudicar, devido ao garimpo de água que praticam”, acusou.

Neste bairro a água chegou por iniciativa dos próprios moradores que adquiriram o material de canalização e, sobretudo, sem contar com ajuda da EPAL. “No condomínio existe um reservatório de grande calibre. Sem que este enche, nós não temos água”, reivindicou Armindo Joaquim Titi, um dos moradores do bairro.

“É uma vergonha, a gente ficar sem água por tanto tempo. A EPAL deveria tomar medidas contra estes ex-deputados”, disse Ndoloxi Nquembí, também morador do bairro.

Ndoloxi Nquembí vive com o marido e sete filhos e alega que é impossível ficar sem água. “Nós sofremos com esse problema todos os dias. Reclamar já não adianta mais, as contas são enviadas todos os meses para pagamento, isso eles não esquecem de mandar”, disse um morador que se identificou apenas por Manuel. Para os moradores, a operação levada a cabo pela EPAL e que destruiu tanques ilegais em todos os bairros em Luanda, poupou “este gigante” que regularmente penaliza os moradores desta zona. “Já denunciámos este assunto a EPAL, mas até aqui não há solução”, acrescentou um

membro da comissão de moradores, Luti Sebastião. Segundo o mesmo, os ex-deputados desviam a água da conduta para os seus reservatórios deixando os moradores sem água potável. “Eles têm uma pensão de reforma vitalícia, qual é a razão para castigar a população?”, questionou-se Ntangu Maluezo, um dos moradores.

Se pouca gente tem acesso a água canalizada, mais de 10 mil moradores dependem da água de tranques, para atender as necessidades básicas, como por exemplo, cozinhar e tomar banho.

O problema de garimpo leva a população a procurar alternativas que têm vindo a criar sérios problemas de saúde aos habitantes. “Com o desvio da água por parte dos ex-deputados, agora estamos tramados”, reclama o ancião Teca Kiabwa.

Um ex-deputado que solicitou o anonimato, reconheceu haver negócio de água no condomínio, mas negou que o reservatório esteja a prejudicar os moradores. “Ninguém está a prejudicar os moradores, pelo contrário, a água na conduta principal não tem pressão”, justificou, acrescentando que, os valores da venda de água são depositados num fundo que serve para manutenção do próprio condomínio.

Segundo este ex-deputado, apesar de não estarem no activo, ainda são defensores absolutos do povo. “A EPAL tem conhecimento da situação. Ninguém está agir a margem da lei”, defendeu. Segundo ele, para evitar o problema a EPAL deve reforçar a sua capacidade de distribuição a nível do bairro. “Os próprios moradores que têm água canalizada são os principais negociantes ilegais de água. O senhor jornalista entra no bairro e vê dezenas de mangueiras a abastecer tanques e caminhões”, contra-atacou. Na sua opinião, a EPAL deve “urgente-mente” efectuar uma fiscalização no bairro e concluirá que os próprios moradores se prejudicam-se entre si.

8.16 Desperdício prejudica consumidores

Jornal ANGOLENSE
03 de Dezembro de 2011

O economista Antínio Danião lamenta a “cultura de desperdício”. “A cidade capital está cercada por dois rios principais. A norte temos o rio Bengo e a sul temos o rio Kwanza e com enorme caudal. Para que tanta carência de água em Luanda?”, questionou economista.

Para ele, num dos países mais ricos em água doce, as cidades enfrentam crises de abastecimento, das quais não escapam nem mesmo as localizadas a beira dos rios.

“Os munícipes não recebem água de forma regular, não podem confiar na qualidade da água que chega nas suas torneiras”, acrescentou, salientando que, a inércia política dos governos agrava substancialmente a crise da água. De acordo com este economista, a escassez da água afecta directamente a qualidade de vida das pessoas. Por sua vez, o sociólogo António Muanda, defende a transformação da indústria da água num negócio justo para servir todos.

“A EPAL deveria explorar soluções aceitáveis e desenvolver uma série de opções de regulação para os pobres e para os que não são servidos”, argumentou. De acordo com o sociólogo a operadora deveria ir para além da protecção dos consumidores, mas também encontrar outras soluções”urgentes”aos”não consumidores”.

António Muanda não está contra, o sector das águas ser assegurada pelo sector público, mas defende também o envolvimento do sector privado.

“O envolvimento do sector privado melhora a sustentabilidade e a própria qualidade dos serviços”, opinou, acrescentando que, a EPAL deve estabelecer um quadro de uma boa gestão tendo em vista o aumento da capacidade de expansão da rede de modo a tornar os serviços mais fiáveis.

“O investimento deveria ser devidamente planificado e alinhado com a estratégia de desenvolvimento, assegurando assim o princípio da sustentabilidade económica e financeira da empresa”, referiu.

Projectos de melhorias já em curso segundo um relatório da EPAL que o Angolense teve acesso, admite haver ainda problemas com o fornecimento de água nos bairros sub-urbanos da capital. De acordo com o documento, a situação acima referida, poderá ser ultrapassado com a conclusão dos vários projectos em curso. Segundo o documento, há um projecto de construção de”girafas”em vários pontos da capital do país, a fim de abastecerem os camiões cisternas e estes por sua vez, servirem à população e automaticamente dar cobro a carência de água em algumas localidades.

“O”garimpo de água”constitui uma das grandes preocupações da EPAL, pois a actividade causa graves prejuízos económicos à empresa, assim como periga a saúde pública», explica o documento. A água consumida em Luanda apresenta as qualidades exigidas pela Organização Mundial da Saúde.

A água é analisada em laboratório, antes de ser distribuída ao público consumidor”, diz o documento, para quem a produção da água cumpre com todos os requisitos, porque”a água sai bruta do rio e até a saída da estação, apresenta-se com boa qualidade, chegando, às vezes, sem a devida qualidade às residências devido ao

mau estado das condutas”. A rede apresenta-se cansada por causa do tempo, facto que leva, refere o documento;”a EPAL a pedir aos populares a colocarem algumas gotas de lixívia ou ferver a água antes de a consumir, mormente naquelas zonas que se encontram distantes das estações de tratamento de água”.

Para evitar que as pessoas continuem a consumir água imprópria e com origem duvidosa, vendida por camiões cisternas e tanques, a EPAL fez, durante o ano passado, investimentos naquelas áreas desprovidas de rede de canalização ou cujas condições não permitem a instalação desta rede, tendo construído cerca de duzentos fontenários. A EPAL está bem em termos de produção de água potável, mas”não muito bem em termos de distribuição, por falta de uma boa rede, por isso pretende-se, este ano, estender a rede de distribuição de água potável em toda a cidade.

A redução da pressão de água em algumas zonas de Luanda, é uma das razões que faz com que alguns populares optem por um comportamento pouco comum, como por exemplo, o garimpo.

8.17 EDEL e EPAL borrifam-se sobre os moradores

Semanário Factual

De 03 a 10 de Dezembro de 2011

A carência de energia eléctrica e de água potável tem levado os moradores dos Zangas a acreditarem que a EPAL e a EDEL se têm borrifado sobre a questão da água potável e da energia eléctrica.

A EDEL, responsável pelo fornecimento de energia eléctrica, tem declinado responsabilidades quando à sua actividade, pois centenas de postes de iluminação espalhados pela zona estão pagados há meses, sem intervenção visível para a substituição das lâmpadas.

Quanto à EPAL, também não dá conta da sua actividade, uma vez que a água fornecida mal chega às torneiras das residências dos Zangas, e a pouca que aparece vem sem pressão atingindo apenas algumas casas.

Por esse facto, os moradores dos Zangas retiraram os contadores e cavaram a terra até descobrirem o tubo que transporta a água. Mesmo assim, a água não vem, pelo que a solução é recorrer a residências onde existem, porventura, tanques reservatórios.

É uma questão confrangedora, pois, sem água nem energia eléctrica, os moradores não podem desenvolver as suas tarefas do dia-a-dia.

É caso para a intervenção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC, sendo uma violação dos direitos humanos.

8.18 EPAL aposta em novas tecnologias para melhorar resultados financeiros

Jornal Expansão

02 de Dezembro de 2011

Tal como acontece com grande parte das empresas públicas prestadoras de serviços, a EPAL continua a registar resultados financeiros negativos, e a actual administração está apostada em alterar o referido quadro nos próximos dois anos, segundo o PCA Leonídio Ceita.

“Queremos transformar a EPAL numa empresa rentável dentro de dois anos. As empresas de água noutros países são grandes contribuintes do orçamento geral, e este é o nosso propósito, temos a certeza de que dentro de dois anos vamos fazer esta reviravolta”, estimou. Entre as acções em desenvolvimento com o objectivo de alcançar tal desiderato, o gestor destacou a mudança de sistema de gestão e facturação.

“Neste momento, a EPAL está a migrar do antigo para um novo software, e durante este processo encontrámos uma série de anomalias”, adiantou, reforçando a intenção de transformar a EPAL numa empresa com resultados financeiros positivos.

Por sua vez, o director de informática e telecomunicações da empresa, Serafim Xabanda, garante que “este sistema vai permitir que a facturação seja mais eficiente”, assim como possibilitará criar melhorias em termos de organização dos processos e maior controlo na gestão dos processos internos”.

Estimando que o novo sistema entrará em funcionamento ainda antes do término do ano, Xabanda sublinhou tratar-se de “uma tecnologia de origem alemã, robusta e que possui requisitos que permitem garantir a integridade e segurança dos dados dos clientes”. Por seu turno, no que diz respeito aos resultados financeiros, o PCA da empresa estimou em cerca de 50% os consumidores que não pagam o respectivo consumo e, sequencialmente, dos cerca de 380 milhões Kz (4 milhões USD) mês perspectivados, a empresa arrecada apenas cerca de 200 milhões Kz (2,2 milhões USD).

“As perdas financeiras são muito grandes, pelo que apelamos às pessoas para mudarem de postura e passarem a pagar o consumo da água”, disse, para depois manifestar-se preocupado com os trabalhadores que colaboram com b garimpo de água.

No entanto, alguns especialistas do sector apontam a cobrança por estimativa e as limitações técnicas da empresa para penalizar os devedores como algumas das principais razões do incumprimento dos consumidores com o pagamento.

Porém, um outro projecto realçado pelo gestor tem que ver com novas ligações domiciliárias, adiantando que o Executivo “autorizou a EPAL à assinatura de dois contratos que permitirão a ligação de 700 mil clientes e, se tudo correr como está previsto nos próximos dois anos, a EPAL terá um milhão de clientes”.

Outros projectos que visam a melhoria no abastecimento de água à capital do País têm que ver, segundo Ceita, com a construção de novos centros de distribuição e de duas estações de tratamento de água, sendo que cada terá uma capacidade de 6 metros cúbicos por segundo. Neste momento, Luanda está a ser abastecida por 5,5 metros cúbicos por segundo.

Actualmente, Luanda conta com quatro estações de produção e tratamento de água, mas apenas duas são consideradas grandes: Kifangondo e Luanda Sudeste, que produzem, respectivamente, 320 e 289 metros cúbicos.

8.19 Lubango precisa de meios para a recolha de lixo

Jornal de Angola

10 de Dezembro de 2011

A cidade do Lubango, província da Huíla, precisa de pelo menos dez camiões basculantes e contentorizados, para a recolha eficaz de dezenas de toneladas de lixo produzido diariamente, pelos cerca de 1,5 milhões de habitantes da urbe.

“A repartição municipal do saneamento básico do Lubango tem recursos humanos suficientes, mas precisa de pelo menos dez camiões basculantes e contentorizados, para garantir a higiene dos 13 bairros da capital”, disse ontem o chefe do sector, Rafael Nguende.⁴

O responsável afirmou que a insuficiência de equipamentos adequados ao trabalho condiciona a remoção do lixo nas horas estabelecidas, apesar das estratégias em curso para a manutenção da limpeza de todas as zonas da cidade.

“Se tivéssemos mais camiões basculantes e de compactação não tínhamos lixo na cidade, até às 8h00. Esperamos que no futuro haja mais equipamento de remoção”, disse o responsável.

Rafael guende precisou que acção conta actualmente com dois camiões basculantes, duas carrinhas. 18 Tractores de pequeno e grande porte, uma pá carregadora em actividade e 14 avariadas.

Rafael Nguende disse que, para facilitar a recolha de lixo, a cidade do Lubango foi dividida estrategicamente em duas partes, como forma de permitir a intervenção das equipas nos roteiros definidos.

O responsável disse que a nova estratégia adoptada pela repartição dinamizou a recolha nas principais artérias da cidade.

Como resultado, sublinhou Rafael Nguende, os funcionários recolheram, no mês de Novembro, a quantidade recorde de cerca de 42 mil toneladas de lixo.

“A cidade produz bastante lixo, em função dos 1,5 milhões de habitantes. Temos que pensar em estratégias de médio prazo para o depósito e reciclagem dos resíduos sólidos”, defendeu.

A criação de incentivos, como o pagamento do subsídio de hora extra, estimulou a motivação dos trabalhadores, esclareceu a fonte, para acrescentar que nesse momento os trabalhadores estão mais empenhados na execução das tarefas, nos três turnos.

O responsável referiu o incumprimento dos horários, das 5h00 às 8h00 e das 18h00 às 20h00, definidos pelas autoridades, para o depósito de lixo nos contentores, como um obstáculo aos esforços dos cerca de 270 funcionários.

Rafael Nguende criticou a mentalidade de alguns munícipes que persistem em deitar lixo no chão, mesmo com os contentores vazios. Assim, apelou às populações no sentido de colaborarem com os trabalhadores, para o êxito da tarefa.

A repartição do saneamento básico responde também pelos espaços verdes na cidade do Lubango.

O responsável da repartição disse que está em curso o projecto de renovação dos solos, conservação e criação dos principais espaços verdes existentes no Lubango. O projecto de jardinagem e arborização da cidade abrange o canteiro central da avenida do aeroporto, as margens dos rios Mukufi e Caculuvar e as encostas do monte do Cristo Rei que, nos próximos meses fica livre, depois do realojamento da população residente.

Rafael Nguende frisou que o objectivo do projecto é resgatar a mística da cidade jardim de Angola (Lubango), título ostentado na era colonial. Os trabalhos incidem sobre o jardim central, do Largo Primeiro de Maio.

“Os jardins são espaços de atracção de estudantes e turistas nacionais e estrangeiros, que aproveitam as calmas paisagens para o estudo e tirar fotografias para recordação”, disse Rafael Nguende.

Lubango tem neste momento sete espaços considerados verdes, entre rotundas e praças públicas, com realce para a zona da Nossa Senhora do Monte, que constitui a maior cintura verde da cidade do Cristo Rei.

Cemitérios

O responsável lamentou a atitude de algumas famílias que insistem em enterrar os entes queridos no cemitério do Alto da Mitchia. Rafael Nguende disse que o referido campo santo está encerrado há dois anos, por apresentar superlotação. Rafael Nguende acrescentou que o cemitério da Mitchia existe há cerca de 80 anos. A Administração Municipal do Lubango, segundo Rafael Nguende, definiu como cemitérios alternativos os da localidade de Nanguluve e do Nambambe, arredores da cidade capital da Huíla.

Rafael Nguende afirmou que a Administração Municipal identificou um novo espaço na comuna da Quilemba, destinado aos enterros.

“Há algumas pessoas que persistem em enterrar cadáveres na Mitchia, quando sabemos que não reúne condições para o efeito. Se insistirmos, além de violar as normas, podemos criar problemas de saída pública, por sobreposição de corpos”, alertou o responsável da repartição municipal do saneamento básico do Lubango.

8.20 Consumo de água potável reduz doenças na comuna

Jornal de Angola

12 de Dezembro de 2011

O responsável do posto de saúde da Canhoca, Kwanza-Norte, disse, à Angop, estar satisfeito com a inauguração de um sistema de tratamento e distribuição domiciliária de água potável na comuna por contribuir para a redução de doenças. Adão Gongga afirmou serem frequentes na comuna as doenças provocadas pelo consumo de água imprópria, como é o caso das parasitoses intestinais.

Este ano, até Novembro, foram tratadas na comuna cerca 1.200 pessoas, 500 das quais aproximadamente eram crianças, com várias patologias, entre as diarreias provocadas pelo consumo de água não tratada. O sistema, inaugurado pelo governador Henrique Júnior, tem uma plataforma de captação com duas electrobombas, com capacidade para extrair 50 metros cúbicos por hora, um tanque de tratamento, e outro de distribuição, capaz de armazenar 80 metros cúbicos.

O sistema sustentado por uma tubagem, de três quilómetros e meio de comprimento, dispõe de três charizes e de outras tantas lavandarias. A obra, construída no âmbito do Programa de Investimentos Públicos do governo da província, foi construída em 14 meses.

8.21 Mais água potável para a população da Chibia

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2011

Entraram em funcionamento, na terça-feira, três sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água potável nas povoações de Santa Filomena, Nolata e sede do município da Chibia, a 45 quilómetros do Lubango, capital da Huíla.

Os novos sistemas de água, equipados com painéis solares que geram corrente eléctrica para as motobombas, capacitadas para bombear à volta de três mil metros cúbicos por hora, foram construídos no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Para garantir melhor assistência médica aos populares da localidade, foi construído um posto de saúde nos arredores da Missão Católica da Quihita. O empreendimento foi erguido num período de 150 dias e apetrechado com meios técnicos diversos e medicamentos, e custou à administração municipal da Chibia seis milhões de kwanzas.

A unidade sanitária possui uma farmácia, consultório, sala de espera, de observação, de pré-parto, parto e pós-parto. Com a abertura ao público do posto de saúde, os residentes da localidade deixam de ter de se deslocar à sede da Chibia, para cura de doenças como a malária, febre tifóide, diarreias e outras.

O hospital municipal da Chibia, por sua vez, beneficiou de obras de ampliação, contando agora com uma área reservada para acolher os familiares dos pacientes atendidos naquela unidade.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Político e Social, José Arão Nataniel, que inaugurou os empreendimentos, pediu à população, autoridades tradicionais e outros beneficiários para conservarem e preservarem os bens postos à disposição de todos.

Afirmou que a entrega dos novos equipamentos resulta da preocupação do Executivo em melhorar cada vez mais a qualidade de vida dos cidadãos, com a construção de novos postos de saúde, escolas e sistemas de

captação e abastecimento de água, em vários pontos da província. A administradora municipal da Chibia, Otilia Noloti, informou que o Programa de Combate à Fome e à Pobreza, para 2011, foi executado na ordem dos 92 por cento. Os novos serviços inaugurados vão abranger cinco mil famílias, que vivem na Quihita, Santa Filomena e sede municipal da Chibia. No município foram construídos novos postos de saúde e escolas nas localidades da Quihita, Jau, Capunda Cavilongo, sede do município e arredores. Dentro de dias vão ser entregues novos empreendimentos sociais, como pontos de água e escolas e estão em construção dois campos polivalentes.

A responsável do município da Chibia referiu, ainda, que a administração municipal distribuiu sementes diversas a camponeses associados em cooperativas, nas mais variadas localidades do município. Escola nova em Nolata O número de alunos a matricular em 2012 na localidade de Nolata vai superar a cifra de 2011, com a inauguração, ontem, de uma escola de seis salas.

O estabelecimento foi construído pela administração municipal da Chibia, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome e Pobreza. As obras foram executadas por uma construtora local e duraram 150 dias.

Para o êxito dos trabalhos, a administração municipal da Chibia empregou 31 milhões de kwanzas. O corte da fita foi feito vice-governador para o sector Político e Social, na presença da administradora municipal da Chibia, membros do governo provincial, autoridades tradicionais, pais e encarregados de educação, alunos e população em geral.

João Muhehanda, em nome dos pais, afirmou na ocasião que a escola vai melhorar os serviços de educação na localidade. "As crianças assistiam às aulas em salas provisórias e debaixo de árvores. Outras percorriam grandes distâncias para encontrar salas boas. Com a inauguração da nova escola, de seis salas, o número de crianças fora do sistema de ensino também vai diminuir", adiantou. O número de alunos na localidade aumentou de 153, em 2008, para 597, em 2011, graças às acções do governo da província da Huíla, que está a aumentar o número de salas.

Os pais e encarregados de educação da localidade de Nolata dizem reconhecer as dificuldades do Executivo em resolver todos os problemas que afligem a população, mas encorajam a prosseguir para que os resultados sejam cada vez melhores. A comunidade aproveitou a ocasião para pedir a construção de um posto de saúde e uma casa para os professores e para albergar os alunos oriundos de outras localidades da província.

José Ferreira, que leu a mensagem dos professores, disse que com as novas condições passa a ser possível desenvolver o processo de ensino e aprendizagem com maior eficiência, de forma a munir os alunos de conhecimentos, hábitos, habilidades, atitudes e competências, que lhes permitam contribuir para o processo de desenvolvimento do município da Chibia.

José Arão Nataniel pediu aos pais para incentivarem os filhos a irem à escola e desafiou os adultos a aderirem ao programa de alfabetização, porque as condições assim já o permitem.

8.22 Abastecimento de água está reforçado

Jornal Angola

15 de Dezembro de 2011

A governadora provincial da Lunda-Sul, Cândida Narciso, inaugurou ontem, na localidade de Itengo, a 50 quilómetros da cidade de Saurimo, um sistema de captação e distribuição de água potável.

A referido sistema, erguido em três meses, custou 19 milhões de kwanzas e tem capacidade para bombear 2.500 litros de água para um tanque reservatório, a partir do qual o líquido jorra por gravidade nas torneiras públicas, lavandarias e balneários. A governadora apelou ao uso racional deste bem e incentivou todos a apostar na agricultura, ordem e higiene, para tornar a vila um lugar acolhedor.

A regedora do Itengo, Carlos Muatxitambuila, defende a expansão destas iniciativas, reabilitação da via de acesso a Saurimo, além de sublinhar a necessidade da Polícia Nacional repor a ordem e tranquilidade, alterada, principalmente, devido ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas e drogas.

Segundo o director provincial de Energia e Águas, Tito Cassongo, o programa "Água para Todos" chegou a 24 localidades, das 59 inicialmente inscritas.

8.23 Aumento salarial e condições de trabalho agitam águas

Novo Jornal

16 de Dezembro de 2011

NA segunda-feira, dia 12, os trabalhadores da Empresa de Distribuição de Águas de Luanda (EPAL) paralisaram as suas actividades laborais, para reivindicar melhores condições de trabalho e reajuste na tabela salarial. Com o lema "por uma EPAL unida, salário

justo, água para todos", cerca de 500 funcionários afluíram em massa ao hall de entrada da subestação do Marçal, onde exibiram cartazes que espelhavam o seu descontentamento face à situação crítica vivida na empresa.

Mariana Pinto tem 41 anos e é funcionária da empresa há mais de 20 anos. Segundo ela, o salário que aufer, de 32 mil (kz), não chega para custear as suas necessidades, tendo em conta que, a cada dia que passa, os preços dos produtos básicos estão mais caros.

"Este salário que ganho não chega para fazer nada. Tenho seis filhos e todos eles precisam de mim. Os chefes dizem que vão aumentar o salário e até ao momento nada fazem. Nós estamos cansados disso", desabafou a funcionária.

Mariana Pinto reclamou também das condições de trabalho que, no seu entender, são "precárias e desumanas". Contou que exerce a função de empregada de limpeza. Mas a empresa não tem sequer uma esfregona em condições que permita trabalhar com normalidade.

"Eu e as minhas colegas da área da limpeza trabalhamos com materiais degradados. As esfregonas são antigas e, muitas vezes, limpamos o chão com trapos inadequados", contou.

Quem também protestou por causa do salário minúsculo foi Teodoro Francisco. O trabalhador diz não compreender como é que os patronos usam viaturas top de gama e dizem que a empresa não tem dinheiro para aumentar o salário dos funcionários.

"Os chefes dizem que não há condições para aumentar os salários, mas a empresa investiu quase 4 milhões de dólares em viaturas de luxo. Para se ter uma noção, os nossos administradores estão agora com o último grito do Nissan Patrol, que custa 141 mil dólares, e a empresa ainda nos diz que não tem dinheiro!", exclamou o trabalhador, salientando que o ordenado que ganha não chega para sustentar a família e cobrir as outras necessidades, como a renda de casa e a escola dos filhos.

Severino. Macaia, também trabalhador da EPAL, pediu ao novo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que leve a peito as reivindicações dos trabalhadores, porque cada vez mais o Conselho de Administração da EPAL "tem-se mostrado desinteressado" em resolver os problemas dos funcionários.

Contactado por esse semanário, Domingos Paciência porta-voz da EPAL, disse que, as negociações entre a empresa e o sindicato dos trabalhadores nunca pararam e continuam a decorrer de forma a pôr fim a actual greve que se verifica na empresa. Acrescentou por outro lado que, os problemas que a empresa enfrenta actual-

mente são marcas da antiga direcção e tudo se está a fazer para ultrapassá-los. Aquele porta-voz disse ainda que, em Outubro do ano em curso fez-se um aumento salarial nas categorias mais baixas na ordem dos 40 por cento, por formas a minimizar a situação. Domingos Paciência pediu calma aos trabalhadores e que retomem os seus postos de trabalho, porque segundo disse, "há um grande vontade por parte da entidade patronal em melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas é preciso que se faça de forma gradual, porque a empresa também não dispõe de tantas condições financeiras".

8.24 Kangamba "«fura»" grave na EPAL

Semanário ANGOLENSE
17 DE Dezembro de 2'11

O empresário e político Bento dos Santos "Kangamba" voltou a fazer de "bombeiro", ao apelar às suas inegáveis capacidades de negociação para evitar uma greve geral dos trabalhadores da EPAL, convencendo-os a assim não proceder, ao fim do entendimento que conseguiu entre as partes até então desavindas, a resolução dos problemas que estão na base do descontentamento dos "operários".

Os trabalhadores da empresa distribuidora de água potável à capital do país estavam dispostos a paralisar as suas actividades, o que resultaria em problemas inimagináveis para a cidade capital em relação à obtenção do precioso líquido já em si algo difícil nos dias que correm, devido a questões de carácter técnico e financeiro, agravados supostamente por uma gestão que eles consideram danosa.

De resto, Luanda vive actualmente momentos nada bons no abastecimento de água, com carências gritantes do precioso líquido em grande escala. Não há nenhum município da cidade que se possa sentir "privilegiado" em relação a isso. Até prédios que habitualmente recebiam água no caso urbano da cidade estão hoje privados dela. A situação é pior à medida que se alarga o raio. Fala-se que a água não tem chegado aos centros de tratamento distribuição.

A deficiente manutenção ou o estado obsoleto das condutas também têm a sua quota-parte de "responsabilidade" nos problemas de distribuição que a EPAL não tem conseguido superar. A falta de planos de reparação da rede acaba por causar problemas adicionais, como a abertura "anárquica" de buracos e mais buracos nas vias, provocando assim dores de cabeça aos automobilistas e transeuntes.

Voltando ao caso da greve, dizer que os reivindicadores exigem essencialmente aumentos salariais e o pagamento de subsídios de alimentação e de transporte, além da melhoria das condições de trabalho, tidas como bastante precárias. Em face disso, eles ameaçavam entrar em greve a qualquer instante, o que redundaria na privação da (já pouca) água que a capital recebe da EPAL, com consequências que poderiam assumir um carácter de desastre, mais ainda quando se está a poucos dias do início da quadra festiva.

Graças à intervenção providencial do conhecido cabo eleitoral do partido no poder, assim já não acontecerá. Bento Kangamba reuniu em separado com as partes em conflito (trabalhadores e direcção da empresa) e conseguiu um entendimento entre elas, que passa pela satisfação de boa parte das exigências dos reivindicadores, mas cujos termos efectivos não estamos em condição de precisar para já.

O que o Semanário Angolense pode confirmar é que a direcção da empresa, que tem Leonildo Ceita à cabeça, garantiu ao "intermediário", com quem se reuniu a propósito nesta terça-feira, que os aumentos salariais e a melhoria de algumas das condições sociais e laborais dos trabalhadores serão efectivados o mais rápido possível, algo que acabou por serenar os ânimos e evitou o recurso à greve que os trabalhadores já estavam a preparar para iniciar como forma de pressão.

Ao contrário de outras intervenções suas, desta vez Bento Kangamba não precisou de usar o seu dinheiro para resolver o conflito, o que se constitui em algo de novo na sua carreira como "bombeiro de serviço" do regime em situações do género.

Só em 2011, é a quarta vez que o "pai grande" do Palanca consegue resolver situações conflituosas de bom tamanho, com tudo para embaraçarem a governação, após os conhecidos casos da quasi-greve dos trabalhadores do "Américo Boavida" e das manifestações de taxistas no Lobito e dos professores na Huíla, que soube travar a tempo, graças ao seu bom poder de negociação.

Nestas ocasiões, ele aproveita para apelar à calma e ao bom senso de quem está eventualmente exaltado, normalmente com bons resultados como se tem visto, ganhando pontos não só para si, mas também de alguma forma para o partido que lhe dá cobertura, o seu MPLA. São-lhe também reconhecidos o empenho, tempo e dinheiro que tem gasto em acções de carácter filantrópico e culturais, destacando-se aqui a "chuva" de patrocínios que tem concedido aos artistas nacionais.

8.25 Acesso da população a água é prioridade

Jornal de Angola

17 de Dezembro de 2011

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse, ontem, em Luanda, que as preocupações relacionadas com a água constituem uma parte importante da agenda do executivo angolano. Que definiu como um dos objectivos estratégicos em assegurar o bem-estar e contribuir para melhorias na saúde pública através de um acesso generalizado a serviço de abastecimento de água.

João Baptista Borges que falava durante a oitava reunião de balanço do programa água para todos, acrescentou que em Angola ainda persistem grandes limitações e carência ao nível do abastecimento de água e saneamento.

“Consideramos ainda insatisfatório alguns dos indicadores sociais de acesso regular a água potável”, disse João Baptista Borges.

O ministro da Energia e Águas recordou que o programa “Água para Todos”, que teve o seu início em 2007, como projecto-piloto nas províncias de Cabinda, Uíge, Benguela e Bengo, foi inaugurado, em Agosto deste ano, na comuna de Kabiri (província do Bengo), pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. E visa garantir o acesso a água potável pelo menos 80% da população rural até o ano de 2012.

“Mas actualmente, por motivo de algumas dificuldades existentes na implementação do programa até o final de 2012 conseguiremos cobrir pelo menos 60% do plano relacionado com o abastecimento de água”, destacou o ministro da Energia e Águas.

João Baptista Borges informou que actualmente os dados apontam que no meio rural 45% da população tem acesso a fontes de água potável. E que, a implementação do programa “Água para Todos” tem contribuído para o crescimento da taxa de cobertura em abastecer água no meio rural.

“Tendo em conta que no início do programa em 2007, estimava-se que apenas 22% da população rural tinha acesso a água potável. Com os indicadores actuais de abastecimento de água em todo país, tanto no meio rural como urbano podemos perspectivar o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio relacionado com o abastecimento de água potável até 2016”, frisou João Baptista Borges.

Na apresentação do balanço global, feita pelo Secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, mostrou que em 2011 foram executadas 283 pontos de água e 117 postos de abastecimento de água. Que permitiram abastecer água em três milhões e 400 mil habitantes nas zonas rurais. Luís Filipe da Silva explicou que a concepção do programa “Água para Todos” teve em consideração o facto de que o abastecimento de água potável constitui uma das condições fundamentais para a saúde e bem-estar da população, bem como para o desenvolvimento económico e social do país.

Angola possui um sistema de escoamento superficial anual estimado em cerca de 140 quilómetros cúbicos, que comportam 47 bacias hidrográficas, tornando o país num dos mais ricos da região austral de África neste ramo.

8.26 Trabalhadores exigem saída do PCA

Jornal ANGOLENSE

17 de Dezembro de 2011

Os grevistas reivindicam aumentos salariais e sociais, que segundo os mesmos, “não são novas”. Desde o mês de Novembro que os trabalhadores denunciam uma alegada má gestão da direcção. CE

Segundo os grevistas, nos centros de tratamento de água faltam produtos químicos, acessórios para bombas e outros meios, para fazer face ao défice acentuado da oferta de água a cidade capital.

De acordo com os trabalhadores, foram feitos vários apelos junto do Governo central no sentido de se alterar o quadro da má gestão do Conselho de Administração da EPAL, dirigido por Lionídio Ceita, mas em nada resultou.

Reconhecendo as consequências da greve, os trabalhadores consideram ser a única saída para de uma vez por todas o Governo resolver os seus problemas.

Os grevistas exigem uma inspecção ao Conselho de Administração da empresa.

Do mesmo modo, os mesmos, pedem a intervenção do Tribunal de Contas, bem como uma auditoria do próprio Ministério de tutela.

Os grevistas acusam o PCA, Lionídio Ceitas de ser uma pessoa que tem promovido o nepotismo na empresa, pois o mesmo colocou no gabinete de Comunicação e Imagem uma sobrinha que tem servido de “pombo correio” para transmitir às suas orientações, também afastou os trabalhadores da Direcção de Abastecimento que neste momento estão em casa sem que lhes seja dada uma explicação tendo sido substituídos por recém -

enquadradas alegadamente seus familiares. Portanto, na quarta-feira, 15 (às 9:14 minutos) este jornal contactou o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, que numa breve conversa ao telefone disse que estava agendada uma reunião entre às partes. Até ao fecho desta edição, não se sabia qual é o desfecho da greve.

8.27 Cidade do Lubango amplia rede de água

Jornal de Angola
19 de Dezembro de 2011

O abastecimento de água potável aos habitantes da cidade do Lubango vai ser feito com mais eficiência, com a substituição da antiga tubagem por uma nova e moderna, assegurou ao Jornal de Angola, o director provincial da Energia e Aguas na Huíla. Abel João da Costa afirmou que programa vai ainda permitir a criação de um "anel" apropriado para, aliviar a pressão que o sector das Aguas está a viver.

O programa do Governo Provincial da Huíla, disse Abel João da Costa, regista uma evolução satisfatória e são visíveis as obras de escavação e colocação da tubagem nas imediações da Nossa Senhora do Monte que vão facilitar o escoamento da água para o reservatório localizado na Boca da Humpata e noutros locais.

A segunda fase do programa vai contemplar o triângulo da Senhora do Monte, chega às imediações do palácio do Governo Provincial, passa pela escola 27 de Março, curva da garrafa e chega à estátua do pioneiro Zeca.

O trajecto abrange a rua principal que liga a Senhora do Monte ao reservatório da Proteica, passando pelo bispado até ao cine Arco-Íris. Abel João da Costa informou que apesar dos trabalhos, o fornecimento de água às populações está a ser feito com normalidade e em função dos níveis actuais. "Os técnicos seguem todos os pormenores por causa da especificidade do material utilizado".

O programa de melhoramento da rede é importante para a cidade do Lubango e já estão a ser projectadas novas acções, tendo em conta o crescimento da população.

João Abel da Costa esclareceu que o sistema de abastecimento de água na cidade do Lubango foi dimensionado para 30.000 habitantes, mas hoje o número evoluiu para 1.200.000.

O Governo Provincial da Huíla elaborou um programa que visa melhorar o abastecimento de água, através da melhoria das captações, reservatórios em vários locais e

a criação de um stock de 750 mil metros cúbicos, contra os quatro mil actuais.

Abel João da Costa sublinhou que há as linhas principais e estruturantes atingem os 70 quilómetros, recordando que com a distribuição se atingem os 300 quilómetros de rede.

O programa vai abranger novas urbanizações, tendo em conta o projecto da cidade do Lubango e, certamente, vai minimizar as dificuldades encontradas no passado.

8.29 Gestão integrada de bacias hidrográficas

Jornal de Economia e Finanças
20 de Dezembro de 2011

A gestão integrada de bacias hidrográficas não é senão um novo paradigma de gestão dos recursos naturais. É utópico falar-se de gestão de bacias hidrográficas perante a ausência e planos directores de bacias hidrográficas. Os planos directores de bacias hidrográficas representam uma ferramenta valiosa, com base na qual as bacias hidrográficas deverão ser geridas de forma criteriosa e racional.

A gestão integrada de bacias hidrográficas é feita em duas vertentes: uma nacional e outra transfronteiriça ou internacional. Se no caso da gestão das internas cada país soberano pode aplicar o princípio do "jus utendiet abuted", no caso da gestão das internacionais, os países que partilham uma mesma deverão aplicar os acordos e as normas internacionais vigentes.

Na elaboração de planos directores de bacias/planos de acções estratégicas de internacionais há que ter em conta os benefícios mútuos para os países que as partilham. Trata-se de uma questão "win-win" (ganho eu, 17 anhas tu), onde deverá haver uma repartição justa e razoável de interesse comum ou seu uso conjunto, de acordo com os interesses e obrigações de cada Estado que integra a bacia hidrográfica. Se isto não acontecer, alguém se sentirá lesado e possivelmente se poderá provocar aquilo que na arena política internacional já se convencionou chamar de "guerra hídrica" ou guerra pela água.

Além da componente "uso de água", os planos directores de bacias hidrográficas deverão prever uma forte componente "biofísica", "económica" e "social".

Falar da gestão integrada das bacias hidrográficas implica necessariamente falar-se, por um lado, de um sistema de controlo hidrológico (rede hidro meteorológica) que nos permite de forma quantitativa e qualita-

tiva aferir o "orçamento hídrico" (água disponível) num determinado horizonte temporal. Por outro lado, o que se pretende dizer é que sem uma rede de controlo das precipitações atmosféricas e de contabilização de caudais é impossível e impensável falar-se de balanço hídrico de uma determinada bacia hidrográfica. Não possuindo o balanço hídrico de uma bacia dificilmente se poderá fazer a alocação da água de forma mais ponderada (mais judiciousa) para os diferentes sectores, como, por exemplo, o abastecimento de água aos centros de consumo urbano e rural, à indústria, ao sector agro-pecuário, à produção de energia hidroeléctrica, ao sector do turismo, assim como a manutenção de um caudal mínimo (caudal ecológico) que permite a preservação da integridade do ecossistema.

Abre-se aqui um parêntesis para referir que um inventário hidrologico para os países ao Sul do Sahara, produzido em 1990, sob os auspícios da SADC, refere que "em 1974 funcionavam em Angola 282 postos udométricos, o que somado às 30 estações clima to lógicas e aos 225 postos meteorológicos, perfaziam um total de 537 pontos de levantamentos udométricos".

Ainda de acordo com o relatório atrás mencionado, em 1974, Angola possuía uma rede higrométrica constituída por 181 estações, sendo 88 por cento delas munidas de limnigrafos, 7 por cento munidas de escalas e os restantes 5 por cento munidos de descarregadores. Esta rede estava distribuída por 10 sectores higrométricos, nomeadamente Luanda (Luanda, Cabinda, Bengo e Kwanza-Norte), Uíje (Uíje e Kwanza-Norte), Malanje, Lunda (Lunda-Norte e Lunda-Sul), Kwanza-Sul, Benguela, Huíla (Huíla, Namibe e Cunene), Huambo (Huambo e Bié), Moxico e Kuando-Kubango. Actualmente, menos de 5 por cento, quer da rede udométrica, quer da higrométrica encontram-se operacionais. Estudos realizados apontam que Angola necessita de cerca de 1.200 postos udométricos e 600 estações hidrométricas, a fim de. Permitir um inventário razoável dos seus recursos hídricos disponíveis importa aqui referir que a Organização Meteorológica Mundial (OMM) recomenda o estabelecimento de uma estação hidrométrica em cada 2.000 km².

Angola possui 47 bacias hidrográficas principais, sendo cinco delas transfronteiras, nomeadamente as do Cunene, do Cuvelai (também chamadas de bacia do kwanhama ou bacia do etosha), do Cubango, do Zambeze e do Congo. Além das principais, existem 30 sub-bacia, as internas de grande relevância, como é o caso das bacias do Kwanza, do Bengo, do Keve e do Catumbela.

Um outro elemento a ter em conta na gestão de bacias hidrográficas, sejam elas internas sejam transfronteiri-

ças, é a necessidade da existência de sistemas de aviso prévio, caso se esteja perante eventos naturais extremos, como são os casos de Inundação e seca. Trata-se de sistemas bastante importantes que antecipam os governos a tomarem medidas apropriadas, evitando avultadas perdas humanas e materiais.

Importa salientar que quando falamos de gestão de bacias hidrográficas não devemos perder de vista a importância das águas subterrâneas. Devido a uma distribuição não regular dos recursos hídricos superficiais dentro do território angolano, até finais da década de 80 do séc. XX foram construídas cerca de 400 captações para a captação de águas subterrâneas, fundamentalmente em bacias hidrográficas, cujos limites incidem sobre as províncias da Huíla, Namibe e Cunene. As províncias de Malanje, Cabinda e Bengo, também, beneficiaram de algumas captações. Infelizmente, apesar de Angola possuir recursos hídricos abundantes, o país peca pelo número bastante reduzido de planos de gestão de bacias hidrográficas. Excepção é feita à bacia hidrográfica do rio Cunene, que é partilhada entre as Repúblicas de Angola e da Namíbia. Com base numa inventariação das potencialidades existentes na do Cunene, os dois países que a partilham, e já no quadro do protocolo revisto da SADC sobre a partilha dos cursos naturais, foi elaborado um plano director para utilização integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Cunene, um instrumento que tem norteado os dois países ribeirinhos no aproveitamento dos recursos naturais da bacia.

É necessário a criação de um Conselho Nacional de Aguas (C NA), assi⁹¹ como a criação de Conselhos Regionais de Aguas (CRAs). Enquanto que o conselho nacional de águas aglutina estruturas de abrangência nacional, os conselhos regionais de águas têm incumbência de monitorar a implementação dos planos gerais integrados de utilização da água a nível de bacias hidrográficas. Em termos de gestão integrada de bacias hidrográficas, é necessário que se evolua de uma abordagem sectorial, para uma abordagem multi-sectorial. Assim sendo, seria uma mais-valia se em Angola se pensasse no mais curto horizonte temporal, na criação de um conselho nacional de águas, um órgão multi-sectorial, onde cada sector utilizador da água, e não só, possa emitir a sua opinião e rever-se nas decisões que, eventualmente, venham a ser tomadas em termos de utilização da água e de outros recursos naturais afins, de um modo global e integrador. O CNA deverá, também, integrar as universidades, o sector privado e as ONG nacionais.

8.30 Como elas vivem sem luz

Revista VIDA

23 de Dezembro de 2011

Elas são provavelmente a camada social que mais sofre quando há falta de electricidade, os cortes afectam-nas em todos os aspectos da vida, desde a gestão dos assuntos domésticos ao seu desempenho profissional. Desde a conservação de medicamentos para os filhos aos negócios das suas próprias empresas, passando pela conservação dos alimentos, quer para o consumo da família como aqueles destinados ao comércio, actividade desenvolvida por milhares de mulheres angolanas.

Na vida familiar há ainda problemas para acompanhar os trabalhos de casa dos filhos, e outros, aparentemente menos preocupantes mas que resultam numa carga sobre a mulher, como o facto de o marido ou companheiro sair de casa para ir ver um jogo de futebol transmitido pela televisão em casa de amigos ou num bar. Ela fica sozinha.

Maravilha Escobalo vive em Talatona, num local denominado Bairro desde o ano 2000 e até agora não tem energia da rede pública. O seu agregado familiar é constituído por 6 pessoas, três delas crianças. Quando para lá foi viver, diz, prometeram instalar luz, porém, já perdeu a conta a quantas contribuições fez.

As contribuições visavam a instalação de um posto de transformação que a comissão de moradores ora diz ser de âmbito privado, ora diz ser da EDEL. Geradores já comprou três e gasta em média 7.500 Kwanzas por mês, armazena comida em duas arcas, mas vê-se forçada a comprar alimentos perecíveis todos os dias, gastando 4.000 kwanzas por refeição.

Maravilha disse-nos que a botija de gás dura em sua casa 15 dias, pois, para além de cozinhar, utiliza os bicos do fogão para aquecer um ferro que se estragou, foi a forma criativa que encontrou para poder engomar.

Nas noites em que o calor é insuportável, ela e a sua família dormem no quintal, ao relento, e quanto ao saciar a sede, a água fresca é comprada na cantina que está perto de casa.

Confessou-nos que os seus vizinhos andam saturados, muito recentemente investiu as suas poupanças na compra de um gerador mais potente, mas terá o retorno financeiro, pois, como a potência do aparelho é muito elevada para a sua habitação, resolveu fornecer também às casas mais próximas mediante um pagamento. Não nos disse quanta cobra a cada vizinho.

Sani vende hortícolas num mercado informal próximo ao SIAC, vive na Samba, a sua família é constituída por seis pessoas, três delas menores, não tem gerador e quando falta luz ilumina a casa com lanternas a pilhas, diz-nos serem mais seguras que as velas.

Produtos frescos compra os todos os dias, gasta entre 500 a 700 Kwanzas o preço oscila mediante o que quiser cozinhar. Para adquirir outros produtos recorre à "Kixikila", ou seja, o empréstimo em que num grupo todos contribuem para um dos elementos, mudando de membro favorecido no mês seguinte.

A protecção contra hóspedes indesejados como, mosquitos, baratas e centopeias é feita recorrendo a um insecticida, põe no final do dia e só depois de algum tempo entra para casa. Não passa a ferro e, quando tem a sorte de ter energia, é apenas por algumas horas.

"Se vier um dia ficamos três ou quatro sem, ao Domingo parece que pensam em nós, pois temos luz durante todo o dia, mas a situação está difícil, o meu marido não trabalha assumo todos os encargos e comprar comida assim aos poucos fica mais caro"Confidencia.

Vanda Vaz é estudante universitária e, neste momento, desempregada, vive no Marçal com o seu marido e 3 filhos, possui gerador, o segundo que compra, e refere que a situação em que vivemos actualmente está insustentável. Gasta 4.000 kwanzas por semana no combustível e entre 10.000 a 15.000 Kwanzas na manutenção feita de 15 em 15 dias.

Só liga o gerador à noite a partir das 18.00h e mantém no ligado até à meia-noite mais tardar 1:00h da manhã. Incomoda-lhe a poluição sonora e o fumo produzido pelo aparelho, que diz era um perigo para a saúde dos filhos.

Faz compras para 2 a 3 dias gastando em média 10.000 Kwanzas, normalmente 6.000 só em frescos. O seu gerador não suporta muitos aparelhos, aprendeu com o antigo que queimou a resistência, agora só liga a arca e um aparelho de ar condicionado, passar a ferro nem pensar o mesmo com o lavar a roupa, espera-se pela energia da rede.

Usa insecticida para proteger-se dos mosquitos, diz que mosquiteiros fazem-lhe confusão e calor. Há 6 meses teve uma má experiência depois de desligar o gerador o marido acendeu uma vela para tratar da sua higiene diária, não sabe explicar como aconteceu, mas dá conta de um clarão no quarto dos seus filhos, levanta-se a correr e quando lá chega vê o colchão de um deles a pegar fogo, grita pelo marido que mediante a aflicção tenta apagá-lo com as mãos, queimou-se até aos pulsos, conseguem

atirar água terminando o incêndio. Relata-nos que até agora cada vez que pensa nessa situação arrepiava-se.

Poluição sonora e insegurança

Júlia Augusto vive com os seus pais nos Coqueiros, a sua família é constituída por 5 adultos, no seu prédio o gerador fica no rés-do-chão, distante do seu andar, optaram por comprar um a gás por ser mais económico. Em dias consecutivos sem energia trabalha ininterruptamente, tem uma grande potência por isso em sua casa pode lavar-se a roupa e passar-se a ferro.

Aponta como aspectos negativos, a poluição sonora e a insegurança que a falta de) luz origina.

As nossas interlocutoras têm todas pontos em comum, gastos que desestabilizam a economia doméstica ou preocupações com a defesa da saúde.

A maioria vale-se do gerador, para poder ter um pouco de qualidade de vida, mesmo sabendo os riscos a que estão sujeitas, é comum ligá-lo apenas ao fim do dia, já diz o ditado que no poupar é que está o ganho.

Mas até quando este transtorno? Esta é a pergunta que todas colocam. Reconhecem que as falhas no fornecimento de electricidade são tão graves que até podem provocar desentendimentos familiares. Quem até agora era renitente na aquisição de um gerador vê-se forçado a ceder, mesmo com a consciência de estar a contribuir, eventualmente, para a degradação dos edifícios através da trepidação que os mesmos criam.

8.31 Greve abraça empresa de lixo

Jornal Folha 8

24 de Dezembro de 2011

Os Trabalhadores da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) paralisaram as actividades, durante três dias, como forma de manifestar o seu descontentamento com a direcção da empresa por causa do cabaz.

Acusando o director da empresa de "ditador, malfeitor e explorador", os trabalhadores acusam o mesmo de tentar aproveitar-se da quadra natalícia para vender os produtos de uma sua empresa à que dirige como cabaz para os trabalhadores.

Desta feita, acrescentam, o director da ELISAL, rejeitava a posição dos trabalhadores que ao invés do cabaz pretendiam receber subsídio. "Nós preferimos o dinheiro porque o cabaz não nos satisfaz, é feito na loja do senhor director", acusa um dos trabalhadores. Outra questão em discussão está relacionada com o 13º salário, pois os

trabalhadores exigem a totalidade do salário, tal como recebiam com a direcção anterior que é ainda recordada com satisfação por ter sido a responsável pelo aumento salarial, assim como por dar uma cesta básica aos operadores, mensalmente. Esta e outras regalias perderam tão logo Antas Miguel regressou à direcção da empresa, acusam, acrescentando ainda que a empresa em gerida em ambiente militar. As constantes variações no salários também zanga os trabalhadores, visto que "num mês alguém que recebem 28 mil pode receber apenas vinte e no outro apenas dez mil kwanzas".

"Gostaríamos imenso que vocês tivessem a possibilidade de passar um dia aqui, esta empresa mais parece um regimento militar que uma empresa de recolha de lixo". Os trabalhadores revelam que o regresso de Antas Miguel à empresa, cerca de um ano depois de ter sido exonerado, foi mal digerida em virtude reconhecerem bem a arrogância do mesmo. "Mesmo quando voltou mostrou que continua o mesmo. Na primeira reunião com os funcionários disse mesmo que foi outra vez nomeado porque as outras pessoas não o conseguiram substituir".

Os grevistas contam ainda que têm sido vítimas de agressão física, descontos injustificáveis, além de que beneficiam de uma péssima qualidade da alimentação que ainda por cima é mal confeccionada.

Segundo revelam, o pequeno-almoço resume-se, todos os dias, em pão seco com iogurte sem data de validade, enquanto arroz com grau de bico caracteriza o almoço. A água não faz parte dos referidos menus, obrigando os trabalhadores a recorrerem às cisternas de trabalho. "Na rua já somos descri minados e esperávamos encontrar carinho na empresa onde, entretanto, encontramos tratamento pior".

Os trabalhadores pedem as entidades que velem pela sua situação e que ajudem a superar o problema que, defendem, passaria pela exoneração da direcção. No entanto, no dia 20 os trabalhadores Levantaram a greve. Domingos Leonardo, representante dos trabalhadores, adiantou, no entanto, que apenas algumas reivindicações ficaram resolvidas, acrescentando que dentro de 15 dias as partes voltaram a reunir-se para tratar dos outros pontos. Folha 8 tentou contactar a direcção mais não teve sucesso.

O fantasma da greve

A referida greve, no entanto, desperta curiosidade em virtude de ser a quarta, em três empresas, num espaço de pouco mais de três meses. Primeiro foram os trabalhadores da Telecom reivindicando aumento salarial seguindo-se os da EPAL que paralisaram as actividades por duas ocasiões. Apesar de nenhuma delas durar mais de três dias,

segundo algumas vozes, mostra que as respectivas direcções tinham condições para atender as reivindicações dos trabalhadores e apenas não faziam por arrogância. Por outro Lado, o facto de o espectro da greve, há muito tempo, ter desaparecido das empresas do País, espelha que os populares, no caso os trabalhadores deixaram de acreditar na possibilidade de ver as suas preocupações resolvidas por via do bom sendo do patronato.

8.32 Terminada greve na Elisal

Semanário ANGOLENSE
24 de Dezembro de 2011

Provavelmente, se não fosse a intervenção de uma equipa do comité provincial de Luanda do MPLA, mandatada expressamente pelo seu 1.º secretário, Bento Bento, que é também o governador provincial, para aproximar as partes desavindas para se chegar a entendimento na Elisal, a estas horas a capital do país estaria já a tresandar como nunca, por conta da greve geral que se registava nesta empresa pública de limpeza até na última segunda-feira.

Ao que soube o Semanário Angolense, os trabalhadores da Elisal puseram fim, nesse dia, à greve que vinham observando há uma semana, depois que a equipa enviada por Bento Bento a partir da Vila Alice se sentou com a comissão sindical da empresa, a fim de a levar a convencer os restantes colegas a flexibilizarem as suas posições para que se chegasse a entendimento com a direcção de Antas Miguel, com quem reuniu a posterior, no sentido de terminar com a paralisação.

Até então, as duas partes estavam relutantes a fazê-lo, cada uma a pensar que era a dona absoluta da razão. Além das habituais reivindicações, como melhores salários e de condições de trabalho, que já têm barba, os ânimos entre os trabalhadores da empresa de saneamento básico de Luanda ficaram exaltados nos últimos tempos devido a uma questão que tinha a ver com cabazes.

Eles queixavam-se de que os cabazes de Natal comprados pela empresa não estavam em boas condições, pelo que preferiam receber algum dinheiro em mãos como subsídio de Natal, ao passo que a direcção de Antas Miguel dizia que nada mais podia fazer em sentido contrário, uma vez que a compra já estava efectuada.

Instalou-se então um "braço-de-ferro" bem rijo que resultou no despoletar da greve que, se continuasse, colocaria Luanda certamente entre as cidades mais nauseabundas do mundo neste final de ano, em que, por sinal, a produção de lixo é muito mais acentuada do que no resto dos trezentos e tais dias que o comportam.

«Isto seria catastrófico, não só para a saúde dos cidadãos, como para a imagem do próprio governo», disse uma nossa fonte, referindo mesmo que se chegou a pensar em "sabotagem", numa altura em que a província acaba de trocar de governador. Como quem diz, Bento Bento, que ainda está a aquecer o novo posto, poderia sair "chamuscado" dessa novela, caso ela continuasse.

Felizmente, a equipa que enviou, ao que se diz, a pedido dos militantes do seu partido na empresa foi suficientemente hábil nas negociações para obter o entendimento entre as partes. Em relação ao principal pomo da discórdia, ficou mais ou menos estabelecido que só leva o tal "cabaz desconforme" quem o quiser.

A nossa fonte diz que Antas Miguel se queixou de que não terá dinheiro em caixa para suportar este esquema, ao que lhe foi aconselhado a buscar financiamento para subsidiar os que não quiserem levar o cabaz com base numa "engenharia" que consistiria na revenda dos "kibutos" natalícios a empresas eventualmente interessadas, já que há varias que pretendem presentear os seus trabalhadores, mas não conseguiram importá-los a tempo. "Ele que desenrasque, mas esta é a melhor saída para o problema", comentou a nossa fonte.

Em relação às restantes reivindicações básicas, ficou acertado que elas seriam satisfeitas paulatinamente, dentro das possibilidades financeiras da empresa, que, por enquanto, não será das melhores. Está-se a falar aqui de equipamentos de segurança laboral, subsídios de alimentação e de transportes, além da necessária assistência médica aos trabalhadores, dada a natureza especial do seu trabalho, que se desenrola em meio a substâncias tóxicas de todo o tipo.

Facto curioso é que, antes de aceitar sentar-se com os representantes sindicais dos trabalhos, na presença dos mediadores do MPLA, Antas Miguel exigiu que eles se retratassem dos "xingamentos" com que fora mimoseado dias antes no calor do levantamento, o que foi aceite e feito, para bem de todos. Os trabalhadores começaram a regressar ao trabalho na madrugada de terça-feira. À tardinha desse mesmo dia, data do fecho desta nossa edição algo especial por culpas do Natal, a nossa fonte nos garantiu que tudo corria sob feição pelas bandas da Elisal, não havendo então nada que pudesse evoluir em sentido contrário.

Assim, ao que tudo indica, estava afastado o perigo de Luanda se vir a tornar na cidade mais suja do mundo por esta altura do ano. Saravá!

8.33 Comuna de Galangue com mais água potável

Jornal de Angola
27 de Dezembro de 2011

Galangue, município do Cuvango, regista, desde a conquista da paz, há nove anos, progressos significativos nos sectores económico, social e cultural e, exemplo disso, é a sede da comuna ter, desde Julho, água potável, afirmou o seu administrador.

Fernando Kambinda, que apresentava o balanço das actividades, deste ano, da administração comunal, disse que o sistema de captação e distribuição de água foi construído no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza e que as obras estão orçadas em 20 milhões de kwanzas.

O administrador declarou que o sistema também serve a população dos arredores de Galangue e que na sede comunal estão a ser construídas duas escolas - uma do ensino primário e outra, do I ciclo - orçadas em 36 milhões de kwanzas, cada uma com seis salas, com capacidade, no total, para 500 alunos.

Também estão a ser construídos, referiu, dois centros de saúde, um na sede da comuna e outro na localidade do quilómetro 50.0s serviços de educação e da saúde, frisou, têm registado melhorias substanciais e estamos a trabalhar em programas que vão ser desenvolvidos em 2012, que abrangem as regedorias.

Fernando Kambinda disse que em muitas localidades, regedorias e aldeias, onde vão ser colocados técnicos de saúde e professores, foram dadas instruções para se construir escolas e postos médicos com materiais locais e que administração vai contribuir com chapas, carteiras, quadros, portas e janelas. Quanto à agricultura, afirmou que este ano houve "uma certa evolução" e que foram colhidas dez toneladas de milho, seis de feijão e três de feijão-frade e que na pecuária também se verificou um crescimento, principalmente de bovinos, caprinos e suínos.

Lamentou o avançado estado de degradação das estradas que dão acesso à comuna de Galangue, o que dificulta a circulação e o escoamento de produtos, mas, referiu, a população vai procurar tapar os buracos e, com recurso a materiais locais, colocar pontes provisórias.

8.34 Lixo deixado ao longo da via férrea preocupa o governo de Bento Bento

Jornal de Angola
27 de Dezembro de 2011

O governador de Luanda, Bento Bento, deu instruções, ontem, os responsáveis das administrações de Viana e Cazenga para transferirem, até Fevereiro de 2012, os mercados e armazéns localizados no perímetro das linhas férreas e das vias rodoviárias principais dos municípios. 1 Bento Bento efectuou uma visita aos municípios para verificar o estado do saneamento básico e da recolha dos resíduos sólidos. (O governador chamou à atenção dos seus colaboradores para a existência de grandes quantidades de lixo ao longo da linha férrea. Por este motivo o governador pediu maior atenção da Polícia Fiscal no controlo das empresas de recolha de lixo.

O vice-governador Miguel Catraio sublinhou que as empresas de recolha de lixo têm de aumentar a capacidade técnica, de planeamento financeiro e a exigência do aumento do desempenho dos seus trabalhadores. Miguel Catraio reconheceu que o Governo Provincial quer aumentar o número de operadoras porque o volume de produção de lixo é elevado e a capacidade de recolha é insuficiente: "temos informações técnicas da Elisal segundo as quais há um défice na capacidade de recolha de lixo na cidade de Luanda".

O governador de Luanda constatou que a venda ambulante e armazéns mal situados têm contribuído para o aumento de lixo em alguns pontos da cidade. Disse que a solução é construir mercados com estruturas que facilitem a comercialização de grossistas e retalhistas posição de lixo ao longo da via-ferrea porque "esses resíduos podem fazer descarrilar o comboio e criam problemas no funcionamento dos equipamentos".

O presidente do conselho de administração do Caminho-de-Ferro de Luanda, Lobo do Nascimento, manifestou ao governador Bento Bento a sua preocupação com a de-

8.35 Mobilizados mais meios

Jornal de Angola
27 de Dezembro de 2011

O vice-governador de Luanda, Miguel Ventura Catraio, reuniu com os representantes legais das operadoras de limpeza nas instalações da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (EU.SAL), para analisar o grau de cumprimento das tarefas de limpeza da cidade durante a quadra festiva e os procedimentos relativos à regularização das dívidas.

O vice-governador pediu aos representantes das operadoras para fazerem o ponto da situação nos municípios em que operam. O representante da Soproenge, que está encarregada de proceder à limpeza e recolha de lixo no município do Kilamba Kiaxi, garantiu que tem mobilizado para a quadra festiva mais sete viaturas, 20 contentores de cinco metro cúbicos, reforçado o pessoal de varredura e ampliado os horários de recolha.

A Rangol, que actua no município do Sambizanga, está a trabalhar em três turnos, com 520 trabalhadores. No município do Rangel, a operadora Triambiente, incrementou a capacidade de recolha, com a adição de um novo circuito (Olivença e Brigada) com mais de 35 homens para a varredura e a recuperação de duas viaturas.

O representante da operadora garantiu que “tivemos um pequeno problema relacionado com o pagamento de salários ao pessoal mas já foi prontamente superado”.

Representantes de outras operadoras que actuam noutros municípios garantiram também que aumentaram o número de pessoal e o período de recolha de lixo”.

O vice-governador Miguel Ventura Catraio disse aos representantes das operadoras que “desde o último encontro no Governo Provincial de Luanda foram feitas as devidas acções para a solução da dívida”. Realçou que foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pelo ministro das Finanças.

Este grupo de trabalho é ainda integrado pelo ministro da Administração do Território e pelo governador da província de Luanda e é apoiado pelo secretário de Estado do Tesouro, vice-ministro da Administração do Território para os Órgãos da Administração Local e o vice-governador de Luanda para a Área Económica.

O grupo de trabalho está a criar condições para a liquidação de 30 a 40 por cento da dívida até ao final do ano, reescalonamento do pagamento do restante da dívida até ao primeiro trimestre de 2012 e analisar e reajustar os contratos entre o Governo Provincial de Luanda e as empresas.

8.36 Novos procedimentos na limpeza de Luanda

Jornal de Angola
28 de Dezembro de 2011

O presidente da comissão executiva de Luanda afirmou, à imprensa, que, na próxima semana, há uma reunião com as operadoras do Kilamba Kiaxi, Samba e Maianga, com objectivo de tomar a cidade capital mais limpa.

José Tavares, que fez o anúncio após visitar aquelas zonas, disse ter verificado que o trabalho das operadoras revela deficiências e que, na reunião, lhes vai ser sugerido que adoptem outro procedimento.

Já foram encontradas algumas soluções e tomadas medidas, pelo que, declarou, em Janeiro, alguns problemas identificados começam a ser resolvidos.

Os problemas mais preocupantes, referiu, são o saneamento básico e o estado de algumas vias de acesso completamente fechadas, que dificultam a circulação.

O presidente da comissão executiva de Luanda revelou que foram dadas instruções aos administradores das zonas visitadas para haver “uma utilização racional dos meios e dos equipamentos das unidades técnicas em função dos problemas que cada área e bairro apresenta”. O presidente da comissão executiva disse ser importante que haja o envolvimento dos administradores comunais nas questões do saneamento, pois são eles que estão mais próximos da população e dos próprios problemas.

8.37 Voluntários retiram lixo acumulado na linha-férrea

Jornal de Angola
29 de Dezembro de 2011

Comissões de Moradores e activistas ambientais foram mobilizados pelo Comité Provincial de Luanda do MPLA para amanhã fazerem a recolha de resíduos sólidos ao longo da linha-férrea. Para essa actividade de limpeza, o partido mobilizou sete mil militantes e simpatizantes.

Elias Mendes de Carvalho membro do comité provincial do partido, anunciou este facto durante uma reunião realizada com operadoras de recolha de lixo e de associações ambientais.

A jornada tem por objectivo responder aos apelos do governador provincial, Bento Bento, e da administração dos Caminhos de Ferro de Luanda em função das grandes quantidades de lixo na linha que podem pôr em causa a actividade ferroviária e provocar acidentes.

Elias Mendes lembrou que a actividade conta com a participação das comissões de moradores e de outros cidadãos.

O presidente da Rede Maiombe, Januário Augusto, afirmou que a sua organização reforçou as acções de mobilização para que as igrejas e outras associações comunitárias possam participar igualmente na campanha.

De acordo com Januário Augusto, a associação que dirige conta com 200 activistas e está, igualmente, a promover campanhas de educação ambiental.

Ana Paula Feijó, em representação de uma operadora de limpeza de Luanda, garantiu que vão ser disponibilizados meios humanos e técnicos necessários para o êxito da jornada de limpeza.

O Presidente do Conselho de Administração do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), Lobo do Nascimento, considera louvável e oportuna a iniciativa que deve contribuir para uma maior segurança na circulação dos comboios.

O gestor da empresa pública ferroviária Anunciou que, em função da campanha, os comboios vão circular na sexta-feira das cinco às oito horas e das 18 às 20 horas.”

8.38 Governo passa a controlar à distância o trabalho das operadoras de limpeza

Jornal de Angola
29 de Dezembro de 2011

As empresas de recolha de lixo que operam na província de Luanda vão ser fiscalizadas, a partir do próximo ano, através do Sistema de Posicionamento Global (GPS), anunciou o vice-governador de Luanda para a área Económica e Produtiva.

Miguel Catraio avançou a informação numa reunião realizada na segunda-feira, destinada a debater com as 14 operadoras de limpeza da capital questões relacionadas com o pagamento, pelo governo provincial de Luanda, de 40 por cento da sua dívida de seis meses.

No encontro, ficou acordado que a outra parte da dívida vai ser liquidada no primeiro trimestre do próximo ano. A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), que controla todas as operadoras, criou um novo sistema de gestão do saneamento básico e recolha de lixo, que não se restringe às operadoras que actuam na zona urbana.

A recolha de lixo também vai passar a contar com o envolvimento das administrações municipais.

Miguel Catraio disse que o novo modelo vai dar mais garantia e facilidade ao processo de fiscalização e permite identificar as operadoras que fazem a recolha de lixo regularmente e as que se furtam às suas obrigações. As empresas operadoras que não cumprirem as suas obrigações arriscam-se a sofrer sanções e, inclu-

sive, a rescisão do contrato, sublinhou Miguel Catraio. O vice-governador de Luanda para a área Económica e Produtiva reconheceu também que o lixo acumulado ao longo da linha-férrea, no trajecto Viana/Estação dos Musseques, se deve, em certa medida, às dificuldades que as operadoras encontram em penetrar em certos locais com os meios que têm e pediu à população mais colaboração com as operadoras de limpeza.

8.39 Contas falsas na EPAL?

Novo Jornal
30 de Dezembro de 2011

O relatório e contas da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) E.P. referente o exercício de 2010 revela resultados líquidos expressivos, contra a quebra havida no ano anterior, mas uma empresa de auditoria independente chumba o documento e levanta sérias interrogações.

O relatório estampado no Jornal de Angola na sua edição de 4 de Dezembro, apresenta um resultado líquido de 465 milhões, 566 mil e 646 kwanzas em 2010, contra 49 milhões 381 mil e 752 kwanzas em 2009.

Em termos de vendas do principal produto desta empresa (água potável) durante o exercício de 2010, obteve uma facturação de 8 biliões, 91 milhões, 781 mil e 421 kwanzas, enquanto no ano seguinte o volume de vendas foi de 7 biliões, 531 milhões, 185 mil e 820 kwanzas.

No capítulo das demonstrações financeiras, o documento aponta um activo total de 58 biliões, 71 milhões, 195 mil e 335 kwanzas em 2010 e 57 biliões, 347 milhões, 129 mil e 255 kwanzas alcançados em 2009.

O capital próprio e passivo total situaram-se em 58 biliões, 71 milhões, 195 mil, 335 kwanzas e 57 biliões, 347 milhões, 129 mil e 255 kwanzas respectivamente em 2010 e 2009.

No entanto, a Ernst & Young Angola Lda, uma empresa de auditoria independente contratada para examinar as demonstrações financeiras da EPAL durante os dois anos refere que, apesar das medidas de correcção introduzidas nos últimos anos, o sistema de controlo interno da empresa ainda não é o garante de que todas as operações lançamentos contabilísticos são registados com base em documentos válidos.

“Por outro lado, também não é prática da empresa identificar e corrigir diversos sistemas de informação extra-contabilísticos e os valores registados na contabilidade, existindo divergências não justificadas entre

as diferentes fontes de informação, como por exemplo: integração dos valores tratados pelo Departamento de Recursos Humanos e pelo de Aprovisionamento na Contabilidade”, lê-se no relatório da ErnstYoung.

A auditora conclui que perante estas situações, não lhe foi possível tirar garantias de que os sistemas de informação e de controlo interno produzem demonstrações financeiras isentas de distorções materialmente relevantes.

“Não nos foi possível concluir sobre o trabalho efectuado pela empresa, de confirmação externa e reconciliação dos seus principais saldos de fornecedores. O facto de terem sido notadas deficiências no controlo interno em vigor, impossibilitou-nos de realizar procedimentos alternativos para validar os referidos saldos”, salienta o relatório do auditor.

“Os resultados do exercício totalizando 8 biliões, 91 milhões, 781 mil e 421 kwanzas, incluem os subsídios a preços requeridos no ano e 4 biliões, 183 milhões, 340 mil e 729 kwanzas relativos as vendas de água, cuja faturação foi efectuada com base em estimativas de consumo, ao invés de consumos reais, pelo que não podemos aferir em que medida aquele valor respeita, ou não, à totalidade das vendas realizadas no ano”, indica ainda a Ernest Young.

O Novo Jornal para obter a versão da EPAL tentou contactar a sua direcção, através do porta-voz, cujo gabinete segundo apuramos está localizado na zona de Kikuxi, mas este mostrou-se indisponível.

Ainda assim, o Conselho Fiscal face às insuficiências constatadas recomenda também em relatório, a contratação de uma empresa especializada para tratar das contas da EPAL.

8.40 Voluntários removem as lixeiras depositadas na linha do Comboio

Jornal de Angola
31 de Dezembro de 2011

O vice-governador de Luanda para a área Económica e Produtiva, Miguel Catraio, disse, ontem, em Luanda, que houve uma redução significativa do lixo que se encontrava ao longo da linha-férrea e que dificultava a circulação do comboio.

Miguel Catraio, que falava depois da campanha de recolha de lixo ao longo da linha-férrea da estação do Bungo até ao Km 30, acrescentou que apesar da redução é preciso manter a via limpa.

“Queremos agradecer a presença dos militantes do partido MPLA que apareceram em massa respondendo ao apelo do governador provincial, Bento Bento, e da administração do Caminho-de-Ferro de Luanda, para a recolha de grandes quantidades de lixo na linha, susceptível de porem em causa a actividade ferroviária e provocar acidentes”, disse Miguel Catraio.

O vice-governador de Luanda para a área Económica e Produtiva afirmou que as operadoras recolhem todos os dias o lixo que é produzido pela população, mas o lixo acumulado nas lixeiras requer uma maior envolvimento da parte das operadoras.

“Não devemos esperar que as operadoras melhorem os seus serviços, queremos contar também com a colaboração dos municípios que vivem ao longo da linha do caminho-de-ferro. Por isso pedimos que depositem o lixo nos locais certos. Vamos fazer uma campanha de sensibilização junto das pessoas que vivem ao longo da linha-férrea”, frisou o vice-governador.

Miguel Catraio informou que todas as operadoras disponibilizaram meios e alguns efectivos para orientar a campanha de recolha de lixo ao longo da via-férrea. Reconheceu que uma das dificuldades apontadas pelas operadoras é o difícil acesso a certos locais com os seus meios para realizar a limpeza.

“Esperamos que daqui em diante possamos ter este problema resolvido e contar com a colaboração das operadoras e da população”, destacou Miguel Catraio.

Jesuino Silva, dirigente provincial do MPLA, agradeceu a todos os militantes dos municípios vizinhos da linha-férrea que participaram na campanha de recolha de lixo. E acrescentou que o MPLA está atento a todos problemas que preocupam a sociedade.

“Queremos dar um grande contributo para que os nossos cidadãos possam circular livremente no comboio sem problemas de descarrilamento. Mas também poupar fundos que podem ser aplicados noutros projectos como na luta contra a pobreza”, disse o dirigente do MPLA.

Jesuino Silva informou que foram recolhidas 800 toneladas de lixo. “Para que isto não volte a acontecer, é preciso criar condições para as pessoas que vendem ao longo da linha-férrea e ao longo da estrada”, disse.

8.41 Programa de Água para todos beneficia milhares de pessoas

Jornal de Angola

31 de Dezembro de 2011

O Programa “Água para Todos”, criado para ampliar a oferta e o acesso nos meios urbano e rural, permitiu já a construção de 50 sistemas de captação, tratamento e distribuição em 25 comunas, 23 povoações e duas sedes municipais da província de Benguela, beneficiando cerca de 400 mil consumidores.

Esses dados foram revelados ontem pelo governador provincial de Benguela, Armando da Cruz Neto, que adiantou que as obras para o abastecimento de água potável à população foram cumpridas em 70 por cento. As obras foram executadas por entidades particulares, contratadas no âmbito de concursos públicos, realizados pela direcção provincial de Energia e Águas.

“Actualmente, cerca de 75 por cento da população da província de Benguela tem acesso à água potável, mas o nosso propósito é atingir os 85 por cento em 2012”, disse o governador.

Armando da Cruz Neto sublinhou que o projecto está já na sua terceira fase, com a implantação de novas infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento básico, como a colocação da rede de esgotos.

Armando da Cruz Neto adiantou que o Programa “Água Para Todos” foi criado com carácter de urgência em algumas aldeias e povoações, com a abertura de furos, para que as populações tivessem água potável, e noutros casos houve o reforço das redes de abastecimento, com a instalação de chafarizes.

No litoral da província, na fase três do projecto “Águas de Benguela”, está a ser ampliado o reservatório de cinco mil metros cúbicos e a central de distribuição de Benguela. Um outro reservatório, com capacidade de 150 metros cúbicos e respectivo sistema de bombagem, está a ser construído na região do Luongo. “O Programa Água Para Todos proporciona o acesso da população, numa perspectiva de segurança alimentar, nutricional e de melhoria da qualidade de vida da população”, lembrou o governador.

Armando da Cruz Neto disse que para assegurar a continuidade das acções de saneamento básico, foram seleccionados projectos e obras de abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e drenagem nos restantes municípios do interior de Benguela.

Dificuldades na energia Armando da Cruz Neto considerou “difícil” o quadro de produção e distribuição de energia -eléctrica, pois, sublinhou, Benguela precisa de pelo menos 350 megawatts, mas a produção das centrais eléctricas locais não ultrapassa os 60 megawatts.

“Reconhecemos e partilhamos com os cidadãos o desconforto que esta dura realidade provoca, cabendo-nos assegurar aqui a continuidade dos nossos esforços para, em cooperação com os órgãos centrais, implantarmos, progressivamente, o conjunto de soluções já identificadas, para a reversão do actual quadro”, concluiu o governador provincial de Benguela, Armando da Cruz Neto.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Violência doméstica em Luanda

A voz da mulher

Janeiro à Junho de 2011

A morte de Márcia Cadete Ferreira Boa Ventura, assassinada no dia 28 de Fevereiro de 2011 na sua própria casa. Durante o acto a vítima foi queimada, introduzindo-lhe papéis e gasolina no órgão genital e de seguida colocaram fogo.

O caso foi entregue ao Comando Provincial da Polícia de Luanda no Departamento de Crimes. A informação que nos foi dada é que os autor do crime após 30 dias de detenção foram libertados imediatamente com o processo número 2003, e sobre responsabilidade do inspector Bernardo Silva. Até ao fecho desta edição, os familiares da vítima já não receberam nenhuma informação sobre o andamento do caso por parte da polícia.

9.2 A barbárie que mexe ainda com Benguela

Jornal A capital

02 de Dezembro de 2011

A agressão a que foi alvo a senhora Maria de Lourdes Correia, ainda hoje na ordem do dia, leva a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher/Benguela a olhar seriamente para as responsabilidades do agente da Polícia no âmbito da lei que pune a violência doméstica, uma vez que a passividade verificada no caso em análise quase mantinha em liberdade o homem acusado da barbárie.

Não fosse o apoio institucional proporcionado à vítima, o marido da vítima, o cidadão Tomás Ordonez, de nacionalidade cubana, limitava-se a pagar caução. "Mas acontece que agora, com a Lei contra a Violência Doméstica, as coisas já não devem funcionar somente com base no Código Penal», disse Maria Idalina Carlos, directora provincial do MINFAMU, no município de Caibambo, numa sessão de esclarecimento sobre o instrumento jurídico aprovado há já alguns meses.

Idalina Carlos, que não se cansava de ressaltar o carácter público do crime, conforme o artigo 24 da Lei, fez saber que as movimentações do seu sector na PGR contribuíram para a detenção de Ordonez, 61 anos de idade, que já se preparava para fugir do território da justiça.

Aqui chegada, salientou que os agentes da Polícia deveriam, para lá da deslocação ao hospital em companhia da mulher espancada, ter ido à casa da mesma, visando protegê-la do seu companheiro. "Ela estava muito abalada psicologicamente, por um lado, e não podia ter ficado 72 horas na Polícia, por outro. Por isso é que tem de haver muita sensibilidade dos policiais», frisou a responsável, que prometeu levar a unidades de polícia acções de formação sobre género e violência doméstica. "O objectivo é fazer com que os agentes da ordem sejam mais interactivos, reafirmou.

Depois dos graves ferimento que sofreu após a agressão, a 13 de Novembro, Maria de Lourdes, 54 anos de idade, continua a receber tratamento no Hospital de Benguela. Especialistas de diferentes áreas do saber e a sempre solidária sociedade civil de Benguela continuam a repudiar de forma veemente a acção, chegando, inclusive, a falar de um marido com sérios problemas mentais.

Afinal, salientam, ciúme nenhum pode justificar tamanha barbárie. Em nome do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género, Suzana Mendes garante que tudo está a ser feito para que a visada conte com o apoio de um advogado e de um psicólogo. Por ora, o Fórum está a "desafiar o silêncio despertando a sociedade por intermédio dos órgãos de comunicação social, na certeza de que outros apoios em resposta à campanha lançada pelos familiares da vítima estarão a caminho.

Abrigo para as vítimas

Na sessão realizada no município de Caibambo, em parceria com o FMJIG, a directora Idalina Carlos revelou que a província de Benguela ganhará um abrigo para protecção de vítimas contra a violência doméstica.

Não podendo a vítima estar mais de 72 horas sob custódia das autoridades, surge a necessidade de um centro de acolhimento capaz de prestar apoio psicológico. "A nossa província terá a primazia de receber a experiência piloto", frisou.

De acordo com Maria Idalina Carlos, a regulamentação da Lei contra a Violência Doméstica, aprovada em resposta à necessidade de uma convivência familiar sã, deverá trazer como novidade uma certa imposição. "Terá de ser o agressor ou a agressora a abandonar a casa, tendo como destino a cadeia ou não, para que a vítima, já fora do abrigo, regresse sem problema», esclareceu. "Portanto, seremos a primeira província a ter um abrigo", ressaltou, convicta de que sessões como a que foi realizada há pouco mais de uma semana demonstram o carácter preventivo da Lei.

9.3 População clama por segurança

SEMANARIO ANGOLENSE

03 de Dezembro de 2011

Vários são os cidadãos que, todos os dias, reclamam pelos seus direitos em todo o espaço nacional, em particular na cidade de Luanda, por esta albergar mais habitantes do que algumas províncias juntas. Os direitos reclamados, grosso modo, estendem-se a vários sectores da vida social, desde o emprego à segurança pública, passando pela água, energia eléctrica, saúde, educação, entre outros.

De um tempo a esta parte, os níveis de criminalidade em Luanda, e não só, têm estado a atingir proporções indubitavelmente alarmantes, de tal modo que, mesmo depois da famosa limpeza que o Ministério do Interior decidira efectuar, o fenómeno torna-se assustador na capital do país e nas restantes províncias.

Corroborando a opinião de um leitor bem identificado, que nos escreveu na edição passada, agora, os meliantes não se resumem a jovens da classe média baixa, mas também filhos de altos dirigentes do próprio governo realizam assaltos em vários locais da periferia.

Em função das denúncias feitas a este jornal sobre criminalidade em vários pontos da cidade de Luanda, o *Semanário Angolense* deslocou-se aos referidos bairros nomeadamente Kalembe II, Rocha Pinto e Rasta, sito no Golfe 2, Kilamba Kiaksi, a fim de ouvir e viver o estado de espírito das pessoas que todos os dias são vítimas da delinquência.

Foram horríidas as situações com que nos deparámos em cada local por onde a nossa equipa de reportagem passou, onde moradores denunciaram o posicionamento de alguns agentes da polícia, que não têm desempenhado com zelo as suas funções.

No Kalembe II, bairro onde Sebastião Martins efectuou uma visita surpresa, devido ao telefonema de um cidadão ao programa Espaço Pública, da Televisão Pública de Angola, no dia em que o chefe daquele pelouro fim esclarecer diversos assuntos do seu ministério, as coisas não vão bem.

Além de apresentar dados não muito convincentes em relação ao estado da segurança e ordem pública, o ministro Sebastião Martins foi surpreendido por aquele cidadão do Kalembe II, que no exacto momento acabava de sofrer um assalto à sua residência, por um grupo de meliantes, situação que o obrigou a deslocar-se, à madrugada, ao terreno.

Posto lá, o ministro constatou a veracidade dos factos. Desilusão, pânico, desespero e muita falta de tranquilidade no bairro, encontrou populares com tremor e com suspeita de mais uma vez serem vítimas de pessoas impiedosas.

«Em circunstâncias como essas por que passamos, o ministro do Interior tinha de ser já demitido devido ao nível de criminalidade, que tem estado a crescer consideravelmente. Aqui, somos ameaçados e assaltados todos os santos dias, eles chegam a derrubar até paredes para conseguirem o que almejam. Passamos muito mal», lamentou Fidel de Castro, morador daquele bairro há 15 anos.

Segundo outros moradores daquele subúrbio, os agentes da polícia que as vezes procuram intervir em alguns casos flagrantes de assaltos, não têm sido competentes, porque em certas ocasiões, eles põem-se em fuga, deixando o cidadão à sua sorte e à mercê dos meliantes.

Outros, quando são contactados a partir do número 113, não atingem alguns lugares de difícil acesso, facilitando a ocorrência de crimes. Outras vezes, tem-se procurado ligar para o 113 por altura de assaltos, mas, pura e simplesmente, não se atende.

A zona do "Rasta" é actualmente, segundo contaram, uma das que mais sofre assaltos ultimamente. Naquele subúrbio de Luanda, o crime tem vindo a ganhar corpo já há largos meses, não vivendo os cidadãos locais em paz e tranquilidade.

Assaltos à mão armada, na via pública e a residências, violação sexual, tanto de menores como de adultas, são dos crimes mais frequentes naquela circunscrição, onde a esquadra da polícia tem sido incapaz de combater os delitos.

«Somos pessoas esquecidas no que diz respeito à segurança pública, somos tratados como os marginais desejam, fazem de nós o que eles bem entendem, os nossos filhos estão sujeitos a tudo. Os assaltos ocorrem a todo momento, roubam-nos sempre, a polícia está quase sempre indiferente a estes casos», desabafou Guilherme Pascoal, que já foi vítima vezes sem conta.

No Rocha Pinto, especificamente, na zona do "Marrocos", onde a liamba circula como chá, os moradores andam tristes com o Ministério do Interior, também devido ao fraco desempenho da polícia de ordem pública.

Sempre que a população solicita a intervenção da polícia em situações alarmantes, esta não responde de forma positiva, sobretudo à noite, o período em que se verifica mais assaltos. Moradores confirmaram que os agentes

às vezes acorrem ao local, mas, por conhecerem a natureza do meio, escapam-se das situações para que são chamados.

«o ministro do Interior devia ser demitido do cargo que exerce. Quando muitos pensavam que o nível de criminalidade fosse a baixar, é exactamente o contrário. O índice de criminalidade cresce a cada dia que passa, aqui, não temos sossego. Ele devia sair», desabafou André dos L'assos, que vive no Rocha Pinto.

O que a Constituição diz sobre o assunto?

A paz social, justiça, segurança, a ordem e tranquilidade são elementos ou direitos garantidos pela Constituição da República aos cidadãos, sem excepção, até porque a própria lei diz que todos somos iguais perante a lei.

O artigo 209º e seguintes do capítulo IV da Constituição que refere sobre a garantia da Ordem e Polícia Nacional, diz que a garantia da ordem tem por objectivo a defesa da segurança e tranquilidade públicas, o asseguramento e protecção das instituições, dos cidadãos e respectivos bens e dos seus direitos e liberdades fundamentais, contra a criminalidade violenta ou organizada e outro tipo de ameaças e riscos, no estrito respeito pela Constituição, pelas leis e pelas convenções internacionais de que Angola seja parte. A organização e o funcionamento dos órgãos que asseguram a ordem pública são estabelecidos por lei.

O artigo 210º, também da Constituição, estabelece que a Polícia Nacional é a instituição nacional policial, regular e apartidária, organizada na base da hierarquia e da disciplina, incumbida da protecção e asseguramento policial do país, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacional de que Angola seja parte.

A Polícia Nacional compõe-se exclusivamente de cidadãos angolanos, sendo a sua organização única para todo território nacional. A lei regula a organização e o funcionamento da Polícia Nacional.

Por último, o artigo 211º, que aborda a Preservação da Segurança do Estado, faz alusão a que a preservação da Segurança do Estado tem por objectivo a salvaguarda do Estado democrático de direito, contra a criminalidade violenta ou organizada, bem como outro tipo de ameaças e riscos, no respeito da Constituição e das leis, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte. A preservação da segurança do Estado compreende componentes institucionais de órgãos de inteligência e de segurança do Estado. _

9.4 Índice de delinquência aumenta

Jornal ANGOLENSE

03 DE Dezembro de 2011

Situado no município do Sambizanga, o bairro dos Ossos começa da rua de Silo é, passando pela estrada do Dande e se estende até a subunidade, já para quem vêm de Cacuaco. O bairro fica a frente da Cadeia Central. No tempo colonial a área era mata e só mais tarde, após a independência, as pessoas começaram a ocupar o local. “Antes da independência denominava-se lixeira dos Ossos”.

Há dois anos estivemos neste mesmo bairro no qual os municípios apontavam a falta de energia eléctrica por toda sua extensão, como sendo um dos grandes problemas da área. Diziam que estavam sem energia eléctrica há mais de trinta anos, “isto desde o surgimento do bairro”.

O elevado índice de criminalidade, em consequência da inexistência de energia eléctrica, também foi um dos aspectos apontados pelos moradores na altura. A partir das dezanove horas já ninguém podia circular, caso contrário era assaltado. Por outro lado, o mau estado das vias, falta de água potável e espaços de lazer, igualmente preocupava os munícipes. Até ao passado 2009, voltamos ao bairro dos Ossos a fim de constatar as mudanças que ocorreram ao longo deste período. Luzia Filipe, também munícipe, disse que estão sem energia eléctrica há mais de um mês por causa de um cabo de alta tensão que queimou e até ao momento a equipa da EDEL não se ecos Bolas 8, Cuca Squad e Os 60, são os grupos que estão a atacar actualmente. A partir das dezoito horas, todos os moradores se recolhem, porque é justamente neste período que os delinquentes começam a agir predispos a arranjar. Quanto a criminalidade, contou as lutas com garrafas entre grupos, são frequentes, “mas isso acontece apenas em algumas ruas e não em todo o bairro”, disse.

Outra munícipe, acresceu, “Estamos a finalizar as provas finais com medo, porque sempre que chega esta época os grupos de marginais ficam à porta da escola a espera dos estudantes”, denunciou.

Munícipe há mais de dezasseis anos, João Caculo, disse que o índice de criminalidade há coisa de um tempo atrás já havia diminuído, mas que actualmente tende aumentar. Contou ainda que os “gatunos” preferem os alvos que passam pela rua do que as residências. Os telemóveis são os objectos preferenciais dos mesmos. Por outro lado, disse que aos fins-de-semana, o bairro tem tido bastante movimento em termos de festas. O espaço mais famoso da área onde são realizados eventos

como festas de aniversário, raves e espectáculos músico culturais”Salão Estrela”, frisou. Quanto ao saneamento básico falou que existe contentores em grande escala e o camião do lixo tem feito a recolha todos os dias.”A saída do Mercado Roque Santeiro afectou-nos muito, nós como taxistas”, proferiu. Garcia Afonso, outro morador, exprimiu que a retirada do mercado fez com que o fluxo de passageiros que outrora se registava, diminuísse bastante. Explicou, antes trabalhavam da Comarca até ao Roque Santeiro e cobravam cem Kwanzas, mas actualmente têm que esticar o trajecto até ao mercado do Panguila ao mesmo preço.”Em Dezembro era o período que mais facturávamos, agora não estamos a conseguir completar vinte mil kwanzas”, lamentou. Por outro lado, apontou a delinquência como sendo a principal preocupação dos munícipes da zona, tendo salientado que o grupo de marginais, ”Os 60”, actualmente estão a atirar a tranquilidade aos moradores e que a polícia tem conhecimento da situação mas não faz nada.”Antes, os grupos que estavam a bater eram os Vermelhinhos e Os pepe”, informou. De acordo com o mesmo, os elementos que compõem estas quadrilhas são jovens da faixa etária dos dezassete, dezanove anos que tem provocado tumulto no bairro. A nossa fonte contou-nos, que há dois anos atrás deram-lhe com uma catana no rosto, e na rua dos Leões Bravos”tinha acabado de estacionar o carro, quando percebi que havia luta entre dois grupos na rua, no meio daquela confusão deram-me com uma catana no rosto num dos elementos do grupo Zé pequeno”contou, acrescentado que as lutas entre as Squads têm sido frequentes, sobretudo no período nocturno.”Os que residem no bairro dos Ossos não podem passar pela rua da Comarca e os da Comarca também não passam pelos Ossos” disse.

Já Heldemir Baltazar começa por dizer que o bairro já esteve mal em termos de criminalidade, mas a partir de 2001 à 2002 o quadro mudou. Pelo menos no bairro dos Ossos nas áreas como Nguanha Só Boa, São Pedro da Barra e bairro Uíge são zonas que ainda estão afectadas.”Mas aqui graças a Deus acabou”, frisou. Segundo o mesmo, o bairro está diferente, tem um Instituto Médio, uma escola primária e as demais são colégios. Quanto a energia eléctrica referiu que está melhor do que antes, apesar dos cortes constantes.

9.5 São Paulo continua a registar roubos à luz do dia

Jornal ANGOLENSE
10 de Dezembro de 2011

Dando continuidade a radiografia que temos vindo a efectuar no ex-município do Sambizanga, esta semana nos deslocamos à Avenida dos Combatentes, onde outrora existia a Feira Ngoma, um espaço que albergava

mais de noventa lojas viradas para o comércio geral. Segundo informações de populares, a infra-estrutura foi demolida porque no seu interior era desenvolvida actividade comercial ilegal. Sobre o assunto, apuramos no local que esta acção foi executada pela então Administração do Sambizanga e serviu para melhorar a imagem urbanística, no sentido de proporcionar aos munícipes da zona um ambiente mais saudável.

De acordo com alguns ex-feirantes que actualmente desenvolvem o comércio de forma informal, ao longo da avenida, pagavam um valor equivalente a duzentos e cinquenta á quinhentos dólares mensalmente, isto consoante os metros quadrados que cada estabelecimento comercial ocupava. Disseram ainda que um representante da administração comunal do Bairro Operário, município do Sambizanga, cedeu às terças, quintas e os sábados, para os ex-feirantes venderem e às segundas, quartas e sextas a venda é feita no Largo da Magestic. Filipe Samuel, comerciante de sapatos, contou que tão logo a feira foi encerrada os vendedores começaram a vender na via. No entanto, de forma ilegal, e várias vezes tiveram de enfrentar os fiscais do governo provincial para que os seus bens não fossem apreendidos e levados para administração da circunscrição.

“Não tínhamos lugar fixo para vender, lamentou, ao mesmo tempo que acrescentou que, em virtude desta situação foram chamados na administração onde ficou acordado que passariam a vender três dias por semana”mas esses dias são poucos, porque numa semana trabalhar apenas três dias é complicado para nós comerciantes”, disse.

Disse ainda que muitas vezes arriscam-se aparecer nos dias que não foram estipulados e quando são surpreendidos pelos fiscais a mercadoria é apreendida e encaminhada para a administração. Para reaverem os seus bens, os comerciantes disseram a nossa reportagem que são obrigados a pagar uma multa”já paguei vinte quatro mil kwanzas de multa pela a apreensão da minha mercadoria”, disse um vendedor, agastado com a situação.

O mesmo denunciou que após a recepção dos produtos apreendidos falta, regra geral, sempre alguma coisa que presume seja subtraída pelos fiscais. Por outro lado, disse que a feira era bastante desenvolvida e, por essa razão, atraía muitos clientes. Tito de Oliveira, comerciante de sapatos, está no local faz cinco anos. Todos os dias na Avenida dos Combatentes, Tito Oliveira começa a sua actividade laboral a partir das nove horas da manhã e só termina às 17 horas. Os calçados que comercializa adquire-os nas cacheiras viajantes, vulgo moambeiras, que por sua vez trazem os sapatos, ténis e outros vestuários da África do Sul, da China, da Tailândia e do Brasil.

Na hora da revenda, o nosso interlocutor disse que os preços dos calçados variam de acordo com a origem de cada um deles.

A nossa ronda continuava pela zona. Algum tempo depois, encontramos Francisco Mukua, vendedor há mais de sete anos, que disse não concordar com a ordem da administração que orienta os dias que os comerciantes têm de vender, durante a semana, no caso três dias. Por isso, prefere desrespeitar a orientação e faz-se presente no local todos os dias, mesmo sabendo do risco que corre de ficar sem os seus bens, ou então de pagar uma multa pesada caso for actuado pelos fiscais.

Na conversa com o Angolense, Francisco Mukua contou que já esteve em situações que teve de negociar com os fiscais para não perder a mercadoria, por temer que os artigos não vão parar a administração. “As vezes pagamos quatro a cinco mil kwanzas aos fiscais. Este é o nosso pão de cada dia, não podemos deixar”, disse.

Quanto aos preços, explicou que variam de acordo ao estilo. Por exemplo, as plataformas “sapatos altos” variam de sete a seis mil e quinhentos kwanzas, enquanto que as sandálias e sabrinas custam três mil, havendo algumas mais baratas.

“A feira era o melhor espaço para vendermos”, disse, António Correia, outro vendedor, que lamentou o facto de ter sido destruída, pois as pessoas já conheciam o local e tinham mais facilidade de comparar os seus artigos com segurança. Disse que na rua torna-se complicado porque muitos clientes não sabem onde estão situados.

Após Avenida dos Combatentes, dirigimo-nos em direcção ao bairro do São Paulo, concretamente na rua Cristiano dos Santos, área onde podemos encontrar o maior fluxo de armazéns e lojas, cujos proprietários são, na sua maioria, oriundos do Brasil, China, Senegal, das Guiné e do Congo Democrático.

No interior dos armazéns e das lojas podem ser encontrados vestuários, calçados, artigos de decoração, utensílios de cozinha entre outras variedades. Na ala exterior dos armazéns, estão as vendedoras ambulantes, vulgarmente conhecidas por zungueiras que, por sua vez, compram os produtos nas lojas à grosso e vendem as pessoas que vão à procura de adquirir alguns desses bens.

Do outro lado da estrada é o ponto onde os taxistas exercem o seu trabalho, mas acabam por colocar as suas viaturas bem ao meio da estrada, provocando congestionamento no trânsito. A tarifa da corrida custa cem kwanzas, mas alguns dos taxistas disseram tendo em conta que estamos no mês da quadra festiva os preços

mudam”. Adiantaram ainda que isso acontece por causa do fluxo de pessoas que se dirigem aos armazéns e lojas para fazer compras em grandes quantidades.

Damião Júnior, cobrador de táxi que estava a anunciar a viagem na rota Aeroporto Rocha Pinto, no valor de duzentos kwanzas. O jovem chamou-nos atenção pelo seguinte: “isto ainda não é nada”, frisou.

Os roubos, pois claro

No bairro de São Paulo não há só comércio. Há também lugar para os amigos do alheio, que aproveitam-se da fraca presença policial no local. Por isso, registam-se roubos constante de diversos bens, o que preocupa tanto os munícipes como os transeuntes, mas sem solução à vista. Os meliantes aproveitam-se da distração das pessoas para roubar”, contou uma munícipe. No decorrer da reportagem assistimos a um assalto frustrado em que uma senhora que vinha caminhando em direcção aos armazéns no meio da multidão trazia consigo algum dinheiro no bolso, facto que chamou atenção ao “amigo do alheio que de imediato colocou a mão no bolso da mesma no intuito de furtar, mas sem sucesso.

A grande quantidade de lixo maioritariamente produzida pelos comerciantes que ali exercem a sua actividade, é outro problema que afecta a rua, os munícipes da zona culpam os comerciantes pelo mau estado da área porque após as suas vendas os mesmos não fazem a recolha dos resíduos.

O mês de Dezembro é o período em que as pessoas procuram desde alimentos aos brindes, tanto para o natal como o ano novo, mas ao contrário dos anos anteriores em que as pessoas começavam a preparar-se a partir das ultimas semanas de Novembro, este ano o cenário está diferente. “Este ano esta escuro não há cliente”, disse Ana António, vendedora.

Para a mesma, as pessoas estão a perder o interesse de comemorar o natal, por isso, há pouca procura. Salientou ainda que todos os anos sempre que chega esta época troca de negócio e vende enfeites de natal, realçando que parte da mercadoria que esta a vender é do ano transacto.

Domingas Pedro, cliente, disse que todos os anos têm frequentado os armazéns do São Paulo pelo facto de os preços serem mais acessíveis. Para ela, o natal é símbolo de união familiar” por isso o mais importante é reunir a família toda em casa e fazer gastos consoante o bolso”, aconselhou.

Isabel Cipriano, comerciante de formas, referiu que o presente ano está mal em relação aos anteriores,

porque sente que há pouca demanda por parte dos clientes” talvez seja porque estamos no princípio do mês, vamos esperar”, frisou.

André Marcolino, responsável de um dos armazéns de brinquedos, proferiu que às vendas estão baixas em relação ao ano anterior, pois nesta altura o stock começa já a esgotar.

9.6 Polícia retira 684 marginais das ruas de Luanda

Jornal ANGOLENSE
10 de Dezembro de 2011

De algum tempo a esta parte, alguns municípios de Luanda têm reclamado o aumento do índice de criminalidade. Para combater os crimes nesses municípios e devolver a segurança aos municípios, o Comando Provincial de Luanda, incrementou uma operação consubstanciada em patrulhamento intensivo e buscas dirigidas nos referidos territórios.

Denominada “Pré-quadra festiva”, a operação foi desencadeada nos municípios considerados mais perigosos de Luanda actualmente, com destaque para a Maianga, Sambizanga Cazenga, Rangel e Viana. O Comando Provincial de Luanda, cumprindo mandados de captura e recolha de indivíduos tidos como vadios, lavadores e arrumadores de viaturas e prostitutas, aquele comando deteve cerca de 684 pessoas.

A referida operação, segundo apurou este jornal, permitiu esclarecer 326 crimes que se encontravam sob investigação, com destaque para 10 homicídios voluntários, dois homicídios frustrados, 10 violações, uma ofensa corporal por disparo de arma de fogo, 108 roubos dos quais 9 de viaturas, 87 furtos entre os quais 4 ameaças de morte e um fogo posto. Os referidos crimes foram cometidos nos municípios do Cazenga, Sambizanga, Viana, Cacucaco, Kilamba Kiayi e Maianga. Foram ainda desmantelados parcialmente três associações de malfeitores, denominados “Os Bombas”, “Os Baianos” e “DNIC Squad”, numa composição de 24 elementos que actuavam nos municípios do Cazenga e Sambizanga.

Estes grupos, segundo a polícia, dedicavam-se ao roubo, assassinatos e violações de mulheres na via pública e em residências.

No que concerne ao ordenamento e fiscalização do trânsito automóvel, foram detidos cinco automobilistas por prática de condução ilegal, remetidos ao Tribunal e aplicadas penas de prisão efectiva de 30 dias. Foram aplicadas também 7.687 multas por diversas infracções

ao código de estrada, assim como apreendidas um total de 467 viaturas por diversas infracções ao Código de Estrada e 606 motorizadas por várias irregularidades. Comissário de bordo da TAAG no “jogo”

No domínio do combate aos ilícitos económicos, foram registadas 72 infracções, 35 indivíduos foram detidos por práticas de delitos económicos, assim como foram apreendidos 5.400.00 mil Kwanzas, 1.735 CDs, 2.053 DVDs, 237 cartões de recarga das duas empresas de telefonia móvel, assim como 162 kg de medicamentos diversos, 52 armas de fogo do tipo AKM e 13 pistolas, das quais seis Gericho, cinco Macarov, uma Barak, igual número do tipo Star.

Foram também detidos cerca de 17 indivíduos que dedicavam-se à venda ilegal de terrenos nos municípios de Vía na e Benfica. Por outro lado, foi também detido o cidadão Gabriel Kauli, 47 de idade ter alegadamente desviado 49 contentores do Governo Provincial de Luanda e sete elementos por crime de branqueamento de capitais no valor de seis milhões e 725. 255 mil dólares norte americanos.

Entre os quais fazem parte dois cidadãos Gambianos identificados por Kemo Sillah, Haji Sumbundu e contavam com ajuda de cinco funcionários da companhia aérea nacional TAAG, identificados por Pascoal Abílio, António Nicolau, João Manuel, Rodrigues Kilembenta e Armando das Neves, este último Comissário de Bordo.

9.7 Delinquentes fustigam municípios de Luanda

Jornal ANGOLENSE
10 de Dezembro de 2011

A onda de criminalidade na capital do país, sobretudo no interior de subúrbios, progride de forma ameaçadora e com avanços perigoso.

Exprime ser assunto muitíssimo sério, cuja estratégia para o seu combate, depende da participação de toda a sociedade, independentemente, da boa vontade, bravura e determinação que a Polícia Nacional arrisque empreender. A Polícia Nacional, não se conduzirá no combate cerrado sozinha à delinquência, se estiver desacompanhada e dissociada dos municípios. De modo geral, todos nós, os cidadãos, e as instituições, fazemos parte de ligação, com obrigação de denunciar e combater à criminalidade para que haja sucessos, que levem a efectivação da paz e da ordem pública, em benefício das populações e dos bens públicos.

Depois da Polícia Nacional, ter abordado sucessivamente sobre a questão da delinquência, da actuação e

modos”operandis” dos gangs e, dos diferentes grupos que deambulam as zonas do Catinton, 3 embondeiros, bairro Malanjino, nos Municípios da Maianga e do Golfe, para não se falar dos bairros dos Ossos, Cazenga, Petrangol, bairro do Uíge e outros, compreendemos, que o fenómeno do surgimento destes malfeitores é muitíssimo conhecido, embora a funesta falta de energia eléctrica, de arruamento e da falta da vigilância policial para a sua prevenção, sejam tidos como alicerces de concentração de delinquentes nestes bairros desprotegidos e entregues à sua sorte.

Os marginais utilizam armas convencionais de guerra do tipo AKM e de outros calibres. Suspendem-se por cima dos tectos das casas, derrubando paredes com marretas e picaretas e, quando introduzidos no interior de residências, matam e praticam acções de violação as crianças, mulheres e velhas. Depois de violarem e estuproar as famílias, obrigam-nas que estas transportem os seus haveres (botijas de gás, televisores, aparelhos electrónicos, telemóveis e etc.!...), para viaturas que eles trazem ou à amontoam em lugares de maior segurança dos bandidos.

A vida à noite, nos subúrbios dos musseques de Luanda, é pior que na selva. A lei do fuzil governa os bairros alargados por bandidos. Cidadãos desprotegidos e colocados a sua sorte, são sucessivamente mortos. Sucedem-se casos que as vezes nem os próprios munícipes encontram explicações. Sabemos que a Polícia Nacional tem estado a investigar e a pautar por uma atitude de louvar Sabemos nós que a nossa Polícia Nacional, se tem empenhado em investigar vários casos de assassinatos e de outros abusos que preocupam a ordem e tranquilidade públicas no nosso país. Diariamente as populações apresentam queixas contra malfeitores que tiram vidas e sossego das populações nos mais variados bairros, acusando grupos de gangs que ameaçam algumas das vezes atear fogo em casas ou mesmo partem paredes para apenas roubar um simples telemóvel. Testemunhas nessa cidade conta ter visto situações bastantes tristes e da falta de segurança sobretudo no cair da noite. Estes relatos demonstram haver provas de assassinatos, algumas vezes que se confundem com as execuções sumárias, como aconteceu por exemplo com a morte do jovem Kleber Genivaldo Teodoro, sem quaisquer explicações por parte da instituição responsável pela investigação criminal, ocorrido no Município da Samba - Benfica, no passado dia 10 de Maio, declara que o assunto continua ainda por se esclarecer, ou seja, o trabalho da polícia na investigação segue seu curso normal. Não há preocupação nem pressa. Que aguardem! Ponto final. Como que a vida não tivesse valor. Esqueceu-se o cumprimento do que se encontra plasmado na Constituição da República de Angola, recentemente aprovada, no seu artigo 30º

que expressa o Estado respeita e protege a vida da pessoa humana, que é inviolável.

Para dizer que é extremamente difícil realçar acontecimentos desgostos os com que se tem passado os cidadãos em especial, pacíficos cidadãos luandenses. Muito triste ainda se liga, quando, solicitado à intervenção inadiável da Polícia Nacional, pelo atraso de intervenção da ronda, os delinquentes, sabendo de antemão que as irregulares forças da ordem não se farão presentes, as acções de barbaridade fazem-nas com bastante violência.

Se os sentimentos que ouvimos por parte das mulheres, das crianças e dos velhos, do tipo ladrões ou assassinos nos matam sem que o governo nos proteja, prontamente, o mais importante, é que aqueles que são hoje responsáveis pela ordem e tranquilidade públicas, ou seja a polícia de aproximação, devem prestar mais atenção às zonas periféricas com realizações de patrulhamentos e colocação de esquadras móveis nas faixas tidas como cinzentas. Por exemplo, o emblemático facto que ocorreu no dia 13 de Abril do corrente, no bairro Palanca, por volta das 20 horas e trinta minutos, quando saía do bairro do Golfe 2, o cidadão Acácio Pedro Zinda, de 26 anos de idade, que sofreu um assalto dirigido por”Sonick”, tendo-lhe sido surripiado a sua viatura de marca Toyota Corolla (rabo do pato), e de lhe ter sido dado com a coronha da arma na boca, ressalta uma das realidades frequentes em Luanda. Portanto, Não é de hoje as preocupações dos cidadãos apresentadas as autoridades a questão da delinquência nos bairros. No Catinton e no 3 Embondeiros, por exemplo, a Comissão de Moradores daquela zona, auxiliados por”Man-Salas”, remeteu um abaixo-assinado, como sinal de reclamação colectiva à Polícia Nacional. Essa extraordinária preocupação não foi satisfeita pelos Comandos Municipais da Maianga e tão pouco do Golfe 2 que superintendem a área. Os munícipes continuam estupefactos com a situação. Estupefacção pelas desconhecidas atitudes da Polícia Nacional e a incompreensão do problema da falta de iluminação do bairro que incentiva a pratica de cometimentos de vários crimes de homicídios e de violações. Assombro também, pela inércia dos munícipes que sempre proferiram não fazerem denúncias as autoridades para se acabar com os malfeitores que causam terror as populações indefesas dos subúrbios de Luanda.

Eu não duvido da seriedade e do papel da Polícia Nacional. Acredito sim da falta de coragem de alguns polícias. Penso que a seriedade e a coragem, deviam estar presentes no Catinton, no bairro do Huambo, no 3 Embondeiros e nos outros bairros de Luanda. Os Comandantes Municipais não devem simplesmente do esforço, da acção e da dinâmica do Comando Geral. É preciso sim haver iniciativas no bom sentido e encon-

trarmos as boas práticas. Necessitamos de bons e prestigiados Comandantes porque a nobreza das suas funções, é a de manterem a ordem e tranquilidade públicas nas suas áreas de jurisdição.

9.9 MIFAMU e Assembleia Nacional com balanços positivos

Semanário Factual

17 de Dezembro de 2011

A aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica constitui marco de inegável referência no funcionamento da Assembleia Nacional, durante o ano 2011, não fosse a sua importância no combate a este mal e o modo como a sociedade se mobilizou e aplaudiu o seu surgimento, considerou, esta semana, a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Uno.

Remetida em Dezembro de 2010 à Assembleia Nacional, foram necessários seis meses de consulta pública para se expurgarem as debilidades detectadas durante as discussões nas comissões de especialidade do Parlamento.

Foi realizado um trabalho árduo por parte dos deputados, do Ministério da Família e Promoção da Mulher, bem como da sociedade, para que o diploma fosse uma realidade e satisfizesse o desejo dos cidadãos que viam nele um meio para reduzir os casos de violência doméstica que, em 2010, rondou os cerca de seis mil.

Assim sendo, ficou garantida a oportunidade de sancionar e responsabilizar os actos que atentem contra a mulher grávida, o menor, o idoso e as pessoas psicológica, física e economicamente vulneráveis e práticas tradicionais que ferem a dignidade humana.

A adequação procurou delimitar o objecto e ampliar o âmbito da lei, visando dar resposta célere à realidade social actual e evitar atentado aos direitos, liberdade e garantias fundamentais dos cidadãos.

Deste modo, o produto final reflecte sobre uma adequação da proposta proveniente do Executivo às recomendações saídas da discussão na especialidade e nos debates públicos, estando conformada a proposta do Executivo aos princípios de garantia jurídico criminal, à conciliação e coesão familiar, à reinserção e à protecção da vida e do agente do crime.

Clarificado conceito de violência doméstica

Na mesma perspectiva, foi clarificado o conceito de violência doméstica e as suas manifestações no domínio familiar, patrimonial, sexual, verbal, físico e psicológico, bem como o seu impacto na sociedade.

Tendo em conta que as sociedades são produtoras de contradições susceptíveis de desencadear actos de violência, a educação, a sensibilização, a informação, a formação e a assistência social são arrolados como principais instrumentos de prevenção do fenómeno.

O diploma adopta um conjunto de medidas de apoio e protecção da vítima e do agente, em que se destaca a possibilidade de encaminhamento para espaços de abrigo, sempre que a gravidade da situação determine a restrição de contactos entre a vítima e o agente do crime e sempre que a segurança da vítima ou interesse processual o justifique.

Assembleia Nacional Um ano positivo

Outro assunto não menos importante no quadro da actividade da Assembleia Nacional em 2011, o deputado do MPLA, Higinio Carneiro, afirmou ter a ver com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a averiguar os eventuais casos de intolerância política na província do Huambo, alegados pela UNITA.

A comissão, presidida pelo deputado Higinio Carneiro, trabalhou na província do Huambo e, directamente, com as pessoas envolvidas nos casos denunciados durante três meses, para se apurar a veracidade dos factos.

No final, este órgão concluiu serem infundadas as alegações da UNITA, uma vez as provas produzidas, essencialmente sustentadas por depoimentos e imagens de vídeo, não terem conduzido a nenhum caso de intolerância política.

Em 2011, os deputados prosseguiram com a tarefa de adequação da lei avulsa à Constituição aprovada em 2010, aprovando um grande número de leis, das quais se destacam as leis de Alteração ao Regime Jurídico do Notariado, ao Código Civil, ao Regime Geral das Taxas, Regime Simplificado de Execuções Fiscais, sobre as Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação e das Transgressões Administrativas.

Estes documentos prosseguem uma maior competitividade da economia nacional, baixos custos da habitação social, consolidação da autoridade do Estado em matérias fiscais e tributárias, maior celeridade na relação entre a administração e o cidadão e punição dos crimes cibernéticos.

Realce, igualmente, para as leis sobre Parcerias Público-privado, Sistema Estatístico Nacional, Lutos Nacionais, Feriados Nacionais, Locais e Datas de Celebração Nacional, bem como a que cria o município de Belas.

9.10 Parceiros sociais chamados a contribuir na divulgação da lei contra a violência

Jornal de Angola
17 de Dezembro de 2011

A vice-governadora do Uíge para sector político e social, disse, ontem na capital da província, que há interesse em envolver Igrejas e Organizações Não-Governamentais na campanha de divulgação da Lei contra a Violência Doméstica.

Maria da Silva e Silva, que falava num encontro sobre violência doméstica, declarou que o governo local assumiu como obrigação congregar os parceiros para divulgar a lei de protecção das famílias.

Na reunião, em que participaram responsáveis dos sectores da saúde, finanças, comunicação social, assistência e reinserção social, investigação criminal, além de autoridades tradicionais, entidades religiosas e representantes de organizações de mulheres, a vice-governadora pediu melhor coordenação e articulação no atendimento das vítimas de violência doméstica.

A vice-governadora também pediu às instituições que recebem denúncias de vítimas de violência doméstica que lhes transmitam confiança para se sentirem incentivadas a denunciarem publicamente os abusos a que são sujeitas e recordou que o Executivo está preocupado com o bem-estar e a protecção das famílias falta de diálogo e de recursos financeiros para uma assistência condigna às famílias, referiu, são factores que criam instabilidade e desestruturam as famílias. A intolerância e a de diálogo e de recursos financeiros para uma assistência condigna às famílias referiu, são factores que criam instabilidade e desestruturam as famílias.

O diploma legal, aprovado em Junho, encerra um conjunto de medidas de apoio e de protecção à vítima, como o seu encaminhamento para um abrigo específico e a restrição de contactos com ela por parte do criminoso.

O apoio gratuito psicológico, social, médico e jurídico e a contuto de vítima são outras medidas que o diploma legal contempla. Quanto à reconciliação das famílias estão criados mecanismos de resolução de pequenos conflitos que comportem actos de violência doméstica que admitam perdão.

No domínio da responsabilidade criminal, o diploma legal cria novos tipos penais públicos e sanções para casos de ofensa à integridade física e psicológica grave e irreversível, falta de prestação de alimentos à criança.

9.11 O crime em Angola

Semanário O Independente
17 de Dezembro de 2011

Nesta retrospectiva que mais marcou os acontecimentos sociais, bem gostaríamos de destacar os “casos de justiça por mãos próprias” que grassam por Luanda, nas últimas semanas apontam para o crescimento deste fenómeno, que, volta e meia, polariza as atenções dos cidadãos.

Em intervalo de poucas horas e quiçá até minutos, assiste-se o fenómeno “crime”. Os bairros Palanca, Imbondeiro, Combustíveis, Viana e Paraíso são até ao momento, numa ordem aleatória, os mais endémicos no que a esta prática diz respeito. A grande preocupação manifestada pelas autoridades é que a moda venha a pegar e estender-se aos demais bairros de Luanda. E pelo andar da carruagem, a ‘praga’ pode atingir o país, se medidas profiláticas não forem tomadas em tempo julgado oportuno.

Durante o ano que está preste a findar a prática de “queima aos bandidos ainda vivos”, o espancamento por mãos próprias, parece estar na moda. Na maioria dos casos os promotores de tao mórbida decisão são desconhecidos, ignoram todo o tipo de pedido de perdão pronunciado pelas vitimas e resolvem por conta e risco fazer justiça por mãos próprias.

Durante o ano, o que demais foram reportados, neste campo, foram assuntos assustadores, onde em alguns casos mesmo com a polícia presente ou a chegar, os meliantes, foram, pura e simplesmente, submetidos a uma impiedosa sessão de espancamento pelos populares, antes que estes decidissem por queimá-los vivos até à morte.

Delinquência Juvenil tem estado a aumentar no país O número de jovens dos 14 aos 18 anos de idade em conflito com a lei tem estado a aumentar nos últimos tempos. Os jovens estão envolvidos em crimes de assaltos à mão armada a residências, roubo de telemóveis, carros e violação sexual.

Esses jovens sofrem de vários problemas no lar, como a falta de emprego, de educação, de cuidados de saúde, de atenção dos pais e de inserção na sociedade.

Este é um fenómeno social em relação ao qual a Polícia, em certa medida, é impotente para dar solução. À corporação só resta combater os efeitos.

Nestes centros, os jovens seriam acompanhados por uma equipa de psicólogos, sociólogos e outros especialistas, que iriam fazer um acompanhamento fechado,

no sentido de descobrir as causas que estão na base do seu comportamento marginal.

O Parlamento Escolar é um projecto que está a ser inicialmente implementado nas províncias de Luanda e Cabinda e tem como grupo-alvo jovens estudantes dos 15 aos 20 anos das escolas públicas do primeiro ciclo

Desemprego e o alcoolismo são as causas apontadas

Durante o ano que esta preste a findar, três homicídios foram registados pelo Comando Provincial do Bié da Polícia Nacional. Os homicídios foram por intoxicação de medicamentos, espancamento e por acidente de viação.

Constam ainda dos crimes o uso e posse de estupefacientes, desobediência, ameaça de morte e ofensas corporais. Entrada ilegal em casa alheia, ofensa corporal com arma de fogo, roubo, furto de motorizadas, burla e tentativa de fogo-posto, são, dentre outros, casos registados no período em questão.

Os crimes, segundo a fonte que vimos citando até ao momento, tiveram como as principais causas o uso excessivo consumo de bebidas alcoólicas e de estupefaciente.

Fome: A causa principal dos assaltos em Luanda

Todos sabem exactamente as razões principais que originam a propagação exaustiva do fenómeno assaltos em Luanda: Falta de trabalho e um guia positivo aos futuros danação. Todo ser humano necessita alimentos, casa e educação para criar as ferramentas primárias para uma vida aceitável.

O problema não se prende com o aumento do dispositivo militar ou policial nas ruas. Os assaltos em Luanda ultrapassam as entidades policiais. É um assunto político-económico.

Não é aceitável ver crianças de cinco à dez anos a pulularem pela cidade sem uma definição de vida. Estes adolescentes, crescem sem rumo. Crescem sem uma definição concreta entre o mal e bem. Crescem sem amor. Crescem sem princípios básicos de convivência social.

Polícia prende mulher com cocaína nos órgãos genitais

Uma cidadã angolana de trinta e dois anos de idade foi detida, no decorrer do ano em curso em Luanda, pela DNIC, por tráfico de droga. Anita Luniasi trazia do Brasil noventa e quatro cápsulas de cocaína nas cavidades abdominal e vaginal. O chefe do Departamento Nacional de Investigação nos portos, aeroportos e postos fronteiriços, que revelou o facto, afirmou que nos últimos tempos a apreensão de cocaína, no aeroporto 4 de Fevereiro tornou-se muito frequente. O Brasil tem

sido a principal fonte dessa droga que entra em Angola por via aérea.

Explicou que os traficantes de droga socorrem-se de vários expedientes para tentarem escapar ao controlo das autoridades.

Máquina de terraplanagem no 5amblzanga sabotada

Delinquentes não identificados queimaram uma máquina de terraplanagem que estava a reabilitar a Rua Lueji Ankonda no, município do Sambizanga, em Luanda.

Segundo o administrador da comuna sede, a máquina, de marca Komanatsu Giratória, pertença da empresa de Obras Públicas Particulares (OPP), tinha como missão reabilitar a rua em causa, desde o entroncamento com a "12 de Julho" até à Rotunda da Boavista. "Com esta acção de vandalismo, os malfeitores interrompem o normal funcionamento dos trabalhos que estavam em fase de nivelamento da estrada para a sua posterior asfaltagem», deplorou.

No mesmo dia e local, foi também apedrejada, por supostos marginais, uma carrinha pertença da empresa de segurança Tele-Service, que se encontrava de passagem no momento da ocorrência, de acordo com o segundo comandante da II Divisão de Polícia Nacional do Sambizanga. Ao que apuramos os autores do crime, são ainda desconhecidos mas a polícia garante que está a envidar esforços no sentido de os deter.

Nova onda de assaltos em Luanda

Uma nova onda de assaltos assolou a capital do país, Luanda, durante o período em análise. Os alvos preferenciais foram os automobilistas que circulam nas artérias engarrafadas da capital. Com o trânsito apertado sobretudo nas horas de ponta, a circulação dos veículos é devagar o suficiente para os bandidos abordarem os motoristas.

Em motas rápidas, os criminosos em grupos acerca-se das viaturas, batem nos vidros com armas de fogo, mostram-nas e sugerem que o motorista baixe os vidros. Invadem os veículos desejados, roubam pastas, computadores, telefones e dinheiro.

Polícia detém marginais por assaltos na via pública

Trinta marginais que praticavam roubos na Avenida 21 de Janeiro (zona Rocha Pinto) foram detidos em flagrante delito durante uma operação levada a cabo pelo Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional (CPLPN). O oficial da Polícia Nacional referiu que os marginais aproveitavam-se do congestionamento do tráfego para cometer crimes. Grande parte dos crimes,

eram praticados em horas e locais de maior embaraço do tráfego.

Criminalidade juvenil aumenta na Lunda-Sul

Autoridades policiais da Lunda-Sul estão preocupadas com o avolumar da criminalidade na região. O facto deve-se ao aumento da delinquência juvenil na província. De acordo com a polícia, grupos de jovens e adolescentes aproveitam-se das noites para realizarem actos de puro vandalismo.

A corporação atribui a responsabilidade a grupos idos de Luanda, que servem de instrutores aos jovens na província, para realizarem assaltos à mão armada. São frequentemente encontrados em locais intitulados “paradas”, munidos de cacos de garrafas, catanas, facas e outros objectos cortantes.

Caça aos falsificadores de documentos em Luanda

“Mucanda” é o nome de uma operação policial em curso, em Luanda, visando o desmantelamento de redes de falsificadores de documentos. Na sua posse foram encontrados dois computadores, duas impressoras, vinte discos de programas, 80 passaportes ordinários, 35 bilhetes de identidade, 25 certificados internacionais de vacina, entre outros tantos como cédulas pessoais, cartões de eleitores e cadernetas de cheques.

Estas redes actuam predominantemente nos subúrbios de Luanda, dedicando-se à falsificação de títulos bancários, cheques, DAR’S, estampilhas fiscais, moeda, alvarás comerciais, bilhetes de identidade, certificados profissionais, passaportes, vistos de trabalho e títulos de estrangeiro residente.

Em todos os casos relatados, infelizmente, a Polícia Nacional apenas apareceu no local dos acontecimentos para resolver e ou remover os cadáveres das vítimas, sem se dar ao trabalho de, ao menos, realizar um profundo trabalho de investigação, para localizar ou identificar os autores de tais atrocidades e conduzi los à barra do tribunal.

Chegamos a conclusão de que a delinquência precisa de uma reflexão, a par das medidas policiais para o seu combate e diminuir as atitudes e comportamentos anti sociais. Tratando-se de um fenómeno complexo pelos múltiplos motivos da sua origem requerem soluções multi-sectoriais.

Reforçar a educação moral e cívica junto das organizações, das administrações, da comunidade, das igrejas, das escolas, onde as pessoas encontrem espaço para dialogar, faz parte da solução.

Portanto, somos de opinião que no próximo ano existam a necessidade de existência de parcerias sociais no quadro do policiamento comunitário, com acções de proximidade entre polícias e cidadãos, visando a procura de soluções de problemas comuns, tendo a segurança como necessidade básica. Os líderes comunitários devem se tornar em activistas sociais permanentes. Não devemos resumir a prevenção do combate a criminalidade como uma tarefa única e exclusiva da Polícia Nacional.

9.12 Bairro da Lixeira ou Havemos de Voltar?

Jornal ANGOLENSE

17 DE Dezembro de 2011

Continuamos a radiografia o município do Sambizanga. O relógio marcava dez horas quando chegamos ao Bairro da Lixeira, mas propriamente na rua do Dom Bosco. Logo à entrada notamos a existência de uma esquadra da polícia, isto na parte frontal para quem sai do São Paulo em direcção ao antigo Roque Santeiro.

Lixo ao longo da rua, havia muita lama, fruto das águas paradas, foi o primeiro cenário com que nos deparamos. Enquanto caminhávamos um outro cenário chamou à nossa atenção: havia dois camiões, um transportando cerveja e o outro gasosa. No camião de cerveja estavam dois jovens que ajudavam a descarga das grades para o armazém; o que estava por cima retirava algumas garrafas das grades e atirava ao colega que estava em baixo e, este por sua vez, colocava no bolso da calça.

Do outro lado da rua estava Manuel Cristóvão, município há doze anos e em conversa com a nossa repórter com relação aos problemas que afectam os moradores disse que a falha de energia eléctrica constante é um dos problemas que os preocupa. Realçou que a criminalidade no bairro é o maior enigma que está inquietar os munícipes, tendo destacado a rua “Blaicodé” como sendo a mais perigosa da zona. Na opinião de António Romão, também município, a delinquência está a diminuir em algumas zonas em virtude das esquadras policiais que estão a ser colocadas no bairro. “Há quatro anos era extremamente perigoso, os assaltos eram feitos à luz do dia, uma moça não poderia passar aqui com a sua-pasta”, disse. Continua, os Laranjinhos e os Wala são um dos grupos que têm criado rebuliço na zona. Nelson Lopes, outro município, disse que o bairro está péssimo em termos de saneamento básico; falta de água potável, mas realçou que quanto a criminalidade melhorou em relação há três anos atrás. “Muitos dos grupos que actuavam já foram desmantelados”, informou, acrescentando que, as lutas entre os grupos eram constantes e por conta

da rivalidade dos mesmos, os moradores não podiam passar na rua de um determinado grupo e caso acontecesse era espancado ou até mesmo morto. Sublinhou os Cem tropas, Única staff, os Quarentas, os Mana bela, como sendo os grupos que estão a operar actualmente no bairro “Os Quarenta e o Única staff são os grupos que estão a liderar agora”, enfatizou.

Por outro lado, a falta de energia eléctrica também foi apontada pelo município como sendo outro problema que está a preocupar os moradores. Na companhia de Manuel e Nelson, municípios acima referidos fomos em direcção à rua da Bleicote. Tivemos que passar por muitos becos para chegar ao topo da rua, na medida em que íamos passando às pessoas olhavam para nós com desconfiança, principalmente, um grupo de jovens que estava sentado numa das esquinas por onde passávamos. Manuel pronunciou: “não se preocupe, não vão fazer nada”, tranquilizou.

Cinco minutos depois chegávamos à rua da Blaicode, o ambiente parecia calmo, mas por um lado, a quantidade de lixo e valas improvisadas feitas pelos próprios moradores despertaram a nossa curiosidade. Os moradores disseram ao Angolense que por vezes são os mesmos que efectuem a limpeza, mas por serem poucos o lixo fica acumulado. “A operadora da Elisal não tem vindo limpar, disseram. Em relação ao crime, Rosa João, disse “agora somos livres”, explicou que anteriormente por causa das lutas que havia entre os grupos as jovens que vivem na rua do Calusinga não podiam passar pela Blecoite é tão pouco as da Blaicode passavam no Calusinga, porque se o fizessem eram espancadas. No local existe uma pracinha onde as senhoras comercializam alguns produtos desde os alimentos às gloseimas, contou a município que sempre que havia confusão os delinquentes destruíam as bancadas chegando mesmo a queimá-las.

9.13 Comandante da polícia flagrado a trabalhar com marginais

Jornal Continente

23 de Dezembro de 2011

No mais recente vídeo nota-se um elemento trajado a civil a receber ordens do comandante da divisão da polícia no Cazenga, Filipe Massala, a margem da manifestação do passado dia 3 de mês em curso, em Luanda. Nas imagens o elemento trajado a civil (camisola azul) atira um líquido aos manifestantes e o mesmo é visto a espancar outros jovens na presença da polícia. Os manifestantes que recolheram as imagens descrevem como o “mais flagrante conjunto de imagens que conseguimos reunir para sustentar os nossos argumentos”, acrescentando que “aqui ficam as provas da selvajaria dos agentes

à paisana e a passividade cúmplice e criminoso da nossa polícia nacional”.

De salientar que o vídeo, em referencia foi já enviado as organizações dos Direitos Humanos no sentido de tomarem conhecimento das práticas de agressão da polícia angolana contra a população, envolvendo os seus respectivos comandantes como é o caso de Filipe Massala, igualmente acusado de passar a sua viatura por cima de um dos jovens.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola
01 de Dezembro de 2011

Mais de 500 famílias da província do Bié foram desalojadas este mês, devido às chuvas, acompanhadas de ventos fortes e trovões, que assolaram a região.

De acordo com o porta-voz do serviço nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Vasco Chioco, que fazia o balanço mensal das ocorrências, as enxurradas tiveram maior incidência nos municípios do Andulo, Nhârea, Katabola e Chinguar.

Vasco Chioca indicou ainda que a maioria da população desalojada residia em locais perigosos e apelou para a construção em locais seguros ou indicados pelas administrações comunais.

Consta ainda do balanço, cinco mortes motivadas por incêndios, quedas de raios e afogamentos, assim como 10 incêndios registados no município do Cuito.

A corporação procedeu ainda, na sequência de várias patologias, ao transporte de 19 doentes para o hospital provincial.

10.2 Chuva condiciona funcionamento da barragem

Jornal de Angola
03 de Dezembro de 2011

Já lá vão algumas semanas que a chuva, elemento fulcral para o funcionamento de qualquer aproveitamento hidroeléctrico, tarda a cair. É este o cenário com que o Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda (AHC) se debate há largas semanas. Chove às gotas ou quase não chove no Huambo e Bié e as consequências estão à vista: nível da albufeira-da barragem de Capanda está aquém do normal para produzir a potência de energia necessária.

Nós estamos perante um fenómeno natural de complexa dimensão, que condiciona a produção de energia eléctrica, já que a albufeira se encontra abaixo do nível normal.”Está a chover menos do que no ano passado em que as chuvas começaram em Setembro e com uma carga razoável para aquilo que é necessário ao reservatório da barragem”, disse à imprensa Moisés Jaime, chefe de Manutenção do AHC.

Esperar por chuvas fartas”é a solução para o problema, pois a continuar sem chuvas a gestão da”pouca”água que há na albufeira pode tornar-se difícil e complexa.”Vamos gerir esta água até que sintamos que o nível da albufeira ou do reservatório começa a atingir os níveis normais. Temos esperança que o cenário mude, pois no momento em que vos falo há registos de que o caudal afluente já está a subir por causa das chuvas que já começaram a cair”, referiu o responsável, que num tom de esperança acrescentou:”A continuar assim, o cenário pode mudar nos próximos tempos. Se houver mais chuva no Huambo, Bié e Gango (uma das comunas do Moxico), o caudal vai elevar-se, o que permite a produção de energia com a potência que se precisa para o sistema.”

Questionado sobre o tempo de duração destes problemas, o engenheiro respondeu:”Tudo isso depende do comportamento da natureza. Definir como há-de ser o nível da albufeira hoje ou amanhã era arriscado, pois estamos diante de um fenómeno que nos escapa. Falar sobre o comportamento da natureza é complexo. Podemos fazer estimativas e não fazer afirmações taxativa”, disse. O normal passa por um caudal afluente de cerca de 450 metros cúbicos de água por segundo, mas com esta escassez de chuva, o caudal sofre oscilações. Por exemplo, na segunda-feira, o caudal estava em 3 80 metros cúbicos de água por segundo, o que representa um défice. Esta situação conduz a grandes”ginásticas”.

“Em consequência, a albufeira está actualmente com 929,9.1 metros. Para gerir a água que há, estamos a produzir energia eléctrica em cargas pesadas e cargas leves, o que quer dizer que durante o dia trabalhamos com três grupos de geradores e à noite com dois grupos”, disse o chefe de Manutenção de Capanda, Moisés Jaime.

Este cenário, referiu, foi criado com a Direcção Nacional de Energia, a ENE e a EDEL em conjunto com o Centro de Operação do Sistema Norte (COSNE).

A barragem, com quatro grupos de geradores, cada um deles com capacidade de 130 megawatts, fez a manutenção do primeiro e terceiro grupo, um processo que começou no cacimbo. Deu-se também Chefe de manutenção Moisés Jaime início à manutenção do grupo dois.

O próximo a entrar em manutenção é o grupo quatro, isto a partir de Setembro de 2012. Com a manutenção do grupo dois, o Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda opera com menos 130 megawatts.

Sobre a razão da manutenção ser feita sempre no final do ano, o engenheiro precisou que tudo passa. Por um plano.”A manutenção obrigatória tem regras, não pode ser feita em época chuvosa, altura em que o reservatório

está cheio, o que não é o caso desta época, mercê da pouca intensidade das chuvas.”

Nesta fase, acrescentou, tem de se ter todos os mecanismos de evacuação de água disponíveis sob pena de inundar tudo e daí não ser recomendável parar o grupo de geradores em épocas de chuva.”Estamos a fazer manutenção no grupo dois porque estamos no início da época chuvosa e além disso não há riscos, na medida em que estamos com o controlo da afluência”, frisou.

Gestão apertada

“A produção de energia que estamos a ter neste momento é produto da gestão da água que existe. Temos de geri-la de modo a manter n um caudal afluyente que faça com que o nível da albufeira não baixe mais do que j á está. Podemos produzir mais. Só não o fazemos para que depois não fiquemos numa situação pior; onde podemos não ter condição para produzir”, realçou Moisés Jaime.

O chefe de Manutenção da Hidroeléctrica de Capanda considera ser necessário controlar o nível do reservatório para que não se ‘ chegue a um ponto crítico. Para tal, sustenta, é fundamental fazer uma produção de cargas pesadas e leves, o que significa trabalhar com três grupos de geradores durante o dia e dois à noite.”Neste momento trabalhamos nesse regime não por avaria mas para gestão da albufeira. Isso foi definido pelo COSNE, que coordena a produção e distribuição de energia eléctrica, uma entidade que define também o aumento e redução da potência.”E melhor termos alguma coisa do que nada. Esta é uma gestão feita em qualquer parte do mundo face a problemas de índole natural”, precisou.

Acumulação de água

A Hidroeléctrica tem capacidade de acumulação -de água para produzir a energia potencial que dá lugar à energia eléctrica. Esta água é que faz girar as turbinas e a sua potência depende da queda útil de água.

Moisés Jaime disse que o que determina a potência nominal do grupo de geradores é a altura. Para se ter 130 megawatts de potência são necessários 80 metros de queda útil.”Esta queda diminui consoante a dimensão da altura da albufeira e a altura desta em exploração máxima é de 950 metros”, referiu.

Com a escassez das chuvas, o nível da albufeira está em 929,91 metros em comparação com o nível do mar. Em condições normais, salientou, nesta altura do ano devíamos ter um nível da albufeira na casa dos 940 ou 934 metros, o que redundava num défice de oito a dez metros de altura. Em relação ao défice de água, aproxima-se aos 180 metros cúbicos por segundo.

Caso as chuvas estivessem a cair com razoável intensidade, argumentou Moisés Jaime, a barragem estava a receber um caudal que pode atingir a altura de 940 metros e havia 400 metros cúbicos por segundo de afluência (volume de água que entra nos reservatórios).

“Como choveu pouco e estamos a gastar água, ao produzir energia, o nível esteve sempre a baixar, sem restituição. A água que entra para o reservatório é inferior à quantidade de água que se gasta. Esta é a razão que faz com que a albufeira esteja nesta altura, para já menos favorável para a potência nominal de geração de energia”, justificou.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda produz um total de 520 megawatts. Esta capacidade é distribuída para as províncias de Malange, Kwanza-Norte, Luanda, Uíge e Kwanza-Sul através das linhas de transporte de Cambambe. Desta capacidade, Luanda absorve a maior fatia desde que foram construídas as linhas de transporte directo de 400 KV.

Com a situação, o ARC produz no máximo 320 megawatts. Em condições normais, Capanda atinge de 480 a 510 megawatts.

Jovens dão cartas

Depois de uma passagem pela”crista” do Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda, dirigimo-nos à JOSÉ SOARES sala de máquinas, com cinco andares. E neste espaço alto e com uma alvenaria compacta que estão os quatro grupos de geradores, cada um deles com capacidade de 130 megawatts. Na vertical estão vários painéis cinzentos.

Na vasta sala ouve-se um zunir ininterrupto e há um cheiro característico. E tudo próprio de um local que produz energia e lá está tudo na regra. Jovens trajados com o uniforme, capacetes e alguns com rádio de telecomunicações e outros junto aos painéis tomam apontamentos.

Na máquina dois, desmontada para manutenção, está no interior da”cápsula”uma dezena de jovens. Neste pequeno grupo de técnicos de manutenção mecânica e de electromecânica está Osvaldo João, 29 anos de idade, técnico de manutenção mecânica, que trabalha com uma incontornável” devoção”que salta à vista. Por detrás disto está basicamente o puro prazer de fazer aquilo para o qual se formou.

Osvaldo tem cinco anos de profissão, que hoje o habilitam a trabalhar como mandam as regras.”Estamos a fazer a medição e identificação dos valores do grupo três de geradores. Acabámos de fazer os ajustes e estamos a

fechar os mangais”, disse e de seguida afirmou: “Temos um programa que permite verificar a inclinação do eixo e a vibração que faz. Se estiver elevado fazemos os ajustes que se recomendam.”

Capanda, onde fez a primeira formação em 2006, continua a servir-lhe de escola. Depois de ter recebido uma segunda formação na Rússia, referiu não pensar noutra coisa, senão na profissão que lhe abriu as “mãos” quando mais precisava. “Gosto do que faço. Mudar é uma questão inimaginável”, reconheceu, Osvaldo João.

“Os trabalhos decorrem a bom ritmo e estamos a fazer uns testes para ver o estado do equipamento. N- velocidade e dinâmica em que trabalhamos, vamos ter o grupo de geradores até princípio de Dezembro”, precisou Eduardo Martins Fragoso, técnico especialista em electromecânica.

Eduardo Martins, à semelhança de Osvaldo, tem na profissão uma espécie de “chamamento”.

10.3 Cidadão português acusado de fazer exploração ilegal de inertes no Bengo

Jornal Continente
02 de Dezembro de 2011

Segundo apurou este jornal, Maria Custódia é a quem está a ser atribuída a titularidade do espaço em causa, com uma dimensão de 8 hectares, localizado no município do Dande, conforme consta do croquis de localização, e dos vários documentos que tivemos acesso.

Para a titularidade do terreno, Custódia requereu às entidades competentes naquela província, em 2005, tendo obtido a respectiva autorização para a construção. A apropriação da parcela de terra, por parte de Jorge Mesquita, remonta desde o ano de 2009. Na iminência de perder o espaço, Maria Custódia, recorreu às autoridades provinciais, no sentido de obter o alvará, uma vez que pretendia erguer no espaço um complexo turístico e social, para lazer da população local e não só, bem como para gerar emprego. “Comecei a ser vítima, quando me foi feita a proposta para vender o espaço, num valor que rondava os 10 mil dólares, na altura não cedi a proposta, porque tinha um projecto social, um lar turístico com belas paisagens visto que o bairro tem muita gente desempregada. O meu objectivo era fazer investimentos para gerar o sustento desta pobre população, contou Maria Custódia, acrescentando que vai se bater até às últimas consequências para que não perca o espaço, devendo o assunto ir mesmo ao tribunal.” Há mais de um mês que estou a contactá-lo para chegarmos

a um consenso, mais ele recusa-se. Já constitui um advogado que está a par da situação e prefiro ir às barras do tribunal, porque não sei o que fazer”.

Em seu entender, deve-se proteger a natureza e a sociedade e não explorar os recursos de forma a beneficiar uns e prejudicar outros. A par da situação, Daniel Domingos, da direcção do planeamento e projectos, faz saber que já notificou a referida empresa, para cessar a exploração ilegal de inertes, que leva a cabo em terreno alheio, pois aquele local não propicia para esta prática mas ele recusa-se. Já prática, mas Jorge Mesquita e o seu elenco, recusam-se a acatar a decisão das autoridades, fazendo ouvidos de mercador.

“Podemos constatar que, dentro deste trabalho há uma irregularidade, porque é preciso que se tenha uma licença, que permita exercer esta actividade, temos mecanismo para que o senhor se pronuncie, caso contrário, vamos paralisar com as explorações e prender todo o material, até porque já constitui uma violação dos direitos consagrados por lei, casos do género não têm sido frequentes, a província tem locais apropriados para esta prática, neste município não temos área de exploração”, esclareceu Daniel Domingos. O soba da região, João de Carvalho, apresentou-se como natural do Bengo, mas sente-se ameaçado, podendo perder a sua residência, porque as longas escavações que têm sido feitas para a exploração ilegal de inertes, poderão abranger a sua habitação. Jorge Mesquita, em declarações ao CONTINENTE, diz tratar-se de um assunto de fórum judicial, que corre os seus trâmites, tendo prometido continuar com a actividade, enquanto não houver uma decisão do tribunal. “A empresa não entregou os documentos no Ministério da Geologia e Minas, porque o Urbanismo não nos cedeu, há um estudo de impacto ambiental a ser realizado, enquanto isso, vamos continuar a trabalhar”, disse Mesquita. O CONTINENTE, contactou o Ministério da Geologia e Minas, tendo os funcionários se mostrado indisponível, alegando desconhecer o assunto.

10.4 Chuvas causam prejuízos

Jornal de Angola
10 de Dezembro de 2011

As chuvas que caem diariamente na província do Moxico estão a provocar enormes prejuízos, com a destruição de Infra-estruturas sociais, aumento das ravinas e inundação das vias de acesso, constatou a nossa reportagem.

Orlando Chinhemba, responsável por uma família de oito elementos, disse ao Jornal de Angola que a chuva destruiu a sua casa e devido à falta de meios pessoais aguarda a ajuda das autoridades. Regressado à pátria em

2007, depois de muitos anos a viver na Zâmbia devido à guerra, revelou que não tem recursos financeiros para arrendar uma casa, onde possa abrigar a sua família.

Tomás Isumo, que vive no mesmo bairro, está nas mesmas condições: a falta de meios financeiros obrigou-o a montar uma tenda, para cobrir as duas paredes desabadas. “Não há possibilidades de arrendar uma casa, por isso temos que viver assim, até que possamos reconstruir a nossa casa. Precisamos de ajuda”, disse.

Caso as chuvas continuem a cair com muita intensidade, mas de 300 casas, ergui das nas zonas consideradas de risco, podem desabar, segundo constatou o Jornal de Angola no terreno. O bairro 4 de Fevereiro, onde vivem maioritariamente cidadãos regressados da República da Zâmbia e do Congo Democrático, continua a ser o mais afectado. Pelo menos 50 casas já foram destruídas, desde que as chuvas começaram a cair violentamente.

Em alguns bairros periféricos do Luena, devido às constantes chuvas, o trânsito está cada vez mais difícil. Dados da Comissão Provincial da Protecção Civil apontam a destruição de 198 casas, nos bairros Capango, Zorró e 4 de Fevereiro, desde o início deste mês. Devidos às chuvas, 558 famílias ficaram sem abrigo, em várias localidades da província.

Paulo Muhongo, chefe de repartição da Protecção Civil da unidade de Bombeiros no Moxico, refere que um dos maiores problemas da cidade é a falta de drenagem das águas pluviais, o que tem contribuído para a formação de novas ravinas e progressão das que já existem.

A construção desordeira, por falta de acompanhamento, está na origem de muitas lacunas em termos de urbanização, permitindo que haja casas sobre passagens de águas pluviais.

A Comissão Provincial da Protecção Civil continua a fazer levantamento das vítimas das enxurradas e descarta a hipótese de haver qualquer tipo de apoio aos cidadãos afectados, por falta de meios.

10.5 Destruição dos mangais prejudica o ambiente

Jornal de Angola

11 de Dezembro de 2011

O abate indiscriminado de mangais e a exploração desmedida de inertes por algumas empresas para os estaleiros e construção civil, coloca em risco o Ambiente e a biodiversidade na região.

As consequências resultantes do derrube de mangais no município do Soyo são imprevisíveis no presente, mas no futuro vão ter um impacto negativo na vida dos seres humanos, caso não se ponha termo à fúria destruidora. No Soyo há registo de elevadas temperaturas fora de época e as chuvas são irregulares. Os especialistas dizem que estas alterações podem ser consequência do derrube dos mangais. O Soyo está rodeado pelo mar e pelo rio Zaire e os seus inúmeros afluentes.

As alterações climáticas podem provocar cheias porque a cidade é uma autêntica Ilha. Na ausência de mangais os riscos de inundações aumentam, uma vez que a vegetação serve de barreira às águas.

As áreas onde as águas do rio Zaire deviam repousar nas mares altas e na estação das chuvas, estão a ser entulhadas por habitações e estabelecimentos comerciais.

O especialista em educação ambiental do Ministério do Ambiente, Nascimento Soares, disse à nossa reportagem que a emissão de gases de efeito estufa, a destruição dos mangais e a caça furtiva são problemas nacionais, pelo que urge disciplinar a população para garantir o futuro do planeta Terra.

O abate de mangais para dar lugar a habitações é um grave problema ambiental, porque a vegetação desempenha um papel indispensável na renovação do oxigénio. “Os mangais jogam um papel muito importante, ajudam na manutenção do oxigénio e servem de zonas de desova de muitas espécies. Em segundo lugar, a vegetação desempenham um papel muito importante na manutenção do clima, permitindo a purificação do ar que respiramos.

Os negócios dos inertes

A sua destruição afecta o clima e o ecossistema marinho, porque os mangais são locais habitados por várias espécies, o que pode a dada altura causar a extinção da biodiversidade”, disse Nascimento Soares.

A exploração descontrolada de inertes no Soyo, argila, terra vermelha, burgau e areia da praia é outro fenómeno alarmante, cujas consequências também se reflectem no Ambiente. Colinas e planícies ficam com grandes crateras devido à exploração sem regras nem limites.

O rápido desenvolvimento do município do Soyo fez explodir o negócio de inertes para a construção civil. Muitos construtores usam burgau e areia como entulho nas zonas ribeirinhas onde foram destruídos os mangais. A exploração de inertes no Soyo, por falta de controlo da Administração Municipal, até é feita por estrangeiros. Todos os dias vemos camiões basculantes, pás carregadas

doras e bulldozers a extrair toneladas de areia, burgau, argila e terra vermelha.

Um camião de 15 ou 20 metros cúbicos de argila usado para o entulho custa entre dez e 12 mil Kwanzas. A carrada de areia da praia, custa entre 200 e 250 dólares. Paulo José Laurinda, 33 anos, disse que vender inertes dá para sustentar a família, uma vez que o negócio tem saída devido ao elevado índice de construções: “a venda de inertes dá para aguentar a vida, uma vez que ganhamos dez por cento por cada carrada vendida”.

Fwankuingui Pedro, 37 anos, anda há cinco anos no negócio e garante que “a exploração de inertes é rentável”.

Abate de árvores

A desflorestação de grandes extensões do município do Soyo, para o fabrico de carvão e lenha, é igualmente uma preocupação de todos.

O fabrico de carvão é feito na área do Lumueno, N finda ye Nkunku, e Cabeça da Cobra e está a pôr em risco o habitat de várias espécies de animais da região. A chefe interina de secção do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Esperança Pedro, disse que o processo de desmatção sem controlo é ilegal, mas há madeireiros licenciados para fabricar carvão.

“A maior parte dos carvoeiros exerce a actividade ilegalmente, mas o Instituto de Desenvolvimento Florestal não está à altura de travar a fúria dos infractores por falta de meios de trabalho”, acrescentou. A falta de viaturas e de fiscais impedem um controlo eficaz das florestas da região.

“Não temos carros para nos deslocarmos para aquelas áreas em que a população destrói as matas para o fabrico de carvão. O efectivo de fiscalizadores é escasso e andam desarmados, por isso não podem enfrentar os carvoeiros que têm catanas e machados”, acrescentou.

Caça furtiva

Outro grande problema ambiental tem a ver com a caça furtiva. Os caçadores abatem de forma descontrolada os animais, estejam ou não em estado de gestação, sem ter em conta o ciclo de reprodução de várias espécies, o que pode levar à extinção de muitas. A pesca também é feita sem regras.

“A título de exemplo, a pesca desordenada, levou o carapau a escassear, pelo que o Estado teve que impor restrições da actividade pesqueira para a sua manutenção”, acrescentou Nascimento Soares.

O Ministério do Ambiente está empenhado em informar os infractores e levá-los a uma conduta responsável e dentro das leis.

O responsável do Departamento Provincial do Ambiente no Zaire, Manuel Salvador, disse à nossa reportagem que o Executivo do Zaire tem vários projectos de combate aos problemas ligados ao Ambiente, com destaque para, prevenção à queimadas, biodiversidade e poluição sonora e atmosférica.

Problemas como a caça furtiva, destruição de mangais para dar lugar a construções e a deposição de resíduos sólidos em zonas costeiras e não só, segundo ele, constituem as principais preocupações do executivo do Zaire, pelo que trabalha para sua prevenção.

10.6 Deslocação de pessoas destroem o ambiente

Jornal de Angola

13 de Dezembro de 2011

As deslocações, cada vez mais frequentes, de pessoas em busca de zonas de menor risco de inundações, em virtude das chuvas que se registam no planalto central angolano desde o início deste mês, estão a causar danos ao meio ambiente, segundo alertou ontem, em declarações à Angop, o mestre em Agro Ecologia Guilherme Agostinho.

O ambientalista salientou que muitas pessoas estão a deixar as suas aldeias e a concentrarem-se nas zonas de solo permeável, que facilita o escoamento das águas das chuvas e evita que as suas residências sejam submersas. Por isso, defende que a fixação das pessoas sinistradas deve ser acompanhada por ecologistas, “para se diminuir o impacto ambiental negativo que tal fenómeno gera”.

Ao fixarem-se em áreas seguras, as pessoas são obrigados a devastar florestas para construir as suas residências, além de invadirem o habi-

10.7 Sumbe teme novo surto de cólera

Novo Jornal

18 de Dezembro de 2011

A população do Sumbe, província do Kwanza-Sul, depara-se com a ausência de vários serviços básicos e água em estado salubre, temendo que novo surto de cólera surja no município. O chefe do Departamento de Saúde Pública Henrique Silvestre, adverte para o uso de comprimidos para tratar a água que os serviços disponibilizam gratuitamente.

Na cidade capital do Kwanza Sul o saneamento básico é deficiente ou quase inexistente. A água que é consumida, a partir do rio Cambongo, está fora dos padrões internacionalmente recomendáveis, o que põe em risco a saúde dos munícipes. E nos bairros periféricos a desordem na construção de residências e demais infra-estruturas é vista à luz do dia. Associado a tudo isto está a degradação das principais vias de acesso à periferia da cidade, que se encontram em péssimo estado.

As ruas da cidade apresentam-se com esgotos saturados”e, por força disso, as tubagens estão rebentadas, oferecendo aos cidadãos um cheiro nauseabundo que invade todas as ruas da antiga cidade de Novo Redondo.

“Lá ficam os velhos tempos e com ele as saudades do tempo de governação do agora Deputado Higinio Carneiro e igualmente da administração de Afonso Pinto, afastado já há algum tempo do executivo local por motivos de saúde”, afirmou o ancião Constantino João, natural do Sumbe. Á pesar de ter mais de 70 anos cidade, o mais velho ainda não beneficiou da reforma.

Por esta altura do ano, as chuvas já se fazem sentir e a água do rio Cambongo, mais uma vez, constitui um perigo para as populações. O líquido apresenta-se de cor castanha carregada, ou seja da cor da terra, e nem a administração do hipoclorito de cálcio resolve o problema. A pedra, uma tem sido a solução encontrada para clarear a água, mas é um recurso só para inglês ver, como se diz a população.

Alguns focos de cólera já se fazem sentir na periferia da cidade ou mesmo no município, pese embora os serviços provinciais de saúde teimarem em admitir o pior, o chefe do departamento provincial da saúde pública e controlo de endemias chama a atenção das populações sobre as doenças oportunistas que eclodem nesta época chuvosa, devido ao consumo de água turva.

Henrique Silvestre disse que a população pode inverter o quadro com a aquisição”gratuita”de comprimidos para esterilização da água.

“Nós temos comprimidos em grandes quantidades, então, que venham à saúde pública buscá-los porque a água do Cambongo não está lá muito bem. Precisamos mesmo de a tratar para evitar ter grandes problemas, como o caso daqueles surtos de cólera que tivemos em anos anteriores. Gostaríamos de ver a população a festejar o Natal e o dia 1 com saúde”, apelou aquele responsável, acrescentando:”Nos outros municípios colocámos hipoclorito porque nós temos receio que eles venham a caducar armazenados, porque o período de caduci-

dade é muito curto. Então, aqui nós temos uma forma de os distribuir”. De recordar que o programa”água para todos”do governo central, projectado há mais de três anos, no Sumbe caiu em saco roto visto que não foi materializado numa cidade com mais de 180 mil habitantes.

10.8 Ecologistas fazem propostas para exploração do petróleo

Jornal de Angola

22 de Dezembro de 2011

O ambientalista Miguel Morais defendeu, em Luanda, que o sector petrolífero, como suporte da economia angolana, tem necessidade de funcionar dentro dos parâmetros convencionais.

Miguel Morais defendeu esta ideia por ocasião da consulta pública sobre as actividades relacionadas com a aquisição sísmica e perfuração exploratória no bloco 33 - área Calulo -, que visou analisar as avaliações do impacto ambiental da actividade.

O ambientalista reconhece que o sector petrolífero tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do país e sublinhou que deve haver maior rigidez em algumas políticas sobre a preservação ambiental.

Miguel Morais insistiu na necessidade de se por em prática uma política ambiental que não tenha impacto na sustentabilidade do ecossistema.

O especialista definiu os impactos ambientais como factos melindrosos que devem ser acautelados e acrescentou que devem ser tomados em conta os aspectos relacionados com o carácter físico e biológico do ecossistema.”Suponhamos que, de repente, observamos um problema na perfuração. Nesse caso, temos de saber a sua duração. É preciso conhecer a influência directa do projecto e propor medidas que devem ser tidas em atenção”.

Valdimiro Russo, consultor da Holísticos, que fez a apresentação da avaliação dos impactos ambientais e medidas de mitigação, referiu que o maior objectivo do projecto é identificar reservatórios comercialmente viáveis.

Segundo o ambientalista, o estudo foi elaborado com base na legislação angolana, através dos decretos nº 51/04 e nº 39/00 sobre as avaliações de impacto ambiental respeitante à indústria petrolífera. O estudo baseia-se ainda no decreto nº 57/07 sobre os procedimentos de licenciamento ambiental que engloba o sistema de

gestão ambiental da Total Angola, a legislação e os órgãos administrativos de Angola e as convenções e normas internacionais.

A Holísticos é a empresa contratada pela petrolífera Total Angola, para efectuar estudos de impacto ambiental sobre as actividades de aquisição sísmica e perfuração exploratória no bloco 33 área de Calulo. Nos últimos tempos aumentaram as preocupações a respeito do impacto da exploração petrolífera.

10.9 Empresas de exploração de inertes devem preservar o meio ambiente

Jornal de Angola
19 de Dezembro de 2011

O chefe do departamento provincial do Ambiente na província do Bengo, Rui Narciso, alertou ontem, no Caxito, as empresas de exploração de inertes e a população em geral para a necessidade de preservação do meio ambiente, de modo a salvaguardar a saúde pública das populações.

O responsável disse ao Jornal de Angola que, com o contributo das populações na preservação do meio ambiente, é possível diminuir a incidência de várias doenças no seio das comunidades.

Para alterar o actual contexto, foram realizadas várias actividades de sensibilização, entre Janeiro e Novembro, junto das comunidades e das empresas sedeadas no Caxito, sobre as consequências que podem advir da exploração de inertes.

“Podemos considerar que o trabalho de sensibilização junto das comunidades e empresas que exploram inertes no município do Dande foi bem recebido pela população e pelos responsáveis das referidas empresas. Mesmo assim, pensamos ser importante a participação de toda a sociedade”, referiu.

Rui Narciso pediu, igualmente, à população para fazer o depósito do lixo nos locais indicados e em horas próprias. “O nosso apelo vai também no sentido de a população primar pela construção de latrinas ou casas de banhos nas suas comunidades, para prevenção de doenças contagiosas que surgem nas épocas chuvosas”. Preservação das árvores. O responsável do Ambiente no Bengo defendeu a preservação e protecção das árvores, como forma de salvaguardar o meio ambiente.

A prática de corte anárquico de árvores nas comunidades por parte de indivíduos que procuram lucros fáceis, tal como as queimadas para obtenção de lenha e carvão

constituem, segundo Rui Narciso, uma acção reprovável e condenável.

No próximo ano, o departamento provincial do Ambiente vai apostar na formação de quadros e na melhoria do trabalho do sector.

“Em 2012 vamos emitir, através da Rádio Bengo, um programa radiofónico denominada “Espaço Verde”, para que as populações e as empresas possam participar e dar as suas contribuições com ideias sobre o meio ambiente, colaborando assim na formação de uma consciência humana”, disse.

O departamento do Ambiente prevê ainda levar a cabo o programa de plantação de árvores e criar espaços verdes no município do Dande, na província do Bengo. Rui Narciso apontou a falta de meios de transporte e informático como dois dos principais problemas que dificultam o trabalho do sector. “Não temos meios e, com isto, temos encontrado dificuldades muitas dificuldades”.

10.10 Fortes chuvas provocam mortes e feridos

Jornal de Angola
30 de Dezembro de 2011

Fortes chuvas na província do Bié provocaram ao longo deste ano a morte de dez pessoas, o ferimento de três outras, o desalojamento de 1566 e provocaram o desabamento de 705 casas.

O facto foi revelado ontem, na cidade do Cuito, pelo porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Vasco Chioca, quando procedia ao balanço das actividades da instituição realizadas durante 2011. Vasco Chioca informou que as chuvas destruíram duas administrações comunais, dois hospitais, 21 escolas, 15 igrejas, dois jangos, um armazém da agricultura e sete estabelecimentos comerciais.

De acordo com o porta-voz da corporação, as chuvas causaram também a destruição de um posto de comando da brigada de desminagem, para além da destruição de diversas plantações.

Vasco Chioca explicou que os piores desastres ocorreram nos municípios do Cuito, Catobola, Çamacupa, Cuemba, Andulo, Chitembo, Nharea, Chinguar e Cunhinga. A província tem sido contemplada com chuvas abundantes, o que a torna num dos celeiros do país.

